



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O MERCADO DAS FOLHAS NA PEDRA:  
produção e circulação de plantas rituais/medicinais  
na Feira de São Joaquim, Salvador (BA)**

Orlando José Ribeiro de Oliveira

Salvador, 2017

**ORLANDO JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA**

**O MERCADO DAS FOLHAS NA PEDRA:  
produção e circulação de plantas rituais/medicinais  
na Feira de São Joaquim, Salvador (BA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

**Orientadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

Salvador, 2017

---

O48 Oliveira, Orlando José Ribeiro de,  
O mercado das folhas na pedra: produção e circulação de plantas rituais/medicinais na Feira de São Joaquim, Salvador (BA) / Orlando José Ribeiro de Oliveira. - 2017. 225 f.: il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rosário Gonçalves de Carvalho  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

1. Plantas medicinais. 2. Candomblé - Rituais. 3. Folhas - Mercados.  
4. Cultos afro-brasileiros. 5. Salvador (BA) - Usos e costumes religiosos.  
6. Feira de São Joaquim - Salvador (BA). I. Carvalho, Maria Rosário Gonçalves de, II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

CDD: 302.230981

---

**ORLANDO JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA**

**O MERCADO DAS FOLHAS NA PEDRA:**

**produção e circulação de plantas rituais/medicinais na Feira de São Joaquim, Salvador  
(BA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e aprovada em 29 de maio de 2017, pela Comissão formada pelos professores:

Prof. Marcello Moreira (UESB)

Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo

Prof. Cristiane Santos Souza (UNILAB)

Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas

Prof. Antônio da Silva Câmara (UFBA)

Doutorado em Sociologia pela Université Paris Diderot, PARIS 7, França.

Prof. Carlos Alberto Etchevarne (UFBA)

Doutorado em Quaternaire Geologie et Pré-Histoire pelo Museum National D'Histoire Naturelle Paris

Profa. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (UFBA)

Doutorado em Ciências Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo

Para Lila, Juca e Clara

Agradecimentos a

Marília Flores Seixas de Oliveira

Clara Flores Seixas de Oliveira

Joaquim F. Seixas de Oliveira

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia / UESB

Departamento de Filosofia e Ciências Humanas / DFCH - UESB

Área de Ciências Sociais / DFCH - UESB

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PGGCS - UFBA

Antônio da Silva Câmara

Iara Maria de Almeida Souza

Mateiros, horticultores, raizeiros e comerciantes do Mercado da Pedra

Antonio dos Santos da Silva- Pai Duda de Xangô

Ilê Axé Icimimó Aganju Didé

Euê ô!



Agô, Ossaim!

## RESUMO

Sob a denominação genérica de folhas, determinadas espécies de plantas ocupam uma posição central nos rituais do candomblé, sendo-lhes atribuída eficácia simbólica (mágico-religiosa) e terapêutica (medicinal) que as tornam indispensáveis à própria existência do culto. Há, em Salvador, uma dinâmica da comercialização dessas folhas que se articula com as práticas da religiosidade afrobrasileira. Nesta tese, investiga-se a configuração do mercado das folhas a partir da circulação dessas mercadorias produzidas e comercializadas por extrativistas, horticultores e raizeiros, que as levam, regularmente, à Feira de São Joaquim, polo distribuidor, para outros circuitos do comércio retalhista (feiras, mercados, lojas e bancas de rua da cidade). O Mercado da Pedra, uma transação mercantil de grandes quantidades que transcorre durante a madrugada, foi a base empírica da pesquisa etnográfica, possibilitando a compreensão das estruturas e dos agentes sociais envolvidos nos domínios de produção, circulação e consumo das folhas. Em relação à produção, as folhas podem resultar de coleta (extrativismo) e de colheita (horticultura), provindo de áreas especialmente cultivadas, hortas e quintais, e de áreas naturais, manchas florestais remanescentes no entorno de Salvador e interior do Estado. A hegemonia do trabalho feminino, a transmissão intergeracional e oral do conhecimento étnico-referenciado sobre as plantas e seus usos e a proeminência das relações de parentesco entre os agentes sociais da produção e circulação na Pedra são elementos que permitem estabelecer aproximações com o contexto dos mercados africanos tradicionais. As interações entre vendedores e compradores, os mecanismos e as estratégias usados nas práticas cotidianas, a dimensão lúdica do trabalho e os vínculos religiosos constituem aspectos da sociabilidade dos agentes destacados na investigação. Situando-se na fronteira entre a dádiva e a troca mercantil, o mercado das folhas é objeto, nesta tese, de uma análise que se fundamenta, articuladamente, nas contribuições teóricas da Antropologia Econômica (Polanyi, Godelier) e da Sociologia Econômica, seja mediante a releitura dos clássicos (Mauss, Marx, Weber), seja buscando dialogar com os contemporâneos (Bourdieu, Nova Sociologia Econômica). Considerando-se as folhas como bens simultaneamente econômicos e simbólicos, i.e., reiterando-se seu duplo caráter de mercadoria e de objeto portador de poder mágico-religioso (*axé*), ensaia-se uma análise da metamorfose da mercadoria folha, inspirada no esquema de Enrique Dussel (2012), para discutir a transformação da matéria prima em produto-objeto por efeito do trabalho vivo, a partir dos seus comentários aos *Grundrisse* de Marx. São, então, ressaltadas as modificações formais pelas quais passam as folhas, desde sua condição de coisa natural, sua circulação como valor de troca no mercado, até a sua consumação (ritual/terapêutica) no âmbito religioso, quando assume a forma de *ewê* (erva sagrada). A singularidade do mercado das folhas em Salvador revela-se, dentre outros fatores, pela justaposição das duas esferas da circulação (simples e desenvolvida para Marx) que se entrecruzam, de forma dinâmica, articulando um mercado tradicional (de feitio “africano”) ao mercado capitalista contemporâneo.

Palavras-chave: Plantas rituais/medicinais. Mercado. Religiões afrobrasileiras. Salvador.



## ABSTRACT

Under the generic name of ‘leaves’, some species of plants play a central role in the rituals of *candomblé*, as they are understood to hold a symbolic (magic-religious) and therapeutic (medicinal) effectiveness that make them indispensable to the very existence of worship. In Salvador, the dynamics of the commercialization of such leaves interacts with the practices of African-Brazilian religions. This thesis investigates the configuration of the leaves’ market from the circulation of these goods as they are produced and commercialized by foragers, horticulturalists and root farmers who regularly bring them to the Feira de São Joaquim, the city’s main distribution center, into other circuits of retail commerce (fairs, marketplaces, stores and sale stands on the streets). The Mercado da Pedra, a mercantile transaction of large quantities that takes place during the earliest morning, at dawn, was the empirical basis for the ethnographic research, allowing for the understanding of social structures and agents involved in the domains of production, distribution and consumption of the leaves. Regarding production, the leaves may be the result of gathering (foraging) or harvesting (horticulture), coming from especially cultivated areas and gardens, or from natural areas, mainly the remaining native woodlands in the surroundings of Salvador and within the state. The dominance of feminine labor, the intergenerational oral transmission of the ethnical-referenced knowledge regarding the plants and their usage, and the prominence of family relationships between the social agents of production and distribution at the Mercado da Pedra are elements that allow for the establishment of a correlation with the context of traditional African markets. The interactions between salespeople and consumers, the mechanisms and strategies utilized in everyday practices, the playful aspect of labor, and the religious connections constitute the sociability aspects of the agents, which are highlighted in the investigation. Standing on the frontier between gifting and commercial trading, the leaves’ market is the subject, in this thesis, of an analysis that is based jointly in the theoretical contributions of Economic Anthropology (Polanyi, Godelier) and Economic Sociology, either by reviewing the classic literature (Mauss, Marx, Weber), or by seeking to establish a dialogue with the contemporaries (Bourdieu, New Economic Sociology). Considering the leaves to be simultaneously economic and symbolic goods, i.e., reiterating thus their doubled aspect as a product and as an object that carries magic-religious power (*axé*), an analysis is essayed on the metamorphosis of the leaf as a product, inspired by Enrique Dussel’s (2012) scheme, in order to discuss the transformation of the raw material into a product-object through the means of live work, from his comments on Marx’s *Grundrisse*. The formal modifications that the leaves go through are, then, highlighted: from its natural thing state and its circulation as an exchange value in the market, into its consumption (ritualistic/therapeutic) in the religious aspect, when it takes the form of *ewê* (sacred herb). The uniqueness of the leaves’ market in Salvador is revealed, amongst other factors, by the juxtaposition of the two spheres of distribution (simple and developed, as established by Marx) that interlace themselves dynamically, connecting a traditional market (of “African” makings) to the contemporary capitalist market.

Keywords: Ritualistic/medicinal plants. Market. African-Brazilian religions. Salvador.

## Lista de ilustrações

- Fotografia 1 – Mercado no Porto da Bahia, c. 1887, p. 38
- Fotografia 2 – Mercado, porto da Bahia, 1887, p. 38
- Fotografias 3, 4 e 5 – Feira de Água de Meninos, década de 1940, p. 39
- Fotografias 6, 7 e 8 – Feira de Água de Meninos, década de 1940, p. 39
- Fotografia 9 – Set do filme *A Grande Feira* (dir. Roberto Pires, 1961), p. 40
- Figura 1 – Cartaz do filme *A Grande Feira* (dir. Roberto Pires, 1961), p. 40
- Figuras 2, 3 e 4 – Desenhos de Carybé, Feira de Água de Meninos, 1950-60, p. 40
- Figuras 5 e 6 – Aquarelas de Carybé inspiradas nas feiras do porto da Bahia, p. 40
- Figuras 7 e 8 – Xilogravura de Inimá de Paula e Desenho de Luiz Nogueira Neto (1973), p. 41
- Fotografias 10, 11 e 12 – Feira de Água de Meninos, década de 1940, p. 41
- Fotografia 13 – Saveiros atracados na rampa do antigo Mercado Modelo, p. 46
- Fotografia 14 – Saveiros atracados na enseada de Água de Meninos, 1948, p. 47
- Figura 9 – Localização do Mercado da Pedra na Feira de São Joaquim, 2012-15, p. 56
- Figura 10 – Localizações anteriores do Mercado da Pedra, p. 57
- Figura 11 – Localização do Mercado da Pedra, 2012-15, p. 58
- Quadro 1 – Fornecedores de Folhas por Atividade - Mercado da Pedra, 2012-15, p. 60
- Fotografias 15 e 16 – Carrinhos usados no Mercado da Pedra, p. 63
- Figura 12 – Distribuição espacial dos fornecedores do Mercado da Pedra, p. 64
- Fotografia 17 – Início de jornada no Mercado da Pedra, p. 65
- Figura 13 – Detalhe da distribuição de vendedores no Mercado da Pedra, p. 66
- Fotografia 18 – Menina arruma mercadorias na Pedra na madrugada, p. 67
- Fotografia 19 – Mateira arruma folhas na Pedra no início da jornada, p. 68
- Fotografia 20 – Grupo central de vendedores no Mercado da Pedra, p. 68
- Fotografia 21 – Alegria e movimento no Mercado da Pedra, p. 70

- Fotografias 22 e 23 – Jovens mateiras trabalhando no Mercado da Pedra, p. 73
- Fotografias 24 e 25 – Mulheres mateiras em trabalho no Mercado da Pedra, p. 74
- Fotografia 26 – Fardos abertos, Mercado da Pedra, p. 76
- Fotografia 27 – Carregadores no Mercado da Pedra, p. 77
- Fotografia 28 – Negociação, Mercado da Pedra, p. 78
- Fotografia 29 – Visão panorâmica do Mercado da Pedra em 2015, p. 80
- Fotografias 30, 31 e 32 – Embalagem de folhas vendidas, Mercado da Pedra, p. 81
- Fotografia 33 – Fardos de folhas vendidas e embaladas, Mercado da Pedra, p. 81
- Fotografia 34 – Aspecto do início da boia, Mercado da Pedra, p. 84
- Fotografia 35 – Crianças acompanham os pais no Mercado da Pedra, p. 104
- Diagrama 1 – Configuração do Mercado das Folhas em Salvador, p. 106
- Diagrama 2 – Agentes sociais do mercado das folhas, p. 107
- Diagrama 3 – Configuração do mercado de folhas: produção, circulação e consumo, p. 126
- Diagrama 4 – Espaços de produção, circulação e consumo, p. 127
- Figura 14 – Mapa de Localização do Alto do Cabrito em Salvador, p. 147
- Figura 15 – Alto do Cabrito (Salvador), p. 149
- Figura 16 – Horticultura de D. Morena, Oitizeiro, Conceição do Jacuípe, p. 155
- Fotografia 36 – Sistema de irrigação da horticultura de D. Morena, p. 156
- Fotografia 37 – Irrigação por aspersão na horticultura de Dona Morena, p. 157
- Fotografia 38 – Confeção dos molhos de folhas “cheirosas”, p. 159
- Fotografia 39 – Represa e bomba para irrigação da horticultura de D. Morena, p. 160
- Fotografia 40 – Folhas produzidas na horticultura de D. Morena, p. 168
- Fotografia 41 – Produtos dispostos para a venda, no chão, Mercado da Pedra, p. 169
- Fotografia 42 – Bonecos-de-pano para feitiço, Mercado da Pedra, p. 170
- Diagrama 5 – Circulação simples da mercadoria, p. 176

- Diagrama 6 – Circulação desenvolvida (do dinheiro como capital), p. 177
- Diagrama 7 – Circulação simples da mercadoria – o consumidor final, p. 177
- Diagrama 8 – Circulação simples da mercadoria – o comerciante retalhista, p. 178
- Diagrama 9 – Esferas de circulação de mercadorias no Mercado de Folhas, p. 179
- Diagrama 10 – Circulação simples e Circulação desenvolvida, p. 182
- Diagrama 11 – Segundo movimento da circulação desenvolvida – mais valor, p. 183
- Diagrama 12 – Metamorfoses da folha: de planta *in situ* a *ewé*, p. 186
- Diagrama 13 – A vida social das folhas, p. 187
- Diagrama 14 – Metamorfose da folha: de planta *in situ* a *ewé*, p. 189
- Diagrama 15 – Metamorfoses da mercadoria folha: a questão do valor, p. 190
- Diagrama 16 – Metamorfose da folha: de planta *in situ* a *ewé*  
(*os três níveis formais do objeto*), p. 192

**Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos por Tipo – Feira de São Joaquim, p. 50

Tabela 2 – Número de Estabelecimentos por Ramo de Atividade – Feira de São Joaquim, p. 51

Tabela 3 – Número de Fornecedores por Categoria de Atividade e Sexo (N) – Mercado da Pedra – 2012-2015, p. 59

Tabela 4 – Número de Fornecedores por Categoria de Atividade e Sexo (%) – Mercado da Pedra – Feira de São Joaquim, p. 73

Tabela 5 – Procedência dos Fornecedores por Categoria de Atividade – Mercado da Pedra – Feira de São Joaquim, p. 127

## **Lista de Abreviaturas**

ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados

APCP – Área de Proteção Paisagística e Cultural

CDS/UnB – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

CEASA – Central de Abastecimento da Bahia

CODEBA – Companhia das Docas do Estado da Bahia

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CTA – Conhecimento tradicional associado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAMNBA – Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia

PG – Patrimônio Genético

Pró-memória – Fundação Nacional Pró-Memória

SINDIALIMENTOS – Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Salvador

SINDIFEIRA – Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## Sumário

**INTRODUÇÃO** (*kosi ewé kosi orixá*), p. 17

**Candomblé e natureza**, p.19

**O objeto da investigação e o percurso metodológico**, p.23

**Ponto de partida**, p. 30

**Estrutura da tese**, p. 35

**1 A FEIRADESÃO JOAQUIM**, p. 37

**1.1 A Feira de São Joaquim, histórico e imaginário cultural**, p. 38

**1.2 A Feira de São Joaquim contemporânea**, p. 46

**2 O MERCADO DA PEDRA**, p. 54

**2.1 O Mercado da Pedra e seus Agentes**, p. 58

**2.2 O cotidiano da Pedra**, p. 65

2.2.1 A cena diária, p. 69

2.2.2 Final de jornada: a boia, p. 83

2.2.3 A dimensão lúdica do trabalho: o humor como estratégia, p. 90

2.2.4 Práticas cotidianas, p. 94

**2.3 Parentesco e Aprendizagem**, p. 98

**3 MERCADO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DAS FOLHAS**, p. 106

**3.1 Sobre o mercado, a produção e a circulação**, p. 111

**3.2 O domínio da produção**, p. 126

3.2.1 Mateiros(Extrativistas/Coletores), p. 128

3.2.1.1 *O cotidiano da coleta*, p. 132

3.2.1.2 *Sobre os lugares de coleta*, p. 139

3.2.1.3 *Extratativismo e vínculo religioso*, p. 140

3.2.2 Horticultores, p. 144

3.2.2.1, *O horticultor Seu Alemão do Alto do Cabrito (Salvador)*,p. 147

3.2.2.2 *A horta de folhas de Dona Morena em Conceição de Jacuípe*, p. 154

3.2.3 Raizeiros, p. 169

3.2.4 Nota: Expansão urbana e degradação ambiental, p. 171

**3.3. O domínio da circulação (troca), p. 176****3.3.1 A circulação desenvolvida e o mais valor, p. 181****4 A MERCADORIA FOLHA E SUAS FORMAS, p. 184****4.1 A coisa natural (a folha da planta nativa), p. 188****4.2 A coisa como matéria-prima (a folha/erva medicinal), p. 190****4.3 A coisa como objeto-produto (a folha *ewê*), p. 191****4.4 Trocas, dádivas, mercadorias, p. 193****CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 199****REFERÊNCIAS, p. 204****Apêndice A – Mapeamento de feiras, mercados e pontos de venda de folhas em Salvador, p. 215****Apêndice B – Relação das espécies de plantas comercializadas no Mercado da Pedra, p. 216****Apêndice C – Relação das espécies de plantas denominadas folhas “frias/cheirosas” produzidas na horta de Dona Morena, p. 219****Apêndice D – Distribuição dos Fornecedores por Grupos no Mercado da Pedra Feira de São Joaquim, 2012-2015, p. 225**



## INTRODUÇÃO

*Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria.*

Karl Marx, *O Capital*, p. 94.

Desde o final da década de 1970, após concluir a graduação em Arquitetura pela UFBA, já me aproximava do campo das Ciências Sociais. Desejando, então, desenvolver um projeto de pesquisa sobre o espaço nos terreiros de candomblé, logo entendi que a aproximação com o campo das humanidades, particularmente com a Antropologia, era fundamental para complementar a formação teórica necessária à consecução daquele objetivo. Por essa ocasião já cultivava relações de amizade e proximidade intelectual com alguns professores-antropólogos da FFCH, tendo mesmo participado de algumas incursões a campo em áreas indígenas da Bahia e do Nordeste, realizando registros fotográficos e cinematográficos. Posteriormente, em meados dos anos 1980, como co-autor e pesquisador do Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia – MAMNBA, desenvolvido mediante convênio entre o então SPHAN – Pró-Memória, a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo do Estado, e que teve como resultados o tombamento federal do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho e a criação de legislação municipal de proteção aos sítios de terreiros<sup>1</sup> –, tive oportunidade de aproximação com o universo da religiosidade afrobrasileira. Data desta época uma primeira percepção de aspectos da vida material dos candomblés, referentes à demanda de itens e objetos rituais envolvidos na realização das atividades cotidianas dessas comunidades.

Após uma experiência de atuação na área ambiental vinculada à administração municipal em Vitória da Conquista, anos depois, já como professor de Antropologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, ingressei (e concluí) no/o Mestrado em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB, tendo como objeto de investigação as relações entre cultura, ambiente e turismo, a partir de pesquisa empírica sobre a Lagoa do Abaeté. Participei como pesquisador do projeto Inventário dos Saberes, Conhecimentos e Técnicas Medicinais do Povo Brasileiro, do qual resultou a publicação, em co-autoria, do livro *Na Trilha do Caboclo: cultura, saúde e natureza* (2007), em que foram discutidas as relações do

---

<sup>1</sup> As Leis Municipais n°. 3590/85, 3591/85 e 3.515/85 enquadraram como Área de Proteção Paisagística e Cultural – APCP os terreiros Ilê Iyá Omin Axé Iyamassê – Gantois, Ilê Iyá Nassô Oká – Casa Branca, Ipatitió Gallo – São Jerônimo, Zôogodô Bogun Malê Rundó – Bogun, Ilê Axé Opô Afonjá e o Bate-Folha.

homem com o corpo e seus processos, compreendidas como expressão da diversidade cultural brasileira sob a forma de epistemologias e técnicas singulares, historicamente situadas e culturalmente referenciadas<sup>2</sup>. Fundamentados em outras visões de mundo e representações de corpo, às vezes distintas dos cânones científicos, tais conhecimentos reportam a culturas não-europeias, a saberes mestiços, tradicionais, populares, híbridos, construídos a partir de cisões e dissensões internas ao próprio modelo ocidental. Referem-se a culturas nascidas dos processos coloniais e de transbordamentos europeus, como o caso brasileiro<sup>3</sup>. No âmbito desse trabalho, a análise envolveu as interações entre cultura e natureza, incluindo a discussão sobre o continuado uso medicinal e/ou mágico-religioso das plantas, retomando também a aproximação com o universo da religiosidade afrobrasileira.

De forma semelhante, a pesquisa, de que resulta esta tese de doutorado, articula a natureza e a economia às dimensões relacionadas ao corpo, à cultura e à identidade, incluindo também discussões sobre religiosidade e vida cotidiana. A centralidade das plantas nas práticas rituais do candomblé constitui-se, portanto, como um objeto de estudo de contínuo interesse acadêmico, traduzido na proposta de investigação sobre a configuração contemporânea do tradicional mercado de folhas em Salvador. O termo folhas é aqui compreendido no sentido que é atribuído pelos agentes sociais do mercado ao conjunto de plantas nativas e cultivadas que têm uso mágico-religioso e terapêutico em práticas rituais das religiões afrobrasileiras e/ou apenas terapêutico por amplas camadas da população em geral.

O projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo 2011 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA não sofreu grandes alterações, podendo-se dizer que se manteve, grosso modo, fiel àquela versão. Algumas discussões e sugestões, feitas por colegas quando da apresentação do projeto na disciplina Técnicas de Investigação e Análise em Ciências Sociais, foram acatadas e incorporadas, sem que implicassem, contudo, transformações significativas quanto ao objeto, aos objetivos e à metodologia. Evidentemente que, de lá para cá, a leitura de algumas obras, principalmente de Antropologia e Sociologia Econômica, lançou luzes providenciais sobre alguns aspectos “imprecisos” do projeto,

---

<sup>2</sup> Esse Projeto foi desenvolvido por pesquisadores da UESB, patrocinado pela Lei de Incentivo à Cultura/MinC e pela Petrobrás, com o apoio do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da COPPE/UFRJ, e propôs compreender também como as tradições brasileiras relacionadas ao corpo – e a seus processos de saúde, doença e cura – se revelam nas práticas cotidianas individuais e nos enfoques comunitários para políticas públicas de saúde.

<sup>3</sup> Peirano (1997, p. 88), afirma, a propósito, que “as novas representações híbridas geradas pelo encontro com a cultura/civilização europeia dominante constituíram, no último século, espécies diversas de síntese, mais ou menos radicais, a partir de duas vertentes: de um lado, as ideias e valores de inspiração autóctone e holista; de outro, as ideias e valores trazidos da configuração individualista moderna”.

contribuindo para um melhor enquadramento teórico-metodológico. No geral, entretanto, se manteve a opção pela realização de uma etnografia consistente como condição necessária para a discussão teórica e analítica que possa contribuir, efetivamente, para a produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais. O material aqui reunido constitui, portanto, a tese apresentada como requisito para obtenção do grau de doutor.

### **Candomblé e natureza**

A religião do candomblé surgiu, de forma organizada, na Bahia, como resultado de adaptações e recriações de sistemas de crenças de origem africana por grupos religiosos negros, entre os séculos XVIII e XIX, sob condições adversas e opressivas emanadas da sociedade escravista colonial. No entanto, em épocas anteriores, as atividades religiosas e curativas, genericamente referidas pela denominação de “calundu” e exercidas por africanos escravizados – os “calunduzeiros” –, já eram reputadas, desde o século XVII, pelo fato de associarem práticas de caráter preventivo, como a confecção de amuletos, patuás e bolsas de mandinga, e práticas tipicamente terapêuticas, que envolviam a produção de remédios, em que as tradições africanas de amplo conhecimento da farmacopeia e do uso de ervas se revelaram muito eficazes (PARÉS, 2007). Apesar de tornarem esses “feiticeiros”, “curandeiros” e “calunduzeiros” temidos e respeitados, tais práticas fitoterápicas indicavam também a centralidade dos vegetais (diversas ervas, folhas, sementes e raízes) nos ritos constitutivos dessas manifestações religiosas, afirmando a estreita vinculação da religiosidade africana com a natureza.

Historicamente, portanto, o candomblé foi precedido por uma diversidade de manifestações religiosas também de origem africana, os “calundus”, cuja funcionalidade terapêutica e oracular os tornava bastante procurados, inclusive pela população de pardos e brancos. Parés (2007, p. 110) afirma que, no contexto da escravidão, “a reatualização parcial de práticas religiosas de origem africana, com a sua longa e variada tradição no âmbito da cura, ou do que hoje chamaríamos trabalho assistencial, tornou-se, assim, inevitável”. E a vinculação da cura à prescrição e ao consumo, sob várias formas, de elementos da natureza, a insere na esfera do sagrado.

Foi adotado, então, um modelo doutrinário e litúrgico fundamentado em padrões culturais e simbólicos de origem jeje (*fon*) e nagô (*iorubá*), praticado por comunidades religiosas (*egbé*) estruturadas hierarquicamente a partir do parentesco ritual (as “famílias-de-santo”) e vinculadas a lideranças espirituais (*ialorixás/babalorixás*) responsáveis por

comportamentos e práticas rituais decorrentes de normas de relações intergrupais oriundas de contextos culturais e étnicos singulares (as ‘nações’)<sup>4</sup>. Tal modelo, transmitido oralmente e acessível apenas aos iniciados, baseia-se na crença em entidades sobrenaturais (*orixás, voduns, inquices*<sup>5</sup>) associadas a elementos e forças da natureza que, mediante o transe e a possessão, são incorporados pelos iniciados em rituais públicos, alegres e festivos. Como afirma Lima (1977, p. 29), “um tipo de religião popular em que predominam os elementos mais dramáticos do ritual e as formas simbólicas mais expressivas das culturas dos *jejes, nagôs, angolas, congos caboclos* [sic] brasileiros.” Por outro lado, na esfera privada, circunscrita aos templos e restrita aos membros da comunidade iniciática do terreiro, frequentemente práticas ritualizadas são orientadas e comandadas pelos zeladores, as/os *ialorixás/babalorixás*, auxiliados pelos demais membros da hierarquia religiosa, e envolvem, segundo Parés (2007, p. 116), “os sacrifícios de animais e as oferendas de comidas rituais nos altares dedicados às divindades [que] constituem a base da religiosidade africana, especialmente das tradições da África ocidental.”

No momento de “reinstucionalização dos valores e das práticas religiosas dos africanos no Brasil” (PARÉS, 2007, p. 120), em que se configurou o modelo litúrgico e doutrinário do candomblé, definiu-se também a sua organização característica como “cultos domésticos, em ‘casas e roças’, com uma estrutura social e ritual complexa [...] de tipo ‘eclesial’”, como afirma Parés (2007, p. 116). Esses cultos, orientados pela tradição da África ocidental, ao centrarem-se no binômio altar-oferenda<sup>6</sup>, demandariam uma estabilidade espacial para as práticas rituais e as atividades de iniciação, diferentemente da mobilidade distintiva dos “calundus”, cujos oficiantes atendiam a clientela onde ela demandasse seus serviços. Os primeiros candomblés instalaram-se tanto nos próprios domicílios familiares dos

<sup>4</sup> “A nação, portanto, dos antigos africanos na Bahia foi aos poucos perdendo sua conotação política para se transformar num conceito quase exclusivamente teológico. *Nação* passou a ser, dêsse modo, o padrão ideológico e ritual dos terreiros de candomblé da Bahia, estes sim, fundados por africanos, *angolas, congos, jejes, nagôs* – sacerdotes e iniciados de seus antigos cultos, que souberam dar aos grupos que formaram a norma dos ritos e corpo doutrinário que se vêm transmitindo através os tempos e a mudança nos tempos” (LIMA, 1977, p. 21). Segundo Parés (2007, p. 102), “o conceito de nação ‘religiosa’ ficou estreitamente relacionado com as diversas linhagens ou genealogias da família-de-santo, através das quais ‘a norma dos ritos e o corpo doutrinário’ são, de uma forma ou de outra, transmitidos”.

<sup>5</sup> *Orixás, voduns* e *inquices* são os termos nativos utilizados pelas “nações” iorubás, *jejes* e *angolas* para se referirem às divindades.

<sup>6</sup> O binômio altar-oferenda, o “complexo assento-ebó” na acepção de Parés (2007), significa a articulação dos cultos às divindades representadas e reunidas nos altares (*pejis*) dos templos domiciliares e/ou coletivos (roças/terreiros) à prática das oferendas e sacrifícios. “Os assentos ou altares são ‘complexos materiais sacralizados’ relativamente fixos (enterrados, muitas vezes) e de propriedade familiar ou coletiva; concebidos como habitat ou residência de divindades nomeadas e bem definidas, que comportam normalmente a iniciação de devotos” (PARÉS, 2007, p. 116).

sacerdotes (*ialorixás/babalorixás*) quanto nas “roças” localizadas em áreas mais afastadas e resguardadas das atribuições e perturbações urbanas, tendência esta que marcaria a consolidação dos terreiros como comunidades religiosas afrobrasileiras.

Sob a denominação genérica de folhas, determinadas espécies de plantas ocupam uma posição central nos rituais do candomblé, sendo-lhes atribuída eficácia terapêutica (medicinal) e simbólica (mágico-religiosa), capaz de propiciar bem estar físico e espiritual e de curar malefícios, o que as torna indispensáveis à própria existência do culto<sup>7</sup>. Os “calundus” que antecederam o candomblé já faziam uso ritual e terapêutico de folhas e ervas, o que assinalava a pertinência do tradicional provérbio iorubá: *kosi ewé, kosi orisá* (sem folha não há orixá). Vários estudiosos do candomblé, a exemplo de Juana Elbein dos Santos (1976) e Roger Bastide (2001), têm ressaltado a centralidade das folhas:

As folhas, nascidas das árvores, e as plantas constituem uma emanção do poder sobrenatural da terra fertilizada pela chuva e, como esse poder, a ação das folhas pode ser múltipla e utilizada para diversos fins. Cada folha possui virtudes que lhes são próprias e, misturadas a outras, formam preparações medicinais ou mágicas, de grande importância nos cultos, onde nada pode ser feito sem o uso das folhas. (ELBEIN DOS SANTOS, 1976, p. 91).

E já citei várias vezes a frase de um de meus informantes: “Todo o segredo do candomblé reside em suas ervas”. (BASTIDE, 2001, p. 126).

A associação do candomblé com a natureza remonta à própria origem das matrizes simbólicas e dos padrões culturais *fon* e *iorubá* em África. Lá, como no Brasil, um complexo sistema etnofarmacobotânico classifica o acervo de plantas utilizáveis nos cultos, originalmente coletadas em áreas selvagens, não cultivadas (o “mato”), seguindo preceitos litúrgicos rigidamente definidos. Em suas origens, a própria estrutura da religião comportava sacerdotes específicos para cada domínio do culto: o *babalorixá* ou a *ialorixá* para o culto dos *orixás*; o *babalaô* para o culto de *Ifá*; o *babalossaim* para o culto de *Ossaim*; e o *babaojé* para o culto dos mortos (*eguns*), conforme formulação de Bastide (2001, p. 115): “esse sacerdócio quádruplo corresponde a uma estrutura quádrupla do mundo – os deuses, os homens, a natureza e os mortos”.

No candomblé, *Ossaim* é a divindade conhecedora do segredo das plantas, do seu poder e da sua eficácia simbólica/terapêutica, do que resulta a constituição de uma etnofarmacobotânica chamada por Serra (2008, p.7) de “sistema de Ossain”, um “modelo cosmológico e litúrgico que o ordenamento das folhas descreve”, cuja importância é também assinalada por Verger:

---

<sup>7</sup> O termo “folha” define, portanto, as plantas utilizadas no candomblé em diversas práticas rituais e litúrgicas – banhos de purificação, lavagem de contas, sacudimentos, oferendas etc.

[...] nenhuma cerimônia pode ser feita sem a sua presença, sendo ele [Ossaim] o detentor do *àse* (poder), imprescindível até mesmo aos próprios deuses. O nome das plantas e sua utilização e as palavras (*ofò*), cuja força desperta seus poderes, são os elementos mais secretos do ritual no culto dos deuses iorubás (VERGER, 1981, p. 122).

Recriada miticamente no Brasil, a África ancestral foi miniaturizada (BASTIDE, 1973), por exemplo, no arranjo espacial do candomblé *jeje-nagô* baiano, reunindo num mesmo lugar (o terreiro) os cultos originalmente dispersos de divindades associadas às linhagens, aos ancestrais. O arranjo resultante caracteriza-se pela divisão, perceptível ainda hoje nos terreiros de candomblé tradicionais, entre a área edificada (o próprio templo com seu salão de festas, camarinha, quartos de santo e cozinha, as casas-de-santo e algumas residências) e a área do “mato”, uma reserva de vegetação nativa, local de coleta das plantas rituais (ELBEIN DOS SANTOS, 1976). As necessárias adaptações e recriações das matrizes africanas envolveram também o reconhecimento e a identificação de plantas existentes no Brasil, para uso ritual. Quando as espécies africanas originais não eram aqui encontradas, substituíam-nas por plantas similares disponíveis nas áreas dos terreiros e em áreas naturais públicas e privadas. Outras tantas espécies foram aqui adaptadas, sendo importadas da África num comércio transatlântico contemporâneo ao tráfico de escravos, como explicitado, por exemplo, por Verger:

Muitos negros, antigos escravos alforriados, não muçulmanos, retornaram igualmente à África no início do século XIX. Eles, por sua vez, dedicaram-se ao comércio dos escravos, que deu lugar, em breve, ao comércio de dendê e de diversos produtos da África, de que os negros da Bahia e do Brasil tinham necessidade para realizar o culto as suas divindades. (VERGER, 2000, p. 22).

Se, no início, os terreiros de candomblé se configuravam como cultos domésticos realizados nas residências dos seus chefes espirituais, como o famoso Terreiro da Barroquinha até 1830 (SILVEIRA, 2006), logo a dinâmica urbana os obrigou a buscar locais distantes, ermos e de difícil acesso (NINA RODRIGUES, 1935), afastados das perseguições policiais e dotados de condições ambientais favoráveis ao funcionamento da atividade religiosa comunitária: áreas não habitadas, com recursos naturais abundantes – nascentes, fontes e vegetação diversificada. Bastide faz uma notável referência sobre essa época, em Salvador:

“(...) em geral [os candomblés] agrupam-se longe do centro, nos valos umbrosos, suspensos nos flancos das colinas ou entre as dunas marinhas, escondidos pelas árvores, pelos renques de bananeiras, abrigando-se sob os coqueiros.” (BASTIDE, 2001, p. 30).

Tal situação possibilitou, durante longo período, a autossuficiência dos terreiros em relação aos recursos vegetais, fazendo prevalecer a ortodoxia das regras litúrgicas de coleta das folhas. Posteriormente, ao alcançar as áreas periféricas, a expansão urbana exerceu fortes

pressões sobre a ocupação e o uso do solo que resultaram na redução e perda das áreas de “mato” dos terreiros, dificultando, portanto, as condições de obtenção das plantas rituais. Atualmente, são poucos os candomblés em Salvador que dispõem de espaços de “mato” suficientes para a coleta de plantas rituais, sem que precisem recorrer ao mercado para adquiri-las.

### **O objeto da investigação e o percurso metodológico**

Praticado por comerciantes estabelecidos em feiras e mercados públicos (São Joaquim, Sete Portas, Itapuã, São Miguel, Rio Vermelho e outros) ou distribuídos em pontos de venda pela cidade, o comércio de plantas rituais e medicinais em Salvador indica a existência de uma grande demanda por essas mercadorias. Verifica-se, portanto, a presença de um mercado de bens e serviços que se estrutura em função das comunidades religiosas afro-brasileiras em Salvador, com destaque para o mercado das folhas que são consumidas pelos praticantes do candomblé e de outras religiões de matriz africana. As práticas rituais dos terreiros de candomblé geram uma “economia religiosa” que põe em circulação uma diversidade de mercadorias (roupas, bordados, adereços e acessórios, instrumentos musicais, contas, imagens, itens vegetais, animais), mobilizando vários agentes e serviços profissionais (do artesanato religioso de ferreiros e escultores às atividades de costureiras, bordadeiras, dentre outras).

Ao se postular a existência de um mercado de folhas em Salvador, supõe-se a ocorrência de sistemas de produção, de circulação (troca) e de consumo dessas mercadorias. A pesquisa realizada investigou a configuração do mercado de folhas em Salvador, a partir da compreensão das estruturas sociais e dos agentes envolvidos nos sistemas de produção e de circulação das plantas rituais do candomblé, tomando-se a Feira de São Joaquim e, mais particularmente, o “Mercado da Pedra” que aí ocorre, como a base empírica da investigação.

Pretendeu-se abordar apenas os domínios da produção e da circulação (BRAUDEL, 1987) das plantas rituais em Salvador, por se considerar que o domínio do consumo, seja o consumo ritual/medicinal por fiéis do candomblé e de outras religiões de matriz africana, seja o consumo apenas medicinal pela população em geral, tem sido objeto de estudos relevantes, como os de Verger (2001), Barros (1993, 2000), Serra (2002) e Camargo (1988, 1998a/b), por exemplo. No entanto, o domínio da produção, especialmente, carece de estudos sistemáticos. Já o domínio da circulação tem sido tratado em alguns estudos sobre a comercialização, sobretudo levantamentos das espécies rituais e medicinais comercializadas em feiras e

mercados de Salvador, como os de Almeida e Prata (1990) e Pacheco (2002b), ou levantamentos de plantas rituais e medicinais comercializadas em feiras e mercados do Rio de Janeiro, como os de Maioli-Azevedo e Fonseca-Kruel (2007), Azevedo e Silva (2006) e Arjona, Montezuma e Silva (2007), ou trabalhos similares em Pernambuco e na Paraíba.

Observa-se que há, em Salvador, uma dinâmica da comercialização dessas folhas que se articula com as práticas da religiosidade afrobrasileira. Os comerciantes estabelecidos em barracas e bancas de feiras e mercados e os vendedores de rua, integrando a esfera da circulação, comercializam um conjunto de determinadas plantas, obtidas de outros agentes (os fornecedores que, neste caso, são os próprios produtores) e efetivamente destinadas ao consumo ritual/medicinal. Em relação à produção das plantas comercializadas, verifica-se que estas podem ser produtos de colheita (cultivo) e/ou de coleta (extrativismo), provindo de áreas especialmente cultivadas (horticulturas) e/ou de áreas naturais (manchas florestais remanescentes), mediante atividade extrativista.

As feiras e mercados de Salvador integram a história da população negro-mestiça da cidade. Primeiro como escravos, depois como trabalhadores livres, segmentos dessa população sempre atuaram nas feiras e mercados da cidade, seja como vendedores (feirantes, barraqueiros, ambulantes) e prestadores de serviços (carregadores), seja como compradores e consumidores, atendendo às demandas materiais e espirituais da vida cotidiana. A Feira de São Joaquim, localizada na Enseada de mesmo nome, na Jequitaiá, Cidade Baixa, surgida logo após o incêndio que destruiu a Feira de Água de Meninos em 1964, funciona como importante centro de abastecimento de Salvador e cidades da Região Metropolitana e do Recôncavo, atraindo dezenas de milhares de pessoas diariamente, e oferecendo ainda serviços de bares, lanchonetes, restaurantes, barbearias e outros. Em meados dos anos 1980, ainda se podia ver saveiros atracados na Enseada de São Joaquim, nos estertores de um antigo e intenso fluxo marítimo de saveiros carregados de mercadorias procedentes do Recôncavo. Na feira são comercializados produtos alimentares – hortaliças, legumes e frutas, cereais, farinha, carnes, aves, peixes e mariscos, laticínios, pimentas, temperos e azeite de dendê –, produtos artesanais (cerâmica, cestaria, trançado), uma série de produtos e objetos religiosos afrobrasileiros – imagens, ferramentas, contas, adereços, animais –, além de uma enorme variedade de plantas rituais (as folhas).

Dentre os objetivos da pesquisa estão os de identificar e conhecer os agentes da produção das folhas, sejam propriamente os da produção agrícola (pelo cultivo de espécies demandadas), sejam os da produção extrativista (pela coleta em áreas naturais); identificar áreas de produção e de extração; bem como compreender a divisão do trabalho e as relações



sociais desenvolvidas nestes âmbitos. Ademais, para entender o domínio da circulação das folhas, a partir da produção levada ao mercado, buscou-se identificar seus agentes, os mecanismos usados nas transações comerciais e as interações que aí protagonizam. Por outro lado, tratando-se de mercadorias destinadas ao consumo ritual, requerendo, portanto, conhecimento especializado das espécies demandadas, investigou-se ainda os possíveis vínculos dos produtores/vendedores (agricultores e extratores) e dos agentes da circulação (compradores/comerciantes-feirantes-ambulantes e consumidores) com as religiões afrobrasileiras.

Em síntese, foi elaborada uma etnografia das transações comerciais em torno das plantas rituais, no contexto do Mercado da Pedra que ocorre na Feira de São Joaquim, que pudesse fundamentar uma análise sociológica sobre a configuração contemporânea de um mercado tradicional, o das folhas em Salvador. Ao abordar a temática das folhas, situada na fronteira entre a dádiva e a troca mercantil, dado que o (baixo) valor (econômico) dessas mercadorias torna instigante conhecer as motivações e os interesses dos agentes envolvidos nessas transações, esta pesquisa se fundamentou numa articulação das contribuições teóricas da Antropologia Econômica (Polanyi, Godelier, Sahlins) e da Sociologia Econômica, seja debruçando-se na releitura dos clássicos (Mauss, Marx, Weber), seja buscando dialogar com os contemporâneos (Bourdieu) e teóricos da Nova Sociologia Econômica (Zelizer, Steiner, Swedberg).

A relevância da pesquisa está estritamente ligada à compreensão sociológica dos processos econômicos e dos agentes envolvidos nos domínios da produção e da circulação das plantas rituais no mercado de bens religiosos em Salvador, especialmente diante da redução crescente das áreas naturais de coleta dos terreiros de candomblé, o que os tem levado, cada vez mais, ao mercado.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa (o método etnográfico), reconhecendo que o objeto a ser investigado, o mercado das folhas, pode ser melhor compreendido em seu contexto de ocorrência, o Mercado da Pedra na Feira de São Joaquim, a partir da perspectiva dos agentes sociais nele envolvidos. Para Magnani (2002, p. 17), o método etnográfico “não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos”.

O modo de acercamento se desdobrou em fases, sendo a primeira delas a imersão na teoria, a revisão da literatura pertinente, o provimento das informações e interpretações existentes sobre o tema, que precederam a fase seguinte. Uma vez em campo (segunda fase),

o pesquisador buscou acionar aquelas faculdades, disciplinadas e sensibilizadas pela teoria durante o seu processo de formação, a que se refere Cardoso de Oliveira (1998) em sua síntese do trabalho do antropólogo – olhar, ouvir, escrever. A escrita, dificultosa conversão de uma multiplicidade de dados em texto, constituiu a terceira fase do trabalho etnográfico. Há uma diferença fundante entre a experiência etnográfica (estar lá, em campo, interagindo com o Outro para apreender seu ponto de vista) e a textualização (estar cá, transformando aquela experiência/vivência em escrita), a ser vencida com muito trabalho, muita disciplina e criatividade.

Optou-se, assim, por elaborar uma etnografia que possa aliar a descrição do evento que mobiliza os agentes (o mercado das folhas e seus produtores-fornecedores, compradores e consumidores) a uma interpretação do significado que estes lhe atribuem, enfocando as estruturas sociais e as interações que aí ocorrem. A dinâmica do mercado das folhas pode, então, ser captada a partir dos diversos tipos de informações coletadas no campo em forma de descrições que, submetidas a um processo reflexivo pós-coleta, transformaram-se em dados propriamente ditos. Estes foram sistematizados e analisados posteriormente, à luz de aportes teóricos da Antropologia e da Sociologia Econômica, a despeito de outras contribuições interdisciplinares que se fizeram necessárias.

Por outro lado, deve-se ressaltar que a própria filiação da pesquisa aos campos da Antropologia Econômica e da Sociologia Econômica implica, necessariamente, a adoção da abordagem metodológica qualitativa, na medida em que, do ponto de vista teórico, a contestação do viés formalista e quantitativo da Economia é a principal característica fundadora daqueles sub-campos disciplinares. De fato, os clássicos da Sociologia, em sua época, já se posicionavam contra “os pressupostos teóricos e metodológicos de uma ciência social [a Economia] que se reivindica independente do meio social” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 127-128). Ao propor a imersão ou enraizamento (*embeddedness*) da economia na vida social, Polanyi (2000) inaugura a argumentação substantivista, afirma o caráter social dos fenômenos econômicos, inserindo-os na estrutura social, e põe por terra a racionalidade maximizadora do *homo oeconomicus* preconizada pela teoria econômica ortodoxa.

O trabalho de campo foi, portanto, o cerne da pesquisa etnográfica, viabilizando o contato direto, intenso e prolongado do pesquisador com os agentes do mercado, de modo a propiciar uma compreensão das relações sociais que emergem no contexto e uma apreensão dos significados culturais que orientam e influenciam o comportamento do grupo e dos indivíduos. Deve-se destacar a diversidade de tipos de informação relevantes para registro na experiência etnográfica: a forma e o conteúdo das interações verbais e não-verbais dos

agentes (entre si e com o pesquisador), os comportamentos não-verbais (silêncios, gestos, posturas corporais), as imagens (desenhos, croquis, fotografias), as gravações (entrevistas, depoimentos) e outros tipos de artefatos. Para compreender as normas, os costumes e as convenções compartilhadas coletivamente pelo grupo estudado, foi utilizada, sobretudo, a observação participante, com recurso a entrevistas com interlocutores destacados para aprofundar e complementar aspectos importantes da investigação, mesmo que tenham sido antes apenas observados.

A etapa final do trabalho etnográfico, o processo de escritura que envolveu a transformação dos dados construídos em texto, aconteceu, de fato, em ambiente exterior ao campo, embora a análise e a interpretação dos dados tenha mesmo acompanhado todo o processo de trabalho de campo, de forma a retro-alimentar o próprio problema da pesquisa e a aplicar o modelo teórico-conceitual que a orientou.

Apesar de, à primeira vista, parecer estranho considerar a pesquisa documental como um dos tipos de pesquisa qualitativa, ao ampliar-se o conceito de documento, de modo a incluir textos (jornalísticos, literários, científicos, técnicos, administrativos etc.), estatísticas e iconografias (desenhos, pinturas, fotografias, filmes), pode-se obter, assim, um aporte de fontes de dados que puderam contribuir para enriquecer a compreensão do fato investigado. No texto constante do item 1.1 desta tese, por exemplo, faz-se um exercício de escritura a partir de pesquisa documental em que foram levantados documentos textuais e iconográficos, primários e secundários, sobre a extinta Feira de Água de Meninos, originados e produzidos em distintos contextos – históricos, econômicos e sociais –, que são reveladores desses próprios contextos.

A pesquisa bibliográfica, iniciada antes do trabalho de campo, envolveu ampla revisão da literatura que forneceu informações pertinentes sobre o tema, e incluiu o levantamento e a leitura crítica e sistemática de publicações, artigos científicos e outros textos, buscando fundamentação teórica nas contribuições dos estudos da Antropologia Econômica e da Sociologia Econômica, para a análise e a discussão dos aspectos singulares da configuração contemporânea de um tradicional mercado local, o mercado das folhas e de seus agentes sociais.

Embora os comerciantes de produtos religiosos afrobrasileiros (incluindo-se as folhas) estejam estabelecidos em várias feiras e mercados da cidade, elegeu-se a Feira de São Joaquim como o campo da pesquisa sobre o mercado das folhas em Salvador, com respeito ao domínio da circulação (troca), dada a sua centralidade como polo distribuidor e comercial para a cidade e a região. Já o campo da pesquisa sobre o domínio da produção foi identificado

e delimitado a partir de informações sobre as áreas produtivas, obtidas com os fornecedores das plantas comercializadas no Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, durante os trabalhos de campo desenvolvidos ao longo do período entre os anos de 2012 e 2015. Estas áreas produtivas são, de fato, os locais de origem das folhas, sejam elas objeto de cultivo, como Oitizeiro, no município de Conceição de Jacuípe, ou de extração, como Mapele, no município de Simões Filho.

Além disso, o trabalho de campo se desdobrou em dois momentos. Primeiro, procedeu-se à elaboração de uma detalhada etnografia do mercado, com observação direta e registro descritivo das transações econômicas efetuadas entre fornecedores e consumidores, das negociações periódicas<sup>8</sup>, durante o amanhecer no Mercado da Pedra, ao comércio cotidiano, nas barracas da Feira de São Joaquim, no Mercado das Sete Portas e outros. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com interlocutores destacados, escolhidos entre os agentes sociais envolvidos nos sistemas de produção (horticultores e coletores de plantas) e de circulação (comerciantes/barraqueiros<sup>9</sup>, vendedores ambulantes). Para garantir o anonimato dos sujeitos entrevistados, os seus nomes foram substituídos, nesta tese, por pseudônimos.

Como um *locus* privilegiado de observação de expressões culturais, de sociabilidade e de religiosidade, a Feira de São Joaquim centraliza informações e interações de grande interesse antropológico e sociológico. Polo comercial das plantas de uso ritual e/ou curativas, a Feira funciona também como centro de difusão de conhecimentos tradicionais étnico-referenciados sobre estas plantas. Neste viés, as próprias folhas são consideradas como dados empíricos, expressão material e simbólica da cultura e da religiosidade. Justifica-se, assim, a realização de entrevistas complementares à observação etnográfica sobre os processos de produção e circulação, buscando-se a sistematização das informações e a compreensão em profundidade dos fluxos e dos agentes que fazem parte destes “circuitos de comércio” (ZELIZER, 2009)<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> As transações entre fornecedores e compradores ocorrem regularmente nos dias de segunda, quarta e sexta-feira, em área descoberta da Feira de São Joaquim, quando as folhas são expostas diretamente sobre as pedras do calçamento local. Daí a denominação de “Pedra” que os agentes lhe dão.

<sup>9</sup> Barraqueiro é a denominação popular do comerciante de pequeno e médio negócio, geralmente proprietário de estabelecimentos comerciais em mercados e logradouros públicos, chamados de barracas.

<sup>10</sup> Toma-se, aqui, a noção estabelecida por Viviana Zelizer (2009) sobre os circuitos de comércio, que se baseia em significados tradicionais do termo *comércio*, envolvendo uma percepção ampliada para as trocas, que passam a ser compreendidas não apenas enquanto o mero intercâmbio de mercadorias, mas incluindo outras dimensões, como a circulação de ideias, as conversas e outros aspectos interpessoais.

A investigação sobre o domínio da produção busca preencher uma lacuna na compreensão das singularidades das formas de produção (extrativismo, plantio) das folhas, como bens econômicos e simbólicos, e os modos como se articulam e se relacionam com a esfera da religiosidade, no caso, o candomblé.

Quanto aos procedimentos para a investigação do âmbito da circulação, foram identificadas as etapas que a constituem, para compreender os fluxos materiais, os agentes sociais, as localidades e os processos – sociais, econômicos, políticos, culturais – envolvidos. De acordo com Sahlins (1965, *apud* MEUNIER, 1978 p. 225), a troca deve ser encarada no seu contexto social, podendo ser entendida como um episódio momentâneo no seio de uma relação social contínua: “os termos da troca são regulamentados pelas relações entre as partes; se as relações se modificam, os termos modificam-se também”. Busca-se compreender, nesta dimensão, os caminhos das folhas e a movimentação destes bens simbólicos que, a despeito do circuito econômico, fazem circular o *axé*<sup>11</sup> do candomblé. Assim, concordamos com a sugestão metodológica de Meunier (1978, p. 206), ao considerar que é dos bens “que se deve partir para detectar os fenômenos da circulação” [exatamente como procedeu Malinowski!]. Ainda referindo-se à dimensão da circulação, o autor recomenda buscar-se o estabelecimento de fluxos materiais, atentando para o fato de que cada transação não pode ser encarada isoladamente, devendo ser vista a partir de sua inserção no contexto mais amplo, com o auxílio de uma coerente etnografia. Para Feliciano e Casal (2006, p. 58), “[...] a especialização da Antropologia Econômica, como aliás também a da Sociologia [Econômica], focaliza-se na análise das relações sociais associadas às relações econômicas.”

Nos procedimentos utilizados para a apresentação dos resultados e a interpretação dos esquemas conceituais, recorreu-se ao suporte de diagramas, visando facilitar a compreensão e a análise propostas, sintetizando a relação entre as categorias teóricas e empíricas. Tais diagramas são apresentados ao longo da tese.

Considerando-se as folhas como bens simultaneamente econômicos e simbólicos, i.e., reiterando-se seu duplo caráter de mercadoria e de objeto portador de poder mágico-religioso, busca-se a discussão e o aprofundamento de enfoques teórico-metodológicos capazes de alcançar a complexidade das várias dimensões analíticas presentes. Parece, assim, prudente, a proposição de uma abertura à interdisciplinaridade e à possibilidade de análises com enfoques complementares, desde que articulem, com coerência e rigor, elementos e conceitos dos campos das Ciências Sociais. Por outro lado, enfatiza-se, aqui, o enfoque da Antropologia

---

<sup>11</sup> O *axé* representa, no candomblé, o poder e a força invisível e mágica do orixá e de todos os seres animados e de todas as coisas que existem.

Econômica, considerando sua convergência com a Sociologia Econômica, como apontado por Feliciano e Casal (2006):

Ambas procuram fazer análises comparadas dos processos e estruturas sociais ligados às diversas condições e formas (dispositivos, procedimentos) de produção (distribuição e o consumo) de bens, serviços materiais, valores e de reprodução social (dos agentes e instituições), quer a economia se apresente como uma esfera autônoma ou no interior de processos sociais mais amplos (FELICIANO e CASAL, 2006, p. 58).

Ressalta-se, portanto, a necessidade de releitura e retomada de textos clássicos das Ciências Sociais como o *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (Mauss), a *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *O Capital* (Marx), as *Categorias Sociológicas da Gestão Econômica* (Weber), *A Grande Transformação* e *A Subsistência do Homem e ensaios correlatos* (Polanyi), de maneira a reaquecer o debate sobre o próprio papel dos estudos etnográficos e antropológicos no mundo contemporâneo, em que preponderam os enfoques da ciência econômica. Visa-se, assim, superar as discussões limitadas aos embates entre as vertentes formalistas e substantivistas no campo da Antropologia Econômica.

### **Ponto de partida**

No que se refere aos estudos sobre os negros no Brasil, esta tradição se inicia com os trabalhos pioneiros de Nina Rodrigues (1935, 1988), no final do século XIX, e de Querino (1938), no início do século XX, enfocando as “sobrevivências” religiosas africanas a partir de observações e pesquisas realizadas em terreiros de candomblés *jeje-nagô* de Salvador. Embora sejam considerados os fundadores dos estudos afrobrasileiros, os dois autores tinham pontos de vista diferentes em relação às referidas “sobrevivências”: evolucionista, Nina Rodrigues acusava a inferioridade do “animismo fetichista” dos negros, enquanto Querino enaltecia a contribuição cultural dos “colonos pretos”. Eles realizaram pesquisas minuciosas em condições também distintas – Nina, como um etnógrafo branco detalhista, e Querino como um praticante atento e curioso do candomblé.

Na década de 1930, os estudos adotariam uma perspectiva mais sistemática, representada pelas obras de Ramos (1940, 1979) e Carneiro (1978, 1981), ainda que ambos continuassem realizando pesquisas, tal como Nina Rodrigues, em terreiros de rito *nagô* da Bahia, ajudando, assim, a disseminar a ideia de uma suposta superioridade deste na preservação da religiosidade africana. No mesmo período, introduzindo conceitos culturalistas

no Brasil, Freyre (1996, 1998) utilizaria a mestiçagem para tratar da contribuição do negro na formação da sociedade patriarcal, lançando a ideia (polêmica) da “democracia racial”.

Mesmo os antropólogos estrangeiros que se dedicariam aos estudos afrobrasileiros, a partir dos anos 1940, como Herskovits (1943), Bastide (1973, 1985, 2001), Landes (1967), Verger (1981) e Elbein dos Santos (1976), continuaram centralizando suas pesquisas empíricas “em terreiros *jeje-nagôs* mais conhecidos e, portanto, mais significativos, do ponto de vista dos pesquisadores culturalmente orientados”, como afirma Lima (1977, p. 50). No entanto, estes estudos foram importantes ao formular uma análise das relações étnico-raciais sob a perspectiva teórica que valorizava o papel civilizatório do africano no Brasil, baseada no fator cultural, em que o conceito de etnia assumia um papel central. Nos anos 1950-60, a influência teórico-metodológica da Escola de Chicago nas pesquisas sobre relações raciais<sup>12</sup> privilegiaria a análise socioeconômica da condição do negro, em detrimento da ênfase cultural tão evidente no momento anterior dos estudos afrobrasileiros.

A obra de Bastide destaca-se na bibliografia dos estudos afrobrasileiros por apresentar uma interpretação do candomblé enquanto manifestação de uma epistemologia africana no Brasil, i.e., como uma religião complexa e estruturada, com evidentes e autênticos vínculos com a “África mística”. Para Bastide, no candomblé, divindades, mitos e ritos instituem ordenadamente o mundo segundo hierarquias sociais e religiosas bem determinadas, ao tempo em que laços de solidariedade e de reciprocidade são estabelecidos entre os membros da comunidade dos terreiros, não apenas na vida religiosa, mas também nos comportamentos da vida cotidiana. Os trabalhos de Bastide, cujo foco incide sobre o candomblé *jeje-nagô*, que teria preservado a “pureza” das tradições africanas no Brasil, encontram correspondências na obra de Verger – seu contemporâneo e também um renomado africanista –, e exerceram grande influência sobre a produção antropológica afrobrasileira a partir dos anos 1960, tendo continuidade, por exemplo, com os trabalhos de Elbein dos Santos (1976) e Lima (1977), apesar de críticas e restrições recíprocas, dentre outros.

Já no que se refere aos estudos sobre o uso ritual das plantas no candomblé, ainda nos anos 1950, Bastide já assinalava a necessidade de realização de estudos e pesquisas detalhadas sobre o sistema de classificação das plantas e seu uso litúrgico no candomblé, reconhecendo-lhes um papel vital nos processos rituais e terapêuticos. Bastide (2001)

---

<sup>12</sup> Para Guimarães (1999, p. 76), “Esses estudos são geralmente referidos como “ciclo de estudos da UNESCO” – 1953-1956; “estudos do convênio *Columbia University*/Estado da Bahia” – 1950-1960; “estudos da escola paulista” – 1955-1972. Ademais, datam também desta época os primeiros ensaios críticos sobre relações raciais escritos por intelectuais negros militantes, tais como Guerreiro Ramos (1954, 1957) e Abdias do Nascimento (1950)”.

estabelecia diferenças entre a medicina popular/tradicional, que chamava de “empírica”, e a medicina “religiosa” praticada pelos sacerdotes de *Ossaim*, mesmo quando as mesmas plantas estavam em causa. Além disso, também abordou os ritos envolvidos na coleta das folhas, segundo um padrão de ortodoxia que prescrevia o uso de plantas do “mato”, não cultivadas, colhidas em locais e horas determinadas, em detrimento das mesmas folhas existentes no quintal, logo domésticas, sem valor (*axé*), estabelecendo uma oposição nítida entre natureza e cultura.

A abordagem contemporânea do uso ritual e medicinal das plantas relacionadas ao mundo do candomblé – sobretudo do candomblé *jeje-nagô* –, reúne estudos efetuados por autores como Verger (2001), Barros (1993), Camargo (1998a/b), Serra (2002) e Albuquerque *et al.* (2007). Estes estudos têm focado, sobretudo, os aspectos etnobotânicos, analisando os sistemas classificatórios das plantas, e os simbólicos, buscando compreender os usos mágico-religioso e terapêutico pelas comunidades religiosas afrobrasileiras.

Verger (2001) desenvolveu pesquisas na África e na Bahia, onde coletou e catalogou milhares de plantas utilizadas por iorubás e baianos, examinando a nomenclatura africana das plantas, as suas formas (fórmulas/receitas) de uso mágico-religioso e medicinal e, com especial ênfase, as palavras (*ofô* ou encantações) que, ao serem proferidas no ato do uso, ativam o seu poder (*axé*). Verger (2001, p. 30) afirma que “entre os iorubas, os *ofô* são frases curtas nas quais muito frequentemente o verbo que define a ação esperada, o verbo atuante, é uma das sílabas do nome da planta ou do ingrediente empregado”. O segredo que envolve a liturgia das folhas é ressaltado por Verger (2000, p. 227): “o nome dessas folhas e seu emprego é a parte mais secreta do ritual do culto dos Orisa e Vodun”.

Serra *et al.* (2002) produziram estudos botânicos, farmacológicos e etnológicos como resultado das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Ossain I e II, buscando compreender as estruturas taxionômicas subjacentes ao uso ritual e terapêutico das plantas no candomblé. Assim, no sistema de *Ossaim*, a classificação dos vegetais é feita “segundo os efeitos que produzem quando utilizados na condição de símbolos e fármacos” (Serra, 2008, p. 7). Não há, em certos usos, distinções muito rígidas entre as dimensões terapêuticas e as religiosas. Serra (2008) assinala, porém, as distinções entre o emprego litúrgico ou terapêutico das plantas, quando são consideradas folhas, e o uso alimentar: submetidas a operações culinárias, não são mais consideradas como folhas.

Pacheco (2002a) destaca o recurso do intercâmbio de plantas, cultivadas ou não, entre membros dos candomblés como uma das estratégias de obtenção das folhas, frente à redução crescente das áreas verdes em consequência da expansão urbana. Assinala ainda a plasticidade



adaptativa do candomblé, a despeito da apregoada pureza ritual, como se depreende da realidade presente de alguns terreiros que mantêm reduzidas áreas verdes com plantas cultivadas e domesticadas simbolizando o “mato selvagem” mítico e exuberante. Algumas espécies de origem africana, como a *Periploca nigrescens* (Obó), a *Cola acuminata* (Obí), a *Newbouldia laevis* (Akokô) e a *Tetrapleura tetraptera* (Aridan), indispensáveis aos rituais iniciáticos e de consagração, são objetos de intensa troca nos candomblés, estabelecendo vínculos que consolidam e reafirmam relações de solidariedade e reciprocidade entre as comunidades dos terreiros, que fazem circular, através de mudas e sementes, o *axé* nelas contido.

A deterioração perceptível da qualidade ambiental urbana de Salvador tem, portanto, levado os terreiros a recorrer cada vez mais ao mercado, para se abastecerem de plantas rituais. Há uma certa ortodoxia religiosa do candomblé que considera as plantas do mercado desprovidas de *axé*, pois seriam coletadas por não iniciados que não observariam horários, locais e preceitos de coleta (PACHECO, 2002a), comprometendo, assim, a sua eficácia simbólica (MAUSS, 2003). No entanto, evidências históricas atestam que os povos iorubá e *fon* – que deram o formato tradicional do candomblé baiano –, como povos africanos agricultores, já conheciam e utilizavam o mercado para realizar a troca de produtos agrícolas, de caça e pesca, além do artesanato. É, portanto, bastante provável que também recorressem ao mercado<sup>13</sup> para obter os itens necessários aos cultos tradicionais, incluindo-se as plantas rituais não encontradas em suas roças. Ainda nos anos 1920, notícias de jornais baianos sobre apreensões de produtos vegetais de origem africana como o *obi* (*Cola acuminata*), desembarcados clandestinamente no porto de Salvador, demonstravam a permanência do comércio regular destes produtos, ou seja, a manutenção de um mercado que já existia no século XIX, viabilizando a troca de produtos brasileiros (baianos) por produtos africanos<sup>14</sup> e que, segundo Verger (1952), movimentava grandes quantidades de itens necessários às práticas rituais do candomblé – sementes, contas, objetos e, provavelmente, mudas de plantas.

Atualmente, os candomblés continuam fazendo uso ritual de determinadas plantas, como o manjericão (*Ocimum basilicum*), o macaça (*Aeollanthus suaveolens*), a água-de-alevante-miúdo (*Renalmia occidentalis*), o orobô (*Garcinia cola*), o obí-branco (*Cola*

---

<sup>13</sup> O artigo de Verger e Bastide sobre os mercados africanos (VERGER, 1992, pp. 119-159) contém croquis dos tradicionais mercados de Saketê e Pobé, no Baixo Benin, em que se pode ver os pontos de venda de “artigos para fetiche”, “ervas medicinais” e folhas.

<sup>14</sup> Costa e Silva (1994, p.30) refere ao comércio de “azeite de dendê, noz de cola, sabão e pano da Costa”.

*acuminata*) e o ataré (*Xilopia aethiopica*), dentre centenas de outras espécies<sup>15</sup>, além de itens da economia dos rituais, como utensílios cerâmicos, instrumentos, contas e insumos necessários para a produção do artesanato religioso, assim como animais e alimentos destinados a sacrifícios e oferendas, sempre adquiridos nas feiras e mercados da cidade.

Produzidos em candomblés tradicionais e estruturados, cujas práticas litúrgicas mantêm-se sob rígido controle das lideranças, notadamente nos de rito nagô, alguns estudos como os de Serra (2002), Barros (1993) e Elbein dos Santos (1976) – embora, neste último, as folhas não sejam o foco principal do trabalho –, enfatizam a identificação dos sistemas classificatórios das plantas e a apreensão da estrutura cosmológica subjacente de grupos religiosos com sólidos laços de parentesco ritual e de reciprocidade, muitos dos quais ainda conservam áreas com recursos naturais, o que os torna, em tese, independentes do mercado das folhas. Entretanto, esta não é a realidade da grande maioria das comunidades religiosas que, desprovidas de áreas naturais próprias ou impedidas de coletar em áreas públicas, recorrem sistematicamente ao mercado para prover os itens vegetais necessários às práticas rituais.

Face às mudanças das condições ideais para a manutenção dos cultos, desenvolveram-se, assim, procedimentos ritualizados com o sentido de reavivar a força de folhas obtidas no mercado, restaurando-lhes o *axé* necessário para produzir os efeitos mágico-religiosos conhecidos e esperados. Neste contexto, há que se investigar o papel que o mercado desempenha na persistência da tradição religiosa dos candomblés de Salvador. Usando os termos desta pesquisa, pode-se dizer que estes estudos se inscrevem no domínio do consumo, uma vez que abordam o uso ritual das folhas, portanto, o consumo ritual, e não tratam do domínio da produção que é levada ao mercado, objeto desta pesquisa de doutorado.

Quanto aos estudos sobre a comercialização e a produção de plantas rituais e medicinais, percebe-se que outra vertente de estudos afro-brasileiros é a que trata de aspectos da comercialização de plantas rituais e medicinais, realizados, sobretudo, em feiras e mercados de Salvador, como os trabalhos de Almeida e Prata (1990) e Pacheco (2002a, 2002b); do Rio de Janeiro, como os de Arjona, Montezuma e Silva (2007), Azevedo e Silva (2006) e Maioli-Azevedo e Fonseca-Kruel (2007); e de Recife, como os de Albuquerque (1997b), por exemplo. Quase todos os trabalhos realizam, na verdade, um conjunto de inventários e levantamentos locais e regionais, com eventuais identificações botânicas e/ou estudos farmacológicos, de plantas de uso ritual e medicinal comercializadas nas feiras livres

---

<sup>15</sup> Ver Apêndice B – Relação das Espécies de Plantas Comercializadas no Mercado da Pedra.

e mercados de várias cidades brasileiras. As formas de produção e de comercialização praticadas pelos agentes sociais desses mercados de plantas rituais e medicinais não são abordadas nesses trabalhos, deixando de esclarecer as singularidades do funcionamento dos mesmos.

De fato, a questão do mercado de bens religiosos afrobrasileiros tem sido raramente investigada, com poucas exceções, como o trabalho de Prandi (2004), que examina as mudanças por que passam as religiões afrobrasileiras, analisando algumas características constitutivas e organizacionais dos cultos e dos terreiros, frente à competitividade acirrada do mercado religioso. Outra exceção é o trabalho de Pacheco (2002a, 2002b), que faz uma breve e interessante abordagem sobre aspectos da comercialização de plantas de uso religioso e medicinal em Salvador, centrando suas observações na Feira de São Joaquim, o principal centro de distribuição comercial das folhas (Pacheco, 2002a). O autor fornece, ainda, indicações sobre o número de barracas que comercializam as plantas rituais e sua procedência, ao tempo em que faz referências à presença de um comércio em grandes quantidades, protagonizado por “erveiros”<sup>16</sup> em local “e momento diferenciado do comércio de ervas nas barracas” (Pacheco, 2002b, p. 214-215), tratando, assim, embora tangencialmente, da questão da produção das folhas praticada por agentes externos, fora do âmbito do “mato” dos terreiros. Há outras referências importantes sobre as categorias distintas de folhas comercializadas, indicativas da presença de formas diferenciadas de produção das mesmas (cultivo e extrativismo), além de menções à divisão sexual do trabalho presente na comercialização em grandes quantidades (Pacheco, 2002b).

### **Estrutura da tese**

A tese está organizada em uma estrutura composta por uma Introdução, seguida de quatro Capítulos (1, 2, 3 e 4), as Considerações Finais, as Referências e alguns Apêndices (A, B, C e D, conforme indicados no Sumário). A Introdução, que se inicia com uma síntese da trajetória pessoal do pesquisador, apresenta o objeto da investigação realizada e que fundamenta esta tese, discute o estado de arte do tema e traz indicações do percurso metodológico adotado e dos autores que orientaram o trabalho.

---

<sup>16</sup> Pacheco (2002b, p. 200) chama de “erveiros” aos comerciantes de grandes quantidades de folhas, “indivíduos que adquirem, de agricultores e extratores, plantas (cultivadas ou coletadas) a fim de revendê-las nas feiras livres de Salvador”.

O Capítulo 1 faz uma síntese histórica da Feira de São Joaquim, destacando o seu papel icônico no jogo das trocas mercantis entre o Recôncavo e a cidade de Salvador, que teve na Feira de Água de Meninos sua maior expressão. Contém ainda um painel das últimas intervenções realizadas pelo Governo do Estado (2012-2016) com o objetivo de sua “requalificação”.

O Capítulo 2 é dedicado ao Mercado da Pedra, no contexto da Feira de São Joaquim, cujas características permitem defini-lo como ponto de partida do intenso fluxo de circulação das folhas em Salvador. São apresentados os principais agentes do mercado, suas práticas cotidianas, a dimensão lúdica do trabalho e os processos de aprendizagem vinculados ao etnoconhecimento das espécies vegetais comercializadas, em que se destacam as relações sociais de parentesco como mecanismo de transmissão intergeracional dos saberes tradicionais.

No Capítulo 3 aborda-se o mercado, a produção e a circulação das folhas. Além de uma discussão teórica sobre o mercado, são analisados os domínios da produção, enfocando-se as categorias destacadas dos seus agentes sociais, i.e., mateiros, horticultores e raizeiros, seus processos produtivos, os locais de produção, os vínculos religiosos e as contradições entre a expansão urbana e qualidade ambiental da vida em Salvador. As características do domínio da circulação das folhas são abordadas também neste capítulo, onde são apresentados diagramas que ilustram o enfoque adotado.

O capítulo 4 contém um ensaio analítico da metamorfose da mercadoria folha, inspirado no esquema elaborado por Enrique Dussel (2012) para discutir a transformação da matéria prima em produto-objeto por efeito do trabalho vivo, a partir dos seus comentários aos *Grundrisse* de Marx. Busca-se ressaltar as modificações formais pelas quais passam as folhas, desde sua condição de coisa natural, sua circulação como valor de troca no mercado, até a sua consumação (ritual/terapêutica) no âmbito religioso, quando assume a forma de *ewê*.

As Considerações Finais contemplam, sobretudo, os aspectos singulares da configuração do mercado de folhas rituais/medicinais em Salvador, assinalando a justaposição das duas esferas da circulação que se entrecruzam de forma dinâmica, articulando um mercado tradicional (de feição “africano”) ao mercado capitalista contemporâneo.

## 1 A FEIRA DE SÃO JOAQUIM

A história das sociabilidades da população da cidade de Salvador é marcada pelo caráter mercantil de sua economia portuária, de suas feiras e mercados<sup>17</sup>. A presença da população negro-mestiça nestes espaços mercantes tem sido, assim, uma característica permanente da história econômica soteropolitana. Inicialmente como escravos e posteriormente como trabalhadores livres, segmentos da população negra sempre atuaram nestes espaços de trocas, nas mais diversas atividades, ora como prestadores de serviços (“negros-de-ganho”), vendedores ambulantes (“ganhadeiras”), feirantes e barraqueiros, ora como comerciantes compradores-vendedores e consumidores em busca do atendimento às demandas de abastecimento da vida cotidiana.

Tais espaços de trocas compreendiam as feiras e mercados que se realizavam, originalmente, na estreita faixa continental à beira do porto da cidade, e aquelas outras, tais como as Feiras da Rampa do Mercado, do Cais Dourado, do Sete e de Água de Meninos (todas extintas) e a atual Feira de São Joaquim. Abrangiam os extintos Mercado de Santa Bárbara (ao pé da Ladeira da Montanha), Mercado Popular (atual Mercado do Peixe) e Mercado do Ouro, incluindo-se também aqueles que ainda permanecem com algum tipo de atividade comercial, como os Mercados de Santa Bárbara e de São Miguel, na Baixa dos Sapateiros, e o das Sete Portas que denomina a região onde está localizado.

De forma exemplar, os trechos abaixo constituem sínteses de diversos relatos dos séculos XVIII e XIX, que expõem impressões impactantes sobre essas feiras baianas instaladas ao longo do porto (Fotografias 1 e 2), com as quais logo se deparavam os viajantes estrangeiros, ao desembarcar.

À mistura de cores e ao barulho das aves, mesclavam-se o chocalhar das peças de cerâmica, os gritos dos mercadores e o vozerio dos compradores, compondo um quadro fascinante mas atordoante. Peixes, caranguejos, camarões, frutos do mar e carnes contribuíram para o mau cheiro que exalava dessas mercadorias espalhadas, aos montes, pelo chão da rua do cais, já atravancada de quitandeiras e quiosques. O mercado informal estendia-se pela boca da ponte de madeira tornando o chão da rua cada vez mais lamacento, visguento e pegajoso, não só pela mistura de mercadorias mas pelo ir e vir desencontrado. Eram muitos os que ali iam para comprar, outros tantos para vender; muitos chegavam e outros partiam. (SAMPAIO, 2005, p.50-51).

Sem canalizações ou esgotos, centro de venda de produtos perecíveis como carnes, peixes ou frutas, entupida durante o dia por uma multidão excessiva para o espaço disponível, a zona do porto, sobretudo sob o calor úmido do

<sup>17</sup> MATTOSO (1978, p. 2) ressalta: “Salvador de qualquer modo permanece, ao longo do século XIX, mercado, feira, porto, lugar de trocas para populações vindas de todos os horizontes.”

verão tropical, dava náuseas ao viajante estrangeiro, pouco afeito ao odor dos alimentos exóticos. (MATTOSO, 1992, p. 438).

Fotografia 1 – Mercado no Porto da Bahia, c. 1887



Fonte: ERMAKOFF (2004). Foto de Otto Karl Schönwald, 1887

Fotografia 2 – Mercado, porto da Bahia, 1887



Fonte: <http://salvador-antiga.com/index.html>. Foto de Stefan Claesson, 1887

### 1.1 A Feira de São Joaquim, histórico e imaginário cultural

De todas as feiras-livres de Salvador, a Feira de Água de Meninos foi a mais famosa e a mais conhecida por sua extensão (Fotografias 3, 4 e 5) e pela enorme diversidade de produtos e serviços oferecidos: comércio no atacado e no varejo de diversos produtos agrícolas, manufaturas e artesanatos regionais (Fotografias 6, 7 e 8), serviços de barbearia, restaurantes, além de atividades ilegais e clandestinas (jogo do bicho, prostituição, tráfico de drogas etc.). Teve sua origem a partir da transferência dos comerciantes da antiga Feira do Sete (nome emprestado do Armazém Sete das Docas de Salvador, em cujas imediações se

localizava), destruída por um incêndio em 1934. A nova feira instalou-se, então, no local denominado Água de Meninos, na Jequitaitaia, estendendo-se em direção à enseada de São Joaquim (Fotografias 3, 4 e 5), tornando-se o principal centro de abastecimento alimentar para a cidade de Salvador – segundo Santos (1958, p. 42), “um verdadeiro entreposto em relação às demais feiras urbanas”.

Fotografias 3, 4 e 5 – Feira de Água de Meninos, década de 1940



Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto.html>. Fotos: Pierre Verger, [1940]

Fotografias 6, 7 e 8 – Feira de Água de Meninos, década de 1940



Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto.html>. Fotos: Pierre Verger, [1940]

No período que vai de 1940 a meados dos anos 1960, a Feira de Água de Meninos se consolidou como símbolo da rica e calorosa vida popular da Bahia, atraindo turistas e servindo de fonte de inspiração para escritores, jornalistas, fotógrafos, cineastas, músicos e diversos outros artistas. Mais tarde, em 1964, um grande incêndio destruiria a Feira de Água de Meninos, provocando a transferência dos seus comerciantes para as proximidades da enseada de São Joaquim, que emprestaria o nome para a sua nova localização.

Com menor extensão que a Feira de Água de Meninos original, a Feira de São Joaquim manteve, no entanto, a função de principal centro de abastecimento alimentar para as camadas populares de Salvador e ainda seguiu concentrando a enorme diversidade de produtos regionais. Em certa medida, continua, mesmo atualmente, representando um

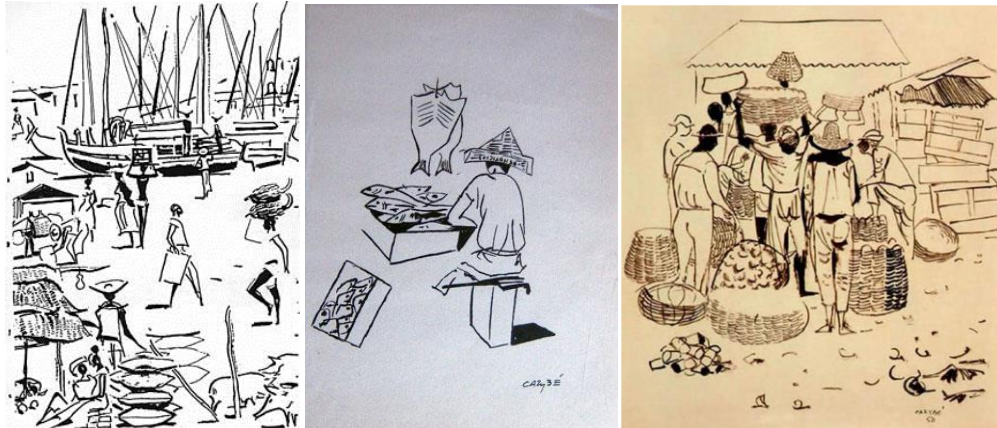
importante centro de vida popular e, na maioria das vezes, ainda é referida como Feira de Água de Meninos, dada a proximidade do local, a semelhança com o ambiente da antiga feira e a afluência de muitos de seus antigos feirantes. Assim, apesar de extinta, a Feira de Água de Meninos permanece no imaginário baiano como representação icônica das feiras locais, tendo inspirado a produção de diversos artefatos culturais – desenhos, pinturas, fotografias, canções, reportagens, filmes – (Fotografia 9 e Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) por intelectuais e artistas locais e forasteiros.

Fotografia 9 e Figura 1 – Set do filme e Cartaz de *A Grande Feira* (dir. Roberto Pires, 1961)



Fonte: <http://cadernodecinema.com.br/blog/fragmentos-de-uma-cidade/>. Foto: Roberto Pires

Figuras 2, 3 e 4 – Desenhos de Carybé, Feira de Água de Meninos, 1950-60



Fonte: [http://www.elfikurten.com.br/2012\\_01\\_01\\_archive.html](http://www.elfikurten.com.br/2012_01_01_archive.html)

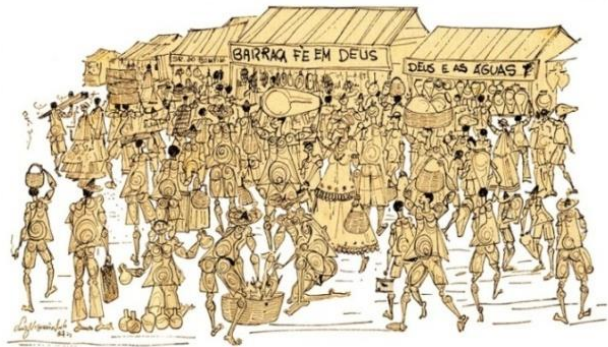
Figuras 5 e 6 – Aquarelas de Carybé inspiradas nas feiras do porto da Bahia



Fonte: <http://www.acervobrasil.com/carybe-2/> (6)



Figuras 7 e 8 – Xilogravura de Inimá de Paula e Desenho de Luiz Nogueira Neto (1973)



Fonte: <http://becodasartespapel.blogspot.com.br/2011/04/xilogravura.html> (8) e <http://marcosnogueira-2.blogspot.com.br/2011/01/arte-de-lorn.html> (9)

Muito da dinâmica e da movimentação da Feira de Água de Meninos provinha da existência de um cais de atracação de embarcações (principalmente saveiros), a Rampa de São Thiago de Água de Meninos que, juntamente com a Rampa do Mercado Modelo – na Praça Cairu –, concentrava o desembarque, em Salvador, de produtos oriundos do Recôncavo (Fotografias 10, 11 e 12). Eram outros tempos, os da estreita vinculação da capital com a rede urbana do Recôncavo, por via marítima, mediante o fluxo contínuo dos saveiros que cruzavam a Baía de Todos os Santos, transportando produtos agrícolas, manufaturas e artesanatos regionais, numa intensa rede de relações econômicas e produtivas (BRANDÃO, 1998).

Fotografias 10, 11 e 12 – Feira de Água de Meninos, década de 1940



Fonte: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto.html>. Fotos: Pierre Verger, [1940]

Considerando a Feira de Água de Meninos como “o ponto ideal para um contato demorado e saboroso com o que há de mais entranhado na alma do povo baiano”, Tavares (s.d., p. 88) descreve a ambiência e a diversidade do comércio da feira, que denomina “feira dos mil produtos”, a partir do abastecimento possibilitado pelos saveiros:

(...) este Recôncavo de velhas cidades, de vilas e lugarejos, de ilhas paradisíacas, é todo comunicado pelos saveiros que correm seus mares, noite

e dia. Trazem lenha e carvão de Itaparica e Jaguaribe [sic]<sup>18</sup>(‘as moças de Jaguaribe...’ canta Caymmi); café e cacau de Nazaré; farinha, bananas, laranjas, verduras de Maragogipe; charutos e fardos de fumo de Cachoeira e São Félix. É toda a produção da fértil região da Bahia, que vem se expor todos os dias na Rampa do Mercado ou na feira de Água de Meninos, para deleite dos visitantes, já que os da terra olham-na com a indiferença das coisas cotidianas. E, à tarde, regressam, levando para seus pequenos portos de origem, entrando pelos rios adentro, conduzindo os produtos importados, a farinha de trigo, o querosene, os gêneros alimentícios que vêm do sul e do norte. (TAVARES, s.d., p. 49).

Todos os dias, a feira prossegue. Mas quem desejar conhecer a maior feira livre da Bahia, por isso a mais intensa e a mais concorrida, vá ao sábado, à tardinha, a Água de Meninos. Olhe, das ladeiras da cidade alta, o formigueiro à beira da enseada. Os barcos chegando e saindo. Outros encostados ali perto, como que enterrados na areia, aguardando a alta da maré. De onde vieram? O que trouxeram? Que caminhos percorreram? Que produtos carregam? São os saveiros que vêm de todas as partes do Recôncavo. Trazem os mais variados produtos da terra baiana; bananas em cachos semiverdes, laranjas, cerâmica, aipim, os quiabos para os mais coloridos carurus, a pimenta malagueta de fascinantes efeitos; cana-de-açúcar de Santo Amaro; abóboras, tomates e pimentões; montes de verduras junto aos garrafões de dendê de todas as comidas; até as gaiolas de pássaros que não sabemos se cantam, até o louro imponente e malicioso no seu alto poleiro. Até o sagüim ali exposto pelo menino que vende, quem sabe, com lágrimas nos olhos, pela necessidade do dia difícil que passa. Depois as barracas das mais variadas comidas. Brilham sobre a toalha branca do botequim ao ar livre, as jóias do caruru, do vatapá, do efó, do acarajé, da galinha de xinxim ou do abará. E numa imensidade de modelos e de formas a cerâmica de panelas, tigelas, pratos, bilhas e copos. Vejam-se as suas linhas, os seus desenhos. Para esta feira de mil produtos, vem toda uma população pobre da cidade para em grande parte se abastecer. (TAVARES, s.d., p. 88-89).

Outros autores, como Vasconcelos Maia, também assinalam a diversidade de produtos e o papel central das embarcações do Recôncavo para a dinâmica da Feira:

E de tudo ali se encontra, gêneros de todas as necessidades são mercadejados, a maioria trazida nos bojos de barcos a vela – os grandes e exóticos saveiros que fazem o comércio da Baía de Todos os Santos, ligando a capital às cidades, vilas e arraiais do recôncavo, pontilhando o horizonte azul com seus panos enfunados, levantando em cada enseada, bosques de mastros nus. Encalhados na areia de Água de Meninos, pintados de cores cruas e vivas, tem nomes de ingênua poesia, numa mostra pura do sentimentalismo dos homens do mar. (MAIA, 1951, p. 8).

As características de feira-mercado africano presentes nas feiras da capital já apareciam nas narrativas dos primeiros romances de ambiência soteropolitana de Jorge Amado – *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936), *Capitães da Areia* (1937) –, e a partir daí passam a constituir o principal referencial para outras narrativas, como as reportagens de

<sup>18</sup> A grafia correta é Jaguaripe, município baiano situado no Recôncavo, ao sul da Ilha de Itaparica, enquanto que Jaguaribe é um município localizado no Estado do Ceará. Tavares comete o mesmo erro ortográfico quando faz a citação da canção de Caymmi.

Tavares<sup>19</sup>, outros romances de Amado (*A Morte e a Morte de Quincas Berro D'Água* (1959), *Os Pastores da Noite* (1964), *Dona Flor e seus Dois Maridos* (1966), *Tenda dos Milagres* (1969), a trilogia africana de Antonio Olinto – *A Casa da Água* (1969), *O Rei de Keto* (1983), *Trono de Vidro* (1987) – e outros textos de escritores e jornalistas que contribuíram para consolidar a imagem construída da Feira de Água de Meninos como ícone referencial de baianidade. Jorge Amado – em *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios da cidade do Salvador*, publicado originalmente em 1945 e reeditado várias vezes –, junto com Carybé – em *As Sete Portas da Bahia* (1962) –, fixaria a imagem e ambiência típicas da feira:

A feira de Água dos meninos é uma festa noturna e semanal. Realiza-se no sábado à noite e na manhã de domingo. Os saveiros vindos das pequenas cidades do Recôncavo descansam no pôrto em frente à feira, onde barracas se levantam para a venda de todos os produtos baianos. (...) Tem quem só vá à feira passear. Negros, mulatas, marítimos, gente grã-fina que vem comprar, acotovelam-se ante as barracas que vendem a melhor comida baiana em pratos de flandres. (...) Os coloridos vestidos das baianas, os tabuleiros de frutas, doces e acarajés, os montes de abacaxis e melancias maduras, as gargalhadas do povo negro, as piadas trocadas entre marítimos e mulatas, o sarapatel fervendo nas panelas, os cegos cantadores que pedem esmola, as barracas de bugigangas que atraem os capoeiras e cozinheiras, as barracas que vendem material para os ritos das macumbas, pedras e ervas, búzios e fetiches, os montes de frutas. (AMADO, 1967, p. 279). [mantida a grafia original].

É como se fosse a enxurrada das ladeiras do Canto da Cruz, do Quebrabunda, da Lapinha e da Água Brusca. Fica lá embaixo, junto ao mar, num amontoado inverossímil [sic] de barracas, divididas por becos, ruelas e passadiços, formigando de gente, de saveiros, de jegues, frutas, legumes, jabá, cestas e tamancos, camarão seco e raladores de coco, fifós, cana e farinha de guerra. Cerâmica de todo Recôncavo. De todos os feitios e para todos os usos.

Como os depósitos de inflamáveis invadiram o território da feira, um areal alvo onde se comia, à noite, sarapatel e mocotó, onde se amava, se dormia ou se ouviam histórias do mar ao pé dos saveiros. Areal que deu nome aos famosos capitães de areia; pois bem, como os depósitos de inflamáveis invadiram seu território, a feira invadiu a rua. Começa do lado de fora entre as palmeiras reais. Mercam-se ali panelas de alumínio, bacias, canecos e bules. Banha de jibóia para reumatismo, canela de ema para a asma e folhas, casca de paus para curar de tudo. Quase sempre há uma barraca onde se exhibe o “homem-fera” ou a “mulher-macaco”, bancas de ferro velho e algum cego tirando cantigas.

Na principal rua, a rua que atravessa a feira, mal se pode passar de tanto povo, carroças, caminhões, jegues encangalhados, vendedores, camelôs, balaios. Para andar com um sossego relativo é preciso passar às estreitas ruas entre barracas, ali o espetáculo humano é inesgotável, as mulheres do carimã peneirando a puba, sumidas no cone de sombra de seus enormes chapelões, quando mercam deixam ver seu riso tão branco como os cubinhos de goma que estão oferecendo. Há barracas especializadas em passarinhos onde

<sup>19</sup> Embora a edição utilizada não contenha referência à data de publicação, sabe-se que a obra foi originalmente publicada no Rio de Janeiro pela Livraria José Olympio Editora, no ano de 1951.

esvoaçam campeões do canto e da cor, às vezes algum macaco enriquece a fauna, e, um pouco avacalhado com a cor das cuiúbas e dos sofrês, se movimenta amarrado pelo meio fazendo caretas e obscenidades para regozijo da molecada. Há montanhas de cachos de bananas, de laranja, de pinha, de limas, de cana-de-açúcar, pois é aí que se abastecem os vendedores ambulantes, os hotéis, restaurantes e famílias pobres. Hercúleos carregados descarregam os saveiros, entram na água até o umbigo e voltam carregados com tijolos, carvão, balaios imensos de jiló, porcos, capoeiras de galinhas d'angola ou feixes de caibros, numa técnica toda especial passam a carga a outro e este a outro mais conforme a distância entre o saveiro e o depósito.

No setor das carnes verdes há um personagem sinistro, é o homem que tira miolos e língua das cabeças de boi. Com seu cepo da jaqueira e seu grande machado, este carrasco proletário destrincha as cabeças esfoladas onde os grandes olhos esbugalhados parecem perguntar onde estava o resto do boi. Este personagem está rodeado de mandíbulas e ossos e descarrega suas machadadas com a mesma precisão que seu velho antepassado inglês, o encarregado de decapitar Ana Bolena.

Em Água dos Meninos, se concentra a produção do Recôncavo, chegam as mercadorias de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Cachoeira, São Francisco do Conde e outras cidades, estivadas na barriga chata dos saveiros que esperam banzos, adernados que os livrem desse peso todo.

O mal da feira é o cheiro espesso, a maresia, o barro se chove ou a poeira se faz sol, mas o colorido e a vida compensam e um gole de cachaça com arruda de um dos inúmeros botequins nos limpa a goela e o coração fazendo-os esquecer o cheiro de manguê na maré vazante, o pó e a inhaca das capoeiras de galinha. (CARYBÉ, 1976, p. 103-104). [mantida a grafia original].

Ainda na década de 1950, o potencial turístico da Feira começou a ser explorado pela administração municipal, com a publicação da “Coleção Recôncavo”, um conjunto constituído por dez cadernos ilustrados pelo artista plástico Carybé, que difundia aspectos da cultura baiana com o objetivo de informar e atrair visitantes, sendo a Feira de Água de Meninos um dos temas abordados. Os desenhos de Carybé, ao lado das fotografias de Pierre Verger, dos romances de Jorge Amado e das canções praieiras de Dorival Caymmi, se tornariam os elementos basilares do discurso da baianidade, espécie de fetiche identitário que constituiria o imaginário da singularidade da cultura baiana que, a partir do final dos anos 1960, seria usado na elaboração do “produto Bahia”, a ser vendido pela nascente política estatal de turismo (OLIVEIRA, 2009).

Em 1966, no início da carreira profissional, o compositor e cantor popular Gilberto Gil gravaria a canção “Água de Meninos”, que tem letra de José Carlos Capinan e música de sua autoria, no seu primeiro LP para a Philips, denominado “Louvação”, com arranjos de Dori Caymmi. Essa canção narra a história de uma feira – Água de Meninos –, localizada entre o mar e a cidade, e, em tom de denúncia velada, característico da canção engajada da época pré-tropicalista e pós-golpe de 1964, os autores relatam o incêndio proposital (“atrás do moinho, o governo / que quis a feira acabar”) que resultou na retirada dos feirantes do local.

Água de Meninos  
(Gilberto Gil / José Carlos Capinan)

Na minha terra, Bahia  
Entre o mar e a poesia  
Tem um porto, Salvador  
As ladeiras da cidade  
Descem das nuvens pro mar  
E num tempo que passou, ôôô  
Toda a cidade descia  
Vinha pra feira comprar

Água de meninos  
Quero morar  
Quero rede e tangerina  
Quero peixe deste mar  
Quero vento desta praia  
Quero azul, quero ficar  
Com a moça que chegou  
Vestida de rendas, ô  
Vinda de Taperoá

Por cima da feira, as nuvens  
Atrás da feira, a cidade  
Na frente da feira, o mar  
Atrás do mar, a marinha  
Atrás da marinha, o moinho  
Atrás do moinho, o governo  
Que quis a feira acabar (*bis*)

Dentro da feira, o povo  
Dentro do povo, a moça  
Dentro da moça, a noiva  
Vestida de rendas, ô  
Abre a roda pra sambar

Moinho da Bahia queimou  
Queimou, deixa queimar  
Abre a roda pra sambar

A feira nem bem sabia  
Se ia pro mar ou sumia  
E nem o povo queria  
Escolher outro lugar  
Enquanto a feira não via  
A hora de se mudar  
Tocaram fogo na feira  
Ah, me diga, minha sinhá  
Pra onde correu o povo  
Pra onde correu a moça  
Vinda de Taperoá?

Água de Meninos chorou  
Caranguejo correu pra lama  
Saveiro ficou na costa  
A moringa rebentou  
Dos olhos do barraqueiro  
Muita água derramou

Água de Meninos acabou  
Quem ficou foi a saudade

Da noiva dentro da moça  
 Vinda de Taperoá  
 Vestida de rendas, ô  
 Abre a roda pra sambar  
 Moinho da Bahia queimou  
 Queimou, deixa queimar  
 Abre a roda pra sambar (GIL e CAPINAN, 1967, B5).

A extinção da Feira de Água de Meninos já era anunciada desde antes dos incêndios ocorridos em 1964. A vizinhança dos reservatórios de combustível de companhias estrangeiras assombrava, diariamente, feirantes e usuários. De maneira premonitória, uma onda de boatos se disseminava pelos becos e passagens em direção à Feira, amedrontando os feirantes quanto à extinção ou à mudança de Água de Meninos, como proclama o poeta cordelista Cuíca de Santo Amaro nas cenas iniciais do filme *A Grande Feira*, longa metragem de ficção, dirigido por Roberto Pires em 1961, tendo Água de Meninos como tema e cenário. A Feira foi ainda objeto de muitos filmes documentários de curta-metragem, que registraram aspectos da sua dinâmica e da diversidade de seus produtos e personagens, enfocando o movimento dos saveiros na rampa e cenas do colorido e animado cotidiano do lugar.

## 1.2 A Feira de São Joaquim contemporânea

Como as antigas feiras que lhe antecederam (Fotografias 13 e 14) – a Feira da Rampa do antigo Mercado Modelo destruído pelo fogo em 1969, a Feira do Cais Dourado, a Feira do Sete e a Feira de Água de Meninos –, a Feira de São Joaquim localiza-se às margens da Baía de Todos os Santos, a meio caminho entre os bairros do Comércio e da Calçada.

Fotografia 13 – Saveiros atracados na rampa do antigo Mercado Modelo



Fonte: <http://www.amoahistoriadesalvador.com/wp-content/uploads/2016/03/Rampa-do-Mercado-Modelo-1952.png>. Foto: Autor desconhecido

Situada, mais precisamente, no lugar chamado Jequitaia, fronteiro ao conjunto arquitetônico da Igreja e Convento dos Órfãos de São Joaquim, a Feira de São Joaquim é uma das últimas feiras livres tradicionais da cidade de Salvador, herdeira, por sua proximidade física, da importância e vitalidade da famosa Feira de Água de Meninos. Estendendo-se ao pé da Ladeira de Água Brusca, a enseada de Água de Meninos (Fotografia 14) servia de ancoradouro para os saveiros que abasteciam a enorme feira com produtos oriundos do Recôncavo, tendo sido, posteriormente, aterrada por ocasião das obras de ampliação da área do porto da cidade. Dessa antiga configuração portuária tradicional, resta apenas a pequena enseada de São Joaquim e sua rampa de atracação.

Fotografia 14 – Saveiros atracados na enseada de Água de Meninos, 1948



Fonte: <http://www.amoahistoriadesalvador.com/saveiros-na-enseada-de-agua-de-meninos-1948-o-mar-ainda-chegava-perto-da-ladeira-da-agua-brusca-no-alto-o-barbalho-fonte-postal-wessel-e-ggsa/>

A Feira de São Joaquim surgiu com a transferência do que restou da Feira de Água de Meninos quando, em 1964, a área foi atingida por um suspeito e polêmico incêndio iniciado nos reservatórios de combustível aí existentes, cujas causas (e responsáveis) nunca foram esclarecidos completamente. Em 12 de outubro daquele ano, a Prefeitura de Salvador, a Capitania dos Portos, a Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA e o Sindicato dos Feirantes regulamentaram a ocupação da Feira de São Joaquim mediante a assinatura de um Termo de Cessão, em caráter provisório, por 30 anos, o que dura até hoje. Apesar das transformações decorrentes do processo de modernização da economia baiana a partir da chegada da Petrobrás ao Recôncavo, na década de 1950, e da implantação da malha rodoviária no Estado, ainda se podia ver, na primeira metade da década de 1980, alguns saveiros atracados na Enseada de São Joaquim, nos últimos estertores de um antigo e intenso fluxo marítimo de embarcações carregadas de mercadorias procedentes de Bom Jesus dos Pobres, de Cachoeira, das Ilhas de Itaparica, Frades e Maré, de Maragogipe, Nazaré das Farinhas, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde e de outras localidades do Recôncavo, atestando os laços tradicionais da economia regional.

A Feira de São Joaquim permanece como importante centro de abastecimento para o comércio retalhista popular e local de provisionamento familiar para as camadas de baixa renda da cidade, que já contou, em décadas passadas, com um circuito maior de feiras livres móveis e um número significativo de mercados populares. Em 2010, o Setor de Feiras e o Setor de Mercados da Coordenação de Feiras e Mercados da Secretaria de Serviços Públicos do Município, responsáveis pelo ordenamento, fiscalização e gestão pública das atividades de abastecimento, haviam cadastrado 21 feiras-livres e 41 mercados existentes na cidade<sup>20</sup> (Apêndice A – Mapeamento de feiras, mercados e pontos de venda de folhas de Salvador, 2010).

Atualmente, a Feira de São Joaquim ocupa uma área total de 3,65 ha, dos quais 2,95 ha de área construída<sup>21</sup>, que reúne cerca de 7.500 feirantes e atrai mais de 20 mil pessoas, diariamente, em atividades de compra e venda de produtos<sup>22</sup>, segundo estimativas fornecidas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador – SINDIFEIRA, em 2013. Com funcionamento diário, a Feira ainda oferece serviços de bares, restaurantes, barbearias e outros, continuando a representar um importante posto de abastecimento de Salvador e outras cidades do Recôncavo.

Embora tenha havido iniciativas anteriores para elaboração de um projeto de intervenção visando à implantação de melhorias da infra-estrutura física – de forma a resolver os sérios problemas de higiene sanitária do local, notadamente por se tratar de atividade comercial de alimentos –, bem como a salvaguarda de aspectos imateriais e simbólicos associados à Feira de São Joaquim, numa ação que envolvia o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

---

<sup>20</sup> Tal cadastro compreende as feiras de Águas Claras, Amaralina, Avenida Sete de Setembro, Barra, Boa Viagem, Boca do Rio, Bonfim, Calabetão, Cajazeiras X, Candeal, Castelo Branco, Cosme de Farias, Cruz da Redenção, Curtume (Baixa do Fiscal), Dom Avelar, Fazenda Coutos, Fazenda Grande do Retiro, IAPI, Imbuí, Itaigara, Itapuã, Japão (Liberdade), Jardim Cruzeiro, Largo do Tanque, Largo 2 de Julho, Mussurunga, Nordeste de Amaralina, Paripe, Plataforma, Resgate (Cabula), Ribeira, São Joaquim, São Caetano, São Cristóvão, São Raimundo, Sete Portas, STIEP, Tancredo Neves, Vale das Pedrinhas e Valéria, além daquelas definidas como “de logradouros públicos”, Marechal Rondon, Nova Brasília, Saboeiro, Uruguai, Garcia, Barbalho, Lobato e Pau Miúdo, e os mercados do Bonfim, do Curtume na Calçada, das Flores no Largo do Mocambinho, 2 de Julho, no Centro, de Itapuã, do Rio Vermelho, no Largo da Mariquita; de São Joaquim, próximo à enseada, São Miguel, na Baixa dos Sapateiros e o de Frutos do Mar, antigo Mercado do Peixe, em Água de Meninos. Os Mercados de Santa Bárbara, praticamente inativo, na Baixa dos Sapateiros, e o das Sete Portas, pelo fato de serem administrados por concessionários do serviço público, não constam deste cadastro municipal.

<sup>21</sup> Dados de 2010, fornecidos pela CONDER.

<sup>22</sup> A Feira de São Joaquim mobiliza, diariamente, todo um conjunto significativo de agentes sociais envolvidos em suas atividades: proprietários de boxes, vendedores de mercadorias, empregados de feirantes, promotores de vendas, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, arrumadores (responsáveis pela carga e descarga dos caminhões), carregadores, fretistas, dentre outros, além dos milhares de consumidores e visitantes.



Nacional – IPHAN, o que de fato vingou foi o Projeto de “Requalificação” com o objetivo de garantir a permanência do equipamento e possibilitar a transformação do local em um polo de visitação turística. Tal projeto, executado a partir de 2011 pelo Governo do Estado, por meio de parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER e a Secretaria de Turismo do Estado, com recursos do Estado e da Caixa Econômica Federal, envolveu intervenções que compreenderam a implantação de infra-estrutura em rede – de esgotamento sanitário, distribuição de água, drenagem pluvial, distribuição de energia elétrica, telefonia, sistema de prevenção e combate a incêndio a sistema de sonorização –, obras de pavimentação, cobertura para boxes e circulações, além da construção de 923 boxes e reforma de 426 outros existentes.

Desde 2011, portanto, a Feira foi objeto de obras que se arrastaram por mais de cinco anos. À mercê das descontinuidades político-administrativas dos governos, o cronograma das obras e dos serviços foi continuamente postergado, afetando o desempenho das atividades comerciais da Feira. A primeira etapa da intervenção afetou diretamente as atividades dos setores localizados às margens da enseada de São Joaquim, envolvendo os segmentos de artigos religiosos afrobrasileiros, animais vivos, hortaliças, frutos do mar e pescado, além de serviços de restaurantes populares, que tiveram de ser transferidos, provisoriamente, para um Galpão cedido pela CODEBA, nas proximidades do Terminal de Ferry-Boat.

A primeira etapa desta intervenção foi concluída apenas em setembro de 2016, após frequentes interrupções e reinício de obras, o que provocou insatisfação entre os feirantes. Com o final da primeira etapa, os feirantes originais retornaram ao local agora “requalificado”. Mais duas etapas de obras estão previstas, embora os órgãos responsáveis não tenham apresentado um cronograma para a execução das etapas subsequentes, de maneira a alcançar a totalidade da Feira.

Os feirantes de São Joaquim ocupavam, em 2010, o total de 2.215 estabelecimentos de diversos tipos (Tabela 1), conforme dados cadastrais levantados pela CONDER, e se distribuíam por 22 “quadras” e mais de 50 “ruas”, como são denominadas as estreitas áreas de circulação entre os boxes. Configurando-se como um misto de feira e mercado, São Joaquim possibilita o acesso do consumidor através de cinco portões por terra, a partir da Rua Eng. Oscar Pontes, e um acesso pela Enseada de São Joaquim, através do cais do Porto da Cana, para onde retornará o comércio de folhas (plantas rituais/medicinais) e de animais vivos<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Antes das obras de requalificação, em condições mais precárias, comerciantes de folhas dividiam o exíguo espaço desse local com os comerciantes de animais vivos e os próprios animais.

**Tabela 1 – Número de Estabelecimentos por Tipo – Feira de São Joaquim**

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.215</b>	<b>100,0</b>
Boxe	1.339	60,45
Banca	765	34,54
Pedra	63	2,84
Pallet	35	1,58
Gigo	13	0,59

Fonte: CONDER, 2010

A Feira de São Joaquim possui uma infra-estrutura física constituída por uma diversidade de pontos de venda, referidos nos documentos técnicos oficiais como “estabelecimentos comerciais”, sem que o termo expresse, com precisão, uma tipologia coerente das edificações e dos equipamentos utilizados. Assim, o “estabelecimento” típico da Feira é o “boxe” – também chamado de “barraca” pelos feirantes e consumidores –, uma pequena edificação geralmente construída em alvenaria, com cobertura e instalações próprias, mas sem que obedçam a uma padronização construtiva, resultando num agregado confuso de estruturas comerciais construídas com vários materiais (madeira, estrutura metálica, tela aramada etc.). Geminados a outras edificações similares, os “boxes” vão, assim, compondo “quadras” e “ruas” de “estabelecimentos”, desenvolvendo-se numa espécie de labirinto instigante, a que os cheiros fortes e exóticos dos produtos frescos adicionam um atrativo à parte. Portanto, o “boxe” é o tipo de ponto de venda ou “estabelecimento” dominante na Feira de São Joaquim, a atestar a hegemonia do comércio varejista. A “banca”, geralmente construída em madeira, com tabuleiro e cobertura (de lona) acoplados – numa configuração clássica do equipamento móvel que se convencionou chamar de “barraca de feira” – ocupa espaços nas circulações entre as quadras, representando o equipamento característico de toda feira-livre. Ao final da jornada comercial diária, seus proprietários envolvem com uma lona ou plástico toda a “banca”, cobrindo as mercadorias restantes, e amarrando tudo com cordas.

Já os outros tipos de “estabelecimento” referidos na Tabela 1, do ponto de vista da sua estrutura física, a rigor não configuram um tipo de estabelecimento, mas apenas diferentes equipamentos (mobiliários) que possibilitam modalidades diversas de comercialização, a saber: *i*) a “pedra” constitui a forma mais elementar de comercialização, em que os feirantes dispõem as mercadorias diretamente no chão ou calçamento (“na pedra”, como falam) do local (eventualmente podem até forrá-lo com uma lona ou tecido), mas sempre dispensando qualquer tipo de equipamento ou mobiliário; *ii*) o “pallet” é um estrado de madeira, de forma quadrangular, que, posto no chão do local, serve de base sobre a qual o feirante dispõe suas

mercadorias; trata-se, na verdade, de uma reutilização do objeto que originalmente é usado para manuseio e transporte de produtos e equipamentos industriais empilháveis, sendo amplamente reutilizados para diversas finalidades, incluindo-se esta de servir de base para a venda de produtos nas feiras; *iii*) por sua vez, o “gigo” é uma espécie de gaiola grande, com estrutura de madeira ou metal e fechamento de tela aramada, em que os animais vivos<sup>24</sup> são acondicionados e transportados para serem vendidos na feira.

Na Feira de São Joaquim, além dos produtos e objetos religiosos afrobrasileiros – imagens, ferramentas, contas, adereços, animais e uma enorme variedade de plantas rituais (as folhas) –, também são comercializados produtos alimentares – hortaliças, legumes e frutas, cereais, farinha, carnes, aves, peixes e mariscos, laticínios, pimentas, temperos e azeite de dendê –, produtos artesanais (cerâmica, cestaria, trançado), dentre outros. Por estas características, a Feira de São Joaquim é também bastante procurada por visitantes, viajantes e turistas nacionais e estrangeiros, atraídos pela diversidade e “exotismo” de suas mercadorias típicas, cujo intenso fluxo estende-se em redes de trocas e sociabilidades entre os feirantes, os consumidores, os frequentadores e os usuários. A Feira de São Joaquim continua se destacando como a maior arrecadação dentre todas as feiras da cidade, aquela que concentra o maior número de feirantes e que apresenta a maior circulação de consumidores em Salvador.

A partir de dados cadastrais coletados pela CONDER em 2010, por ocasião dos trabalhos preliminares à intervenção física da primeira etapa do “Projeto de Requalificação”, foi elaborada a Tabela 2, que apresenta dados quantitativos relativos à distribuição dos estabelecimentos conforme os ramos de atividade dos feirantes.

**Tabela 2 – Número de Estabelecimentos por Ramo de Atividade  
– Feira de São Joaquim**

Ramo de Atividade	N	%
<b>Total</b>	<b>2.215</b>	<b>100,0</b>
Comércio Varejista	1.323	60,45
Depósito	301	34,54
Serviços	283	8,49
Comércio Atacadista	188	2,84
Desocupado	98	1,58
Indústria	22	0,59

Fonte: CONDER, 2010

<sup>24</sup> Utilizados em oferendas e sacrifícios rituais pelos praticantes das religiões afrobrasileiras, os animais vivos comercializados na Feira incluem aves (pombos, galos, galinhas-de-angola e outras espécies) e caprinos, ficando estes últimos confinados em pequenos currais localizados na plataforma do quebra-mar da enseada de São Joaquim.

Observa-se que a maioria significativa dos feirantes se ocupa do comércio varejista (60,45 % dos estabelecimentos), seguido pelo comércio atacadista, aqui considerado como o somatório das atividades de “depósito” com o de “comércio” propriamente “atacadista”, o que totaliza 489 unidades, ou seja, 37,34 % dos estabelecimentos existentes.

As obras da primeira etapa (trecho contíguo à enseada de São Joaquim) realizadas pelo “Projeto de Requalificação” desenvolvido pelo Estado (CONDER/Secretaria de Turismo) implicaram a demolição dos boxes antigos e a realização de obras de infraestrutura, que envolveram a execução de redes de drenagem, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de energia elétrica, com implantação de sistema de gás encanado, além de pavimentação e construção de novos boxes e de áreas destinadas à comercialização de animais vivos e frutos do mar. As estruturas portuárias da enseada de São Joaquim também foram objeto de serviços de dragagem e limpeza e de obras de contenção e recuperação do quebra-mar, com melhoramento do cais e do atracadouro, tendo sido implantados uma nova rampa de acesso à praia e um *pier* flutuante. Na área posterior da Feira, conhecida como rua “de carga e descarga”, foi construído um novo pátio para manobras de carga e descarga dos caminhões que trazem as mercadorias.

Com a conclusão da primeira etapa das obras de “revitalização”, apenas uma pequena área da Feira – cerca de 20% – apresenta a nova configuração projetada, com instalações “requalificadas”, tendo os feirantes do trecho retornado (a partir de setembro de 2016) e ocupado as novas instalações. Os demais setores e feirantes continuam aguardando o início das outras etapas do Projeto, para que possam usufruir das novas condições prometidas.

A configuração física-espacial da Feira de São Joaquim revela aspectos interessantes decorrentes da frequente tensão entre as dimensões econômicas e simbólicas/rituais que lá se encontram presentes. A diversidade de funções exercidas pela feira, com suas características de mercado (a estrutura física de caráter fixo constituída pelos conjuntos de boxes geminados compondo “ruas”, “becos” e passagens, com atividades comerciais específicas – “rua do camarão”, “rua da bala” etc.) e de feira, com uma profusão de barracas e bancas móveis, cuja exposição de mercadorias acompanha os ciclos de oferta dos produtos de cada estação, faz com que seja um local de intensa sociabilidade, interações e relações de reciprocidade, envolvendo as demandas das necessidades domésticas de aprovisionamento, do consumo utilitário, lúdico, mágico-religioso e ritualístico, e a oferta incessante e diversificada de mercadorias regionais, desde alimentos a artesanato, frutas, verduras e produtos industriais.

Uma rede de relações e conexões entre Salvador e o Recôncavo continua sendo constantemente recriada e reestruturada pelas demandas das atividades comerciais que

ocorrem nos espaços da Feira de São Joaquim, envolvendo as esferas da produção, da distribuição, da circulação e do consumo de mercadorias. Segundo Souza (2010), a Feira tem o seu abastecimento atendido, por um lado, pela produção da agricultura familiar originária da própria Região Metropolitana de Salvador, do Recôncavo Sul, do Paraguaçu e do Litoral Norte, e, por outro, pela Central de Abastecimento da Bahia - CEASA, além de encomendas acordadas com outros comerciantes atacadistas da cidade. Como entreposto e local de trocas econômicas e simbólicas, a Feira de São Joaquim representa, ainda, o importante papel de centro semi-atacadista e varejista de mercadorias que abastece o setor informal do comércio da cidade de Salvador, podendo ser enquadrada no circuito inferior<sup>25</sup> de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 2008) para camadas significativas da população de baixa renda.

Se a face mais vibrante e pitoresca da Feira de São Joaquim se revela em suas atividades e mercadorias, na diversidade multicolorida de frutas, verduras e legumes, na profusão de produtos artesanais, na intensidade contínua de seus fluxos materiais e no movimento permanente de pessoas, feirantes, consumidores, visitantes e carregadores, há, no entanto, um acontecimento quase imperceptível, porque realizado em momento anterior ao funcionamento da Feira, que é o que chamamos aqui de Mercado da Pedra, o abastecimento regular de plantas rituais/medicinais que é feito por fornecedores, durante a madrugada.

---

<sup>25</sup>A economia informal, principal mecanismo de sobrevivência para a população pobre, surge no que SANTOS (2008) chama de “circuito inferior” da economia urbana, em que se destacam atividades em pequena escala, como as feiras livres.

## 2 O MERCADO DA PEDRA

Mercado da Pedra ou Pedra é a denominação que se dá às transações de compra e venda de plantas rituais/medicinais chamadas de folhas e amplamente consumidas por fiéis do candomblé, que ocorrem em um determinado local a céu aberto, na Feira de São Joaquim, entre as 4:00 h da madrugada e as 7:00 h da manhã, com a frequência de três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras. A circunstância em que tais mercadorias, trazidas por pequenos produtores agrícolas e extrativistas da cidade e de seu entorno, são expostas diretamente na pedra do calçamento ou no chão do local, sem mediação de qualquer tipo de equipamento ou mobiliário, deu origem ao nome Pedra, pelo qual essa atividade comercial tornou-se conhecida e referida por seus participantes e usuários.

Para efeito da abordagem aqui proposta, denominamos de mercado das folhas o mecanismo de oferta-procura-preço mediante o qual se efetiva o comércio dessas mercadorias, ressaltando que tal mecanismo não se reduz a um local apenas (Feira de São Joaquim), mas alcança outros lugares (Mercado das Sete Portas, Mercado de São Miguel, CEASA do Rio Vermelho, feiras de bairros populares, barracas e bancas de vendedores ambulantes dispersos pela cidade) e nem está restrito à comercialização exclusiva de folhas – além de raízes, cascas, frutos e sementes vegetais também são comercializados alguns produtos artesanais e diversos itens da base material das práticas rituais afrobrasileiras, como bonecos de pano para feitiço, folhas de bananeira cortadas e sapecadas para acondicionamento de comida ritual, alguns tipos de alimentos (acaçá<sup>26</sup> branco, acaçá de arroz), broto de dendezeiro para confecção de *mariwô*<sup>27</sup> etc.

Acompanhando o enfoque proposto por Karl Polanyi (2012) em sua análise do mercado como uma união de determinados traços institucionais, podemos identificar na configuração do Mercado da Pedra os seguintes elementos constitutivos:

- i) um local físico, o Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, que ocorre três vezes por semana, durante a madrugada, a partir do qual as mercadorias circulam por outros

<sup>26</sup> O acaçá é uma iguaria afro-baiana feita de farinha de milho branco ou de arroz, cozida em ponto de gelatina e envolvida, ainda quente, em folhas de bananeira previamente sapecadas na chama; é bastante utilizado na preparação de oferendas e na composição de vários rituais do candomblé.

<sup>27</sup> O *mariwô*, termo da língua iorubá, consiste em um adereço decorativo e ritual confeccionado, apenas pelos homens no candomblé, com a folha nova (e ainda não aberta) do dendezeiro (*Elaeis guineensis*) que, desfiada manualmente, fica com o aspecto de cortina ou franja, sendo então colocado sobre os vãos de portas e janelas das edificações religiosas (casas-de-santo, barracões de festas, assentamentos etc.), com a função de demarcação do espaço sagrado e de proteção dos umbrais e limiães.

locais de troca dispersos pela cidade e região (mercados e feiras públicas, barracas fixas e bancas de vendedores ambulantes);

*ii)* as mercadorias disponíveis, determinadas espécies de plantas de uso ritual e/ou medicinal denominadas de folhas;

*iii)* um grupo ofertante, constituído por vendedores (os próprios produtores) de folhas, subdivididos em mateiros (extrativistas/coletores de certas espécies nativas de folhas que chamam de “grossas”) e horticultores (cultivadores de outras espécies mais frágeis e delicadas de folhas, chamadas de “frias” ou “cheirosas”);

*iv)* um grupo demandante de compradores, constituído por comerciantes (proprietários de barracas em feiras e mercados públicos e vendedores ambulantes em logradouros públicos) e consumidores finais (povo-de-santo, populares); e

*v)* costumes ou normas que orientam e regulam as transações.

No contexto do Mercado da Pedra, portanto, se dão relações de troca (compra e venda), confrontando, de um lado, um grupo de compradores – comerciantes e consumidores finais –, e, do outro lado, um grupo de vendedores – pequenos agricultores e extrativistas –, estes na condição de produtores e fornecedores dessas mercadorias. Assim, o Mercado da Pedra funciona como o centro de distribuição das folhas em Salvador, abastecendo os diversos postos do comércio varejista dessas mercadorias, que se encontram dispersos pela própria Feira de São Joaquim e por outras feiras, mercados e logradouros da cidade (ver Apêndice A – Mapeamento de feiras, mercados e pontos de venda de folhas em Salvador).

O trabalho de campo que fundamentou esta tese foi realizado entre os anos de 2012 e 2015 na Feira de São Joaquim, em Salvador, tendo como interlocutores os agentes sociais envolvidos na produção, distribuição, circulação e consumo das folhas. Além de um período de observação direta das atividades cotidianas desenroladas no local, da coleta de dados primários e da realização de entrevistas com os agentes sociais do Mercado da Pedra e da Feira de São Joaquim, também foram feitas algumas incursões em áreas de produção das plantas (nas localidades de Oitizeiro, no município de Conceição do Jacuípe, e de Mapele, no município de Simões Filho). As atividades de observação direta e de registro etnográfico se concentraram nas transações comerciais matinais entre produtores e consumidores realizadas no Mercado da Pedra (Figura 9), localizado na área externa do Galpão Água de Meninos, cedido pela CODEBA para alojar os feirantes transferidos do trecho da primeira etapa das obras do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, executado pelo Governo do Estado, a partir de 2011.

Figura 9 – Localização do Mercado da Pedra na Feira de São Joaquim, 2012-15



Fonte: Image Google Earth, 2011

No entanto, os relatos fornecidos pelos produtores-fornecedores indicam que, ao longo do tempo, o Mercado da Pedra ocupou outros locais da Feira de São Joaquim. As referências mais remotas localizam-no sobre o leito da linha férrea, no quarteirão entre a Rua Engenheiro Oscar Pontes e a Avenida Jequitaia, na vizinhança do atual galpão da Cesta do Povo (Figura 10). Naquela época, um ramal de carga dos trens da Leste, cuja estação urbana situava-se bem próximo dali, no Largo da Calçada, ainda atravessava a área da Feira e era no seu leito que se acomodavam os fornecedores de folhas, como afirmam os produtores:

Eu comecei a vender aqui tem muitos anos, *a gente vendia* era na linha do trem, onde hoje tem a loja da Cesta do Povo, não sabe? *Era ali, na linha do trem, do mesmo jeitinho, na pedra, no chão.* Que nem a gente continua fazendo, [...]. (Dona Cleonice, mateira de Jauá, entrevista, 2014).

Eu vendo aqui nessa feira há mais de cinquenta anos. E essa feira aqui... nós já foi prá muito lugar. Quando eu comecei, *a Pedra era lá na linha do trem...* onde ficava também o povo que vendia os bicho... (Seu Alemão, horticultor do Cabrito, entrevista, 2015). [grifos nossos].

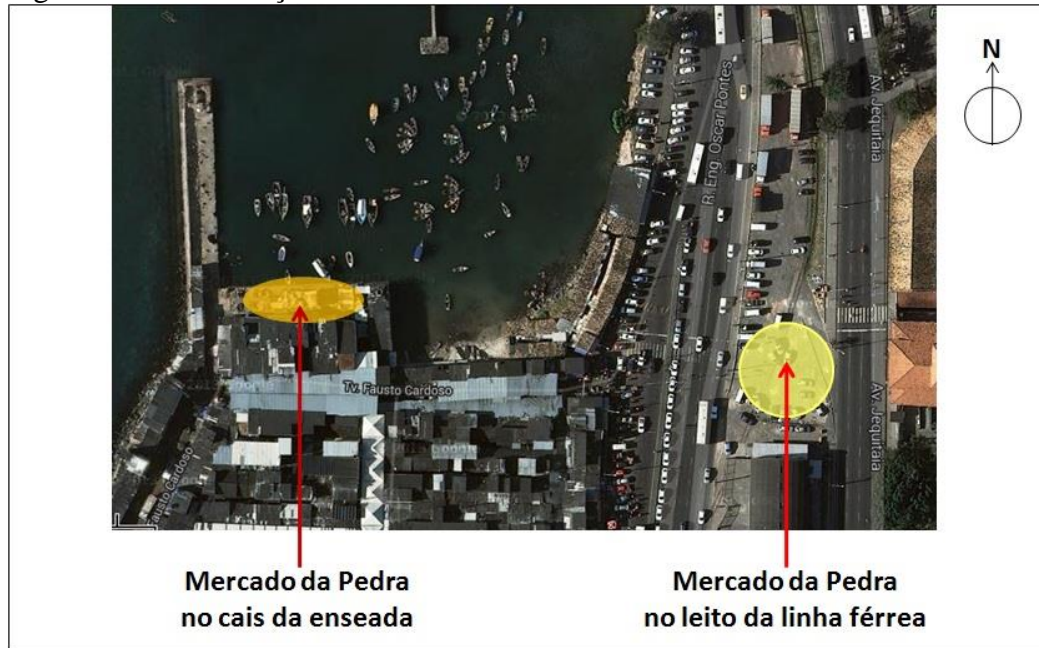
Posteriormente, o Mercado da Pedra foi deslocado para as margens da enseada de São Joaquim, ocupando uma estreita faixa de terra firme nos fundos dos primeiros boxes de produtos religiosos, no trecho que dava acesso ao ancoradouro. Segundo os produtores, isso os obrigava a compartilhar o exíguo espaço com os comerciantes de animais vivos:



[...] depois botaram a gente prá vender lá no cais, atrás da feira, junto com os bichos, as cabras, os galos... sabe onde é? Era muito apertado! (Dona Cleonice, mateira de Jauá, entrevista, 2014).

[...] antes, a gente ficava no fundo das barracas de produtos de candomblé, junto com os bichos, que ficavam lá pelo cais. (Seu Alemão, horticultor do Cabrito, entrevista, 2015).

Figura 10 – Localizações anteriores do Mercado da Pedra



Fonte: Imagem Google Earth, 2011

Antes das obras (em 2012) e com a mesma frequência semanal, o Mercado da Pedra continuava funcionando às margens do cais da enseada de São Joaquim, no mesmo local para onde retornou, após o fim da primeira etapa de requalificação, no segundo semestre de 2016.

Durante as obras de requalificação da Feira (2012 a 2016), os feirantes transferidos para o Galpão Água de Meninos queixaram-se da queda do movimento comercial, uma vez que ficaram isolados e longe do burburinho da Feira de São Joaquim. No entanto, o Mercado da Pedra ocupou uma área de cerca de 500 m<sup>2</sup> (20 m x 25 m), entre o Galpão e os Setores Grossistas, oferecendo condições mais vantajosas para os fornecedores de folhas, lhes propiciando maior conforto em termos de espaço, além de aproximá-los das vias de acesso à Feira, o que facilitava a carga e descarga das mercadorias. Os fornecedores de hortaliças e os comerciantes de animais vivos, também transferidos provisoriamente, se instalaram na área lateral do Galpão. A proximidade do ponto de parada do transporte urbano que trazia os fardos de folhas dos produtores vindos da periferia e a vizinhança do estacionamento dos veículos de frete possibilitavam maior celeridade na distribuição das mercadorias pelos carregadores locais. Estes, num intenso vai-e-vem, levavam em seus carrinhos as mercadorias adquiridas pelos feirantes de São Joaquim, ou as que despachavam para os frentistas

estacionadas na área externa, responsáveis por fazerem as entregas a seus destinatários. O trabalho de campo da pesquisa sobre o mercado das folhas na Feira de São Joaquim foi realizado durante a permanência do Mercado da Pedra nessa localização (Figura 11).

Figura 11 – Localização do Mercado da Pedra, 2012-15



Fonte: Imagem Google Earth, 2011

## 2.1 O Mercado da Pedra e seus Agentes

O comércio das folhas em Salvador opera com duas categorias de plantas de amplo uso ritual e terapêutico pelas religiões afrobrasileiras, denominadas pelos agentes sociais desse mercado<sup>28</sup> como *a)* folhas “grossas” e *b)* folhas “frias/cheirosas”. Desse modo, folhas “grossas” é a denominação utilizada por produtores, comerciantes e consumidores para se referirem a determinadas espécies de plantas nativas, não cultivadas, oriundas de áreas naturais (o “mato”), de onde são extraídas/coletadas por indivíduos (os mateiros) que detêm o conhecimento das espécies utilizadas<sup>29</sup>, enquanto o termo folhas “frias/cheirosas” define as plantas especialmente cultivadas por horticultores em quintais domiciliares e pequenas hortas, tendo ambas as categorias de folhas, como já referido, uma ampla utilização mágico-religiosa e medicinal.

As transações que ocorrem no Mercado da Pedra, portanto, são protagonizadas por *(i)* um grupo de dezenas de compradores conhecidos e constituído por comerciantes instalados em barracas, boxes e lojas de produtos religiosos afrobrasileiros e vendedores ambulantes, considerados como a clientela ou freguesia de *(ii)* um grupo de dezenas de fornecedores-

<sup>28</sup> Esses agentes sociais são os produtores-vendedores das folhas (mateiros e horticultores); os consumidores: os compradores de folhas em que se incluem comerciantes/barraqueiros/ambulantes e consumidores finais – povo-de-santo, devotos, populares e os carregadores e os fretistas, prestadores de serviço que distribuem e transportam as mercadorias para os seus destinos, tanto na própria Feira quanto na cidade e entorno.

<sup>29</sup> Ver o Apêndice B – Relação das espécies de plantas comercializadas no Mercado da Pedra.

vendedores de dois tipos de folhas –“grossas” e “cheirosas” –, na condição de mateiros e/ou de horticultores, e os raizeiros (Tabela 3), como são designados os indivíduos que revendem raízes, cascas, sementes e outros itens<sup>30</sup> de uso medicinal e mágico-religioso. No Mercado da Pedra também comparecem, com frequência habitual, (iii) alguns dos consumidores finais – povo-de-santo<sup>31</sup> e populares – para adquirir as folhas, frescas e viçosas, diretamente da mão dos produtores, sejam elas plantas rituais e/ou medicinais. Complementando o quadro dos agentes sociais envolvidos nas transações, há também (iv) os carregadores, elementos fundamentais para o transporte e distribuição das mercadorias.

**Tabela 3 – Número de Fornecedores por Categoria de Atividade e Sexo (N) – Mercado da Pedra, Feira de São Joaquim**

<b>Categoria de Atividade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>49</b>	<b>69</b>
Horticultor	4	1	5
Mateiro	7	47	54
Raizeiro	9	1	10

Fonte: Levantamento de Campo, 2012-2015

No Mercado da Pedra, entre as mercadorias comercializadas, predominam as folhas “grossas”. A quantidade de fardos dessas folhas trazidos regularmente pelos mateiros suplanta a das folhas “cheirosas” dos horticultores e a dos itens dos raizeiros. A preponderância das folhas “grossas” é evidenciada pelo próprio número de fornecedores dessa categoria, os mateiros – extrativistas e coletores em que se destacam as mulheres (Tabela 3).

Deve-se esclarecer a distinção fundamental entre as categorias incluídas no grupo dos fornecedores-vendedores: há os produtores de folhas propriamente ditos – os mateiros e os horticultores –, que operam com tipos diferentes de mercadorias (folhas “grossas” e folhas “cheirosas”, respectivamente) e os raizeiros, que são, na verdade, comerciantes que adquirem mercadorias de terceiros (que podem ser produtores diretos ou comerciantes do atacado) para revendê-las, caracterizando-se como o que se denomina de atravessadores. O Quadro 1 reúne os pseudônimos de todos os fornecedores, por categoria de atividade, que compareceram ao Mercado da Pedra, durante a realização do trabalho de campo.

<sup>30</sup> Entre esses itens úteis encontram-se objetos artesanais bastante procurados como os bonecos de pano (brancos, vermelhos e pretos) que são conhecidos como “bonecos de feitiço”.

<sup>31</sup> Povo-de-santo é o termo genérico utilizado para se fazer referência aos adeptos e praticantes do candomblé.

**QUADRO 1 – Fornecedores de Folhas por Atividade – Mercado da Pedra, 2012-15**

Nº	FORNECEDORES POR CATEGORIA		
	MATEIROS	HORTICULTORES	RAIZEIROS
01	Adélia - Simões Filho	Alemão - Cabrito, Salvador	Antônio - Salvador
02	Ademar - Mapele, Simões Filho	Cícero - Cabrito, Salvador	Catita - Salvador
03	Alice- Simões Filho	João - Cabrito, Salvador	Didi - Salvador
04	Antonietta - Simões Filho	Joel - Cabrito, Salvador	Honório - Salvador
05	Áurea - Mapele, Simões Filho	Morena - Conc. do Jacuípe	Humberto - Salvador
06	Bia - Simões Filho		Manoel - Salvador
07	Branca - Itinga, Lauro de Freitas		Tia Olga - Amargosa
08	Carmem - Simões Filho		Tomé - Salvador
09	Cecília - Jequié		Vivaldo - Salvador
10	Célia - Mapele, Simões Filho		Zelito - Salvador
11	Clara - Simões Filho		
12	Cleonice - Jauá, Camaçari		
13	Creuza - Simões Filho		
14	Daiane - Mapele, Simões Filho		
15	Dalva - Simões Filho		
16	Dozinha - Simões Filho		
17	Eduardo - Salvador		
18	Helena - Mapele, Simões Filho		
19	Hélia - Salvador		
20	Isabela - Simões Filho		
21	Isaura - Simões Filho		
22	Jove - Itinga, Lauro de Freitas		
23	Jovina - Dias D'Ávila		
24	Júlia - Simões Filho		
25	Luzia – Salvador		
26	Madalena - Arembepe, Camaçari		
27	Mara - Simões Filho		
28	Maria do Carmo - Simões Filho		
29	Marina - Simões Filho		
30	Marta – Salvador		
31	Martinha - Simões Filho		
32	Mateus - Simões Filho		
33	Meire - Simões Filho		
34	Mirinha - Itinga, Lauro de Freitas		
35	Miralva - Dias D'Ávila		
36	Nelci – Salvador		
37	Neuza - Simões Filho		
38	Nezinho - Itinga, Lauro de Freitas		
39	Palmira - Simões Filho		
40	Patrícia - Mapele, Simões Filho		
41	Petrina - Simões Filho		
42	Roberto - Simões Filho		
43	Ronaldo - Mapele, Simões Filho		
44	Roque - Abrantes, Camaçari		
45	Rosalina - Mapele, Simões Filho		
46	Rose - Mapele, Simões Filho		
47	Roxa - Mapele, Simões Filho		
48	Senhorinha - Simões Filho		
49	Tatiana - Salvador		
50	Tia Adelaide - Mapele, S. Filho		
51	Tia Beata – Salvador		
52	Tia Elzira - Dias D'Ávila		
53	Zazá - Simões Filho		
54	Zelina - Jauá, Camaçari		

Fonte: Levantamento de Campo, 2012-2015.

Uma característica importante do Mercado da Pedra é a composição do grupo de vendedores de plantas de uso ritual e/ou medicinal: esses fornecedores, responsáveis pelo abastecimento do mercado de folhas em Salvador, são os próprios produtores diretos delas – tantos os mateiros, ou seja, os próprios sujeitos que se ocupam da atividade extrativista de plantas nativas (folhas “grossas”), quanto os horticultores, pequenos agricultores que cultivam plantas delicadas (folhas “frias/cheirosas”) em quintais domésticos ou hortas. Assim, não há intermediação de outros agentes entre os produtores diretos e os vendedores de folhas. No Mercado da Pedra não existe a figura do atravessador<sup>32</sup>, aquele indivíduo que adquire a produção do pequeno produtor para comercializá-la nas feiras e mercados, como é comum em muitas atividades agrícolas. O agente que pode ser definido ou classificado como o atravessador, na acepção referida, é o comerciante retalhista, ou seja, o grupo de compradores que são comerciantes estabelecidos em pontos de venda fixos (boxes, barracas, lojas de mercados, de feiras ou de bairros) ou o vendedor ambulante, disperso pelas ruas da cidades. Na Pedra, incluem-se, portanto, nessa categoria os habituais indivíduos que compram dos produtores as folhas em grandes quantidades para revendê-las, fracionadas, ao consumidor final, em seus estabelecimentos comerciais, na própria Feira de São Joaquim ou em outros locais. Ressalte-se que no Mercado da Pedra o consumidor final também comparece para adquirir, diretamente das mãos do produtor-vendedor, as folhas de que necessita para fins rituais e/ou terapêuticos, a um preço mais em conta do que o estabelecido pelo comércio retalhista<sup>33</sup>.

No período entre 2012 e 2015, quando realizamos a pesquisa, o Mercado da Pedra reunia, em dias de maior movimento, mais de uma centena de pessoas, em que se incluíam os habituais fornecedores de folhas, sua clientela de compradores e consumidores, os poucos e indispensáveis carregadores da Feira, além de curiosos e vendedores-ambulantes de cafezinho e lanches. No entanto, a frequência dos produtores (mateiros e horticultores) oscilava nos dias de funcionamento do Mercado da Pedra: há os que compareciam em todos esses dias e os que vinham apenas duas vezes por semana. Algumas das mateiras entrevistadas falaram sobre a frequência de suas vindas ao Mercado da Pedra:

[...] geralmente, venho nos dias de quarta e sexta-feira. (Isaura, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

[...] Todo dia, não... venho quarta, venho sexta... Às vezes, até no sábado eu venho. (Tia Elzira, mateira de Dias D'Ávila, entrevista, 2015).

---

<sup>32</sup> Com exceção da figura do raizeiro, que não é o produtor da mercadoria que comercializa.

<sup>33</sup> A questão do preço e do lucro do comerciante retalhista será abordada no Capítulo 3.

Eu venho toda segunda, quarta e sexta, toda semana, sem falta. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2015).

Essa flutuação na frequência dos produtores provocava, às vezes, pequenos transtornos aos compradores que ficavam sem seus habituais fornecedores de mercadorias. Entretanto, há razões de caráter pessoal que podem explicar essas ausências, muitas vezes justificadas por outros compromissos ocupacionais dos próprios produtores, que têm nessa atividade uma das alternativas de subsistência.

O movimento no Mercado da Pedra tem início por volta das 3:30 h da madrugada, quando começam a chegar os primeiros produtores, mateiros e horticultores vindos de bairros periféricos da cidade (Cabrito, Palestina, São Cristóvão, Sete de Abril, Estrada Velha do Aeroporto etc.) e de localidades da Região Metropolitana de Salvador, como Camaçari (Arembepe, Abrantes, Jauá), Lauro de Freitas (Areia Branca, Itinga), Simões Filho (Mapele, Cotegipe, Tiro Seguro), Dias D'Ávila, dentre outras. Esses mateiros costumam usar as linhas do transporte coletivo urbano para trazer seus fardos de folhas coletadas na véspera, numa jornada que se inicia bem antes, por volta das 2:00 h, 2:30 h da madrugada, como relatam Helena e Dalva, mateiras de Mapele e Simões Filho, respectivamente:

[...] O dia de vim prá feira começa muito cedo porque o transporte passa [às] três horas da madrugada lá no ponto e a gente ainda tem que levar os fardos com as folhas de casa pro ponto do ônibus. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2015).

[...] venho toda vez no transporte coletivo, tem um ônibus bem cedo da [empresa] Litoral Norte, a gente traz os pacotes das folhas tudo no ônibus. A gente tem que acordar muito cedo... me levanto às duas da madrugada prá estar no ponto antes de três e meia, com as folhas prá pegar a condução prá cá... aí chega aqui lá prá quatro horas, mais ou menos... (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2015).

Ainda escuro, ao desembarcar dos ônibus, os mateiros já encontram os habituais carregadores da Feira de São Joaquim com seus equipamentos à espera de suas mercadorias para transportá-las até o Mercado da Pedra. Esses carregadores, cadastrados pelo Sindicato de Feirantes e uniformizados (jalecos pretos numerados), utilizam dois tipos de equipamentos de carga: o carrinho de mão (ou galeota) é o menor deles, comumente empregado na construção civil, mas que aqui tem sua estrutura reforçada com o acréscimo de uma terceira roda para torná-los mais robustos e duráveis (Fotografia 15); e o carrinho “de prancha”, do tipo industrial, com 4 rodas e plataforma metálica ou de madeira (a “prancha”, como chamam) é o maior deles, medindo 1,5 m x 0,8 m, com maior capacidade de carga, portanto, mais apropriado para o transporte de muitas quantidades de fardos de folhas (Fotografia 16). Esses últimos equipamentos chegam a transportar até dez grandes fardos de folhas numa só viagem.

Fotografias 15 e 16 – Carrinhos usados no Mercado da Pedra



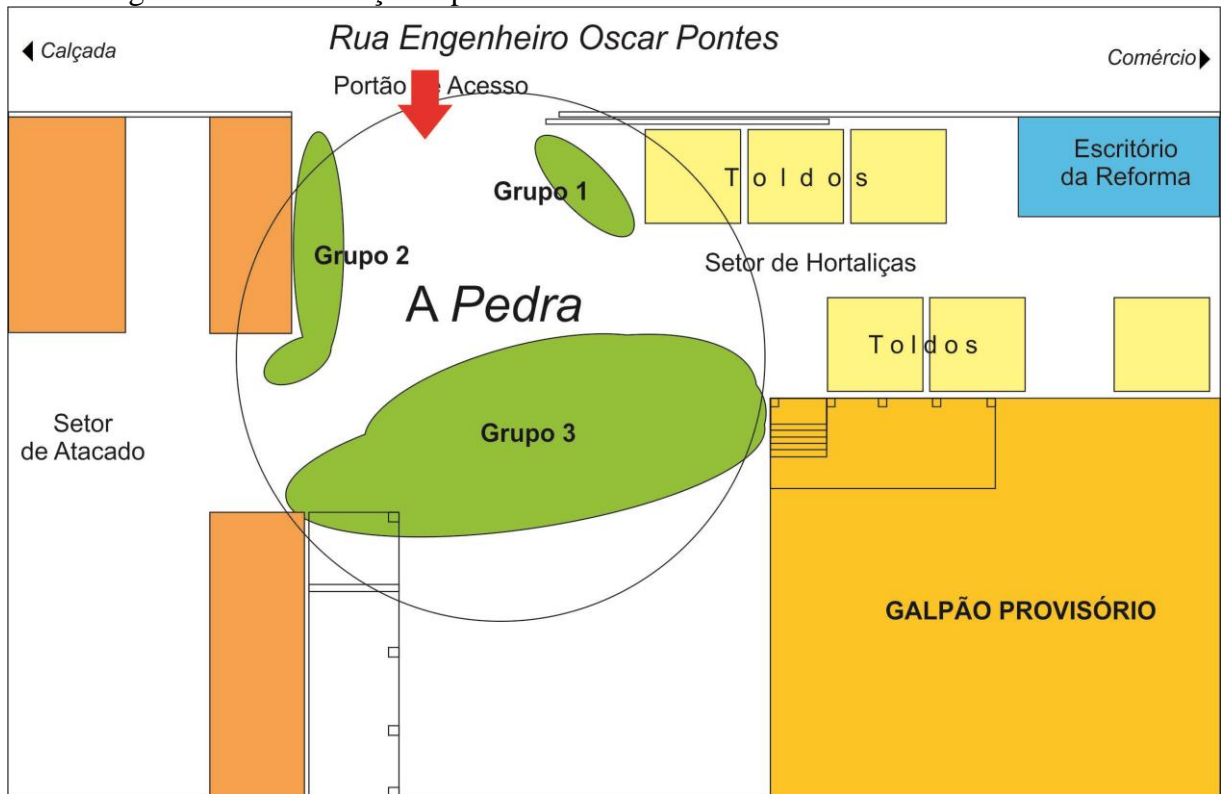
Fonte: Acervo do autor, 2014

As mercadorias trazidas pelos mateiros vêm acondicionadas em grandes fardos que pesam, em média, 40 kg cada um, contendo de 80 a 100 molhos de diversas espécies de folhas, prontos para serem vendidos. Para envolver tal volume de folhas, os mateiros reutilizam as embalagens industriais do tipo saco de rafia, usadas para a comercialização e distribuição de vários produtos como rações, cereais, sementes e grãos. As embalagens vazias, em forma de sacos, são abertas, transformando-se no que os mateiros chamam de “panos”, bastante disputados para o acondicionamento e transporte das mercadorias vendidas.

Na maioria das vezes, acompanhando de perto o transporte dos fardos de folhas pelos carregadores ou, outras vezes, carregando eles próprios suas mercadorias, os fornecedores adentram a área do mercado e vão logo ocupando seus lugares habituais. Embora a configuração resultante da ocupação do espaço do Mercado da Pedra pelos mateiros, horticultores e raizeiros estabeleça, nitidamente, três grupos ou blocos distintos de vendedores, a inclusão de cada um em determinado grupo não é rígida, tendo-se mesmo observado uma flutuação na composição dos grupos<sup>34</sup>. O próprio arranjo do espaço ocupado não possui uma forma rígida, racionalmente estabelecida: os “pontos” de venda vão se aglutinando, lado a lado, apenas deixando uma estreita passagem para a circulação dos compradores entre os montes de molhos das folhas caprichosamente arrumadas no chão, à frente das quais se postam os próprios produtores, permanecendo de pé, por até quatro horas. De maneira geral, o arranjo espacial que resulta da distribuição dos fornecedores-vendedores pelos três grupos possui o aspecto indicado na Figura 12, a seguir.

<sup>34</sup> Essa distribuição em três grupos foi característica do funcionamento temporário do Mercado da Pedra na área externa do Galpão Água de Meninos. A partir de setembro de 2016, retornando à área do cais da Enseada de São Joaquim, os fornecedores passaram a ocupar o pouco espaço existente sem configurar qualquer tipo de distribuição por grupos.

Figura 12 – Distribuição espacial dos fornecedores do Mercado da Pedra



Fonte: Trabalho de Campo, 2012

Diretamente arrumados no chão, os molhos das folhas são dispostos em camadas superpostas, formando pilhas para cada espécie de planta, o que resultam conjuntos muito diversificados, viçosos e frescos de folhagens trazidas em grandes quantidades ao mercado. Como afirma Tia Elzira:

[...] a gente chega e vai arrumando no chão mesmo, cada monte por qualidade da folha, uma do lado da outra, compreende? Separadas por qualidade. (Tia Elzira, mateira de Dias D'Ávila, entrevista, 2015).

Dessa forma, os conjuntos de pilhas de espécies distintas de folhas de cada produtor, expostos lado a lado, vão definindo, a cada momento, uma amostra precisa da diversidade de plantas disponíveis em cada jornada do Mercado da Pedra. Paulatinamente, à medida em que vão chegando, os mateiros vão, literalmente, cobrindo a pavimentação do local com suas folhas que, àquela hora da madrugada, exalam um aroma de mato, naturalmente agradável, e que a brisa marinha espalha por todo o ambiente, sobrepondo-se ao habitual e característico odor fermentado de frutas, verduras e restos impregnantes de toda feira.



## 2.2 O cotidiano da Pedra

Como dito, a Feira de São Joaquim começa cedo, tendo no Mercado da Pedra uma das primeiras atividades comerciais<sup>35</sup> nos dias de funcionamento do mercado das folhas (segunda, quarta e sexta-feira), quando, por volta das 4:00 horas da manhã, assim que os portões são abertos, os primeiros produtores chegam e instalam suas mercadorias, espalhando pelo chão as folhas trazidas em fardos grandes.

Fotografia 17 – Início de jornada no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

Durante a pesquisa de campo, houve dias em que às 4:00 h, o portão de acesso à Pedra ainda estava fechado, por atraso dos vigilantes, tornando necessário que se entrasse por outro portão que dá acesso ao Setor Grossista (onde também o movimento de carga e descarga dos caminhões de frutas, verduras e legumes começa muito cedo). Nos dias em que a abertura do portão atrasou, do lado de fora, muitas pessoas, produtores e compradores, consumidores e carregadores, ambulantes e curiosos aguardavam a abertura do portão principal com inquietação. Nestes dias de atraso, a abertura dos portões gerava uma entrada de todos de uma só vez, com algazarra e agitação. Está escuro, ainda é noite quando a atividade começa e chama a atenção a quantidade de crianças que chegam acompanhando os pais, estes carregados de pesados fardos na cabeça. Os mateiros que não carregam seus próprios fardos seguem os carrinhos dos carregadores que trazem as suas folhas. O movimento vai aumentando, com muita balbúrdia, gritos, risadas e conversas. A partir de então, rapidamente começam a chegar outros vendedores e compradores, fazendo agitar o mercado das folhas, antes mesmo do sol raiar.

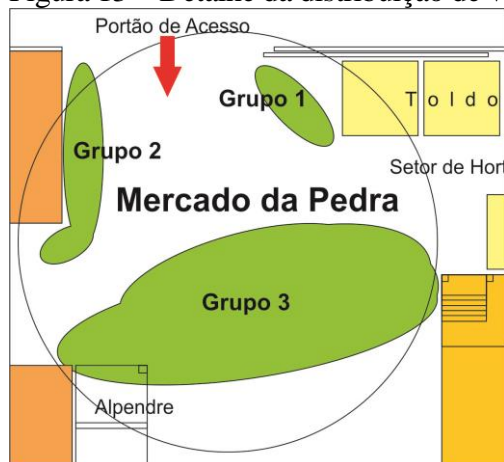
<sup>35</sup> Os negócios envolvendo comerciantes atacadistas – de frutas, verduras e legumes – e seus fornecedores no Setor Grossista é outra atividade que se inicia durante a madrugada.

Para estar ali em um horário tão cedo, os mateiros – que moram, geralmente, em locais distantes – precisam acordar muito cedo. Segundo a jovem Patrícia (entrevista, 2014), nos dias de vinda à Pedra, ela tem que acordar em torno das 3:00 h da manhã, para pegar o primeiro ônibus, que passa em Mapele (onde mora) antes das 4:00 h, para São Joaquim. Patrícia permanece na atividade da Pedra até as 8:00 ou 9:00 horas da manhã, quando retorna para casa, após o encerramento da jornada do mercado.

É comum ver-se, entre as 4:00 e 4:20 h, no ponto de ônibus, o desembarque dos fardos de folhas. São poucas as linhas de transporte que passam nos locais em que moram os mateiros, e alguns destes ônibus ficam repletos de fardos, funcionando quase que exclusivamente com tal propósito. Aqueles que trazem suas folhas de ônibus precisam conhecer bem os horários e as linhas, de forma a esperar, adequadamente, para pegar o transporte no horário. O desembarque no ponto de ônibus da Feira de São Joaquim é lento, os fardos são muitos e pesados, os motoristas desses veículos parecem estar já bem acostumados e, pacientes, esperam que os mateiros os desembarquem, com ou sem ajuda dos carregadores.

Os mateiros se aglomeram em três grupos, espacialmente distribuídos (repete-se aqui a Figura 12 para ilustrar): adentrando a área do Galpão Água de Meninos, onde se realizam os negócios da Pedra, um grupo menor (1) se distribui pelo lado esquerdo em frente a outro (2) que se reúne ao lado direito do portão de acesso, junto à parede alta existente, enquanto o terceiro grupo (3), o maior deles, concentra grande parte dos mateiros na área entre o Galpão e a zona contígua do Setor Grossista (de atacado). Há um intenso movimento de pessoas, vendedores e compradores, entre esses três grupos de fornecedores de folhas. No Apêndice D – Distribuição dos Fornecedores por Grupos no Mercado da Pedra – Feira de São Joaquim 2012-2015, há um quadro com os nomes dos produtores e vendedores que costumavam ficar em cada um dos grupos).

Figura 13 – Detalhe da distribuição de vendedores no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

É preciso ressaltar que, tão cedo (por volta de 4:00 h da madrugada) – e tão escuro ainda –, tornou-se difícil realizar registros fotográficos das atividades dos produtores-fornecedores de folhas e de seus fregueses-compradores, evitando-se o uso (inconveniente e perturbador) do *flash*. A pesquisa de campo foi proposta para ser realizada da maneira mais discreta possível, o que impediria o uso de luzes de *flash* no escuro da noite. A essa hora da madrugada – mas ainda noite –, a luz natural é insuficiente, apesar das possibilidades técnicas de registro dos equipamentos de fotografia digital. Para compensar a ausência de luz, a câmera fotográfica foi utilizada com baixa velocidade e com um maior tempo de exposição, o que comprometeu a qualidade técnica dos registros, pois os movimentos dos fotografados, capturados com a maior exposição, resultavam em borrões de cor, sem foco nem nitidez, comprometendo a legibilidade da imagem. Mas, mesmo assim, tais registros fotográficos conseguiram captar os agentes do mercado em plena atividade, cumprindo a esperada função de registro da dinâmica do funcionamento da Pedra, tornando-se, a despeito da qualidade técnica da imagem, importantes elementos para a compreensão das interações que ali ocorrem. Na Fotografia 18, por exemplo, pode ser vista uma criança arrumando os molhos de folhas “grossas” ao chão e, ao fundo, um carrinho as transporta em grandes quantidades.

Fotografia 18 – Menina arruma mercadorias na Pedra na madrugada



Fonte: Acervo do autor, 2015

Logo após o desembarque dos fardos, uma vez alcançada a área do Mercado da Pedra, os produtores – em sua grande maioria de mulheres – vão ocupando seus lugares (“pontos”) habituais e iniciam a abertura dos pacotes, arrumando, ordenada e cuidadosamente, os molhos diretamente ao chão em montes (por tipo ou espécie) à sua frente e, de pé, se põem a mercar as folhas trazidas.

Fotografia 19 – Mateira arruma folhas na Pedra no início da jornada



Fonte: Acervo do autor, 2015

Os produtores não ocupam posições fixas no espaço da Pedra, mas estão sempre nas proximidades dos mesmos lugares. Por ordem de chegada, vão ocupando seus “pontos” e vão se instalando; se, na chegada, já encontrarem alguém instalado, ficam naturalmente ao seu lado, sem que ocorram desentendimentos ou problemas. Parece haver um conjunto de regras tácitas e consensuais, uma espécie de norma social daquele Mercado da Pedra. Não há conflitos pelo espaço. Dessa forma, a alocação dos produtores-vendedores nos três grupos (ou blocos de produtores, já referidos) parece se manter, com certa flexibilidade, a despeito do trânsito contínuo de muitos deles pelos três grupos ao longo das jornadas do Mercado da Pedra.

Fotografia 20 – Grupo central de vendedores no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

### 2.2.1 A cena diária

A cena do Mercado da Pedra torna-se, a cada momento, mais movimentada, com a chegada de novos compradores, de outros produtores retardatários e com a saída daqueles que já finalizaram suas negociações, deixando o local, muitas vezes, com suas cargas de folhas recém-adquiridas. Logo à primeira vista já se pode perceber a animação e a dinâmica da Pedra, em que compradores e vendedores se agitam, seja negociando, procurando quem trouxe uma determinada folha que não se encontra facilmente, ou seja, mercando seus produtos. É um ambiente ativo, alegre, animado. Os carregadores, usando coletes pretos numerados, entram e saem, empurrando os carrinhos carregados de grandes fardos, enquanto consumidores e populares transitam, levando sacolas cheias de folhas.

Quando se compara a vida social observada no Mercado da Pedra aos estudos etnográficos sobre mercados e feiras africanos, feitos por Pierre Verger e Roger Bastide no Benim, em 1952 (VERGER, 1992), podem ser estabelecidas muitas aproximações. Ao ilustrar e analisar a grande complexidade sociocultural dos mercados africanos, Verger e Bastide afirmam haver um entrosamento, nos contextos das feiras africanas, entre o comportamento econômico, voltado ao lucro, e o comportamento comunitário, de afirmação de relações tradicionais, ancestrais:

O que nos interessa, de qualquer forma, é ser a feira uma instituição capaz de, ao mesmo tempo, permitir o comportamento do tipo “capitalista” e de “procura do lucro”, e estar profundamente enraizada no comportamento tradicional, comunitário, que, ao contrário de contradizer o primeiro, contribui para sua consolidação. (VERGER, 1992, p. 145).

Neste mesmo estudo de Verger e Bastide, outros elementos evidenciam aproximações sociais e culturais entre os mercados africanos do século XIX e o mercado das folhas na Feira de São Joaquim, em pleno século XXI. Apesar das diferenças de tempo, lugar, estrutura social e contexto histórico-econômico, os dois mercados se assemelham, por exemplo, no que se refere também à marcante presença feminina nas atividades de comércio na feira. Discutindo a função social de comunicação e de contato que as feiras antigas desempenhavam naquelas sociedades (Baixo-Benin), Verger e Bastide comentam a presença destacada das mulheres, que iam sem seus maridos vender as coisas que produziam:

Mas a feira, por outro lado, separa os membros da família. Pois todas as mulheres são “comerciantes” e deixam seus lares, principalmente quando jovens, para percorrer as feiras e, quando idosas, mandam alguma filha em seu lugar [...]. E assim o corte entre os sexos se traduz por uma dinâmica ecológica na qual a mulher, vendedora, é móvel e percorre as quatro feiras da rede tradicional, e o homem, produtor, é sedentário e trabalha no campo. A mulher, ao vender a produção da fazenda, não está trabalhando para o

marido, pois só compra sua colheita para revendê-la na feira e guardar para si o lucro. (VERGER, 1992, pp. 138-139).

Assim, apesar das grandes diferenças contextuais, socioculturais e históricas entre as duas sociedades e realidades sociais, a forte presença de mulheres negras no mercado de folhas da Pedra (69,7%) faz lembrar os mercados africanos. Além disso, tal como as africanas, as mulheres mateiras da Bahia também trabalham no mercado sem seus cônjuges, desacompanhadas de maridos ou companheiros, e desempenham, autonomamente, as funções comerciais de negociação, venda e cobrança, contando apenas com suas redes de relações como suporte, e, muitas vezes, ainda têm a tarefa adicional de trazer consigo os filhos pequenos, evidentemente por não terem com quem deixá-los. Essa condição de independência e autonomia, por outro lado, é anterior mesmo ao momento das vendas no mercado. A maior parte das mateiras, que extraem folhas “grossas” no “mato”, o fazem sozinhas, ou apenas acompanhadas por outras mulheres, também mateiras (amigas, vizinhas, parentes – filhos e netos) e são elas próprias que conduzem o processo produtivo o tempo todo.

Desta maneira, no Mercado da Pedra, a hegemonia feminina se evidencia já no cenário, com a presença expressiva de mulheres se impondo em imagem e em som. São dezenas de mulheres negras em sua maioria, mas todas pobres e voluntárias, que têm nessa ocupação o principal meio de sobrevivência, obtendo no mercado recursos que sustentam suas famílias. Destacam-se as vozes e as risadas das mulheres na Pedra, mercando suas folhas, conversando animadamente, negociando com os fregueses (e entre si), partilhando brincadeiras e pilhérias com as pessoas conhecidas, amigos, colegas, fregueses. Além de crianças, são muitas adolescentes e jovens de bairros periféricos e suburbanos, embora haja um número considerável de pessoas adultas e mais idosas (Fotografia 21).

Fotografia 21– Alegria e movimento no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

São mais de cinquenta mulheres atuando no Mercado da Pedra e, constantemente, muitas delas trazem seus filhos, sobrinhos ou netos pela mão. Os perfis de algumas delas – em conjunto – resumem a diversidade das experiências femininas no mercado das folhas, em que são fundamentais. Como uma síntese das demais, foram escolhidos os perfis de Dona Morena, Patrícia, Helena e Dona Cecília para dar ao leitor uma ideia de quem são essas trabalhadoras das folhas.

*i) Dona Morena:* quando se trata de folhas “frias” (folhas cultivadas em hortas, também chamadas de “cheirosas”), Dona Morena é reconhecida como a maior produtora em atuação durante o período da pesquisa. Muito simpática e boa de prosa, Dona Morena tem sua horta na localidade de Oitizeiro, em Conceição do Jacuípe, município do Recôncavo Baiano localizado a 84 km de Salvador. É casada com Seu Aniceto, seu sócio nas atividades e negócios das folhas, mas que participa, sobretudo, nas atividades de produção e de transporte para o mercado. O empreendimento deles, às margens da BR-324, consiste numa propriedade de 9 tarefas<sup>36</sup>, com fonte própria de água (“é preciso muita água, de boa qualidade, não contaminada, nem poluída”, diz ela), e contando com cerca de 15 pessoas trabalhando na produção, do plantio à colheita. Dona Morena fornece sua produção para os comerciantes de folhas da Feira de São Joaquim e de toda a cidade, comparecendo, regularmente, na Pedra, vindo nos três dias, em todas as semanas. É uma liderança na atividade, conhecida por todos e destacada como uma pessoa forte e produtiva. Com uma conversa bem articulada, Dona Morena é acessível e discorre, com facilidade, sobre a avaliação de custos no seu negócio, sobre o lucro e sobre as condições climáticas e os efeitos em seus cultivares. Fala com detalhes sobre a sua produção, destaca a fragilidade de algumas plantas e os cuidados necessários ao seu cultivo, demonstrando conhecimento técnico e valorização contínua de seus produtos. Tem uma visão empresarial que se destaca frente aos demais.

*ii) Patrícia* é uma jovem magra e negra, que, na Pedra, vende folhas sempre de pé com os molhos expostos ao chão, arrumados à sua frente, vindo, sempre que pode, nos três dias. Mora em Mapele, distrito do município de Simões Filho (na fronteira de Salvador), assim como sua mãe e sua irmã Célia, que também trabalham com as folhas. Vendem tanto por encomenda (fardos e quantias grandes de folhas) como também no varejo: “qualquer pessoa pode comprar quanto quiser”, explica. Coletam suas folhas “grossas” em áreas próximas e, às vezes, distantes de onde moram, com o trabalho adicional de separar o que coletaram e de arrumar os fardos que serão levados à feira. Para estar tão cedo na Pedra, precisam acordar no meio da noite, carregar os fardos de folhas coletadas na véspera (e que arrumaram, organizando-os) e pegar o transporte público. Célia, irmã de Patrícia, vem quase sempre à feira trazendo a filha

---

<sup>36</sup> Uma tarefa baiana equivale a 4.356 m<sup>2</sup>, portanto a propriedade de Dona Morena, com 9 tarefas declaradas, corresponde a uma área de 3,92 hectares.

pequena pela mão. A atividade é familiar, a aprendizagem também: aprenderam com a mãe e, aos poucos, os ensinamentos deste trabalho também vão sendo passados para a geração seguinte, que acompanha todos os processos, da coleta à venda.

*iii)* Helena, que vem de Simões Filho, é muito ativa e usa sempre um avental com um enorme bolso, onde guarda o dinheiro das vendas. Talvez seja a mateira mais laboriosa de toda a Pedra. Sempre é vista pegando folhas emprestadas dos colegas para completar suas encomendas, “para não deixar a freguesia na mão”, como justifica. É comum vê-la circulando, antes do dia clarear, entre os grupos de vendedores, carregando muitos molhos de folhas, pois, como ela trabalha com grandes volumes de encomendas, frequentemente está precisando completar os pedidos dos fregueses, recorrendo aos colegas da Pedra para comprar o que lhe falta. Além de Helena, as outras mateiras que mais se destacam em suas performances na feira são Dalva, Palmira e Mara, estando todas sempre muito ocupadas, seja com a complementação das encomendas de folhas com o empréstimo de mercadorias dos outros colegas, seja empacotando e despachando as folhas vendidas para algum freguês. Elas praticamente só trabalham com entregas, isto é, com vendas previamente acordadas, em volumes maiores de cada folha, tendo como freguesia os comerciantes e barraqueiros que as revendem, fracionadas, no varejo.

*iv)* Dona Cecília é uma senhora magra e idosa, que usa um lenço branco amarrado à cabeça e que mensalmente vem de longe – de Jequié (município situado a 365 km de Salvador) – para a Feira de São Joaquim vender suas folhas na Pedra. São, no dizer de Seu Paulino, “folhas raras e poderosas, mais difíceis de se encontrar em outros lugares por perto”. Enquanto a maioria das mateiras trabalha com plantas nativas que nascem espontaneamente nas manchas florestais remanescentes do entorno de Salvador (bioma da Mata Atlântica), Dona Cecília traz suas mercadorias do sertão, de outro bioma (Caatinga). “Venho de Jequié, todo mês eu venho uma vez, trago as folhas. O que me encomendam também. Trago muita encomenda. Trago rompe-tudo, alecrim, tira-teima, muitas plantas”. A folha que traz em maior quantidade – e mais difícil de ser encontrada nas áreas produtivas da região da capital – é a rompe-tudo, que, segundo esclarece, “serve para banhos de descarrego, é poderoso!”.

As mulheres representam 87% dos fornecedores na categoria de mateiros na Pedra, incluindo desde as crianças até as idosas com muitos anos de experiência acumulada na atividade produtiva das folhas “grossas”. Representam ainda quase 70% do total dos vendedores de folhas conforme observado durante o período da pesquisa de campo. A Tabela 4, reunindo dados obtidos entre 2012 e 2015, apresenta o percentual de fornecedores por categoria de atividade e sexo.



**Tabela 4 – Número de Fornecedores por Categoria de Atividade e Sexo (%) – Mercado da Pedra, Feira de São Joaquim**

<b>Categoria</b>	<b>Total</b>	<b>Feminino (%)</b>	<b>Masculino (%)</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>69,7</b>	<b>30,3</b>
Horticultor	100,0	20,0	80,0
Mateiro	100,0	87,0	13,0
Raizeiros	100,0	11,0	89,0

Fonte: Levantamento de Campo, 2012-2015

A ida à Pedra é um evento importante para a vida social, não se restringindo aos aspectos estritamente comerciais e econômicos (que, sem dúvida, são fundamentais, já que a maior parte das mulheres vive da atividade produtiva com as folhas), mas envolve outras esferas das suas vidas sociais, servindo-lhes a Feira de espaço de sociabilidade, de encontros e trocas simbólicas, ocasião e oportunidade para novos contatos, para troca de informação e para afirmação identitária. Tradicionalmente, a feira não é apenas local de compra e venda de produtos, mas é, antes, um espaço público de socialização intensa, de comunicação e de articulação, e, sobretudo, um lugar de reprodução da identidade e da cultura, especialmente daqueles que ali trabalham e atuam. Deve-se ressaltar o fato de que muitas mateiras, sobretudo as mais jovens, vêm à feira bem arrumadas, apesar da simplicidade das vestimentas (condizentes com as tarefas do trabalho e com o seu poder aquisitivo). Elas vêm maquiadas, bem penteadas, e se postam orgulhosas à frente dos molhos de folhas espalhados na Pedra, com posturas elegantes e graciosas.

Fotografias 22 e 23 - Jovens mateiras trabalhando no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

A elegância das mulheres negras da Bahia sempre foi destacada como um traço peculiar associado à população negra feminina do lugar, desde os testemunhos de viajantes do século XIX que registraram a beleza e a variedade de suas vestimentas, associadas a suas origens étnicas (VERGER, 1992), e também os manejos, as maneiras de andar e a postura elegante e ativa, atribuídos ao próprio desempenho das tarefas de trabalho:

O que determina esse porte altivo das mulheres negras da Bahia é o hábito que elas têm de transportar na cabeça os mais diversos fardos que vão desde trouxas de roupa para lavar até os cestos repletos de mercadorias, passando pelos tabuleiros, bandejas enfeitadas com rendas sobre as quais elas dispõem para venda, nas esquinas das ruas, produtos alimentares e guloseimas. Andam assim, o busto erguido, os ombros e a nuca suportando a sua carga, conservando sempre uma linha horizontal e estável [...]. (VERGER, 1992, p. 105).

Outro elemento que chama a atenção na cena do mercado de folhas da Pedra é o desconforto a que os fornecedores – e sobretudo as mateiras, com suas crianças a tiracolo – estão submetidos durante a jornada do trabalho de comercialização. Há uma grande exigência de esforço físico no trabalho dessas pessoas, que não dispõem de nenhum equipamento de suporte à atividade (não há tabuleiros ou bancas e barracas), que se apresenta como extremamente desconfortável a qualquer observador (as mercadorias, expostas no chão, exigem que as pessoas curvem seus corpos para manuseá-las), sem falar do desgaste físico acumulado e resultante das demais e anteriores tarefas produtivas, como a coleta, a embalagem, o transporte etc.). Ainda que alguns poucos levem banquinhos para sentar, e assim amenizar o cansaço, ao longo da jornada os corpos sentem o desconforto se acumulando e tornam-se recorrentes as queixas de dores nas costas e problemas na coluna.

Fotografias 24 e 25– Mulheres mateiras em trabalho no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

O trabalho, neste sentido, é muito desconfortável, revelando uma estrutura arcaica que submete os trabalhadores a condições de alto grau de precariedade, comprometendo a saúde dos mesmos (Fotografias 24 e 25). Nas anotações do caderno de campo foram recorrentes os

registros deste tipo de reclamação, a exemplo do caso de duas mateiras idosas, conhecidas como as “Tias”, que falavam do cansaço da atividade, queixando-se por estarem “de pé desde as 4:00 h, sem ter onde sentar”, dizendo que “devia mesmo era trazer um banquinho, para poder sentar e descansar as pernas”, mas efetivamente sem nunca os trazerem.

Ainda que os homens dominem o comércio retalhista (barraqueiros, lojistas, ambulantes), atuando como a grande clientela das transações do Mercado da Pedra, comprando grandes quantidades de folhas, há, por outro lado, uma presença significativa de mulheres vinculadas à religião do candomblé. Facilmente percebidas por seus colares de contas coloridas e por seus torsos impecavelmente brancos, elas circulam pela Pedra, em busca de folhas específicas, e fazem encomendas de quantidades maiores para entregas posteriores. O povo-de-santo se destaca, assim, no cenário da Pedra, com suas roupas brancas, comprando molhos de plantas necessárias aos rituais, mas que não mais são encontradas nas áreas de mato dos terreiros de candomblé.

Na madrugada, a transação comercial do Mercado da Pedra ganha intensidade à medida que vão chegando os compradores. Há duas categorias desses agentes: o comprador de grandes quantidades, um comerciante, proprietário de loja ou barraca de feira, que compra folhas para revendê-las, fracionadas, no varejo, na própria Feira de São Joaquim ou em outros locais (outras feiras e mercados); e o comprador simples, de pequenas quantidades, que adquire folhas para o próprio consumo ou para a revenda em modalidades de pequeno comércio.

O processo de compra difere de uma para a outra categoria de comprador. Geralmente, o comprador de grandes quantidades, que já é conhecido no negócio, encosta em um mateiro, e após passar o olho na variedade de folhas expostas, faz o seu pedido das espécies aí disponíveis e se afasta para abordar outros fornecedores, realizando novos pedidos, de forma que, rapidamente, ele circula por toda a Pedra, sabendo, ao final e rapidamente, o quê cada vendedor trouxe, exatamente. Daí a um tempo, o mesmo comprador retoma o circuito inicial, e quando percebe a chegada de novos fornecedores, reinicia a busca por folhas não encontradas até então. Depois, passa a recolher suas mercadorias adquiridas dos primeiros vendedores abordados e, ao fazer o pagamento da compra realizada, dá instruções sobre a remessa das mercadorias. A partir daí, as folhas já separadas pelo mateiro serão acondicionadas em grandes fardos e/ou sacos e despachadas para os carregadores que as levam para os carros de frete estacionados na área externa da Feira, que, por sua vez, as transportarão para seu destino final.

Fotografia 26– Fardos abertos, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

No horário do funcionamento da Pedra – das 4:00 às 6:30 horas em seu maior movimento –, grande parte das demais barracas que vendem folhas da Feira de São Joaquim ainda não estão abertas, e as que se encontram abertas têm pouquíssimos compradores a essa hora (ou mesmo nenhum, já que todos podem comprar diretamente dos fornecedores, na Pedra, neste horário, sem intermediários que, certamente, aumentarão os preços).

Os barraqueiros e feirantes propriamente ditos (distintos, aqui, dos mateiros vendedores de folhas, cuja presença na Feira ocorre apenas durante as horas de funcionamento da Pedra) que se encontram presentes na Feira, nesta hora, estão atuando como compradores, indo em busca das folhas – que são suas mercadorias – junto aos mateiros fornecedores, ou então estão desenvolvendo atividades ligadas à aquisição e à organização dos produtos recém-adquiridos na Pedra: separam as novas folhas em molhos menores, para a venda fracionada no varejo, e arrumam os produtos nas barracas, que abrirão mais tarde. Assim, neste horário tão cedo, apesar das barracas que revendem as folhas da Pedra ainda não estarem abertas ao público, é comum se encontrar mulheres e homens realizando o trabalho de separação de grandes feixes de folhas (recentemente adquiridas na Pedra) em pequenos feixes de ramos (os molhos) para a revenda final. O trabalho requer uma prática, um sentido de valorização e um conhecimento do uso que, normalmente, se faz de cada tipo de folha: algumas são separadas em molhos menores, outras em maiores. Requer também um trabalho de cuidado visando à manutenção da qualidade das folhas por mais tempo: os barraqueiros sacodem, levemente, os pacotes para que as folhas soltas e secas se desprendam, dando nova vida às plantas, e os dispõem, ordenadamente, em outro monte.

Em torno das 5:00 e 5:30 horas, já há, nas imediações da Feira, um fervilhar de gente, automóveis, ônibus, caminhonetes e outros veículos de frete. No meio dessa agitação, se destaca a intensa movimentação dos carregadores cadastrados da Feira, com seus coletes negros numerados (Fotografia 27), conduzindo as galeotas e carrinhos com que transportam sacos de mercadorias para lá e para cá, provocando um imenso engarrafamento nas estreitas passagens e ruas internas da feira. Do lado de dentro, carregadores também esperam, com seus carrinhos e suas galeotas, para fazer as entregas lá fora. Alguns carregadores autônomos são mais requisitados, trabalhando, incansavelmente, com seus carrinhos, que manobram com muita perícia, passando por caminhos estreitos e cheios de obstáculos humanos e não humanos, enfrentando, com grande esforço, o chão irregular da feira, o que, literalmente, lhes consome muita força de trabalho. É um grupo de poucos carregadores, quatro ou cinco indivíduos que já mantêm acordada a preferência dos produtores para carregar suas mercadorias, do desembarque, na chegada, até a entrega de encomendas e vendas realizadas.

Fotografia 27– Carregadores no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

A contínua movimentação dos carregadores trazendo fardos de folhas em seus carrinhos anuncia a chegada de mais fornecedores, que acompanham o transporte à pequena distância. A cada ingresso de um novo mateiro há um cerco de compradores à procura de plantas que não mais se encontram disponíveis na Pedra, ou porque já foram todas vendidas ou porque foram encomendadas por terceiros, estando, dessa maneira, comprometidas. As transações nem sempre ocorrem em clima de tranquilidade, embora tais altercações não impliquem rupturas duradouras: vendedores e compradores são mecanismos de uma mesma engrenagem e, portanto, interdependentes.

Às vezes, a procura pela folha específica requer uma circulação por todos os mateiros (Fotografia 28). A fama de ter variedade de folhas é desejável, mantém a freguesia. Logo cedo, ao chegarem, alguns mateiros também compram dos colegas determinados tipos de folhas por precaução, para se abastecerem, fazendo uma espécie de estoque-reserva daquelas que não trouxeram ou que são as mais procuradas do dia. Parece ser preciso manter a imagem de quem dispõe de diversidade de folhas para oferecer. Caso ninguém tenha, resta a chance de pedir, por encomenda, para o próximo dia de funcionamento da Pedra, ou para quando se espera encontrar.

Fotografia 28 – Negociação, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2014

O ambiente da Pedra é sempre alegre e animado, como já referido, com mateiros mercando suas folhas, pessoas passando num vai e vem constante, comerciantes, feirantes e barraqueiros ou donos de lojas e bancas isoladas da cidade em contínuo processo de negociação. A movimentação é intensa e, como dito, os próprios mateiros, por vezes, procuram os companheiros para lhes fornecer as folhas que por algum motivo, não trouxeram. Ainda cedo muitos finalizam as atividades e vão embora, após terem vendido a mercadoria trazida. Muitos fardos nem são abertos, chegam embalados e permanecem fechados até serem recolhidos pelos carregadores ou pelos compradores: destinam-se às encomendas feitas anteriormente, estão previamente vendidos, só esperam ser transportados.

Frente à indisponibilidade da folha procurada, são comuns os comentários sobre a dificuldade de se encontrar certas plantas, certas folhas “grossas”, coletadas no mato. Por exemplo, em certo dia, o mateiro Roque – de Vila de Abrantes, Camaçari – conversava com

uma mateira ao seu lado, queixando-se da escassez de algumas plantas: falava, especificamente, de uma mata que existia num morro perto do restaurante Fogão de Lenha, na Estrada do Coco, próximo à entrada de Arembepe, onde se podia achar muitas folhas, sobretudo uma chamada “bertalha”<sup>37</sup>, que era facilmente encontrada ali, em quantidade. Segundo ele, a área foi invadida por moradores sem teto e logo a mata foi queimada, sendo construídos barracos no lugar. Acabou-se, assim, o lugar certo de encontrar a “bertalha”. Para ele, a “bertalha” que encontra agora “é mais ressecada e se a gente molhar ela prá avivar, a folha fica toda preta, escurecida, aí ninguém quer comprar, nem adianta trazer” (fala de Roque, fragmento de caderno de campo, 2014).

Ao circular pelos grupos de vendedores, é possível ainda ouvir-se análises sobre os motivos da escassez de algumas folhas: muitos se queixam da estiagem, da falta de chuvas constantes e outros reclamam dos desmatamentos em áreas antes recobertas de mata. Anuncia-se a questão da disponibilidade de estoques de mata nativa, seu manejo (in)sustentável para aquela atividade, face às ameaças antrópicas e cotidianas de queimadas, invasões e desmatamentos e às crescentes ameaças naturais do clima (a seca, a falta de chuvas).

Assim, a dinâmica do processo de circulação na Pedra pode ser pensada, de uma maneira geral, em algumas etapas, não sendo elas simultâneas a todos os mateiros trabalhadores, já que não chegam – nem saem – no mesmo horário: (1) chegada e transporte dos fardos de folha até o local de venda na Pedra; (2) abertura dos fardos de folha destinados à venda no local ou organização dos fardos fechados com as entregas já destinadas para os fregueses que fizeram encomendas; (3) preparação das mercadorias / arrumação dos molhos de folha no chão para a venda; (4) busca de folhas entre os outros mateiros para complementar encomendas incompletas (aqueles que trabalham por encomenda); (5) negociação e venda das folhas nos primeiros horários; (6) negociação e venda das folhas da boia; (7) organização e embalagem das folhas vendidas em fardos para serem transportados pelos carregadores; (8) limpeza da área utilizada para a vendagem das folhas; (9) cobranças e recebimentos de valores devidos.

A presença dos mateiros na Pedra não é constante, alguns vêm apenas em determinados dias da semana. O número, assim, de mateiros, oscila, conforme observado anteriormente. Há mateiros que só aparecem nos dias de segunda e quarta-feira, como Seu Eduardo, um homem maduro, sempre usando jaleco de couro e chapéu de palha; outros

---

<sup>37</sup> Bertalha, também conhecida como trepadeira asiática, é a denominação popular da *Basella rubra*, havendo ainda a espécie *Anredera cordifolia*, uma trepadeira também denominada bertalha.

fornecedores, como Isaura, só vêm às segundas e às sextas. Em alguns dias vendedores de hortaliças também compareceram em grande número, principalmente os de tempero verde, que se posicionam entre o Galpão Provisório e o muro, na lateral dos vendedores de folhas do grupo 1 (Fotografia 29).

Fotografia 29– Visão panorâmica do Mercado da Pedra em 2015



Fonte: Acervo do autor, 2015

As folhas que vão sendo negociadas e compradas em quantidade maior precisam ser arrumadas para o transporte, empacotadas e dispostas em grandes e pesados fardos. A arrumação destes pacotes ou fardos de folha é uma cena recorrente. É um procedimento comum na Pedra o(a) mateiro(a) ser responsável pelo acondicionamento e embalagem da mercadoria comprada pelos comerciantes, além de ajudar os carregadores a levar os fardos para seus carrinhos.

Há mesmo uma maneira característica de acondicionar os molhos de folhas nos “panos”, que é habitual entre os mateiros: o “pano” (no geral, um saco de rafia descosturado<sup>38</sup>) é aberto e estendido no chão e sobre ele são lançados os molhos de folhas, por espécie, dispostos lado a lado e sempre na mesma direção, formando camadas superpostas que, ao atingirem certa altura, são pressionadas numa espécie de leve compactação, de forma a caber mais, além de dar firmeza ao volume produzido (Fotografias 30, 31 e 32).

<sup>38</sup> Os mateiros chamam de pano qualquer tecido, de algodão ou de fibra sintética, com o qual empacotam as mercadorias transportadas, tanto as que trazem para vender, quanto as que os compradores adquirem. Geralmente os panos mais utilizados são os de rafia, obtidos a partir da abertura (ou descostura) dos sacos utilizados para a embalagem industrial de grãos, cereais e outros produtos. Nas extremidades destes panos de rafia são colocados cordões de amarração para fazer o fechamento dos fardos prontos.



Fotografias 30, 31 e 32–Embalagem de folhas vendidas, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

Os mateiros já têm um conhecimento prático da capacidade de cada “pano”, sabendo quando iniciar o fechamento do fardo ou pacote; as bordas extremas do pano são, então, dobradas na direção do eixo transversal do volume, comprimindo, assim, os molhos de folha acondicionadas, e, finalmente, as quatro pontas dos “panos” são amarradas duas a duas, dando o fechamento das extremidades do pacote. Em seguida, as bordas extremas do pano são unidas e costuradas, passando-se um cordão plástico (ou mesmo bainhas de pindoba ou barbante), alternadamente, em orifícios feitos em uma e outra borda do “pano”, sempre puxando o cordão para manter a costura presa e apertada. É comum que emprestem entre si panos, para despachar as encomendas de folha. A Fotografia 33 mostra um monte de folhas compradas em processo de embalagem.

Fotografia 33–Fardos de folhas vendidas e embaladas, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

Logo à entrada do portão, durante todo o período em que acontece o Mercado da Pedra, há movimento dos carregadores. Inicialmente trazendo os fardos com as folhas que serão vendidas, nos momentos posteriores levando os fardos com as que foram compradas, carregam tais pacotes sempre com grande esforço, pois transportam grandes cargas, de até 10 fardos médios de folhas, pesando algo em torno de 40 quilos cada um deles. Um fardo médio desses deve conter de 60 a 70 molhos de folhas, segundo a informação competente da mateira Helena. Um fardo grande chega a pesar entre 60 e 80 quilos, contendo uns 100 molhos de folhas.

São comercializados também, rotineiramente na Pedra, outros produtos (além de raízes, cascas de árvore, cipós e outros, vendidos pelos raizeiros, tema que será abordado no item 3.3.3) junto com as folhas, seguramente por também estarem associados a usos e rituais religiosos, isto é, por terem um público consumidor semelhante. Algumas mateiras, como Dona Adélia, por exemplo, além de folhas, às vezes também levava para vender alguns acaçás<sup>39</sup> e maços de folha de bananeira já cortada e sapecada, que têm grande utilidade no preparo de oferendas e pratos da culinária religiosa afrobrasileira.

Muitos foram também os dias de funcionamento da Pedra em que a chuva apareceu. Guarda-chuvas e sombrinhas eram abertos, quase simultaneamente, e a maioria dos mateiros não arredava pé dos seus lugares, ainda que eventualmente algumas pessoas procurassem abrigo sob o telhado da rampa de acesso ao Galpão Provisório. Quase sempre a chuva influía no andamento das atividades, atrapalhando um pouco, mas não as impediu de acontecer em nenhum dia da pesquisa de campo.

Normalmente, em torno das 6:00 h, o movimento já era bem menor. Os compradores iam recolhendo os fardos de folhas adquiridas. Os carregadores entravam e saíam, atarefados. Às vezes chegava um mateiro retardatário: suas folhas eram disputadas por compradores e outros mateiros que buscavam encontrar os itens que estivessem escassos naquele dia, fosse para levar ou para completar as encomendas. É preciso lembrar que o valor simbólico – ou medicinal – de cada tipo de folha a torna, muitas vezes, insubstituível, resultando em frustração a indisponibilidade daquela(s) de que precisam, quando o comprador é o mesmo que irá utilizar, ou daquela(s) que lhes foram encomendadas, quando o comprador é revendedor que tem sua clientela para abastecer. Dentre os compradores revendedores habituais registrados durante a pesquisa de campo, destacaram-se, pela regularidade com que

---

<sup>39</sup> Acaçá é uma comida ritual do candomblé, feita de farinha de milho branco ou vermelho numa consistência pastosa que, ainda quente, é envolvido em palha de banana.

circulavam pela Pedra, Fernando, Gilson, Dona Sandra, Vitório, Gigante, Príncipe, Pepeu, Paulino, João Pedro, Nestor e Adelson.

Com o aumento do calor e do sol, no decorrer da manhã, tornava-se ainda mais evidente a razão de começarem tão cedo as atividades do Mercado da Pedra, já que as transações ali ocorriam ao ar livre, sem cobertura, em área aberta. Se, por um lado, fregueses e frequentadores eventuais não tinham sombra para os proteger quando a manhã esquentava, já que os próprios agentes envolvidos não contavam com nenhuma infraestrutura de apoio (sem barracas, nem bancas, cadeiras, lonas ou sombreiros), por outro, também a mercadoria (folhas verdes, frescas, colhidas há pouco tempo) sofria muito com o aumento do calor, ainda que aspergissem água para revivê-las ou tomassem outras medidas mitigadoras. A partir de certo momento, tornava-se necessário finalizar as negociações e vendas, ainda cedo na manhã.

Assim, por volta das 7:00 h, já era bem pequeno o número de mateiros presentes no Mercado da Pedra, restritos a poucos vendedores que, apreensivos, tentavam se desfazer das mercadorias trazidas, oferecendo-as aos últimos compradores, evidenciando a hora da boia.

### 2.2.2 Final de jornada: a boia

No decorrer da manhã, o movimento de venda na Pedra era sempre mais intenso nas primeiras horas e depois, paulatinamente, as quantidades de folhas expostas no chão de pedras escuras iam diminuindo, assim como o entra-e-sai de pessoas e carregadores. As folhas que sobravam ou que iam ficando murchas, à medida que a manhã e o calor avançavam, eram oferecidas, insistentemente, aos compradores mediante um mecanismo que é chamado de boia, sendo vendidas a qualquer preço, no final. Já cansados, os mateiros não querem retornar com as mercadorias que trouxeram, cedo, e aceitam o preço que lhes oferecem por todo o conjunto, sem contar as unidades (os molhos). O mateiro Roque, de Vila de Abrantes, explica claramente o mecanismo da boia:

Tem que chegar cedo, porque cedo é que se vende as folhas mais procuradas, pelo preço do dia. É a hora de vender pelos molhos. Quando dá seis e meia prá sete horas, quem vendeu, vendeu, quem não vendeu não vai querer voltar levando o que trouxe, né? Aí tem de vender pelo preço que achar. Aí faz um preço pelo lote todo que ficou. Quando não vende aqui na Pedra, a gente leva a boia prá algum barraqueiro conhecido, no galpão ou lá na feira antiga. É isso. (Roque, mateiro de Vila de Abrantes, entrevista, 2014).

Os mateiros mercam, oferecem suas folhas restantes, negociam o preço de tudo o que sobrou com os compradores, mas nem todos conseguem, todavia, vender tudo no movimento

da boia. Na mão de alguns mateiros sempre sobram algumas folhas, e estes se movimentam para tentar vendê-las. Assim, ao final, quem não vende sua boia recolhe os molhos de folhas remanescentes e os leva ao Galpão ou aos corredores da Feira para oferecer aos barraqueiros. “É a sorte de cada um no dia que faz um vender logo a boia e o outro não”, explicou Roque, mateiro de Vila de Abrantes, quando perguntado sobre a venda da boia. Mas decerto há outros fatores: os contatos de freguesia com os contumazes compradores, os tipos de folha que restaram e a valorização destas naquela jornada (demanda/cotação da mercadoria), a qualidade e o estado das mesmas etc. Tendo fechado negócio com os compradores e vendido suas boias, os mateiros tratam de embalar as folhas vendidas, fechando os sacos de rafia com os molhos levados nos arremates finais, para que os carregadores possam despachar as entregas dos fardos.

Fotografia 34– Aspecto do início da boia, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

O final da jornada de trabalho no Mercado da Pedra é sempre marcado pela hora da boia, um mecanismo fundamental no processo de comercialização das folhas. A boia evita o descarte das sobras e representa um ganho adicional para os fornecedores, uma vez que não há sentido algum em retornarem com a mercadoria trazida à Feira. Sendo um produto natural, perecível, seu prazo de validade no negócio relaciona-se com sua qualidade de folha nova, recém colhida e viçosa. Por outro lado, chama a atenção os preços mínimos pagos por grandes volumes de folha, reduzindo, consideravelmente, os valores cobrados no início da atividade. Mas não há como guardar as sobras não vendidas, sequer há como carregá-las de volta (não servirão para vender no próximo dia), é necessário vender, mesmo a qualquer preço, todo o montante trazido para a Pedra (Fotografia 34). Como explica a mateira Helena:

A boia é isso, o que não vendeu, eles compram tudo de vez, chegam botando preço em tudo, às vezes dão 10, 15 reais pela quantidade toda que sobrou,

sem contar os molhos, entendeu? A gente não vai levar de volta mesmo... Então eles compram tudo, mas, pelo menos, a gente não fica no prejuízo, né? Não vende pelo preço dos molhos, mas ganha um trocado. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

A observação das relações mantidas entre os mateiros – colegas de trabalho – durante o transcorrer do Mercado da Pedra indica que o clima entre eles é quase sempre de cooperação e não de competição, apesar de que, em alguns momentos, há disputa clara por compradores, sobretudo na hora de mercar a boia. O que significa que, de uma maneira geral, apesar de eventuais disputas por venda ou freguesia, o trabalho na Pedra organiza-se por relações baseadas na cooperação e na cordialidade entre os envolvidos, em consonância com a colocação de Sato (2012), quando afirma, ao analisar feiras livres, que “competições e cooperação são elos inseparáveis e podem mesmo ocorrer em momentos contíguos” (SATO, 2012, p. 147).

A rotina do Mercado da Pedra pode ser pensada, assim, como embasada num desenho de relações próprias, aproximando-se, sem dúvida, das relações percebidas em outras feiras-livres, ainda conforme Sato:

No trabalho rotinizado, redes de relação, cooperação e competição e acordos válidos apenas entre vizinhos também são construídos; as dimensões estética e econômica encontram nichos menos evidentes para expressão, mas estão presentes. Micro negociações e ‘jeitinhos’ acontecem. No entanto, no caso da feira livre, essas características dão-se à luz do dia não sendo necessário arrancá-las por debaixo das prescrições escritas (SATO, 2012, p. 227).

Por outro lado, há, na Pedra, compradores que costumam ficar esperando a hora da boia para arrematar as folhas que sobraram por preços mais baixos, levando, assim, grandes quantidades por custos bem pequenos. Geralmente são comerciantes de folhas donos de barracas, em diversos locais da cidade, e que se abastecem na Pedra para revender. Estes compradores são referência para os fornecedores e a chegada de cada um deles sempre causava algum alvoroço, pois os mateiros ficavam lhes chamando pelos nomes, e lhes oferecendo, insistentemente, suas folhas, no desejo de se livrarem logo das sobras, do material encalhado.

Tomamos, aqui, com destaque os exemplos de Paulino, proprietário de lojas no Vale da Muriçoca (Vasco da Gama) e no Engenho Velho da Federação, e de Gigante, que tinha barraca grande no Mercado das Sete Portas, pela relevância que apresentavam no cotidiano da Pedra. Havia vários outros compradores que arrematavam boias com frequência, mas estes dois eram os mais regulares, de presença constante durante o período da pesquisa de campo.

Paulino, bastante conhecido na Feira de São Joaquim, por ter sido feirante durante 20 anos, chegava na Pedra por volta das 6:20 h da manhã. Sua presença provocava muitos

chamamentos dos mateiros para que lhes comprasse suas boias. Constantemente vinha acompanhado da filha, que às vezes chegava mais cedo e antecipava as compras, havendo dias em que apenas ela aparecia, realizando as transações comerciais em lugar do pai. Aos chamamentos e oferecimentos de folha por parte dos mateiros, era evidente a expressão de contentamento de Paulino, que sorria, envaidecido. Na rotina da chegada, era comum que ele primeiramente procurasse as pessoas a quem ficara devendo para pagar-lhes, ao tempo em que circulava para examinar a variedade das folhas que estavam sendo vendidas. Brincando com um ou com outro, elogiando algumas das mateiras, sempre retribuído com sorrisos e outras atitudes simpáticas, ele circulava, recolhendo as encomendas feitas anteriormente e que já lhes foram trazidas em separado, ou outras compras já depositadas por sua filha à entrada da Pedra. Nos horários em que Paulino circulava e fechava as últimas negociações, o movimento na Pedra já começara a diminuir rapidamente e muitos mateiros já haviam ido embora, enquanto alguns ainda arrumavam suas boias em grandes fardos, separados para serem entregues a seus compradores.

Já Gigante era um homem alto e magro, conhecedor de todas as pessoas da Pedra e que tinha uma postura comunicativa e irreverente, principalmente com as mulheres, a quem dirigia muitas brincadeiras. Apesar do seu jeito impulsivo e ríspido, era muito querido e sua chegada era motivo de rebuliço, com várias pessoas chamando-o pelo nome, sobretudo porque ele costumava comprar as boias de quase todos, ao final da jornada da Pedra. Grande comprador de folhas, Gigante chegava ao Mercado da Pedra entre 5:00 e 6:00 h, quase todos os dias e, rapidamente, se punha a revirar, intempestivamente, as mercadorias dos mateiros, expostas no chão, retirando as que queria e dispondo-as separadamente. Quando estava mais quente, aparecia sem camisa, sempre muito sorridente e falante, e, ao chegar, passeava por toda a Pedra, indo de mateiro em mateiro, olhando o que trouxeram, separando o que precisaria, e parecia estar encantando a todos. Era comum que abordasse as mateiras mais velhas chamando-as de Iaiá, perguntando-lhes, sempre num tom entre a negociação e a brincadeira, “– Quanto quer por todas as folhas, Iaiá?” Conforme o preço estipulado por elas, após a contagem da quantidade dos molhos, quase sempre respondia, jocosamente: “– Assim você não quer vender, Iaiá!”. E, apesar de lhes dizer isso, acabava sempre comprando-lhes tudo.

Corriqueiramente, os preços das boias eram expressos assim que Gigante se aproximasse: “– Tudo por dez reais, Gigante, vai?” Diante de recusas, era comum também que o preço logo abaixasse à metade: “– Então tudo por cinco, certo?” A recusa inicial pelo comprador e o ato verbal de desvalorização do produto em negociação faziam sempre parte

do jogo do comércio<sup>40</sup>. Assim, ao oferecimento da boia pelos mateiros, era comum que Gigante esnobasse: “– Só tem folha grossa!”; “– Só trouxe isso hoje?”; “– Tô vendo é que as folhas boas você já vendeu e só deixou mesmo foi o refugio para mim”. Frases deste tipo eram constantes, usadas para depreciar as folhas das boias, e fazer cair ainda mais os preços, para em seguida comprar-lhes tudo.

Observando Gigante, percebia-se que ele gostava da dinâmica da Pedra, sendo visível a alegria com que se movimentava por ali. Parecia gostar também do sucesso que sua chegada causava, já que quase todos, obstinados, ficavam chamando por ele, para que lhes comprasse a boia. Ao ser abordado com mais insistência por alguém, era comum que dispensasse de início tais ofertas, dizendo: “– Calma, que eu tô chegando agora, ainda vou dar uma espiada por aí”. Ele também era tema constante de conversas, e, à sua passagem, era comum surgirem comentários sobre sua vida ou modo de agir. Certo dia, por exemplo, Zelito (vendedor de bonecos de panos) confidenciou, logo após ele passar: “– Olha aí o Gigante: um farrista gigante, um jogador... Já foi gente grande, de posses... Hoje tá quebrado, mas continua com a mesma pose. Tem barraca grande, lá no Mercado das Sete Portas”. O tom era de admiração, quando se falava dele, ainda que num misto de mordacidade, bisbilhotice e reprovação.

Gigante também era dado a flertes e paqueras, sendo visto insinuando-se com alguma das mulheres da Pedra, em meio à negociação das folhas. Com ar sedutor, ele as cortejava, às vezes inconvenientemente, com afagos insistentes, quase sempre respondidos com esquivas e escapadelas risonhas, sinalizando que às vezes o jogo da paquera podia ser recíproco, mas, quase sempre não era levado muito a sério. Ocorria também de ser, sim, inconveniente e abusivo, apesar de uma reação mais ríspida ser improvável, considerando-se a questão do poder existente nos negócios (Gigante, o comprador *versus* a mateira vendedora), já que a sua atuação como comprador de boia estabelecia uma relação de dependência delas. Apesar da situação de assédio que algumas dessas “brincadeiras” caracterizavam, não havia, contudo, maiores manifestações de repúdio ou desconforto, numa convivência que parecia ter naturalizado as investidas dos homens (aqui, no caso específico, as investidas de Gigante) sobre as mulheres.

Esta situação não se diferencia muito de outras em ambientes públicos como a feira, em que ocorrem atos e diversas manifestações de assédio (mais ou menos explícitos e invasivos) de homens sobre as mulheres, mas que sequer são percebidas como tal pelas pessoas que as vivenciam, o que atesta a força da dominação masculina na sociedade. Isso

---

<sup>40</sup> Para Weber (1999, p.419), este seria o “fenômeno específico do mercado: o regateio.”

faz-nos lembrar Bourdieu (2002, p. 18), para quem “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

O estilo de compra e negociação de Gigante era ímpar e mesmo performático, em dias mais inspirados. Passeava pelos mateiros, falando alto com um e com outro, ao tempo em que ia escolhendo, pegando e separando os molhos de folhas, jogando-os ao chão, pondo os escolhidos ao lado, fazendo um grande monte, causando surpresa até nos vendedores, tamanha sua teatralidade de gestos. Estes nem sempre confiavam, contudo, nas matemáticas do negócio, ficavam atentos, contando, às vezes disfarçadamente, as quantidades que Gigante ia separando. Esse jeito de comprar, misturando as boias de um e de outro vendedor, era, de resto, um traço comum entre muitos compradores, mas a performance de Gigante destacava-o. Diante da pressa dos mateiros ou mateiras em contabilizar o que ele havia separado, argumentava, tranquilizando-os: “– Não precisa contar agora não, Iaiá. Depois venho pagar e aí a gente vê quanto foi tudo!”, ou “– Tá querendo saber quanto foi que peguei do seu? Vem aqui que lhe mostro o meu!”, e ria. Em discordâncias eventuais sobre as quantidade de molhos por ele separados, Gigante acabava convencendo o vendedor em dúvida, dizendo: “– Vá lá contar e veja se não estou certo!” e mostrava a grande pilha de folhas compradas. Quase sempre, nestes casos, o discordante, sem querer duvidar diretamente dele, aceitava o pagamento que Gigante estipulara.

Após separar as folhas das boias que arrematara e de efetuar os pagamentos a cada um dos mateiros, Gigante colocava alguns deles para empacotar suas folhas, juntando em grandes fardos os molhos de fornecedores diversos, arranjando mais panos para embrulhar os fardos, tamanha era a quantidade de folhas compradas por ele na hora da boia. Logo depois ele saía pagando a cada um os valores devidos e/ou negociados, sendo que, de alguns mateiros ele acabava comprando tudo o que trouxeram. Lamentavelmente Gigante faleceu em 2014, causando consternação e lamentações entre os feirantes, que marcaram presença expressiva em seu velório e enterro.

[Gigante] era uma boa pessoa ele, alegre, brincalhão, mas boa gente. Ele comprava muitas quantidades, ajudava muito. Ele tinha barraca lá no Mercado das Sete Portas, agora é o irmão dele quem toma conta, aquele ali, olhe lá. Príncipe é o nome dele. Continua com a barraca de Gigante na Sete Portas. Mas era Gigante quem comprava muita quantidade... Eu fui no velório dele. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

A morte de Gigante interrompeu um vínculo importante para os fornecedores mateiros e horticultores, já que ele era o maior comprador de folhas e de boia do Mercado da Pedra. O seu irmão, Príncipe (que, após a sua morte, assumiu a barraca no Mercado de Sete Portas), de



certa forma o substituiu na compra das folhas e da boia, mas parecia não ter a mesma desenvoltura nem a mesma posição simbólica do outro junto à comunidade de fornecedores da Pedra.

A cada dia, o final das atividades do Mercado da Pedra ocorria entre as 6:00 h e as 7:00h, logo após a venda das boias. Depois disso, os mateiros, às vezes, iam logo embora ou permaneciam um pouco mais por ali, conversando descontraidamente entre si, com os compradores, os carregadores ou com outras pessoas que por lá passavam. A relação entre as pessoas naquela comunidade – que se monta e desmonta três vezes na semana apenas por algumas horas, mas que representa muito na vida dos envolvidos – parece ser alicerçada em proximidade e cordialidade. As anotações do caderno de campo permitem perceber a atmosfera descontraída que vai se espalhando entre os mateiros, ao final de mais uma jornada de atividades matinais:

São 6:15 h. À medida que vão vendendo a boia, os mateiros, espontaneamente, vão se reunindo ao fundo do grupo central, e ali ficam de pé, em animadas rodas de conversa. Marta, que todos chamam de Martinha, está grávida e tem vindo com a filha adolescente. ‘Preta’ abraça, carinhosamente, seu filho, enquanto proseia com as colegas. Em seu ponto, encostado na coluna do Galpão, Seu Eduardo, que já despachou as folhas que Adelmo lhe encomendara, tenta vender um molho de colônia que restara para Pepeu. O barulho estridente de um pagode anuncia a chegada do vendedor-ambulante de CDs piratas com seu precário carro de som. Lá no fundo, de forma gaiata, Mara dança sozinha, abraçando o casaco, acompanhando o ritmo da música. Ronaldo tem que abrir um saco, pois precisa de mais um ‘pano’ para finalizar o empacotamento das folhas de Gigante. (Fragmento do caderno de campo, 2014).

O movimento da boia é, desta maneira, a última atividade que acontece no Mercado da Pedra e quando este tipo de transação se inicia, já é indício da finalização da jornada de trabalho naquela manhã. Os mateiros que finalizam a venda de suas mercadorias vão embora, às vezes para cobrar o pagamento de fregueses que ficaram devendo anteriormente, às vezes para resolver afazeres pela cidade ou, simplesmente, retornar para suas casas. Enquanto os últimos fardos de folhas da boia vão sendo amarrados, carregadores e compradores chegam para levar as mercadorias recém adquiridas. Aos poucos, o Mercado da Pedra se esvazia. Alguns mateiros, antes de sair, tomam o cuidado de limpar os locais onde expuseram suas folhas, alguns pedem vassouras emprestadas aos barraqueiros do entorno, enquanto a conversa permanece animada entre os remanescentes. No final, não há indício de ter havido ali tanta folha, tanto negócio e tanto negociante.

### 2.2.3 A dimensão lúdica do trabalho: o humor como estratégia

Nas interações entre os agentes sociais do Mercado da Pedra, é frequente se ouvir enunciados em tom de brincadeira e jocosidade, cujos sentidos humorísticos se concretizam por elementos verbais e não-verbais (gestos e jeitos de corpo, por exemplo), além de outros enunciados que são evocados, mas que não são expressos e que integram o acervo de memórias coletivas. É constante o uso de inversões de sentido, recurso básico de linguagem no humor, que pode ser exemplificado com o diálogo entre dois carregadores da Pedra, anotado no caderno de campo da pesquisa:

- Vítor é o cara! diz o primeiro carregador.
- ... de pau!, completa o segundo.
- He, he, he, mas é!, conclui, imediatamente, o primeiro. (Fragmento do caderno de campo, 2015).

Na Pedra, a todo momento ouvem-se falas de provocação, conhecidas localmente como conversas de sotaque ou dichotes, causando respostas que vão de outras provocações em sequência a grandes gargalhadas coletivas, quando a brincadeira é percebida por mais pessoas. Incluem piadas diretas dirigidas a alguém, gozações sobre algum acontecimento, xingamentos usados como zombaria do outro, pilhérias insinuando e ridicularizando comportamentos sexuais ou outras manifestações de humor sobre as quais se fundamenta o cotidiano do Mercado da Pedra.

Sobrepõem-se, desta maneira, novos acontecimentos (risíveis) sobre os fatos diários do trabalho, e esta sobreposição torna menos árdua a rotina dos trabalhadores das folhas. Estas brincadeiras, jocosidades e gozações constantes parecem ter a função de tornar o dia-a-dia mais leve, embora também possam ser compreendidas como estratégias de construção de vínculos com a freguesia, que passam a ser acolhidas numa comunidade interpretativa<sup>41</sup> própria, com suas regras de convivência e suas manifestações de humor. Um exemplo, extraído do caderno de campo, narra um episódio em que uma compradora idosa, uma distinta senhora de óculos, muito séria, inesperadamente volta-se para uma mateira também idosa, com quem está negociando, e, provocativa, falando alto, diz: “– Vocês não viram, mas Senhorinha estava ali sentada de perna aberta em frente ao velho de jaleco de couro!”

---

<sup>41</sup> Toma-se, aqui, a ideia de comunidade interpretativa a partir de Stanley Fish (1993, p. 156), quando afirma que “os significados não são propriedades nem de textos fixos e estáveis nem de leitores livres e independentes, mas de comunidades interpretativas que são responsáveis tanto pela forma das atividades do leitor quanto pelos textos que estas atividades produzem”.

Senhorinha, então, dá uma grande gargalhada, à menção da suposta cena descrita, e a zombaria é generalizada, todos dão muitas risadas, fazendo uma grande arrelia.

Tais estratégias aproximam-se, assim, àquelas analisadas por Vedana (2013) em suas pesquisas sobre feiras livres, quando aborda narrativas do cotidiano que expressam uma dimensão lúdica associada ao trabalho na feira como expressão de uma sociabilidade própria dos feirantes, com interações voltadas para amenizar a dureza do trabalho:

[...] o trabalho na feira em sua dimensão lúdica [*recorre*] às trocas sociais com clientes e mesmo com colegas como um aspecto que “humaniza o *métier*” [...] e não apenas como uma ferramenta para vender melhor. É interessante considerar, ao mesmo tempo, que todos citaram o trabalho de feirante como um trabalho duro, que exige bastante em termos do corpo e do espírito, uma “dureza” amenizada pela sociabilidade e interação. Os conflitos, tensões e discordâncias parecem ser aqui resolvidos pela via da jocosidade, das piadas e das inversões de hierarquias próprias do humor da praça pública [...]. (VEDANA, 2013, p. 59-60).

Na Pedra, o acurado senso de humor – aplicado à zombaria do(s) outro(s) – não perdoa nem a si mesmo, e o próprio sujeito pode incluir-se na troça, ridicularizando-se antes que outrem o faça. Esta situação se evidencia no exemplo da mateira Helena que, percebendo que cometera um equívoco ao cobrar duas vezes do mesmo freguês, zomba de si mesma, e, claro, também do comprador:

Na confusão de tantos pedidos e quantitativos de molhos negociados, Helena equivocadamente cobra de Vitório uma venda que já havia sido paga, mas que ela se esquecera. Helena, então, comenta, com galhofa, referindo-se a si mesma: “– *Era só o que faltava, um ladrão roubando de outro ladrão!*” e sai aos risos, pedindo desculpas ao comprador, que, fingindo surpresa e ofensa por ter sido incluído como “ladrão”, afirma, jocosamente, ser honesto. (Fragmento de caderno de campo, 2015).

De maneira geral, os membros da comunidade, quando são incluídos nas gozações e pilhérias, são não apenas coniventes com as zombarias que lhes são dirigidas como também aderem às brincadeiras, entrando, facilmente, no papel que lhes foi atribuído no jogo do discurso zombeteiro.

Assim, há, na Pedra, um jogo semântico em conversas de duplo sentido, que falam uma coisa mas significam outra, ou que invertem o sentido do que foi dito pelo outro, expondo-o ao ridículo público, portanto, ao riso. O fragmento abaixo é outro exemplo disso:

Léo, o vendedor de café, com seu carrinho de garrafas térmicas, está parado no extremo norte do grupo central de mateiros. Alguns clientes a sua volta aguardam que ele os sirva. Um deles lhe pede: “– *Me dê um pouquinho!*”, ao que o outro retruca “– *Ah!, ele dá um pouquinho, é? Pede assim, é?*” Léo sorri, enquanto serve mais um café. O pedinte, sem graça, realça, enfático, “– *Dê um pouquinho... de café, não é? Quero que ele me dê um pouquinho de café!*” E quanto mais este explica, mais a arrelia se instala: “*Dá prá ele, Léo,*

*dá, ele está pedindo tão bonitinho*”. E segue a gozação, cada vez mais pública. (Fragmento do caderno de campo, 2015).

É curioso como as conversas quase sempre resvalam para esse tom dúbio, de sentido ambíguo, zombeteiramente sexualizado. O valor humorístico das ambiguidades é destacado de maneira a colocar o outro em posição de escárnio, de gozação pública. Mas não há, contudo, reações de intolerância, ao contrário, aceitam-se as brincadeiras com surpreendente *fair play*.

Ângela, uma mateira jovem, com um vestido curto e apertado, veio procurar Seu Eduardo, um homem todo sério com jaleco de couro, para lhe pedir que abrisse para ela um saco de ráfia “– *Você pode abrir prá mim aqui, com sua faca?*” Bastou isso para surgirem olhares galhofeiros e risos insinuantes no entorno da cena. Seu Eduardo, colocando-se ostensivamente mais sério e compenetrado, entra na brincadeira, afirmando em alto e bom som: “– *É a minha colega de trabalho, estou só prestando um favor pra minha colega de trabalho!*” Enquanto isso Ângela sorri e sai rebolando exageradamente, também entrando ativamente na gozação. E quanto mais os risos aumentam, mais Seu Eduardo gesticula, reiterando sua seriedade. (Fragmento do caderno de campo, 2015).

Estes corriqueiros enunciados de duplo sentido, maliciosos e erotizados, podem também sugerir sentidos que só se completam no acervo mnemônico do interlocutor, já que as respostas aos enunciados nem sempre são pronunciadas, ficando no subterfúgio da insinuação. Quem não conhece a continuidade do diálogo (a parte não-dita, implícita) não compreende a graça da conversa, ficando de fora do ato discursivo. Tais enunciados remetem, portanto, à existência de um acervo de construções verbais que são conhecidas coletivamente e que estabelecem uma divisão (de ordem semântica) entre aqueles que compreendem a brincadeira – os de dentro da comunidade interpretativa – e aqueles que não a conhecem, e, portanto, não conseguem perceber o gracejo, a chula, a gozação estabelecida.

O enunciado inicial, nestes casos, evoca os outros enunciados da sequência, que não são ditos, mas que são conhecidos e lembrados na evocação, fazendo rir, mas funcionando apenas entre aqueles que conhecem o complemento da fala, que não é dito. É o caso expresso, por exemplo, quando um membro da comunidade da Pedra vira-se para outro e apenas pergunta “– *Estás com a mão limpa aí?*” Esta pergunta, para quem não conhece o sentido oculto dela, não parece ter nenhuma graça. No entanto, na comunidade, significa que aquele que enunciou está avisando que vai ao banheiro e que, jocosamente, conclama o interlocutor a ajudá-lo no ato escatológico, desde que esteja “com a mão limpa”. Frente a esta pilhéria, espera-se uma resposta de aversão por parte do interlocutor, ao tempo em que os demais dão risadas da gozação. Mas aqueles que não conhecem a brincadeira ficam de fora, pois não

conseguem apreender o sentido oculto e provocativo (humorístico) de uma pergunta tão inocente<sup>42</sup>.

Levando-se em conta que o sujeito constrói significados a partir de sua bagagem pessoal (repertório pessoal, memória, partilhas linguísticas, sentimentos, imaginações) e de sua bagagem comunitária (valores e referências culturais das comunidades interpretativas a que pertence), ao dividir as pessoas entre os que não compreendem as brincadeiras porque não conhecem o acervo textual necessário para acharem graça e os que detêm as informações coletivas necessárias para que se realizem as significações humorísticas, estas falas de duplo sentido, que ocorrem constantemente no Mercado da Pedra, demonstram o caráter público das estratégias interpretativas acionadas para a construção de sentidos. Conforme Fish (1993), o sujeito não existe isolado das categorias de pensamento públicas ou convencionais que tornam possíveis as suas operações (de pensamento, visão, leitura), isto é, só é possível realizar o trabalho de interpretação elaborando-se operações mentais de construção de significado que fazem parte do acervo cultural da sua comunidade de pertencimento. Assim, embora seja correto dizer que o indivíduo cria significados, isto é feito por meio de estratégias interpretativas que têm origem em um sistema de inteligibilidade cultural e comunitário.

Se o eu é concebido não como uma entidade independente, mas como um construto social cujas operações são delimitadas pelos sistemas de inteligibilidade que o informam, então os significados que este eu vier a conferir aos textos não serão específicos a ele, mas terão sua origem na comunidade (ou comunidades) interpretativa(s) na qual ele é função (FISH, 1993, p. 164).

Revela-se, portanto, a existência de uma comunidade interpretativa própria ao Mercado da Pedra, cuja marca de separação e limite entre os que estão dentro ou fora dela pode ser percebida, neste âmbito comunicacional, também pela condição de compreender (ou não) o senso de humor expresso indiretamente nos discursos. Este tipo de enunciado marca, portanto, limites entre “nós” (os de dentro do Mercado da Pedra) e os “outros” (os de fora, visitantes ocasionais). Os fregueses corriqueiros, os compradores constantes, são partes fundamentais desta comunidade (estão dentro). E os novos fregueses podem ser incorporados gradualmente à medida que passam a dominar o universo da sociabilidade afetiva e

---

<sup>42</sup> Bakhtin (1987), no texto em que analisa “o vocabulário de praça pública na obra de Rabelais”, ao comentar a linguagem do autor, considerada por muitos como chula, cínica e impertinente, associa-a à praça pública e à feira do fim da Idade Média, manifestando uma “alegria coletiva da multidão popular na praça pública da cidade” (p. 126), em que o júbilo popular é baseado em fórmulas elaboradas ao longo de séculos. Observa que o humor de tais textos faz alusões recorrentes ao “baixo corporal propriamente dito”, isto é, “à zona dos órgãos genitais” (p. 126), bem como às “familiaridades escatológicas (essencialmente verbais)” (p. 127). Tais elementos, curiosamente, se aproximam e são expressos com recorrência no humor verbal popular manifestado no Mercado da Pedra, que constantemente faz referência (implícita ou explícita) a órgãos e atos sexuais e também à escatologia.

humorística da Pedra. E, nisto, pode-se aproximar também de outros contextos de trabalho em feira, em cujo jogo comunicacional de humor inclui os fregueses como estratégia de aproximação.

Penso que essa habilidade de construir relações e promover sociabilidades é uma das características a ser desenvolvida pelo feirante. Por sua vez, em se tratando de uma troca, essa habilidade precisa do outro, do freguês, para ser desenvolvida, ela depende da resposta desse interlocutor que está do outro lado. (VEDANA, 2013, p. 60).

Portanto, as interações sociais da Pedra encontram, assim, no humor, alternativas lúdicas para a criação de fatos novos (e risíveis), que se sobreponham ao (duro) cotidiano do trabalho, tornando-o mais agradável. Criam-se, também, estratégias de manutenção de vínculos de proximidade e afetividade entre os agentes sociais do Mercado da Pedra, estabelecendo e reforçando uma sociabilidade própria, numa comunidade interpretativa com suas especificidades simbólicas e culturais.

#### 2.2.4 Práticas cotidianas

Ao observador mais frequente (como, por exemplo, o pesquisador no trabalho de campo), é perceptível que há uma racionalidade organizacional no funcionamento do Mercado da Pedra, conhecida e dominada pelos trabalhadores que dali tiram o seu sustento e pelos usuários deste mercado, sem que haja a presença de quaisquer agentes institucionais da Feira. Exceto no início, quando os vigilantes abrem os portões de acesso à área do Mercado da Pedra, não há agentes de fiscalização ou de controle: são os próprios produtores-vendedores que desenvolvem suas atividades, seguindo um fluxo de ações e acontecimentos que ocorrem sem maiores interferências de agentes externos. A autonomia, porém, é relativa, já que a organização do processo obedece a certas regras, mais ou menos implícitas. Isto é, se, por um lado, não há a presença de normas claras nem de agentes institucionalizados que atuem nestes fluxos de acontecimentos, por outro lado há certa obediência a princípios de organização, que são compartilhados por todos. Como referido anteriormente, Polanyi (2012), ao postular os elementos constitutivos do mercado a partir de determinados traços institucionais, inclui, dentre eles, a existência de costumes ou normas e equivalências que orientam e regulam as transações. Na Pedra, estes processos ancoram-se em esquemas e fluxos organizadores que são praticados por todos no exercício do cotidiano. Conforme Certeau (1994, p.109), “as práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto,

difícil de delimitar e que [...] pode ser designado como o dos *procedimentos*. São esquemas e manipulações técnicas” [grifo do autor].

Fragmentos do caderno de campo (2015) registram a rotina dos procedimentos cotidianos que estruturam e animam as atividades na Pedra:

Às 4:00 h, ainda são poucos os produtores na Pedra. Dona Morena já está a postos, com muitas encomendas acondicionadas nos sacos que a rodeiam.

[...] Dona Senhorinha, muito falante, arruma as folhas que vai tirando do saco e colocando no calçamento de pedra e, ao mesmo tempo, vai empurrando o homem vermelho de chapéu preto, falando: “– *Hoje cheguei cedo. Cheguei bem chegada!*” E, ocupando o espaço com suas folhas, pergunta alto: “– *Quem quer pára-raio, quioiô, alumã?*” Seu Eduardo vai ver o que Dona Senhorinha trouxe num grande saco.

[...] A seguir Ronaldo coloca seu turbante, enquanto vai falando com um e outro, descarregando suas folhas e as dispondo nas pedras do calçamento. Ele é logo cercado pelos compradores Manuel e Gigante, interessados em suas folhas. Dona Senhorinha também vai se instalando ao seu lado.

[...] Os mateiros que chegam são frequentemente assediados por compradores que os cercam, ávidos, e saem com as mãos cheias de molhos de folhas.

[...] Chega a primeira mateira do grupo central e vai se instalar na extremidade norte, quase embaixo do alpendre. Ela trouxe cinco grandes fardos de folhas e vai desempacotando os molhos para separar as encomendas e arrumar o restante para a venda a retalho, “*na Pedra*”, como diz.

[...] Ronaldo cobra de Gigante: “– ... *o pagamento das folhas da segunda-feira passada, quando se ‘esqueceu’ de pagar*”. Paga a dívida, Gigante procura por folha de guiné.

[...] Mateiros comprem de mateiros, os tais dos ‘empréstimos’. Roque ‘empresta’ dois molhos de bertalha para uma colega, que mais tarde virá pagá-lo, como costumam fazer.

[...] São 4:47 h e Alice, consultando anotações num pedaço de papel, vai separando as folhas de algum pedido feito anteriormente. Helena pega muitos molhos com Isaura e com outras mateiras, pois precisa completar suas encomendas. Dalva, mateira de Simões Filho, procura confei: “– *É prá completar uma entrega, gente!*”.

No Mercado da Pedra, são os próprios produtores-vendedores que constroem os processos organizativos do cotidiano, em contínua interação simbólica e prática, desenvolvida também a partir de uma dimensão técnica. Esta situação aproxima-se da análise de Sato (2007) sobre os processos de organização do trabalho em feira livre, quando afirma que:

Parte-se do pressuposto que tais processos [de organização] encontram a sua racionalidade interna e singular nos métodos práticos, criados, apropriados e partilhados pelas pessoas envolvidas, fazendo das feiras livres, no caso, realidades “organizadas”. (SATO, 2007, p. 96).

Ao observador, chama a atenção, por exemplo, a agilidade com que as mateiras vão separando os molhos das diferentes espécies de folhas, numa desenvoltura que associa conhecimento taxonômico vernacular (etnoconhecimento) com habilidade e destreza manual.

Demonstram, nestas atividades práticas, que há grande familiaridade com os processos cotidianos de organização de seus trabalhos, dominando desde as necessárias habilidades sociais, técnicas e comunicativas para o desempenho das atividades até as regras de organização, os processos da comercialização, as variações de preço no mercado, as cotações das folhas – que estabelecem a quantidade de folhas de cada molho, por exemplo. São, assim, práticas cotidianas que se associam a um exercício continuado das experiências vividas na Pedra, pelas quais os sujeitos compartilham saberes e artes de fazer que têm suas especificidades e que se ancoram, fundamentalmente, na prática. Para Certeau (1994, p. 41), a cultura popular formula-se a partir de práticas cotidianas, de “operações multiformes e fragmentárias” que obedecem a regras e a formalidades que organizam suas operações.

[a “*cultura popular*”] se formula essencialmente em “artes de fazer” isto ou aquilo, isto é, em consumos combinatórios e utilitários. Essas práticas colocam em jogo uma *ratio* “popular”, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar. (CERTEAU, 1994, p. 42).

Durante as vendas, percebe-se e se destaca a enorme capacidade de memorização dos vendedores, sob vários aspectos. Quando passa um comprador e declama uma enorme lista de nomes das folhas que quer, solicitando que as separem para ele e, em seguida, passa outro e faz a mesma coisa, sem terem anotado nada das listas dos pedidos, os vendedores realizam, posteriormente, a separação das folhas de cada pedido, sem nada esquecer ou errar. Quando se trata de encomendas para serem entregues em dia futuro, novamente pode se notar a capacidade de memorização, já que muitas anotações só são feitas depois, quando as vendas e as entregas se encerraram. Não são também esquecidos os molhos de folhas que são pegos por um ou outro no decorrer das atividades e, ainda que não sejam feitas anotações, os pagamentos e as cobranças posteriores não deixam de ser feitos. Ao observador, fica a forte impressão de uma imensa capacidade memorialística de cada comerciante.

[risos] É que eu sei que as folhas que eu trago... de cada uma tem que ter dois molhos... dois, um, depende... e aí, olhando os molhos eu sei as pessoas que me devem, eu anoto na cabeça, no papel, prá me pagarem... depois, eu saio cobrando. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Helena mesmo fica muito tempo separando as folhas, e ela tem uma memória boa, porque ela guarda tudo. O pessoal fala, ‘quero tanto não sei de quê, tanto de não sei quê’, e ela bota tudo certinho. Ela, uma outra menina que tem aqui, que é minha sobrinha também, Palmira, o nome dela é Maria de Fátima, mas a gente chama assim por apelido. Tem essa daqui (moça que estava ao lado), Clara, que vende folha também. (Tia Elzira, mateira de Dias D’Ávila, entrevista, 2014).

Detentores dos conhecimentos necessários para as tarefas que organizam a atividade da Pedra, os vendedores estão, no cotidiano, engajados em seu processo de trabalho, que



conhecem bem. Ao observador pode não ser perceptível toda a hierarquia e o ordenamento que estão por detrás da prática diária em tantas dimensões de atuação. Nestes atos cotidianos dos vendedores da Pedra, há uma sistematização de conhecimentos sobre as folhas e seus usos (etnoconhecimento), sobre o mercado em que se assenta a atividade, sobre a economia informal que o baseia e, sobretudo, sobre as interações sociais desenvolvidas cotidianamente. Para Vedana (2013), o trabalho na feira se assenta em uma sociabilidade própria.

A sociabilidade, portanto, é o elo fundamental de minha argumentação sobre o feirante como um trabalhador urbano. No decorrer de suas atividades, é preciso dominar esse jogo, colocar a palavra em circulação no mercado e construir laços de reciprocidade com os fregueses. (VEDANA, 2013, p. 46).

Durante a separação das encomendas de folhas a serem entregues, muitas vezes a mateira constata que não conseguiu obter, em suas incursões extrativistas ao mato, todas as folhas solicitadas pelo comprador-encomendante. Isto requer que sejam providenciados, junto aos colegas, os empréstimos daquelas folhas que faltam, de forma a completar as encomendas. Constantemente há este movimento de empréstimos recíprocos. Esta dinâmica, muito corriqueira, também é feita sem grandes anotações, sendo tudo lembrado e relembado apenas “de cabeça”. Posteriormente estes empréstimos de mercadoria serão pagos, não havendo, no geral, divergências quanto ao que foi requerido/pego e ao que foi devolvido/pago, nem há recusa alguma em ceder os molhos de folha a quem precisa. Percebe-se haver uma ética, uma atitude contínua de solidariedade e cooperação entre eles. Não há, também, nesta prática, nenhum lucro adicional: o preço pago pela folha tomada por empréstimo é o mesmo pelo qual vendem as folhas no Mercado. Não aferem, com essas práticas solidárias de venda, nenhum lucro.

Pegamos molhos de outros vendedores é prá completar as encomendas... depois vou pagando eles. É, eles são pagos pelo mesmo preço. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

A dimensão técnica da atuação dos produtores-vendedores no Mercado da Pedra está relacionada diretamente à realidade socioeconômica dos mesmos e se sustenta no âmbito cultural, étnico e ambiental, ou seja, na estreita interface entre cultura e natureza. É preciso conhecer desde as técnicas de extração das plantas – ou de cultivo das hortas – tanto quanto é necessário dominar as regras de atuação na Pedra, a gramática oculta que a norteia. São conhecimentos de diferentes ordens que envolvem processos de aprendizagem (comunitários e, muitas vezes, familiares).

Tais processos, que se manifestam no fluxo dos acontecimentos cotidianos desde o início até o final da jornada do Mercado da Pedra, envolvem afazeres práticos (trazer e descarregar os fardos; organizar os produtos; complementar encomendas; negociar valores;

realizar vendas; atrair compradores; fidelizar clientela; lembrar empréstimos e débitos; anotar pedidos e dívidas etc.), além de um acervo simbólico que inclui informações sobre cada uma das folhas e seus usos (etnoconhecimento) e conhecimento sobre o próprio sistema do mercado. Por outro lado, esses processos amparam-se numa rede de relações interpessoais em que se misturam as relações de trabalho aos vínculos de amizade, de parentesco ou de vizinhança, e de forma semelhante se desenvolvem os processos (técnicos) de aprendizagem. As relações interpessoais se interpenetram, numa diversidade de vínculos que alcançam esferas distintas das vidas das pessoas.

Sentado na escada do Galpão, um carregador conversa com o barraqueiro João sobre o hábito de vir à feira todo dia. Ambos vêm todo dia. O carregador fala que no dia em que não vem à feira, fica doente. Para ele, a feira “*é uma cachaça!*”. (Fragmento do caderno de campo).

### 2.3. Parentesco e Aprendizagem

A grande variedade de folhas comercializadas levanta sempre a questão do processo de aquisição de conhecimento sobre elas, ficando evidente haver o domínio coletivo de um saber aplicado às folhas, que envolve a identificação das espécies (os nomes populares) e o seu uso (para que servem, a aplicação comum), ainda que a prescrição não faça parte do trabalho cotidiano (as pessoas já vêm comprar as folhas sabendo, previamente, quais querem).

A aprendizagem envolve dimensões diversas, que correspondem aos processos diferenciados da atividade produtiva, que podem ser considerados a partir de três momentos:

- a etapa da produção, em que é preciso (i) conhecer as áreas de extração das folhas; (ii) saber reconhecer, no mato, aquelas plantas que têm valor no mercado para coletá-las; (iii) conhecer o processo correto de extração de cada uma (as plantas devem ser colhidas de forma a não inviabilizar a capacidade produtiva das áreas, cada vez mais restritas frente à expansão urbana); (iv) saber lidar com a logística de transporte para o mercado, desde as formas corretas de separação e de armazenamento adequado (arrumação dos fardos de folhas) até o conhecimento de horários e linhas de ônibus que aceitem levar os fardos e, ainda, as atividades de descarregar, na chegada;

- a etapa da comercialização, que envolve negociação e conhecimento dos processos organizativos e das atividades no mercado mediante venda direta ao consumidor;

- a etapa posterior de cobrança e de recebimento das compras, já que alguns fregueses fazem pagamento *a posteriori*, sendo necessário o deslocamento dos mateiros para áreas diferentes da cidade, nos locais de revenda destes fregueses.

Há, como verificado, uma centralidade feminina nos processos relacionados ao Mercado da Pedra, sobretudo no que diz respeito às folhas “grossas”, colhidas no mato, que apresentam uma diversidade ainda maior do que as folhas “cheirosas”, que são plantadas nas hortas. Todas, para ali estar, precisam ter um conhecimento acumulado sobre cada planta, o que envolve as etapas anteriores, da busca por elas no mato (já que as coletoras são as mesmas vendedoras), bem como as relativas à venda: valor de cada espécie, nomes pelos quais são conhecidas (algumas folhas são chamadas por mais de um nome e os vendedores precisam saber traduzir as solicitações dos clientes), quantidade específica de cada uma que é separada por molho, o uso tradicional que se faz delas (para que servem), só para citar alguns dos conhecimentos necessários ao desempenho da função. O processo de aprendizagem sobre esses conhecimentos é sobretudo oral e pragmático, ocorre no transcorrer do cotidiano associado à atividade produtiva. São também, na maior parte das vezes, familiares, seja dentro da família consanguínea nuclear ou da família extensa: aprende-se com a mãe, a tia, a avó, a vizinha ou com quem as crianças e adolescentes passam a acompanhar, sempre em presença, participando ativamente do trabalho, seja no processo de comercialização, na Pedra, seja anteriormente, no processo de extração, no mato.

Assim que seus fregueses se afastam, aproveito para conversar com Alice. Ela me diz que na sua família ela é a terceira geração de mateiras de Simões Filho, que aprendeu tudo com sua mãe e começou “*ajudando ela a amarrar os molhos em casa, quando ela chegava do mato*”, depois, aos treze anos começou a vir para a feira, a vender na Pedra. “- *Hoje tô com 16 anos e não vendo prá entrega, diferente de outras, só vendo a retalho mesmo*”, e aponta para algumas mateiras ao fundo, cercadas por grandes fardos fechados, “*olhe elas lá, é tudo prá entrega*”. Alice me fala da atual dificuldade em encontrar certas folhas nos lugares habituais: “*tem que pegar transporte para ir catar em Camaçari, em Dias D’Ávila e até em Mata de São João!*” Conta que aprendeu a identificar “*os tipos [espécies] de folhas com mãe e vó*”, que hoje, bem velhinha, não vem mais à feira, só sua mãe, “*as vizinhas e as tias, também*”. Ela se interessa pelo que faço, quando lhe explico sobre a pesquisa: “- *Ah!, assim é bom fazer um estudo, né? Pesquisar, ficar observando, é bom!*”(Fragmento do caderno de campo, 2015).

Apesar de não ser possível afirmar que essas pessoas constituem membros de comunidades tradicionais no exato sentido do termo, as informações necessárias para que possam praticar este trabalho são obtidas, sim, a partir das experiências comunitárias e familiares, *loci* do aprendizado. Resultam também da relação de proximidade étnica com os grupos que utilizam tais plantas, já que organizam sua produção (oferta) a partir das demandas de consumo do mercado por determinadas (e não por outras) plantas, o que significa um diálogo claro com as tradições religiosas ou curativas que impulsionam o uso. E, ainda, podem ser pensadas também como resultantes de adaptações históricas ao ambiente em que

vivem ao longo do tempo, já que é dele que tiram seus sustentos<sup>43</sup>. Tais ambientes podem ainda estar situados proximamente, isto é, nas vizinhanças, ou mesmo estar espacialmente mais distantes, apesar do domínio simbólico se manter, já que, com o crescimento urbano e o processo crescente de devastação das áreas verdes do entorno, é preciso que estes mateiros e mateiras desenvolvam contínuas adaptações, indo buscar/extrair as folhas que vendem no mercado em novas zonas de mato.

Em termos legais, a partir do que estabelece a Lei 13.123 de 20/05/2015 (BRASIL, 2015), é possível compreender o conhecimento sobre a biodiversidade (ou patrimônio genético – PG) envolvido neste processo como um conhecimento tradicional associado (CTA) de origem não identificável, categoria definida como “o CTA em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional” (BRASIL, 2015), já que não há, no caso das mateiras, uma unidade étnica que reúna as coletoras/vendedoras de folhas, correspondendo mais à situação descrita por Santilli:

Ocorrem também com frequência as situações em que o acesso ao PG e/ou CTA se dá através de feiras, mercados etc. Em tais situações, pode ser muito difícil para o usuário de tais conhecimentos (amplamente compartilhados ou difusos) identificar os titulares de direito sobre os mesmos [...] (SANTILLI, 2015, p. 38).

Ressalta-se haver grandes diferenças entre estes grupos de coletores de folhas e os povos e comunidades tradicionais<sup>44</sup> propriamente ditos – compreendidos, aqui, enquanto grupos cujos processos, práticas e atividades tradicionais relacionados ao uso de espécies e de outros recursos do ambiente dependem do modo de vida dessas comunidades, que está ligado à floresta (o que não se aplica ao caso aqui estudado) e, sobretudo, como grupos que se reconhecem como culturalmente diferenciados (o que também não ocorre com os mateiros do Mercado da Pedra). Ressalvadas tais distinções e demarcada, ainda, uma diferença primordial em relação ao território que utilizam para a coleta das folhas – pois se trata, no que se refere

---

<sup>43</sup> Esta dimensão de sustento a partir do trabalho com as folhas no Mercado da Pedra é recorrente, e são muitas as mateiras que expressam conteúdos semelhantes à fala de Dona Senhorinha, quando afirmou, por exemplo, que criou os “filhos tudo na feira, sempre na feira, trabalhando no Mercado Modelo, o da Rampa, depois em Águas de Meninos...” (Dona Senhorinha, mateira, entrevista, 2015).

<sup>44</sup> O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no inciso I do seu artigo 3º, compreende Povos e Comunidades Tradicionais como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 12 dezembro de 2015.

aos coletores de folhas, quase sempre de território alheio, de outrem, que não deles próprios –, alguns elementos assemelham-se, sobretudo quanto à transmissão do conhecimento por meio da tradição oral.

A Tradição Oral é a grande escola da maioria dos povos africanos. As culturas africanas não são isoladas da vida. Aprende-se observando a natureza, aprende-se contando e ouvindo histórias. [...].

Nas culturas tradicionais africanas, a própria vida vivente era considerada também um processo contínuo de educação. [...]

A memória das antigas sociedades africanas se apoiava na transmissão continuada de histórias, contendo conhecimentos, princípios e valores que reservaram, entre outros, o sentido agregador enquanto família e vinculação à terra. (MACHADO, 2006, pp. 78 e 80).

Entre os mateiros coletores de folha, o conhecimento sobre as ervas passa de geração em geração, sendo transmitido dos mais velhos para os mais novos, e, na maioria das vezes, a transmissão desses saberes é apenas oral e feita em presença, como já explicado anteriormente. Este acervo simbólico e pragmático faz parte do modo de vida das comunidades em que se inserem os mateiros, integrando o seu acervo cultural, ainda que apenas algumas pessoas da comunidade (aqueles mateiros) detenham as informações e sejam capazes de as ensinar. Há, assim, em suas falas e depoimentos, uma constante referência à transmissão oral e presencial deste conhecimento, com menção a alguém da família como transmissor. Assim como se referem, com frequência, ao caráter presencial, o aprendizado dando-se pela observação dos “antigos”, dos “que sabem das coisas”, remetendo, portanto, a um passado de referência comunitária (os pais, os anteriores, os mais velhos, os de um tempo que passou).

Com quem aprendi? Ôxe, fui aprendendo com os antigos, né? Fui vendo e aprendendo... (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Portanto, nas entrevistas, muitas vezes a aprendizagem direta, pela presença, aparece como o caminho pedagógico: aprendeu vendo, estando ao lado, observando, ouvindo, ajudando a colher ou a vender. Novamente reforça-se, aqui, o caráter feminino da atividade, com a maior parte se reportando à mãe, à tia, à avó ou a outra mulher como vetor do saber.

Aprendi com minha mãe. Vinha com ela, aí fui vendo, fui aprendendo a conhecer qual era a planta e prá que servia, né. Hoje minha mãe não vende mais folha não. Ela vende palha de banana, daquelas que passa no fogo, sapecada, prá fazer acaçá, abará, essas coisas, mas é lá dentro, na Feira mesmo. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

A jovem Patrícia, de Mapele, conta que, quando começou nesta atividade, acompanhava sua mãe nas vindas à Feira e, na atualidade, é ela própria quem colhe e traz as folhas para vender, já de maneira autônoma. Este caráter familiar do aprendizado relacionado às folhas é evidente e recorrentemente relatado pelas pessoas envolvidas. Desta forma, tanto

ela quanto a sua irmã Célia, também mateira, aprenderam o ofício com a mãe, a quem ajudavam na coleta, na arrumação e na venda das folhas grossas, colhidas no mato e vendidas na Pedra. Atualmente a mãe trabalha menos, não vem todos os dias à feira, mas, por outro lado, o ofício está sendo perpetuado junto às gerações seguintes, como demonstrou o seguinte episódio:

Célia trouxe hoje a sua bebê (cerca de 12 meses de idade) junto com ela ao trabalho. A menininha ficou sozinha sentada junto às folhas da mãe (que havia se afastado um pouco para buscar folhas junto a outras mateiras mais adiante), quando subitamente começou a gritar porque o mateiro que estava ao lado pegou dois molhos das mercadorias da mãe dela, que estavam expostas no chão junto à bebê. A reação de todos aos gritos da bebê avisando que outrem pegara as folhas da mãe foi de muita risada e aprovação, impressionados pela esperteza da garota ao distinguir quais folhas eram dela e por saber gritar, avisando. O mateiro que pegou as folhas também aprova, dizendo para a bebê: “– *Tá certa, muito bem, tá falando assim ‘mãe, o homem tá roubando suas folhas!’*” A atitude da menininha é um sucesso, a mãe retorna e também ri da filha, a pega no colo e depois se senta no chão duro de pedra, sobre as próprias sandálias, mantendo a garota, abraçada, no colo. Fica evidente que é de muito cedo que se aprende na Pedra. (Fragmento do caderno de campo, 2015).

Uma característica do Mercado da Pedra é a constante presença de crianças, meninos e meninas da família consanguínea (filhos, irmãos, sobrinhos e netos) dos mateiros ou por afinidade (afilhados e vizinhos) que os acompanham no negócio. São todos negros, afro-descendentes.

A família negro-africana típica em sociedades agrárias, conhecida pela denominação de família extensa, é constituída por um grande número de pessoas ligadas pelo parentesco. Nas sociedades de organização matrilinear, [...] o parentesco formula-se pelos laços uterinos de sangue, razão pela qual a mulher é a única fonte de legitimação das descendências. Elas constituem, assim, o núcleo fundamental que define a família, sendo que em suas bases encontram-se as ancestrais-mulheres que lhes deram origem. (LEITE, 1995-96, p. 111).

Os motivos para acordarem tão cedo para vir à Feira de São Joaquim acompanhando sobretudo suas mães, irmãs, tias ou avós nas atividades de negócio, são muitos. “Não têm com quem ficar em casa” é o motivo mais recorrente. Há mesmo o hábito de trazê-los desde que são bem pequenos. “Estão acostumados” e “eles gostam” são as alegações mais usuais quando o tema é abordado. No entanto, na observação da pesquisa de campo, ficou claro também que outros aspectos justificam a presença das crianças na Pedra: elas conhecem as folhas e suas utilidades, costumam mesmo ajudar na sua coleta ou extração, nas redondezas dos locais onde moram e, assim, participam também como produtores e como vendedores. E, muito provavelmente, as mães, por intuição, sabem que ao vivenciar, embora informalmente, as experiências na Pedra, as crianças aprendem.

Dona Adélia hoje trouxe suas netas, duas garotas de 8, 9 anos, que estão atentas à movimentação dos fregueses diante das folhas espalhadas à sua frente. Mais tarde, na hora da boia, Dona Adélia usou os casacos das netas para improvisar uma amarração de pequenos fardos de folhas vendidas, pedindo às meninas que fossem entregá-los aos barraqueiros no interior do Galpão. (Fragmento do caderno de campo, 2014).

Desta maneira, se na cena do Mercado da Pedra a presença feminina muito se destaca, logo também chama a atenção o fato de que muitas mulheres precisam levar seus filhos nessa jornada de trabalho, porque não têm com quem deixá-los em casa, nem existe infraestrutura pública de assistência social nos lugares onde moram (creches, pré-escolas etc.). Ficam perto de suas mães – ou avós, ou tias, ou vizinhas –, às vezes se envolvem na atividade de venda, de arrumação das folhas ou de separação de molhos menores. Algumas conhecem bem as folhas e atuam no mercado com pertinência, vendendo, organizando as anotações, fazendo as contas e dando os trocos. Quando estão em número maior, na mesma família, no geral os maiores também cuidam dos menores. Até mesmo um recém-nascido esteve no Mercado da Pedra durante o período da pesquisa de campo, amamentado, eventualmente, pela mãe, ao lado de quem permanecia, sendo cuidado e carregado por sua irmã, também criança. Em geral, todos participam, ajudando de alguma maneira a atividade da família, demonstrando estar familiarizados com o ambiente, as pessoas, as atividades.

Bourdieu (2006), ao entrevistar o poeta argelino Mouloud Mammeri, discute as bases sociais, os usos e o sentido da poesia oral na sociedade cabila, afirmando o mercado como o lugar central dos processos comunicativos daquela comunidade africana. Analisa, então, a transmissão do conhecimento como resultante de dois processos: um informal, espontâneo, que ocorre na esfera pública das assembleias, dos mercados; e outro formal, iniciático, fundado na relação mestre-aprendiz. É o próprio poeta argelino quem assinala o papel socializador do mercado:

Quando eu era criança, meu pai me levava sistematicamente aos mercados, pois eles são locais de encontro privilegiados. (...) Havia uma espécie de formação no local de trabalho, uma formação difusa e, ao mesmo tempo, consciente. [...]

O aprendizado era pela prática. Não era um aprendizado abstrato. Era preciso agir também segundo certo número de preceitos, de valores [...]. (BOURDIEU, 2006, p.63).

Na Pedra, o conhecimento sobre as folhas vai sendo reforçado e reafirmado a todo momento, já que, ao atender algum freguês ou a despachar algum pedido, é preciso certificar-se se está entregando a folha certa, sendo comum checar as informações com os adultos a quem acompanham. Por exemplo, o sobrinho de Dona Morena, acompanhando a tia na Pedra,

participava separando ramos de uma folha, anunciada por ela como tançagem<sup>45</sup>. Ao separar a quantidade de folhas, perguntava: “– Minha tia, molho é isso aqui, né?” e mostrava o feixe de folhas que acabara de fazer. “– Bota mais, menino!”, ela repreende. E ele replica: “– Mas naquele dia foi um tanto assim...”. Paciente, ela explica: “– Não, meu filho! Olhe aqui (mostra, colocando mais ramos de folhas), é maior, tá vendo?”.

Fotografia 35 - Crianças acompanham os pais no Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

Era muito comum que as crianças se encarregassem, como dito, das anotações do negócio, fossem as relativas a encomendas, fossem as de venda a fiado, para recebimento posterior. As cadernetas eram assim preenchidas, por meninos e meninas, em letras caprichosas que registravam nomes de fregueses e de folhas, com as quantidades a serem trazidas ou os valores devidos, o que sugere que as crianças talvez dominassem melhor a escrita do que os adultos.

A participação das crianças garante, assim, aprendizado de aspectos fundamentais para a atividade do produtor (coletor) e de vendedor das folhas. O conhecimento sobre as plantas e seus usos e aplicações religiosas ou medicinais é perpetuado em processos orais de transmissão, e a ida ao mercado reforça tais processos, assegurando também a aprendizagem das relações sociais relacionados ao comércio. Em outras palavras: as crianças reforçam, na dinâmica da feira, o saber que vai sendo construído quando participam das atividades de coleta de folhas no mato, uma vez que na feira têm contato com plantas colhidas e trazidas

<sup>45</sup> Tançagem é o nome popular da planta *Plantago major*, de largo uso medicinal.



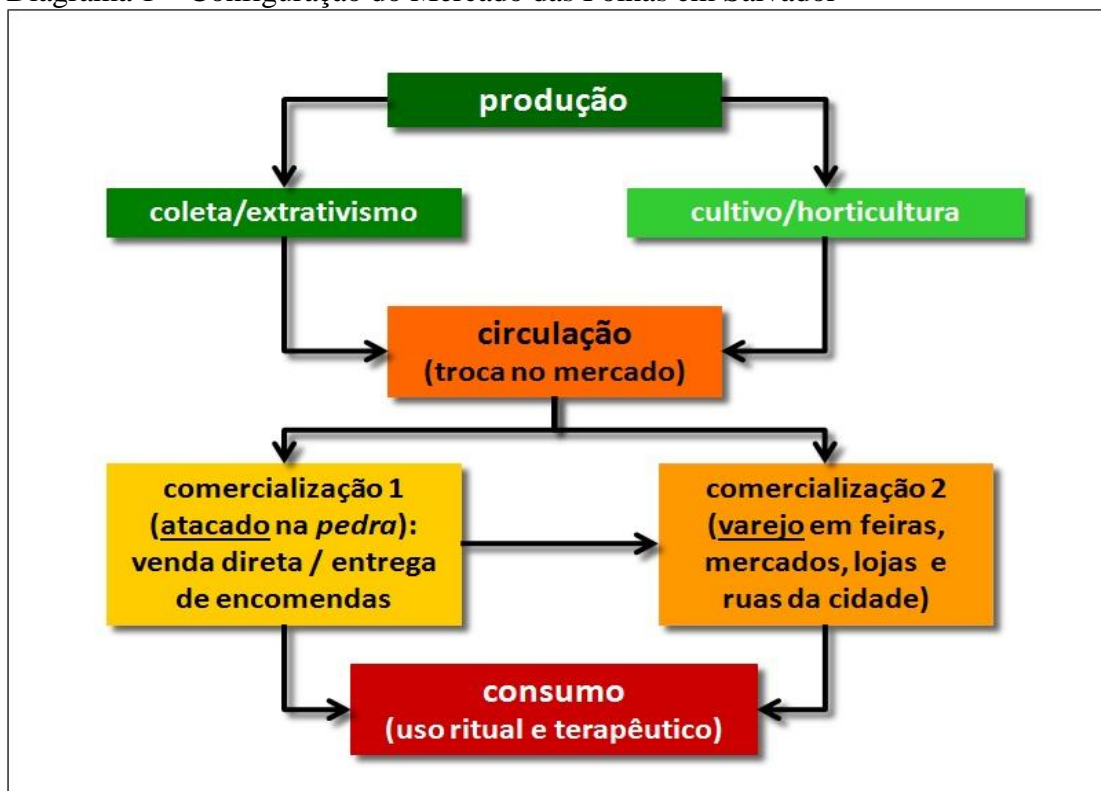
por outros vendedores (diferentemente, por exemplo, das que são encontradas nas áreas em que suas famílias coletam), mas também desenvolvem suas habilidades comerciais, lidando com a diversificada freguesia, com a matemática dos pagamentos e dos trocos, com os outros agentes que atuam neste mercado e desvendando, assim, as nuances e os detalhes das relações sociais, econômicas e políticas do Mercado da Pedra, do qual dependem seus familiares. Aprendem, portanto.

Hoje há mais crianças acompanhando pais, avós ou vizinhos. No grupo central, o menino Mateus arruma molhos de folhas de cana-de-macaco e em seguida os pedaços do caule, me explicando: “– A cana-de-macaco é as folha e esses pedaços [do caule] é sangue-lavô”. Ele está acompanhado de um irmão menor e o negócio é agenciado por sua irmã, um pouco mais velha que eles, mas ainda uma adolescente. Mateus continua contando que moram em Mapele e coletam folhas em “Coutos, Terezinha e até na CEASA [na Via Parafuso], tem que pegar o buzu prá catar as folha lá”. Enquanto isso, o irmão de Mateus vem trazendo o comprador Fernando, puxando-o pelo braço: “– Deixa de ser ruim, Fernando, compra aí, vai!” Fernando, que diz procurar por espinho-cheiroso, acaba levando molhos de comigo-ninguém-pode e de outra folha que não consigo ouvir o nome. Há uma quantidade maior de folhas e mateiros na Pedra. Helena hoje faz a separação das folhas encomendadas junto aos vendedores do Grupo 1. (Fragmento do caderno de campo, 2015).

### 3 MERCADO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DAS FOLHAS

No Mercado da Pedra, tudo gira em torno das folhas. O que denominamos de mercado de folhas em Salvador compreende os domínios da produção (e distribuição<sup>46</sup>), da circulação (troca) e do consumo dessas mercadorias que envolvem diversos agentes sociais e suas interações recíprocas nesses contextos. A configuração do mercado de folhas em Salvador, portanto, compreende três estruturas sociais bem definidas: *a*) a produção/distribuição; *b*) a circulação e *c*) o consumo (Diagrama 1), a que correspondem determinados agentes sociais envolvidos (Diagrama 2) nas atividades que aí se desenvolvem.

Diagrama 1 – Configuração do Mercado das Folhas em Salvador



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Além disso, a esfera da produção abrange duas categorias de produtos, as folhas “grossas” e as folhas “cheirosas/frias”, que resultam de distintos processos de produção (coleta-extrativismo e cultivo-horticultura, respectivamente) e a que estão relacionados também agentes sociais específicos, responsáveis pela produção e pelo fornecimento regular dessas mercadorias ao Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim.

<sup>46</sup> Utilizamos, aqui, o termo “distribuição” no sentido do provimento da mercadoria folha pelos seus produtores (mateiros e horticultores) no Mercado da Pedra, onde os comerciantes se abastecem regularmente. Estes produtores desempenham, cumulativamente, as funções de fornecedores e vendedores, além, obviamente, de serem os próprios produtores dessas mercadorias (e eis aqui uma das singularidades deste mercado).

Diagrama 2 – Agentes sociais do mercado das folhas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Os agentes sociais da produção são, por um lado, os mateiros, trabalhadores informais que se ocupam de atividade extrativista para coletar determinadas espécies de plantas nativas em áreas de manchas florestais remanescentes, às margens de estradas e vias urbanas, suburbanas e rurais – a que chamam de “mato” –, e os horticultores, pequenos agricultores que cultivam outras espécies de plantas, domesticadas, mais frágeis e delicadas, em hortas e/ou quintais domiciliares. O mateiro e o horticultor, utilizando-se de práticas específicas (extrativismo e cultivo), são, assim, os produtores e fornecedores das folhas “grossas” e das folhas “frias” que abastecem o Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, dando início aos circuitos de trocas que as folhas fazem, enquanto valores de troca (VT), até saírem da condição de mercadorias, ao serem vendidas para serem consumidas. Aqui, já na esfera do consumo, nas comunidades religiosas dos terreiros de candomblé ou na privacidade dos domicílios, as folhas se efetivam como valores de uso (VU). Marx (2013) assinala essa passagem da mercadoria entre os domínios (circulação e consumo) como “metabolismo social”:

Na medida em que o processo de troca transfere mercadorias de mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social. [...] Quando passa a servir de valor de uso, a mercadoria transita da esfera da troca de mercadorias para a esfera do consumo. (MARX, 2013, p. 178).

A produção dessas mercadorias articula-se com o seu consumo, na medida em que as práticas rituais nos contextos das comunidades religiosas afrobrasileiras estabelecem a demanda das espécies prescritas e necessárias aos usos rituais. Sabe-se que determinadas espécies de plantas são consideradas como constituintes de fundamentos e preceitos, sendo cercadas de segredos, e ficando o seu cultivo resguardado nas áreas de mato dos terreiros. Há mesmo um circuito de trocas e permutas de mudas e sementes dessas plantas entre as comunidades religiosas que, assim, resolvem o problema da escassez de áreas verdes naturais.

A circulação dessas mercadorias tem início com as trocas no mercado e se efetivam em duas formas de comercialização, em locais e momentos também distintos. A primeira forma, que chamamos de “comercialização 1” (Diagrama 1) constitui o momento inicial de todo o processo das trocas, quando os próprios produtores, na condição de fornecedores, levam suas mercadorias à Feira de São Joaquim e no local denominado de Pedra (Mercado da Pedra) praticam a venda no atacado (embora também façam a venda de pequenas unidades)<sup>47</sup>. A venda no atacado se processa de duas formas: a venda direta, feita na hora em que aparece o comprador, geralmente um comerciante já conhecido do mateiro ou do horticultor, que lhes compra grandes quantidades de folhas para revender; e a venda por encomenda, que consiste no fornecimento, previamente acordado, de grandes quantidades de folhas, cuja entrega é feita diretamente no Mercado da Pedra ou é despachada para serem transportadas, por fretistas, para seus destinatários em outros locais. Os compradores que aí comparecem são tanto os comerciantes estabelecidos em feiras, mercados e lojas (os chamados barraqueiros) e em bancas de rua (vendedores-ambulantes conhecidos como erveiros ou raizeiros), quanto os consumidores comuns, geralmente membros e/ou devotos de religiões afrobrasileiras e/ou populares.

A segunda forma, que chamamos de “comercialização 2” (Diagrama 1), consiste no comércio propriamente retalhista de folhas, isto é, a venda, no varejo ou a retalho, de pequenos molhos que resultam do fracionamento daqueles molhos originais adquiridos junto aos mateiros e horticultores, e que é praticado, cotidianamente, nas barracas de outras feiras e mercados, em lojas e bancas de rua. O comércio informal, o pequeno negócio a partir de bancas de folhas, encontra-se espalhado por toda a cidade de Salvador, ocorrendo em quase todos os bairros, desde áreas nobres como Barra e Graça até bairros populares – Federação, Engenho Velho da Federação e de Brotas, Nordeste de Amaralina, Cajazeiras e Liberdade –, além de áreas comerciais do Centro, como Largo Dois de Julho, Forte de São Pedro, Avenida Sete, Rosário, Relógio de São Pedro, Barroquinha, Baixa dos Sapateiros etc.

Nas transações que ocorrem no Mercado da Pedra durante a madrugada, os produtores-vendedores e os carregadores/fretistas são, de fato, os responsáveis pela distribuição e abastecimento das folhas no mercado<sup>48</sup>, sem a presença de atravessadores (Diagrama 2). A esfera do consumo, que ocorre totalmente fora da circulação no mercado,

---

<sup>47</sup> É o caso dos consumidores habituais – o povo-de-santo ou fregueses populares –, que lhes compram poucas quantidades, comparadas àquelas dos comerciantes.

<sup>48</sup> Gorender (1996) afirma que para Marx, o transporte da mercadoria, assim como sua armazenagem e distribuição, é uma atividade necessária ao processo de produção ou que o prolonga na esfera da circulação, devendo ser considerada produtiva.

envolve as comunidades religiosas afrobrasileiras (povo-de-santo dos candomblés e outros fiéis/devotos) com suas formas singulares de uso ritual e também uma expressiva parcela da população, principalmente os mais pobres, com suas formas tradicionais de uso terapêutico. Para Marx (2013, p. 228), “a circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades”.

Embora se baseie na concepção marxista da mercadoria, em que predomina a perspectiva da produção, a análise (abordagem proposta) do mercado das folhas nesta tese busca acompanhar a trajetória dessas mercadorias, desde o seu processo de produção – com as especificidades das atividades extrativista e agrícola – até as suas distintas formas de circulação/troca. O nosso objetivo é compreender a configuração do mercado das folhas em Salvador, destacar suas singularidades e, acompanhando a trajetória das mercadorias, abordar os meandros da produção e os ciclos da circulação, com seus mecanismos e suas modalidades características de troca, chegando até a formular/ensaiar alguma interpretação sobre o consumo, mesmo considerando a observação de Marx (2008, p. 245) de que “o ato final do consumo, que é concebido, não somente como objeto, mas também como fim, se encontra propriamente fora da economia”. Nessa última esfera, as folhas já transitam fora do estado de mercadoria, agora imersas no mundo da religiosidade, propriamente integradas ao sistema da dádiva, sob as formas ritualizadas de oferendas às divindades (os orixás) ou de práticas terapêuticas fitoterápicas tradicionais.

A partir de uma distinção concebida por Jacques Maquet no âmbito da produção estética, Appadurai (2010) estabelece uma série de distinções entre mercadorias<sup>49</sup> e, fazendo uma adequação do esquema original de Maquet, elabora uma tipologia distintiva das mercadorias:

(1) mercadorias por *destinação*, ou seja, objetos destinados principalmente à troca pelos próprios produtores; (2) mercadorias por *metamorfose*, coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadoria; (3) mercadorias por *desvio*, um caso especial, mais acentuado, de mercadorias por metamorfose isto é, objetos que são postos no estado de mercadorias embora estivessem, em sua origem, especificamente protegidos de tal estado; (4) *ex-mercadorias*, coisas retiradas, quer temporária ou permanentemente, do estado de mercadoria e postas num outro estado. (APPADURAI, 2010, pp. 30-31).

Seguindo a tipologia elaborada por Appadurai (2010), as folhas, tal como se encontram contemporaneamente inseridas no mercado, podem ser compreendidas como

---

<sup>49</sup> Appadurai (2010, p. 31) também distingue “mercadorias ‘singulares’ de ‘homogêneas’, [...] primárias e secundárias; necessidades e futilidades” além de “móveis *versus* encaixadas”.

“mercadorias por metamorfose”, na categoria de “coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadorias” (APPADURAI, 2010, p. 31). Neste sentido, as folhas, enquanto coisas portadoras de valor de uso (ritual/medicinal) para comunidades religiosas afrobrasileiras e para a população em geral, entram em “estado de mercadoria” ao serem levadas ao mercado, adquirindo valor de troca para os seus produtores, os mateiros e os horticultores que as vendem para outros vendedores que, por sua vez, as revendem para os consumidores. Em seguida, ao serem compradas pelo consumidor final, as mercadorias saem da circulação e efetivam seu valor de uso ao serem consumidas como “coisas úteis”, na esfera do consumo religioso dos terreiros, onde são submetidas a novas transformações, de caráter mágico, que provocam o “avivamento” da sua eficácia<sup>50</sup>, do seu *axé*, ou na esfera do consumo terapêutico dos domicílios particulares, onde são revestidas de sentidos e significados curativos tradicionais. *Axé* é o termo iorubá para designar “a força invisível, a força mágico-sagrada de toda divindade, de todo ser animado, de todas as coisas” (Maupoil *apud* BASTIDE, 2001, p. 77)<sup>51</sup>. Elbein dos Santos (1975) define o *axé* como

a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir. Sem *axé*, a existência estaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização. É o princípio que torna possível o processo vital. [...] o *axé* é transmissível [...] por meios materiais e simbólicos e acumulável. (ELBEIN DOS SANTOS, 1975, p. 39).

Ainda conforme a formulação de Appadurai (2010), quanto às complexas formas sociais e as partilhas de conhecimento representadas pelas mercadorias, no caso das folhas podemos identificar dois tipos distintos de conhecimento intervenientes. O primeiro dos tipos é (i) o conhecimento integrante da esfera da produção da mercadoria, isto é, o conhecimento dos produtores envolvidos – seja o etnoconhecimento dos mateiros sobre as espécies vegetais e suas utilidades, que é transmitido oralmente entre gerações de parentes, como vimos, seja o conhecimento dos processos e técnicas tradicionais de extração e coleta, as formas de acondicionamento e transporte do mato para casa, por exemplo, ou o conhecimento especializado de técnicas agrícolas dos cultivares praticados pelos horticultores com suas especificidades de processos e técnicas de preparo da terra, adubação, plantio, rega, manejo e colheita. O segundo tipo abarca (ii) o conhecimento integrante da esfera do consumo, este abrangendo os aspectos religioso e medicinal, também de tradição oral e ritualizado, que compõe os modos de uso da folha pelos fiéis devotos das religiões afrobrasileiras – a liturgia

<sup>50</sup> Conforme Braga (2000), o “avivamento” das folhas consiste na restituição de suas propriedades mágico-religiosas e medicinais, mediante processos rituais, com emissão de encantações (*ofô*).

<sup>51</sup> Para Maupoil (*apud* BASTIDE, 2001), o *axé* seria o equivalente iorubá da *baraka* magrebina, do *mana* polinésio e melanésio, da *orenda* dos iroqueses, do *manitu* dos algonquinos.

das folhas, as prescrições rituais dos/das *babalorixás/yalorixás* etc. – e por amplas camadas da população em geral que faz uso medicinal/terapêutico dessas plantas, em suas diversas prescrições e posologias (chás, mezinhas, garrafadas, xaropes, emplastros, defumações, banhos e etc.). Como há uma interação dialética entre as duas esferas – da produção e do consumo<sup>52</sup> –, e entre estas esferas se interpõe a circulação (a troca), há outra dimensão do conhecimento da produção que diz respeito tanto ao conhecimento do mercado, seu funcionamento, suas regras e normas, quanto do consumidor e, sobretudo, do destino das mercadorias.

Appadurai (2010, p. 60) afirma que “o conhecimento de produção interpretado em uma mercadoria é bem diferente do conhecimento de consumo que é interpretado a partir da mercadoria”, embora o conhecimento da produção não seja apenas “técnico ou empírico” e nem o conhecimento do consumo seja “exclusivamente avaliador e ideológico”. Na realidade, ambos os conhecimentos possuem elementos técnicos, mitológicos e avaliadores. Mesmo na esfera da produção, “o conhecimento técnico sempre se mistura profundamente com suposições cosmológicas, sociológicas e rituais que tendem a ser amplamente compartilhadas” (APPADURAI, 2010, p. 61). Aqui, no caso da mercadoria folha, as determinações do consumo ritual, seu caráter simultaneamente mágico-religioso e terapêutico, influem sobre a adoção de procedimentos apropriados para a coleta, na esfera de produção, e para o manejo, na esfera da circulação.

### 3.1 Sobre o mercado, a produção e a circulação

Quando falamos de mercado, nos referimos a dois sentidos implícitos e diferentes do termo que definem também “dois tipos de entidades: um conceito econômico e uma realidade empírica”, como afirma Meunier (1978, p. 240). Inicialmente, enquanto realidade empírica, o mercado implica um lugar específico, segundo Polanyi (2012, p. 183), “tipicamente, um local aberto, onde as necessidades da vida, em especial alimentos frescos ou preparados, podem ser compradas em pequenas quantidades, em geral por valores predeterminados”. Para Meunier (1978, p. 241), além de designar o local “onde se efectua um certo número de transações”, o mercado é “onde se reúnem todos os que querem ceder, adquirir ou trocar produtos, sob a forma de troca directa ou utilizando moeda”. Assim, neste sentido empírico, concreto, falamos de mercado-local, dos mercados públicos de Salvador, a exemplo dos Mercados de

---

<sup>52</sup> Cf. Marx (2008, pp. 246-251) para uma exposição detalhada das interações recíprocas e dialéticas entre a produção e o consumo.

São Miguel e de Santa Bárbara, na Baixa dos Sapateiros, dos privados, como o Mercado das Sete Portas, ou dos mercados setoriais, como o Mercado do Peixe (Popular), na Água Brusca, e o Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, onde se comercializam plantas rituais e medicinais.

No outro (e segundo) sentido, mais abstrato, enquanto conceito econômico, o termo mercado compreende, conforme Polanyi (2012, p. 183), “um mecanismo de *oferta-procura-preço* por meio do qual se realiza o comércio, embora esse mecanismo não esteja necessariamente preso a um local definido nem se restrinja à comercialização de alimentos”. Meunier (1978, p. 240) considera que “na teoria econômica clássica, o mecanismo do mercado caracteriza-se pela interação da oferta e da procura solventes, que determinam as taxas a que são trocadas as mercadorias e, em contrapartida, as decisões de produção”. Assim, podemos falar do mercado de móveis, de imóveis, de quaisquer tipos de bens e de serviços, que, de maneira geral, abrange um conjunto de mecanismos e agentes sociais de comércio, de demanda e de oferta, distribuídos espacialmente de maneira dispersa e/ou concentrada.

No sentido mais abstrato do termo mercado, podemos falar do mercado de folhas em Salvador, nosso objeto de investigação, cuja configuração envolve um centro de abastecimento das mercadorias (Feira de São Joaquim), a partir do qual são distribuídas por um conjunto de estabelecimentos de comercialização no atacado e no varejo, que inclui a própria Feira e outros mercados e pontos de venda. O mercado das folhas compreende mecanismos específicos de comércio de plantas rituais e medicinais, a saber, *i*) produtores, *ii*) fornecedores, *iii*) transportadores, *iv*) vendedores, *v*) compradores e *vi*) consumidores, além, obviamente, das próprias mercadorias, *vii*) as folhas. A singularidade desse mercado de folhas soteropolitano já se insinua na acumulação de funções por parte de alguns dos agentes sociais envolvidos: os produtores da mercadoria, os mateiros – extrativistas que coletam plantas em áreas nativas –, e os horticultores, pequenos agricultores que cultivam determinadas espécies em hortas e quintais, são os próprios fornecedores que abastecem o mercado e que, ao mesmo tempo, também desempenham a função de vendedores dessa produção. Aqui, entre a produção e a circulação (troca) no mercado, não comparece a figura, frequente em muitos mercados, do intermediário, o típico atravessador que açambarca toda a produção antes que essa chegue ao mercado. No caso das folhas, na Feira de São Joaquim, os produtores levam sua própria produção ao mercado, sendo eles mesmos os fornecedores que o abastecem e que as comercializam diretamente, assumindo também a função de vendedores, como já assinalado. Na situação de troca mercantil, estes produtores (ao mesmo tempo fornecedores e vendedores) vendem suas mercadorias a quem as queira comprar, sejam compradores



estabelecidos em estruturas de comercialização distribuídas em várias feiras e mercados públicos (os chamados barraqueiros), grupos dispersos de vendedores avulsos (os chamados raizeiros ou erveiros ambulantes), ou compradores avulsos, os consumidores finais, representados pelo povo-de-santo e pela população em geral que faz uso de plantas medicinais.

O termo mercado, portanto, diz respeito, simultaneamente, a um fenômeno empírico – o local físico do encontro de pessoas que realizam trocas –, e também a uma variedade de comércio, um mecanismo competitivo do tipo oferta-procura, que embora seja, como afirma Polanyi (2012, p.184), “um fato empírico, [...] é intangível demais para se prestar com facilidade à investigação histórica; tem a natureza de um mero evento estatístico”. Polanyi chama de “elementos de mercado” à conjunção de traços institucionais definidos, que compreende desde *i*) o local físico existente, *ii*) as mercadorias disponíveis, *iii*) um grupo ofertante; *iv*) um grupo demandante; até *v*) costumes ou leis e equivalências. E ressalta:

Portanto, em termos institucionais, o mercado só postula uma situação de troca; [...] Implica um simples movimento de ida e volta de mercadorias entre “mãos”, conforme índices que podem ser determinados pelos costumes, pelo governo, pela lei ou pela própria instituição do mercado. (POLANYI, 2012, p. 185).

Para Weber (1999, p. 43), “a troca é um compromisso de interesses entre os participantes pelo qual se entregam bens ou possibilidades como retribuição recíproca [...]”, podendo realizar-se “de forma tradicional ou convencional e, portanto, irracional, do ponto de vista econômico [...] ou de forma racional, economicamente orientada”. É esta última forma a que caracterizará a troca peculiar que encontra no mercado as condições apropriadas para sua fácil realização. Assim, Weber (1999, p. 50) define a “situação de mercado de um objeto de troca” – enquanto uma das “categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica”<sup>53</sup> – como “a totalidade das possibilidades de troca do mesmo por dinheiro, que podem ser reconhecidas pelos interessados na troca, no momento de sua orientação na luta de preços e de concorrência”. Para Polanyi, entretanto, a situação de mercado diz respeito a

[...] uma quantidade de *bens*, por um lado, e um número de *pessoas*, relacionadas como compradores e vendedores desses bens, por outro. (...) “oferta e procura” pareceram inseparáveis como gêmeos siameses, quando, a rigor, formam grupos diferentes de pessoas, conforme disponham dos bens como recursos ou os procurem como necessidades. (POLANYI, 2012, p. 326-327).

<sup>53</sup> Sob este título, no capítulo II de *Economia e Sociedade*, Weber (1999) apresenta o principal da sua concepção de uma Sociologia Econômica, cujos conceitos conduzem à visão do fenômeno econômico como aquele em que interesses materiais, além do comportamento dos outros, dirigem a ação do indivíduo.

A “mercabilidade”, que compreende o “grau de regularidade com que um objeto costuma tornar-se objeto de troca no mercado”; a “liberdade de mercado”, entendida como o “grau de autonomia de cada interessado na troca, dentro da luta de preços e de concorrência” e a “regulação do mercado”, ou seja, a limitação material, “por determinadas ordens, [d]a mercabilidade de possíveis objetos de troca e [d]a liberdade de mercado para possíveis interessados na troca” seriam, para Weber (2000, p. 50), os aspectos característicos de tal situação de mercado.

Analisado como uma estrutura social, o mercado é concebido como “formas recorrentes e padronizadas de relações entre atores, mantidas por meio de sanções”, segundo a formulação de Swedberg (2004, p. 255). Para Bourdieu (2001), o que chamamos de mercado é o conjunto das relações de troca entre agentes colocados em concorrência, interações diretas que dependem, como disse Simmel, de um “conflito indireto”, ou seja, da estrutura socialmente construída das relações de força, em que os diferentes agentes participantes no campo contribuem, em diferentes graus e por meio das modificações que conseguem impor, em particular mediante a utilização dos poderes estatais que estão em condições de controlar e dirigir.

Distanciando-se da perspectiva canônica da ciência econômica, Abramovay (2004, p. 36) afirma que “o estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social”. Assim, é preciso considerar a subjetividade dos agentes econômicos, a diversidade e a história das formas de coordenação, as representações mentais que orientam as relações dos agentes entre si e sua capacidade de conseguir e infundir confiança, de negociar, respeitar contratos, definir e efetivar direitos. A propalada racionalidade dos agentes econômicos, defendida unilateralmente pela ciência econômica, não se mostra suficiente para a ação no contexto do mercado, visto que a conduta dos agentes individuais e dos grupos encontra sua explicação no social, sendo, portanto, influenciada por crenças comuns e regras orientadas por mecanismos oriundos das relações sociais.

Embora seja a instituição central sobre a qual se ergue e se estrutura a economia neoclássica, paradoxalmente, o mercado não foi, e continua não sendo, objeto de investigação e análise pela literatura da Economia e da História Econômica. Observa-se que o estudo do mercado tem sido preterido pelo enfoque sobre as empresas, as firmas, como assinalou Ronald Coase (1937): contemporaneamente, os economistas têm priorizado a determinação dos preços de mercado em detrimento da investigação sobre a praça de mercado. Para

Abramovay (2004, p. 36), “é o mercado como fato histórico localizado geograficamente e composto por entidades vivas, encarnadas, em suma, como instituição – não apenas como mecanismo geral de coordenação –, que tende permanentemente a ser ofuscado”<sup>54</sup>. Na literatura econômica, a expressão ‘estrutura de mercado’ refere-se antes a aspectos meramente quantitativos das firmas, da diversificação de produtos, do que ao ‘mercado enquanto instituição social’ facilitadora das trocas.

A abordagem canônica das ciências econômicas consolidou-se pelo padrão hegemônico dos princípios do ‘comportamento maximizador e racional’ do *homo oeconomicus* e do equilíbrio oferta-demanda-preços, característico do mercado auto-regulável, hipóteses consideradas como verdades inquestionáveis e absolutas. Apesar da divisão do trabalho que acabou destinando à Economia o estudo dos mercados, do dinheiro, dos investimentos etc., enquanto às Ciências Sociais coube a questão urbana, o poder, as sociedades tradicionais etc., a vida econômica, como aspecto importante da sociabilidade humana, sempre esteve na pauta das pesquisas históricas e estudos socio-antropológicos, incluindo autores clássicos como Marx, Weber, Simmel, Durkheim e Mauss, dentre outros, até autores mais contemporâneos, como Braudel, Polanyi e Bourdieu.

De forma articulada, em meados dos anos 1980, dissemina-se, a partir dos Estados Unidos, uma série de estudos inovadores que se apropriam de ferramentas conceituais alienígenas à teoria econômica para produzir explicações de fenômenos até então considerados da competência dos profissionais da economia. Na emergente Nova Sociologia Econômica, “os mercados passam a ser encarados como formas de coordenação social caracterizadas por conflitos, dependências, estruturas e imprevisibilidades muito distantes da imagem canônica consagrada na teoria do equilíbrio geral” (ABRAMOVAY, 2004, p. 39). Forçando as fronteiras disciplinares, a Nova Sociologia Econômica questiona muitos pressupostos fundamentais da teoria econômica neoclássica, sendo o principal deles o que coloca a economia como esfera autônoma da vida social, e reivindica a imersão da economia na vida social, como apregoara Karl Polanyi, anteriormente, na década de 1940, com a publicação de *A Grande Transformação: as origens de nossa época*.

A caracterização da ciência econômica como “uma categoria particular de práticas” dissociada “da ordem social na qual toda prática humana está imersa” (BOURDIEU, 2001, p. 11) remete ao postulado da economia como uma ciência ‘separada’, com que John Stuart Mill

---

<sup>54</sup> Fernand Braudel é exceção à regra, ao investigar a dinâmica de mercados antigos e modernos, em *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII – Os Jogos das Trocas* (2009) e *A Dinâmica do Capitalismo* (1987).

proclamara a (suposta) autonomia desta ciência em relação ao ambiente social. A dimensão subjetiva da ação econômica foi sistemática e intencionalmente ignorada ou, melhor, descartada, pelos teóricos da economia neoclássica que, no entanto, tinham conhecimento da sua existência e influência, tal como demonstrado por Mill, ao referir-se à interdependência de todos os fatos que operam na vida social, e Keynes, ao falar que as ações econômicas do homem eram determinadas por outras razões, negligenciáveis por seu caráter irregular, incerto e caprichoso, além do desejo de riqueza. Entretanto, reafirmou-se, então, a emancipação da economia de qualquer outra ciência do homem e da sociedade, passando a pairar, acima de tudo e de todos, qual o Espírito Absoluto hegeliano.

A ruptura desse paradigma, reivindicada pela Nova Sociologia Econômica, é, na verdade, uma retomada de proposições anteriores, como as formuladas por Weber, com sua concepção de *Economia Social (Sozialökonomik)*, ciência envolvendo teoria, história e sociologia econômicas, em que o significado aparece como aspecto importante do fenômeno econômico; por Mauss (*Ensaio sobre a dádiva*), na década de 1920, ao confrontar o fetichismo da mercadoria com o sistema da dádiva recorrente nas sociedades tradicionais; e, posteriormente, por Polanyi (*A Grande transformação*), na década de 1940, ao formular uma concepção substantivista do econômico em contraposição à concepção formalista consagrada pela ciência econômica.

A ideia de ‘economia de mercado’, já o demonstrara Polanyi, não contempla a totalidade de ações imprescindíveis à reprodução social e à própria sobrevivência do homem. Em *A subsistência do homem e ensaios correlatos* (2012), Polanyi estabelece uma distinção definitiva e esclarecedora entre a economia substantiva – a materialidade da vida econômica – , e a economia formal, representada pela noção de racionalidade maximizadora, característica das interações de mercado.

O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em *economizar* ou *conseguir algo a baixo preço*; desse significado provém a definição de *econômico* pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente; eis a origem da definição substantiva de econômico. (POLANYI, 2012, p. 63). [grifos do autor].

Para Polanyi, portanto, o que o significado substantivo põe em relevo é o fato inquestionável e flagrante de que a sobrevivência do homem depende de suas relações com a natureza e com os seus semelhantes. A economia aparece, então, como a instância de interação institucionalizada com o meio natural, ao fornecer os meios materiais para a

satisfação das necessidades humanas<sup>55</sup>. A inegável imersão (*embedded*) da esfera econômica na vida social, assinalada desde os anos 1940 por Polanyi, foi amplamente ressaltada pelas “novas” abordagens propostas no campo da sociologia:

A sociologia econômica contemporânea tem justamente essa característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social, e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva. (ABRAMOVAY, 2004, p. 44).

Segundo Zamagni (1995), a concepção dos mercados como relações sociais reais e vivas implica conceber as relações de mercado como a constante investida dos agentes para alcançar o reconhecimento pelo outro, envolvendo, dessa maneira, a reciprocidade nesse reconhecimento. No entanto, para Marx, tal reconhecimento é camuflado pelo seu contrário, o ‘estranhamento recíproco’: no domínio do mercado, as relações entre os agentes são mediatizadas e fetichizadas sob a forma de coisas e de dinheiro. Em outras palavras, resulta que em sociedades mercantis como nossas sociedades capitalistas, as relações de mercado assumirão, necessariamente, um caráter alienante, pois a situação de mercado só consente aos agentes se relacionarem e se reconhecerem mediante coisas, tornando-se reféns de um dispositivo alheio à sua vontade e ao seu desejo. Marx, seguido depois por Weber, reconhece na troca despersonalizada o símbolo mais representativo da sociedade capitalista. Na exposição que faz das condições formais de ocorrência das trocas, no primeiro capítulo de *O Capital*, Marx assinala como fundamental a condição generalizada de proprietários de mercadorias, característica das relações entre os agentes: estes se reconhecem na generalidade de tal condição e não na particularidade de suas pessoas (subjetividades).

Ao ressaltar o caráter impessoal do mercado, mesmo que ainda o considere como um tipo ideal, no capítulo VI (inacabado) de *Economia e Sociedade*, Weber se aproxima da argumentação de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, sem que a ela se refira explicitamente:

Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração as *coisas*, não a pessoa, inexistindo para ele deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais [...] O mercado, em contraposição a todas as demais relações comunitárias que sempre pressupõem a confraternização pessoal e, na maioria das vezes, a consangüinidade, é estranho, já na raiz, a toda confraternização. (WEBER, 1999, p. 420). [grifo nosso].

---

<sup>55</sup> Ao analisar as relações entre sociedade e natureza, Marx ([1968]; 1996; 2013) esboça a noção de “intercâmbio orgânico”, ou “metabolismo social”. SCHMIDT (1982) contém uma abordagem aprofundada desta noção. Cf. também TOLEDO (2013) e TOLEDO e MOLINA (2014), para a proposição do conceito de metabolismo social para a discussão da questão ecológica contemporânea e da sustentabilidade.

As proposições da Nova Sociologia Econômica implicaram uma reorientação teórica quanto ao arcabouço conceitual sobre o mercado, que é, então, definido como “uma esfera pública da vida social, uma esfera de interação social cujo conteúdo depende de um conjunto de condições que não estão dadas de antemão”, segundo palavras de Abramovay (2004, pp. 48-49). O enfoque dos mercados, concebidos como socialmente construídos, destituídos das visões mágicas de moinhos satânicos (Polanyi, 2000) pulverizando as instituições culturais, científicas e sociais, retira-os da condição de instituição autônoma da sociedade, pressuposto caro ao cânone da economia (neo)clássica segundo a qual seriam “mecanismos neutros de equilíbrio entre indivíduos isolados uns dos outros [...] fatores de corrupção e pasteurização da cultura humana e das formas mais nobres de existência social” (ABROMOVAY, 2009, p. 76). A impessoalidade dos mercados, cuja autonomia e anonimato das unidades constitutivas que ocasionalmente se embatem guiadas pela flutuação dos preços, e o caráter autoritário e impositivo de suas ordenações para a obediência cega de indivíduos inertes têm sido alvo das críticas da nova sociologia.

A análise sociológica do mercado constitui, portanto, o objetivo privilegiado das investigações desenvolvidas pela Nova Sociologia Econômica, a partir da década de 1980. Embora a sociologia econômica clássica (Durkheim, Weber, Simmel, Veblen, Marx), surgida no final do século XIX, tenha reagido à preeminência da teoria econômica marginalista, denunciando seus pressupostos teórico-metodológicos, mediante os quais a ciência econômica se afirma independente e acima do meio social, a despeito de ser também uma ciência social, alguns teóricos da Nova Sociologia Econômica (SWEDBERG, 2004; GRANOVETTER, 2007; STEINER, 2006; ZELIZER, 2009) reivindicam uma (suposta) ruptura estabelecida nos estudos do fenômeno do mercado, ao “analisar os fatos econômicos de maneira a fornecer explicações alternativas às teorias econômicas, sobretudo à teoria *standard* neoclássica”, como assinala Raud-Mattedi (2005, p. 227).

Como visto, anteriormente, o caráter formalista, etnocêntrico e politicamente comprometido das teorias econômicas hegemônicas já havia sido questionado, anteriormente, por Karl Polanyi, a partir da publicação de *A Grande Transformação: as origens da nossa época* (1944), no qual formula uma definição *substantiva* do econômico para refutar a definição *formalista* e a noção autonomista e apologética do mercado auto-regulável, desvinculado do meio social, pressuposto defendido pela economia neo-clássica e ainda dominante na contemporaneidade.

A característica fundamental do sistema econômico do século XIX foi sua separação institucional do resto da sociedade. Numa economia de mercado, a

produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulador de mercados, regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro. (POLANYI, 2012, p. 95).

O conceito de *embeddedness* (enraizamento, imersão), formulado por Polanyi, explica a ruptura ocorrida no mundo moderno, quando a sociedade e a natureza foram tragadas pelo fenômeno do mercado, passando a acessórios deste: “em vez de a economia estar embutida [enraizada] nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas [enraizadas] no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77). A noção de enraizamento (*embeddedness*) é exposta claramente, ao apresentar a descoberta considerada mais importante das investigações históricas e antropológicas naquela época – “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.”

Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas. (POLANYI, 2000, p. 65).

Nas palavras de Polanyi encontram-se ecos de formulações semelhantes de Weber, quando ressaltava a importância do significado da ação econômica, que era sempre *social* em sua concepção, portanto, mergulhada na interação social. Tal proposição o distanciava da teoria econômica hegemônica, fazendo-o aproximar a Economia de outras ordens e dimensões da vida social, como a Política e a Religião.

Apesar das pesquisas e investigações mais apuradas, a origem mesmo do mercado local continua obscura, segundo Polanyi (2000), o que não ameaça a convicção quanto às precauções e salvaguardas acionadas, desde o início, para blindar a organização econômica em vigor naquela dada formação social contra as práticas de mercado. Como uma das esferas (a economia) “enraizadas” na vida social, Polanyi (2000, p. 82) afirma que, nesse âmbito, a “paz do mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados.” Polanyi fala, assim, de ritos e práticas rituais, sacrifícios e oferendas no mercado.

A propósito do nosso objeto de investigação, é pertinente assinalar que na região da iorubalândia da Costa da África, entre a Nigéria e o Benim<sup>56</sup>, tradicionalmente, o mercado local desempenha um importante papel na vida econômica, social e política das cidades-estado, governadas por reis, que o utilizam para a proclamação de atos e regulamentos, aí também fazendo a cobrança de taxas e impostos sobre a produção agrícola trazida pelos camponeses para trocas regulares. Nas cidades mais antigas dessa região, geralmente a praça do mercado, onde se realizam as trocas mercantis que abastecem as populações, situa-se em frente aos portões do palácio real (*afin*, em iorubá). A praça do mercado “é um local de reunião e de encontro onde se intercambiam informações e onde se reúnem os parentes separados pelas regras de residência” (MEUNIER, 1978, p.244).

Na esfera religiosa, o mercado é o local público por excelência no qual os iniciados nos cultos dos orixás fazem uma primeira visita, ao saírem do período de recolhimento iniciático, em atividade de anúncio pública dos vínculos religiosos recém adquiridos<sup>57</sup>. Ademais, antes mesmo de serem recolhidos para a iniciação ritual, os fiéis, ainda inebriados pela revelação do chamamento sagrado revelado em consultas divinatórias, dirigem-se ao mercado para adquirir as coisas necessárias à consagração das suas divindades, uma miríade de objetos em que se incluem plantas rituais, animais para sacrifício, alimentos para oferendas votivas, contas, adereços, ferramentas e instrumentos, louças, búzios etc.

Este vínculo entre o sagrado e o mercado, que se evidencia por sua consagração à divindade Exu, também chamado *Oloojá* (o dono do mercado), atravessou o Atlântico e se manifesta, ainda hoje, em algumas feiras e mercados brasileiros, a exemplo da Feira de São Joaquim e do Mercado das Sete Portas, em Salvador, do Mercado de Madureira, no Rio de Janeiro e do Mercado Municipal de Porto Alegre<sup>58</sup>, no Rio Grande do Sul. Rezam a tradição religiosa afrobrasileira e a sabedoria popular que ‘todo mercado possui o seu Exu’<sup>59</sup>, a entidade protetora que faz a mediação entre os homens e os deuses, uma espécie de mensageiro (*trickster*) e agente da comunicação universal, o senhor das trocas e interações entre os homens, entre estes e os deuses e entre os próprios deuses. De personalidade forte, brincalhona e transgressivamente sensual e rebelde, Exu sempre é o primeiro a ser agraciado

---

<sup>56</sup> Diversos grupos étnicos dessa região, trazidos para o Brasil na condição de escravos, exerceram notável influência na formação das religiões afrobrasileiras e de padrões culturais miscigenados.

<sup>57</sup> PRANDI (1993) assinala o rito em que o iniciado, com a cabeça coberta por torço branco, após ter assentado o seu Exu, o levará para um passeio no mercado, no sétimo dia.

<sup>58</sup> Cf. RIBEIRO DOS SANTOS (2006).

<sup>59</sup> “E porque ele é o senhor da feira, as mulheres sempre depositam em seu altar, antes de começarem as vendas, toda sorte de oferendas [...]”. (VERGER; BASTIDE, 1992, p. 142).



pelos fiéis em seus ritos e práticas religiosas, pedindo-lhe que abra os caminhos e possibilite a satisfação dos seus desejos.

Exu, assim, está relacionado ao movimento, ao equilíbrio de forças, à paz do mercado. Os assentamentos de Exu, existentes nos mercados, recebem oferendas e sacrifícios de animais, em cerimônias rituais promovidas por feirantes, comerciantes e usuários do local. Na Feira de São Joaquim, em Salvador, a despeito da grande quantidade e diversidade – estética e formal – das esculturas e imagens de Exu comercializadas nas barracas de produtos religiosos afrobrasileiros, o próprio local possui um Exu assentado e cultuado pelos comerciantes. No Mercado das Sete Portas, além do Exu do mercado, cujo local de assentamento é desconhecido, existem assentamentos privados instalados no interior dos próprios estabelecimentos de alguns comerciantes<sup>60</sup>.

Há, aqui, uma convergência entre o caráter de Exu e a própria circulação das mercadorias evidenciada pelo fluxo permanente das coisas no mercado, sua constante movimentação e mudança de mãos por efeito das trocas mercantis. Em uma das representações clássicas de Exu, a divindade assume a forma de uma figura antropomórfica que carrega nos ombros um longo colar de conchas (*cauris*)<sup>61</sup> e moedas, que sinalizam sua vinculação com atividades mercantis. Exu, a entidade da transformação e do movimento, então se aproxima de Hermes/Mercúrio, como divindade propiciadora da realização do comércio e dos negócios entre estranhos, que é o contexto social da troca, como assinalado por Weber (1999, p. 420), quando afirma ser o mercado “uma relação que atravessa as fronteiras do povoado, do sangue e da tribo, sendo originalmente a única formalmente pacífica deste tipo”. E a paz do mercado é assegurada por Exu.

As referências a Exu como “o símbolo de tudo que é *impessoal, superficial, transitório e segmentado*” (KRAPF-ASKARI *apud* PEMBERTON, 1975, p. 25), [grifos nossos], encontram rebatimento em algumas das características típicas ideais das relações que se estabelecem durante a transação de compra e venda no mercado, conforme Weber (1999, pp. 419-420), ao falar da relação “especificamente *efêmera* por extinguir-se com a entrega dos bens de troca”, “a [relação] vital prática mais *impessoal* que pode existir entre os homens [...]

---

<sup>60</sup> O comerciante Rogério, proprietário de barraca no Mercado das Sete Portas, possui um casal de Exus em um assentamento no interior do estabelecimento, do qual cuida e zela com fervor e devoção.

<sup>61</sup> O *cauri*, pequeno búzio das Ilhas Maldivas, foi utilizado, durante longo período, como uma moeda primitiva, desempenhando papel de padrão de valor ou “equivalente geral” para as trocas na África Ocidental, até o início do século XX. Cf. MEUNIER (1978).

pelo interesse nos bens de troca e por *nada mais*” [grifos nossos]. E, mais adiante, Weber aborda a questão da paz do mercado, assegurada pela proteção da divindade:

Um mercado concreto pode estar sujeito a uma ordem acordada autonomamente pelos participantes ou imposta pelas comunidades mais diversas, particularmente associações políticas ou *religiosas*. [...] a *paz do mercado* – garantia que se deixa inicialmente em regra *aos cuidados de poderes divinos*, [...] já que *o mercado é originalmente uma relação associativa com não-companheiros*, isto é, *inimigos*. Pois *a troca é a forma especificamente pacífica de obter poder econômico*. (WEBER, 1999, p. 422, grifos nossos).

Polanyi se contrapõe à visão da ciência econômica de que o mercado presume um mecanismo de oferta-procura-preço e assegura que “o mercado como lugar precedeu qualquer mecanismo competitivo do tipo oferta-procura.” (POLANYI, 2012, p. 184). Para ele, antes, ao reunir um conjunto de traços institucionais definidos, que ele denomina de elementos de mercado, “o mercado só postula uma situação de troca [...] um simples movimento de ida e volta de mercadoria entre ‘mãos’, conforme índices que podem ser determinados pelos costumes, pelo governo, pela lei ou pela própria instituição do mercado.” (POLANYI, 2012, p. 185).

Em *A Grande Transformação*, Polanyi faz uma análise detalhada do processo de formação da economia capitalista, em que expõe os procedimentos mediante os quais a instituição do mercado, desgarrando-se de outras instituições sociais onde historicamente sempre esteve enraizada, assume autonomia e se sobrepõe à sociedade. No século XIX, sob os efeitos da Revolução Industrial que levou à transformação do dinheiro, do trabalho e da terra em mercadorias – nomeadas como “mercadorias fictícias” –, “[...] a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente.” (POLANYI, 2000, p. 56). No retrospecto que faz, Polanyi afirma que antes do advento do capitalismo, não existiram economias controladas por mercados.

A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente. (POLANYI, 2000, p. 63).

O sentido substantivo do econômico advém, para Polanyi (2012), da relação do homem com a natureza e com os próprios semelhantes, em sua luta diária pela sobrevivência. Nota-se, aqui, uma aproximação ou mesmo convergência com o conceito de intercâmbio orgânico ou metabolismo<sup>62</sup>, utilizado por Marx (2013) para se referir à relação do homem

---

<sup>62</sup> *Stoffwechsel*, como aparece no original alemão dos esboços escritos na década de 1850 e, depois, no próprio *O Capital - Livro I*.

com a natureza, ao intercâmbio entre o ambiente natural e o social mediado pelo trabalho com o objetivo de obter os meios de que necessita para a satisfação de suas necessidades materiais. Nessa leitura, e com a mesma lógica, Marx anteciparia o significado substantivo do econômico, sem que utilizasse a nomenclatura exposta posteriormente por Polanyi (2000; 2012). O conceito de trabalho, em Marx, explicita o sentido substantivo da atividade econômica, que compreende, de fato, relações sociais que se estabelecem na produção das condições de existência (e sobrevivência) do homem. Como assinala Toledo (2013), a partir da distinção entre valor de uso e valor de troca, Marx estabelece uma conexão da sua teoria econômica com os processos da natureza, a partir do conceito de trabalho:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p. 120).

Em compensação, o sentido formal do termo econômico, ainda seguindo o raciocínio de Polanyi (2012), implica o aspecto racional e lógico da relação meio-fins implícito no próprio sentido do termo ‘econômico’/‘economizador’ – consagrado pela economia clássica –, em seu uso como sinônimo de ‘sóbrio’, ‘parco’, ‘poupado’. Aqui aparece outra condição inerente ao significado formal: a (suposta) ‘situação definida de escolha’ do agente entre distintos usos dos recursos, mas cuja escassez é indutora da escolha (o “postulado da escassez”). Tal postulado afirma *i*) que há uma escassez de meios ou recursos e *ii*) que a própria escolha é induzida pela escassez de meios. Economia, nessa acepção formal, é uma sequência de ações “econômicas”, i.e, “de escolhas induzidas por situações de escassez”.

Os dois sentidos radicais de *econômico*, o substantivo e o formal, nada têm em comum. O primeiro decorre da realidade; o segundo, da lógica. O significado formal implica um conjunto de regras que se referem à escolha entre usos alternativos de recursos insuficientes. O significado substantivo não implica escolha nem insuficiência de recursos; a subsistência humana pode envolver ou não a necessidade de escolha e, quando há escolha, ela não precisa ser induzida pelo efeito limitante de uma escassez dos meios; [...] (POLANYI, 2012, p. 294).

Em uma defesa incondicional do campo das Ciências Sociais, Polanyi argumenta que somente o significado substantivo de econômico possibilitaria que fossem produzidos todos os conceitos necessários e requeridos pela disciplina para investigar a totalidade das economias empíricas, passadas e presentes. Para Polanyi (2012, p. 299), a economia empírica é a própria “fonte do conceito substantivo [...] um processo instituído de interação entre o homem e seu meio que resulta num suprimento contínuo de meios que satisfazem necessidades materiais”.

De forma densa e rica, Max Weber se dedica a esboçar, no referido capítulo inacabado de *Economia e Sociedade*, uma análise da natureza sociológica do fenômeno do *mercado*, atentando para as diversas ambiguidades do mesmo.

Falamos de mercado quando pelo menos por um lado há uma pluralidade de interessados que competem por oportunidade de troca. Quando estes se reúnem em determinado lugar, no mercado local, no do comércio a grande distância (anual, feira) ou no de comerciantes (bolsa), temos apenas a forma mais consequente da constituição de um mercado, sendo esta, no entanto, a única que possibilita o pleno desdobramento do fenômeno específico do mercado: o regateio. (WEBER, 1999, p. 419).

Dentre as formulações esboçadas e contidas neste fragmento, a caracterização do mercado como relação ‘comunitária’, em vez de relação ‘associativa’, certamente se configura como a mais polêmica na abordagem feita por Weber. De início, o autor afirma o caráter ‘associativo’ das relações que aí se realizam:

Do ponto de vista sociológico, o mercado representa uma coexistência e seqüência de relações *associativas* racionais, das quais cada uma é especificamente efêmera por extinguir-se com a entrega dos bens de troca [...] A troca realizada constitui uma relação *associativa* apenas com a parte contrária na troca. (WEBER, 1999, p. 419). [grifos nossos].

Inspirado nas noções distintivas de *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), concebidas originalmente por Ferdinand Tönnies, Weber assinala que na relação associativa a conduta na ação social se baseia numa adequação ou conjunção de interesses racionalmente motivados, enquanto na relação comunitária a conduta na ação social se baseia num sentimento subjetivo (determinado de modo afetivo ou tradicional) dos envolvidos de pertencimento ao mesmo grupo, constituindo um todo, a comunidade. É neste ponto que Weber se refere explicitamente à ‘comunidade de mercado’:

(...) dentro da comunidade de mercado, o ato de troca, particularmente aquele no qual se emprega dinheiro, se orienta não isoladamente pela ação do parceiro, mas pela de todos os participantes potenciais na troca, e isto tanto mais quanto mais racionalmente é ponderado. A comunidade de mercado como tal constitui a relação vital prática mais impessoal que pode existir entre os homens. (WEBER, 1999, pp. 419-420).

Para Weber, a relação ‘associativa’ estabelecida entre as partes em toda troca tem um caráter efêmero, esgota-se no interesse mútuo pela coisa trocada e extingue-se no próprio ato da troca. A pertença ao mercado, contudo, não depende de uma decisão determinada de modo racional, característico da relação ‘associativa’, porém ancora-se em condições e predicados socialmente reconhecidos que o sujeito compartilha com outros participantes: a condição de proprietário de bens materiais passíveis de troca (mercadorias) e a aprovação coletiva do seu direito à posse desses bens. Evidencia-se, assim, o caráter ‘comunitário’ que envolve o regateio preparatório, na medida em que os direitos recíprocos dos partícipes são

reconhecidos. Ao conceber o mercado como a forma típica de socialização entre estranhos, Weber assinala a ambiguidade do fenômeno, evidenciando, por um lado, a perseguição de interesses individuais dos participantes e, por outro, a troca como forma de interação constitutiva do mercado que os exime de preocuparem-se com o bem-estar alheio, a despeito do reconhecimento ‘comunitário’ dos direitos invioláveis de que cada uma das partes é possuidora. Numa passagem que evoca o fetichismo da mercadoria de Marx, Weber assinala o aspecto frio e impessoal das interações que ocorrem no processo das trocas no mercado:

(...) ele é orientado de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e por nada mais. Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração a *coisa*, não a *pessoa*, inexistindo para ele deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais. Todas essas coisas constituem obstáculos para o livre desenvolvimento da relação comunitária no mercado, como tal, e os interesses específicos desta, por sua vez, são uma tentação específica para elas. (WEBER, 1999, p. 420). [grifos nossos].

Embora Durkheim não tenha formulado uma definição precisa e explícita de mercado, a partir de sua noção de sociologia econômica como um segmento particular voltado à análise das instituições referentes à produção de riquezas, à troca e à distribuição, pode-se inferir o panorama em que o autor considera o mercado, enquanto fenômeno econômico, como um fato social, uma instituição (Raud-Mattedi, 2005). Ao referir-se à sociedade moderna como a sociedade do contrato, Durkheim está trazendo o mercado para o centro da discussão, uma vez que, “a cada instante e não raro inesperadamente, sucede-nos contrair esses vínculos, seja ao comprarmos, seja ao vendermos (...) A maioria das nossas relações com outrem são de natureza contratual” (DURKHEIM, 1995, p. 201). O caráter contratual, implícito na fugacidade da situação de troca no mercado, também é assinalado por Weber:

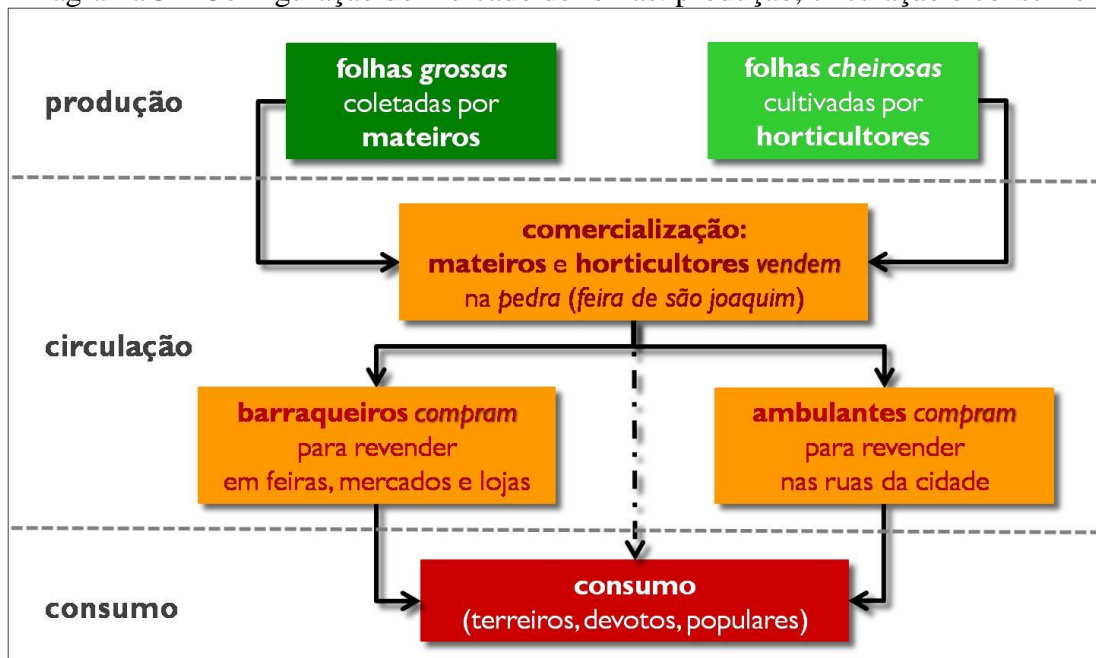
Para nossos fins, é troca, no sentido mais amplo da palavra, *toda* oferta, baseada num acordo formalmente voluntário, de utilidades atuais, contínuas, presentes ou futuras, qualquer que seja sua natureza, contra determinadas contraprestações de qualquer espécie. (WEBER, 1999, pp. 43-44, grifo do autor).

### 3.2 O domínio da Produção

O mercado de plantas rituais/medicinais de Salvador, cujo principal local de comercialização, no atacado e no varejo, é a Feira de São Joaquim, é aqui concebido como constituindo-se de três esferas ou domínios interdependentes e articulados, a saber, as esferas da produção, da circulação ou troca e do consumo. Essa concepção tem como referência analítica o clássico esquema de Karl Marx, expresso inicialmente nos *Grundrisse* (1857) e depois reelaborado na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e no *O Capital* (1867).

Para os objetivos da presente investigação e pelos motivos indicados na Introdução, a esfera do consumo das folhas não é objeto da nossa abordagem do mercado, mesmo porque, para se efetivar como valor de uso, a mercadoria (folha), ao entrar na esfera do consumo, sai literalmente da circulação (Marx, 2008, p. 120). Dito de outra forma, o consumo propriamente dito ocorre fora do mercado, visto que, para se efetivar como valor de uso, como utilidade que satisfaz a necessidade para o consumidor, a mercadoria precisa ser comprada e sair, literalmente, da circulação. Em nosso caso, o consumo das folhas se realiza nos terreiros de candomblé e/ou nos domicílios dos consumidores, fora do mercado.

Diagrama 3 – Configuração do mercado de folhas: produção, circulação e consumo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Na configuração do mercado de folhas em Salvador, consideramos como produtores, ou seja, como os agentes sociais no domínio da produção, i) os mateiros, que são, em sua maioria, mulheres negras e pobres, que se ocupam da atividade extrativista (coleta) de plantas

nativas, denominadas folhas “grossas”, em manchas florestais do entorno da cidade de Salvador e/ou de outras localidades do Estado da Bahia, e *ii*) os horticultores, que são pequenos agricultores que cultivam plantas delicadas que chamam de “frias”, “finas” ou “cheirosas”<sup>63</sup> em hortas e quintais domiciliares, ambos constituindo-se como os fornecedores de plantas rituais/medicinais que abastecem o mercado que se irradia a partir da Feira de São Joaquim.

Diagrama 4 – Espaços de produção, circulação e consumo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Ao Mercado da Pedra acorrem produtores de folha procedentes de municípios do entorno de Salvador, com uma predominância daqueles oriundos de Simões Filho, município vizinho à capital do Estado, como mostram os dados da Tabela 5.

**Tabela 5 – Procedência dos Fornecedores por Categoria de Atividade – Mercado da Pedra, Feira de São Joaquim**

Procedência	Total	Categoria de Atividade		
		Horticultor	Mateiro	Raizeiro
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>5</b>	<b>54</b>	<b>10</b>
Amargosa	1	-	-	1
Camaçari	5	-	5	-
Conceição do Jacuípe	1	1	-	-
Dias D'Ávila	3	-	3	-
Jequié	1	-	1	-
Lauro de Freitas	4	-	4	-
Salvador	22	4	9	9
Simões Filho	32	-	32	-

Fonte: Levantamento de Campo, 2012/2013

<sup>63</sup> Espécies de plantas como manjeriço, macacá, folha-da-costa, arruda, poejo, água-de-alevante-miúdo, dentre outras. Para uma relação mais completa, ver o Apêndice C.

### 3.2.1 Mateiros (Extrativistas/Coletores)

A forma primária do intercâmbio entre a sociedade humana e a natureza – que Marx (2013, p. 120) denomina de “metabolismo”<sup>64</sup> –, é o ato de apropriação da natureza, definido por Cook (1973, *apud* TOLEDO; MOLINA, 2014) como “o processo por meio do qual os membros de toda sociedade se apropriam e transformam ecossistemas para satisfazer suas necessidades e desejos”. Este ato de apropriação constitui o momento singular e concreto em que os homens se articulam à natureza mediante o trabalho<sup>65</sup> e, ao mesmo tempo, e em outro sentido, assinala a dimensão ecológica, propriamente dita, do processo de produção, um aspecto que é normalmente negligenciado pelas análises econômicas ortodoxas.

A apropriação da natureza constitui, assim, o ato pelo qual o sujeito social torna sua uma “coisa” pré-existente, ou seja, o indivíduo extrai um fragmento da natureza para transformá-lo em um elemento social, fazendo-o transitar do espaço natural para o espaço social. Neste sentido, a apropriação da natureza se configura como um ato de internalização (ou assimilação) de elementos naturais ao organismo social. A depender do período histórico considerado, a apropriação será o elemento determinante ou determinado do processo do metabolismo social geral. Segundo Toledo e Molina (2014), enquanto nas sociedades agrárias, por exemplo, a apropriação é o elemento determinante, nas sociedades industriais a transformação e o consumo são os processos que determinam a apropriação. Por outro lado, a forma que assume a apropriação da natureza, isto é, a própria modalidade da ação humana para extrair elementos naturais determina os efeitos que tal operação provoca na natureza, que é a base material de toda a produção social<sup>66</sup>. Dessa maneira, o qualificativo de produtor, dado aos seres humanos quando executam o processo de trabalho, segundo uma visão meramente econômica, é traduzido pelo termo apropriador, ao se considerar o ato da produção a partir da perspectiva ecológica, ou seja, a partir das relações do homem com os processos naturais, ou, como diria Marx, com seu “corpo inorgânico”.

Sendo, simultaneamente, espécie biológica e espécie social, os seres humanos revelam o caráter duplo do trabalho, encarnando tanto o intercâmbio ecológico – as relações materiais com a natureza –, como o intercâmbio econômico, as relações materiais entre os próprios homens. Assim, a categoria apropriação da natureza é, aqui, utilizada em sentido diverso do

---

<sup>64</sup> Em algumas traduções de *O Capital*, é utilizado o termo “intercâmbio orgânico”, no mesmo sentido.

<sup>65</sup> “[...] o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 2013, p. 120).

<sup>66</sup> A produção é sempre social, constitui-se sempre numa “apropriação da natureza por parte do indivíduo no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade.” (MARX, 2008, p. 243).



de outros autores, como Terray (1979), que a utiliza para distinguir formas tecnológicas de uso da natureza, ou como Godelier (1989), que a emprega relacionando-a com as formas jurídicas de propriedade e acesso aos recursos.

A atividade do mateiro é uma atividade extrativista mediante a qual ele se apropria de elementos da natureza, buscando-os e coletando onde os encontra em desenvolvimento natural. Essas áreas de ocorrência das folhas “grossas” localizam-se em algumas regiões periféricas das cidades, em zonas de ocupação humana rarefeita ou ainda não ocupadas e em zonas rurais que ainda possuem manchas florestais remanescentes que possibilitam a ocorrência das espécies vegetais demandadas pelo mercado das folhas. Nas últimas décadas, o intenso processo de expansão urbana e, desastrosamente, a prática do desmatamento que sempre o precede, têm-se constituído no principal responsável pela destruição dessas áreas naturais, afetando diretamente as condições de trabalho dos mateiros. Júlio Braga atribui às obras de infraestrutura viária de Salvador, no final dos anos 1960, a grande transformação nas atividades tradicionais de coleta de plantas praticadas pelos terreiros de candomblé da cidade: “A abertura das avenidas de vale foi o golpe de misericórdia dado às antigas áreas de que se serviam os candomblés, no perímetro urbano, quando necessitavam de ervas para os seus rituais, ali se abastecendo com relativa facilidade” (BRAGA, 2000, p. 174). A partir daí, as comunidades religiosas se vêem obrigadas a recorrer, de forma crescente, ao mercado para se abastecer das folhas para as práticas rituais.

Com a extinção das áreas de plantas nativas, próximas e conhecidas, os mateiros, por sua vez, são obrigados a percorrer longas distâncias para descobrir novos nichos florestais de ocorrência das plantas demandadas. Além disso, muitas áreas tradicionais de coleta já dão sinais de escassez e até mesmo de esgotamento de algumas espécies, cujas taxas de regeneração tendem ao desequilíbrio devido ao próprio processo de extração, que se soma à intensa e generalizada degradação ambiental. Por constituir um entrecruzamento do intercâmbio ecológico com o intercâmbio econômico, o extrativismo vegetal para obtenção de folhas comercializáveis tem sido uma fonte de geração de renda e de ocupação para parcelas da população atingidas pelo nível de pobreza. Contudo, diante da incipiência de práticas conservacionistas, acentua-se a vulnerabilidade das áreas de extrativismo, que, sob efeito de medidas efetivas de manejo dos recursos, poderiam tornar a atividade sustentável a médio e longo prazos, garantindo a própria sobrevivência dos mateiros nessa atividade.

Utilizando como modelo a análise detalhada do processo de trabalho elaborada por Marx (2013, pp. 255-263), o processo de trabalho de coleta praticado pelo mateiro envolve três momentos fundamentais, a saber: o trabalho propriamente dito, a atividade orientada, o

ato de coletar, de extrair determinadas plantas no mato, cujo conhecimento etnobotânico geralmente lhe é transmitido pela geração de ascendência; seu objeto, a natureza com sua diversidade de tipos de plantas nativas; e o meio de trabalho, as ferramentas e os instrumentos necessários ao desenvolvimento das atividades (faca, faca, corda, sacos e ‘panos’).

O mateiro é o produtor de folhas “grossas”, isto é, o fornecedor dessas folhas ao mercado, abastecendo-o com uma enorme variedade de espécies que tem ampla utilização mágico-religiosa e medicinal. Ao levar as plantas coletadas/extraídas no mato para comercializá-las no Mercado da Pedra semanalmente, os mateiros se constituem como os fornecedores de plantas de uso ritual e/ou terapêutico pelos devotos de religiões afrobrasileiras e pela população em geral.

As mercadorias folhas se subdividem em duas categorias bem definidas: as folhas “grossas” e as folhas “finas” ou “cheirosas”. Estas categorias de folhas estão relacionadas aos usos que são feitos na esfera do consumo, ritual (mágico-religioso) e terapêutico. As folhas “grossas” são galhos e ramos de plantas nativas (e/ou exóticas), extraídas e coletadas na natureza, a que os agentes sociais da coleta, os mateiros, chamam de “mato”, no sentido de estabelecer uma distinção daquelas plantas que são cultivadas. As folhas “grossas” são obtidas de plantas, arbustos e árvores encontradas nas áreas naturais de coleta tradicionalmente utilizadas pelos mateiros. Essas áreas de extração/coleta geralmente estão localizadas nas imediações dos locais de residência dos mateiros, como é o caso de Mapele, localidade suburbana do município de Simões Filho, que ainda possui, ao longo de estradas, caminhos e trilhas, algumas manchas remanescentes de florestas<sup>67</sup> que têm resistido à ação antrópica. No entanto, como muitas dessas áreas já apresentam sinais de esgotamento de espécies, não mais dispendo de exemplares das plantas mais procuradas, seja por efeito do desmatamento generalizado decorrente da expansão urbana, seja pela retirada excessiva praticada pelos próprios mateiros, cada vez mais estes têm que fazer longos e demorados deslocamentos em busca de novas áreas para a extração/coleta de plantas, a exemplo da narrativa de Dona Adélia, mateira de Mapele:

[...] às vezes temos que ir mais longe [de casa]... tem que pegar um transporte prá ir até Palmares... – O sr. conhece Palmares? Não? Fica em Camaçari, é distante de onde eu moro, mas tenho que ir até lá, prá encontrar as plantas. Aqui perto não tem mais quase nada... Tem gente que vai até Mata de São João, mais longe ainda, prá pegar planta no mato. (Dona Adélia, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

---

<sup>67</sup> Outras localidades, como Boca da Mata, Areia Branca, Palmares, são tradicionalmente áreas de extração/coleta de folhas “grossas” para o Mercado da Pedra.

O trabalho de obtenção das folhas “grossas” envolve, portanto, a constante atividade de identificação de (novas) áreas de ocorrência das plantas, e o conhecimento da diversidade de espécies locais, na medida em que, para o mateiro, é vantajoso que a área de coleta apresente uma diversidade que justifique, e recompense, o árduo deslocamento realizado. Ao final de uma jornada de trabalho de coleta é desejável que o mateiro retorne para sua casa com uma quantidade razoável de plantas, com expressiva diversidade de espécies, visando à satisfação de sua clientela de compradores e, conseqüentemente, sua própria satisfação quanto ao rendimento que poderá obter ao final da negociação no mercado.

Quando sai de casa, quase sempre em companhia de outros colegas de atividade ou de familiares, dando início à jornada de trabalho que antecede a ida ao mercado, o mateiro vai munido de alguns itens básicos para a tarefa de extração/coleta: o meio de trabalho propriamente dito – algum tipo de instrumento/ferramenta cortante, que pode ser uma faca grande ou um facão –, usado para cortar galhos e ramos de árvores e arbustos nativos, além de cordões e/ou cordas para a amarração dos grandes feixes de galhos coletados e, ainda, panos e sacos de rafia para empacotamento dos galhos em grandes fardos, mais pesados, porém mais fáceis de transportar. Geralmente, um mateiro retorna da jornada no mato com cerca de 4 fardos de folhas “grossas”<sup>68</sup>, que serão objeto de trabalho pós-coleta e pré-mercado: a separação por espécie e reagrupamento em quantidades pré-estabelecidas, compondo os molhos de folhas no padrão consensualmente aceito no mercado por vendedores e compradores.

O trabalho de separação e composição dos molhos é realizado na casa do mateiro e frequentemente conta com a ajuda de outros membros da sua família, que têm, assim, a oportunidade de aprender a identificar as espécies e os usos das plantas coletadas, como aparece no relato de Alice, mateira de Simões Filho:

[...] eu aprendi [a identificar as espécies de plantas] com minha avó, no tempo que ela ainda vinha vender na Pedra... eu era pequena, mas ajudava ela quando ia fazer os molhos prá trazer no outro dia... ela me ensinava a separar os galhos de cada planta, ensinava o nome e ainda dizia prá que servia, assim, se era prá fazer chá, prá fazer banho, prá pisar e botar no lugar machucado... Eu aprendi com ela e depois eu já ia pro mato também, ajudava minha mãe a tirar folha no mato. (Alice, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Dessa maneira, antes de levar a mercadoria ao mercado, a matéria prima – galhos e ramos extraídos de plantas *in situ* – é objeto de trabalho realizado pelo mateiro. Nesse caso, a

---

<sup>68</sup> Algumas mateiras que trabalham com encomendas previamente acordadas pelos compradores ultrapassam essas quantidades de fardos coletados, sendo necessário dar várias viagens do mato até suas casas para transportar tudo o que foi coletado.

seleção e o reagrupamento dos galhos e ramos resultam na produção das porções comercializáveis; completa-se, assim, a transformação de galhos e ramos de plantas em mercadoria folha, ou seja, quantidades padronizadas e pré-definidas de galhos e ramos de determinadas espécies de plantas agrupados e amarrados em pequenos feixes que constituem os molhos vendidos no Mercado da Pedra. A preparação do material a ser levado à feira é feita no dia precedente, mediante o acondicionamento dos molhos de plantas em grandes volumes envolvidos por panos e sacos de ráfia. Assim, os fardos de folhas são levados pelos mateiros até o ponto do ônibus mais próximo à sua morada, por volta das 3:00 h da madrugada. As localidades do entorno imediato de Salvador, como Itinga (Lauro de Freitas), Vila de Abrantes (Camaçari), Mapele (Simões Filho), por exemplo, são atendidas por linhas das empresas de transporte coletivo, que, nesses horários, destinam veículos para o transporte destes carregamentos de folhas para a Feira de São Joaquim, em Salvador, o que não é possível nos horários de *rush*, a partir de 5 ou 6:00 h da manhã, quando o deslocamento casa-trabalho é intenso em todos os lugares.

O próprio horário de funcionamento deste mercado, entre 4:00 h e 7:00 h da manhã, requer uma logística específica no que se refere aos fluxos de mercadorias das áreas de produção para o local da comercialização. Dona Morena, horticultora da Pedra, em depoimento ao pesquisador (2014), sintetizou o fato de ninguém perceber esse mercado que acontece num horário em que muitos dormem, mas que tem uma importância muito grande para aqueles que se sustentam com o comércio das folhas: “é um comércio neutro, quero dizer, invisível, as pessoas não sabem que existe isso aqui, de madrugada”.

### 3.2.1.1 O cotidiano da coleta

Quando se trata de planta coletada no “mato”, as chamadas folhas “grossas”, do ponto de vista da produção, o seu principal agente social é o mateiro, que, como já foi dito, são homens e mulheres que se ocupam da atividade de coleta de galhos e ramos de determinadas plantas nativas encontráveis em áreas naturais a que eles referem como “mato”.

Os mateiros são geralmente indivíduos pobres, com baixa escolaridade, residentes em bairros periféricos de Salvador e Região Metropolitana, cuja principal fonte de renda é a atividade como coletor/vendedor de folhas “grossas” com as quais abastecem, regularmente, a Feira de São Joaquim. O sustento familiar é obtido a partir da atividade de extração, em que o conhecimento tradicional sobre as espécies de plantas de uso ritual e/ou medicinal

(etnoconhecimento), que lhe tem sido transmitido oralmente por sucessivas gerações, é o elemento fundamental que o habilita ao mercado. A mateira Dalva, de Simões Filho, em entrevista, explica o seu ganho e a posição familiar do seu trabalho, evidenciando também o fato de que a atividade é, sobretudo, uma atividade de mulheres:

Olhe, dá para tirar trezentos, quatrocentos reais por dia, em média, entendeu? É muito trabalho que a gente tem, mas dá prá tirar um sustento. Eu mesmo só trabalho com as folhas, meu marido tem emprego de pedreiro, com carteira assinada e tudo, e eu tenho meu dinheirinho das folhas, né? Lá em casa, minhas filhas ajudam nos trabalhos de casa, eu quase não faço muita coisa em casa, né? Também, acordo cedo prá vir prá cá e nos dias de véspera da feira eu ando um bocadinho no mato no mato prá tirar as folhas, carregar os fardos, é duro, viu? Sábado e domingo eu tirei muita folha no mato, cheguei em casa fiz os molhos, separei encomendas prá trazer hoje [segunda-feira] prá feira. E saí tão cedo... quando voltar prá casa, só quero é tomar um banho e dormir, descansar, né? (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Entretanto, em outros casos, principalmente quando se trata de homens, a atividade de mateiro é apenas uma dentre várias ocupações possíveis dessas pessoas, em sua busca de condições básicas de subsistência na esfera da economia informal. Ademar, mateiro de Mapele (Simões Filho), explica sua estratégia cotidiana de como “se virar” para sobreviver:

[...] eu cato e tiro folha no mato, trago aqui prá vender na Pedra, mas às vezes, pesco na maré, pego uns peixe, vendo, ou então pego umas mangas prá vender por aí. Outras vezes, arranjo um trabalho numa obra, que eu também sei me virar como pedreiro, só não posso é roubar, que eu não sou ladrão, eu sei me virar. (Ademar, mateiro de Mapele, entrevista, 2014).

A maior parte dos mateiros são, de fato, mulheres (87%) e a atividade de coleta apoia-se, sobretudo, em grupos femininos de parentes ou vizinhas, companheiras de coleta e de mercado. São muitas as dificuldades do trabalho de coleta, a começar pela rotina de extração das folhas, que envolve os deslocamentos para áreas verdes (“mato”), em localidades extremamente violentas, já que a Região Metropolitana de Salvador, onde vive e trabalha a maior parte destas mateiras, é considerada uma das áreas mais violentas do Estado da Bahia, com alto índice de assassinatos e de desovas de corpos. A mateira Helena aborda, claramente, a questão das desovas dos corpos assassinados e dos riscos que correm quando diz: “é muito arriscado, vez em quando a gente encontra um corpo lá. É perigoso, não pode ir sozinha... é muito arriscado” (Helena, 2014, entrevista). Assim, é sempre necessário ter a companhia de alguém para tais incursões, que podem ser demoradas, a depender da distância dos locais em que se encontram as folhas procuradas. Helena explica:

As folhas são coletadas no mato, na área de Simões Filho mesmo. Lá, mas também em Dias D’Ávila, em Camaçari, às vezes a gente vai longe buscar folhas. Eu venho dias de segunda, quarta e sexta [para a Pedra]. Um dia antes eu faço a coleta das folhas. Pego no mato, levo prá casa, em casa

separo, faço os molhos, junto tudo em casa prá trazer prá cá no outro dia. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Se for necessária a utilização de transporte público, como quando se deslocam para lugares mais distantes, sempre demoram mais, sendo comum que as mateiras se agrupem para essas empreitadas de tirar folhas no mato. A companhia pode ser alguém da família ou uma mateira companheira de trabalho, num cotidiano cooperado de trabalho, como explicam Helena e Dalva.

Não, eu não vou sozinha tirar as folhas. Vou com outras pessoas, outras companheiras, vamos junto. Elas também tiram folhas, aí cada um tira o seu. Geralmente eu vou mais uma colega que é minha prima e mora perto, vamos juntas. Eu tiro as minhas e ela tira as delas. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Na maioria das vez, vamos juntas, várias colegas que também vende folha, vamos tudo junta, porque a gente anda pelos mato, é perigoso ir sozinha, né? Tem muito vagabundo à toa, então, estando juntas, uma socorre a outra, né? Uma faz companhia prá outra, cada qual tirando suas folhas e cada qual vai juntando pelo caminho e depois vai voltando e carregando tudo até em casa prá separar as encomenda, entendeu? Agora, tem vezes que a gente leva gente de casa, uma filha, um filho, às vezes o marido vai também, quem tiver livre, ajuda. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

O cotidiano se organiza numa série de processos e procedimentos: a coleta propriamente dita; a organização inicial das folhas coletadas em fardos para serem levados aos locais de armazenamento temporário (as próprias residências dos mateiros); a organização das folhas por tipo, por encomenda e destino, isto é, a separação das folhas e a re-embalagem em molhos e fardos padronizados; o carreto até os pontos de transporte público; o descarregamento do ônibus e o carreto dos fardos à Feira; o trabalho no Mercado da Pedra; e, para aquelas que trabalham com encomenda, ainda há a entrega direta dos fardos aos clientes, que são os comerciantes de folha, em outros locais da cidade.

Seguramente o trabalho dos coletores de folhas “grossas” exige tempo, conhecimento, dedicação e também muita força física. O mato é agreste, cheio de galhos, machuca, eles precisam ir protegidos, com roupas de manga e calça comprida, em um lugar em que sempre faz muito calor. É cansativo, é um trabalho duro, desde o manuseio e o carreto da grande quantidade de folhas que colhem, até o transporte posterior e a comercialização em pé, abaixando-se e levantando, manuseando peso e castigando o corpo com posturas impactantes. O trabalho é pesado e rotineiro, demanda grande esforço e ocupa muito tempo.

A periodicidade da coleta é regulada pelo funcionamento da Pedra, pois, via de regra, as folhas são coletadas na véspera ou antevéspera, para chegarem frescas ao mercado, às segundas, quartas e sextas-feiras. Este parece ser o ritmo habitual do trabalho de todas, organizado por coletas no mato às vésperas dos dias de ir à feira vender, o que resulta numa

atividade que alcança todos os dias da semana, entre um trabalho ou outro, isto é, distribuindo-se o tempo de trabalho entre atividades de coleta, de organização e arrumação dos molhos e feixes, de transporte, de venda no mercado, de entrega das encomendas ou de cobrança posterior.

Nos locais de coleta, as plantas vão sendo extraídas, ajuntadas e deixadas no percurso, e apenas no retorno vão sendo recolhidas, reunidas em grandes fardos, que, por sua vez, serão transportados para as casas das mateiras em várias viagens (carregando-os na cabeça), pois é impossível levá-los de uma só vez. Uma vez em casa, tem início o trabalho de separação e organização dos molhos para a preparação dos fardos que levarão à Pedra.

A gente tem que dar umas três viagens porque a gente traz 3 fardos do mato, cada um com uma quantidade de 100 molhos. Aí, como não se consegue trazer tudo de uma vez, vai trazendo cada um numa viagem. A gente tem que dar três viagens prá trazer tudo (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

A gente vai juntando e vai deixando na sombra, prá pegar na saída [do mato], prá não ficar carregando tudo prá lá e prá cá, entendeu? Aí, quando já tem uma quantidade boa, que dá prá gente carregar, a gente bota na cabeça e traz prá casa. Que é quando chega em casa que a gente vai separar elas, né? E vai amarrar os molhos prá trazer prá aqui, prá Pedra. (Maria do Carmo, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Lá no mato, a gente vai tirando os galhos, os ramos de cada tipo de folha e junta tudo e traz prá casa. Aí é em casa que a gente junta os galhos num feixe e amarra com pindoba ou com cordão, separando os molhos, entendeu? Tem uns molhos que ficam maior, outros menor, varia com o tipo de folha, da planta. Aí, pega tudo e empacota nos fardos, que é prá trazer aqui para a feira, prá entregar aos freguês. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Com relação ao tempo em que trabalham como mateiros e vendendo as folhas no Mercado da Pedra, a maior parte afirmou ter mais de uma década nesta atividade, o que demonstra uma permanência de longo prazo, que compreende também o tempo de aquisição do tipo de conhecimento necessário para a atuação nesta especialidade.

[Trabalho com isso] Há catorze anos. Comecei com a minha mãe, ela sempre me trazia na Feira, quando vinha vender. Eu comecei pequena. A gente morava em Mapele, Simões Filho. Ainda moro lá. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Tem uns dezoito anos já que trabalho com folhas. Sou eu mesma que pego no mato. (“Tia” Elzira, mateira de Dias D’Ávila, entrevista, 2014).

Há vinte e três anos que trabalho com folha. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

A aprendizagem é um processo familiar, oral e presencial, como já mencionado. Aprende-se acompanhando os pais, ou vizinhos, nas atividades de extração, de transporte, de separação e, por fim, de venda. As mateiras levam junto os filhos para que ajudem e para que aprendam.

A gente vai pegando o que vai encontrando que a gente conhece, né? Enquanto o marido vai tirando [as folhas] aqui, eu vou tirando ali, os meninos também... vão aprendendo também (Maria do Carmo, mateira, de Simões Filho, entrevista, 2014).

O ofício vai sendo, assim, aprendido e perpetuado por gerações. Alice, mateira de Simões Filho, explica que na sua família ela é a terceira geração de mulheres mateiras, tendo aprendido tudo com a sua mãe e com sua avó, pela observação, pela prática e pelo conhecimento oral. Aprendia enquanto ajudava a mãe a coletar e a amarrar os molhos em casa, quando traziam as folhas do mato. Depois, aos treze anos de idade, começou a vir sozinha para a feira, para vender suas próprias folhas no Mercado da Pedra. Evidencia-se, na fala de Alice, o caráter predominantemente feminino da atividade tanto quanto a perpetuação geracional das mulheres nesta profissão.

Hoje tô com 16 anos e não vendo prá entrega, diferente de outras, só vendo a retalho mesmo. (...) Aprendi a identificar os tipos [espécies] de folhas com minha mãe e minha vó, que agora está bem velhinha, nem vem mais à feira. Mas minha mãe vem, minhas vizinhas e minhas tias também vêm. (Alice, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

A busca por certas folhas obedece também ao que foi solicitado pelas encomendas, demonstrando que a demanda orienta a produção. As encomendas implicam acordos verbais entre os fornecedores e os fregueses compradores (sobretudo revendedores) de folhas, que requerem certos tipos ou quantidades de folhas, tanto de maneira eventual (encomendas esporádicas), quanto de forma recorrente (entregas regulares de certas folhas e quantidades). Alguns fregueses regulares (barraqueiros e comerciantes de folhas) já têm uma rotina de recebimento de folhas, mas eventualmente solicitam outras, atendendo a pedidos de sua própria freguesia. As folhas encomendadas estão quase sempre prontas para a entrega no dia acertado, sendo esta uma responsabilidade levada muito a sério por quem aceitou a encomenda. A palavra empenhada tem grande valor, sendo comum ouvir-se expressões como: “falei que trazia, tinha que arranjar”. Às vezes, ocorre de não serem encontradas no mato as variedades encomendadas, o que requer providências imediatas ao se chegar à feira. As encomendas são feitas tanto presencialmente, a partir dos contatos nas ocasiões de entrega ou de pagamento, quanto também usando-se o recurso das comunicações virtuais (sobretudo telefonia celular). As anotações são feitas em cadernetas de papel, outras vezes gravadas no celular, enviadas por mensagem, ou mesmo simplesmente memorizadas, após solicitação verbal feita pela freguesia na dinâmica das atividades na Pedra, como vimos anteriormente.

Ah, os barraqueiros vêm aqui e fala prá gente aquilo que eles querem, tantos molhos dessa e dessa, tantos daquela, assim. É pessoalmente que fazem a encomenda. Já tem outros aqui que tem telefone, celular, aí eles ligam e



falam os pedidos, prá tal dia e tal. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Entre os mateiros, há quem aceite estabelecer compromissos mediante encomendas, há quem os evite. Enquanto algumas mateiras vão longe para encontrar algumas variedades de plantas que foram encomendadas e que são mais difíceis de localizar nos matos mais próximos, outras evitam trabalhar por encomendas, restringindo a diversidade das folhas que vendem àquelas que conseguem coletar, sem a preocupação de ter que achar no mato folhas específicas solicitadas por fregueses.

Apesar do trabalho por encomenda apresentar a vantagem de garantia prévia da venda direcionada das folhas, nem todos se dispõem a esta modalidade, considerada mais cansativa, já que requer trabalho adicional na coleta, separação e embalagem particularizada de quantidades grandes de folhas. Há quem prefira restringir sua produção à variedade e às quantidades livremente encontradas, direcionando sua produção apenas para a venda a varejo.

Eu não trabalho com encomenda não, trago prá vender a retalho. [...] Essas meninas trazem muita folha, prá encomenda sempre é muita folha, eu não tenho mais condições de fazer isso... aí eu trago só um pouco assim, umas cinquenta, sessenta... o trabalho de encomenda é muito trabalhoso. (“Tia” Elzira, mateira de Dias D’Ávila, entrevista, 2014).

Trabalhar com entrega [encomenda] é muito ruim, porque a pessoa tem que ir atrás das folhas pedidas e quando não acha no mato, é um sufoco, tem que ir atrás de quem tem elas aqui na Pedra, e se não encontra, o freguês fica chateado, não se conforma... (Isaura, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Mas, no geral, “trabalhar com encomenda” não significa, necessariamente, ir em busca de plantas raras, tratando-se apenas de consignação prévia de certas quantidades de folhas, que passam a ser separadas e embaladas em fardos próprios, para entrega individualizada a cada freguês no dia acertado. A freguesia de entrega quase sempre é composta pelos barraqueiros, que compram grandes quantidades de folhas para a revenda, mas ocorrem também encomendas feitas pelo povo de santo, por pessoas de terreiro de candomblé que solicitam a entrega de quantidades maiores de certas folhas, vindo buscar no dia combinado.

[Vendo] pro pessoal de barraca, os barraqueiros aqui da Feira [de São Joaquim] e de outros lugares, da Sete Portas [Mercado], de bancas de rua... são prá eles mesmo. Aqui tem gente que vende avulso, prá qualquer um que venha comprar, como elas aí [aponta para mulheres que vendem folhas no varejo], e tem gente, como eu, que traz de encomenda, prá entrega, já vem com os pacotes prontos, que foram encomendados a nós. Mas a gente também compra na mão delas (as colegas) prá completar as encomendas... prá levar prá entrega. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Muitas mateiras dominam muito bem a modalidade da encomenda, alcançando grande desenvoltura em encontrar e atender às demandas contratadas de folhas, e também em dar

conta da logística de separação, embalagem e entrega das encomendas, em grande quantidades, trabalhando exclusivamente por este sistema. Este é o caso, por exemplo, de Helena, que só trabalha com encomendas, levando à Feira de São Joaquim imensa quantidade de fardos de folhas diretamente para serem despachados a seus destinatários, seja por entregadores da própria feira, quando o destino são as barracas locais, seja por veículos de carroto, carros de frete já acostumados ao serviço, que ficam de prontidão na área externa. Dalva afirma que costuma coletar, regularmente, cerca de 300 molhos de tira-teima e 200 de abre-caminho para entregas regulares, atingindo um número entre 6 a 12 fardos de folhas a serem trazidos, por dia, para a feira. É uma grande quantidade.

Eu só trabalho com entrega, sabe como é? O pessoal das barracas da Feira, daqui de São Joaquim, da Sete Portas, de outros mercados, o pessoal me faz as encomendas das folha que eles querem e aí tem uns pedidos que eu já trago tudo separado nos fardos, outros eu separo aqui, porque muitas vezes a gente não acha todas as folhas de vez, assim nos mato aonde a gente vai pegar, aí a gente procura e pega com outras camaradas aqui, quem tem de uma ou de outra e então completa a encomenda dos barraqueiros prá fazer a entrega. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Quanto ao lucro alcançado com a atividade, é possível estimar-se um resultado mensal tomando por base a entrevista da mateira Dalva, que é uma das grandes negociantes de folhas “grossas”, calculando-se que são em torno de 3 dias de venda por semana (cerca de 12 dias de venda por mês) e que ela afirmava, em 2014, aferir, num dia de bons negócios, valores entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 por jornada (“Dá prá tirar o sustento...”). Quanto ao estabelecimento dos preços, percebe-se haver um consenso sobre o preço do molho de cada planta, sendo os patamares de preço definidos pelo grau de dificuldade de se encontrar determinadas folhas.

Os molhos custam cinquenta centavos... a maioria das plantas... tem outras plantas que já custa um real, dois real... já aumenta, entendeu? Depende do tipo da folha. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

A coleta envolve, por fim, uma logística complexa, que implica um segundo momento de transporte das folhas, das residências dos mateiros para a Feira de São Joaquim, mesmo no caso de venda por encomenda. A logística final, do transporte das folhas ao mercado, demanda também grande esforço. Embora algumas localidades disponham de linhas de ônibus especialmente destinadas ao atendimento dos mateiros com suas folhas, em outros lugares, os problemas e as dificuldades de transporte são maiores. É difícil deslocar para a Feira de São Joaquim a grande quantidade de fardos de folhas que colhem.

[Não venho vender] todo dia não. De três em três dias eu venho, porque é muito ruim prá chegar até aqui, os carros de lá não gosta de pegar essas coisas... aí eu trago pouquinho, mas eu venho, assim, venho quarta, venho quinta, venho sexta, até dia de sábado eu venho também. (“Tia” Elzira, mateira de Dias D’Ávila, entrevista, 2014).

A gente traz no ônibus coletivo, bem cedo, vem todo mundo com suas folhas. A gente sai de lá três horas da manhã. No ônibus vem o pessoal das folhas, as folhas e outros passageiros também. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Eu venho de Simões Filho, moro lá. Aí, venho toda vez no transporte coletivo, tem um ônibus bem cedo da [empresa] Litoral Norte, a gente traz os fardos das folhas tudo no ônibus. A gente tem que acordar muito cedo, umas duas horas da madrugada que é prá três já tá no ponto com os fardos de folha prá pegar a condução pra'qui, aí chega aqui lá pr'ás quatro horas, mais ou menos. (Dalva, mateira de Dias D'Ávila, entrevista, 2014).

As dificuldades da atividade produtiva e comercial ainda se apresentam também no momento de receber o pagamento, sendo comum a postergação do acerto de contas, sobretudo com os fregueses mais constantes, que adquirem quantidades maiores, entregues por carregadores que buscam as folhas nas mãos dos vendedores, mas que não trazem o dinheiro do pagamento, sendo recorrente a cobrança e o recebimento posterior, demandando, assim, deslocamentos aos locais em que os fregueses comerciantes têm suas barracas de folha. As mateiras afirmam, contudo, que tal situação baseia-se numa relação de confiança, construída ao longo do tempo, como destaca Dalva:

Tem vezes que tenho que passar no Mercado das Sete Portas prá pegar o dinheiro das encomendas, tenho que ir fazer a cobrança senão a gente esquece e sai perdendo. Mas não tem erro, eles pagam direitinho, né? Mas também a gente já trabalha com eles há muito tempo, conhece eles tudo. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

### 3.2.1.2 Sobre os lugares de coleta

A maior parte das mateiras reside na Região Metropolitana de Salvador, sobretudo nos municípios de Simões Filho, Salvador, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila e Camaçari (ver Tabela 5, p. 127). Apesar de muitas buscarem suas folhas em locais relativamente próximos aos que moram, comentam muito a necessidade de deslocamentos mais longos para conseguir algumas plantas, com as manchas de área verde paulatinamente sendo impactadas por desmatamentos, pelo crescimento urbano, por queimadas ou por outros motivos.

E aí? Agora, vou lhe dizer, tem muitos lugares que a gente tirava e que hoje não tira mais porque desmataram muito, o povo tocaram fogo, se acabou, uma perversidade que fizeram e aí a gente tem que ir mais longe, andar muito prá encontrar o que precisa. [...]

Às vezes, a gente não acha as folha nos matos por perto, aí tem que ir buscar mais longe... vai em Camaçari, em Dias D'Ávila, até Mata de São João a gente vai, vai bem longe, é. [...]

Vai procurar mais longe, é o jeito, tá entendendo? Vai buscar mais longe. Eu não tô lhe dizendo que até em Mata de São João a gente vai pegar folha? É porque não encontra nos mato por perto, aí tem que ir atrás, mais longe. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Quando abordadas sobre os locais onde coletam as folhas, as mateiras reportam-se ao problema do crescimento urbano e da perda constante das áreas verdes, referindo-se também à necessidade de irem a lugares cada vez mais longe para conseguir achá-las. As áreas de coleta, por isto, envolvem tanto algumas zonas mais próximas, em que se encontram plantas mais recorrentes como os bairros da Palestina, da Estrada Velha do Aeroporto, as proximidades da Represa do Cobre e manchas florestais do subúrbio, grotões florestais do Miolo Central em Salvador, Mapele e entorno de Simões Filho, Itinga em Lauro de Freitas, Boca da Mata, Areia Branca e áreas marginais à Via Parafuso em Camaçari e outras mais longínquas, nas quais outras espécies – mais difíceis de ocorrência em áreas mais impactadas – podem ser colhidas, ou mesmo nas quais ainda há uma abundância maior, como Vila de Abrantes, Jauá, Arembepe e Palmares, em Camaçari, e localidades nos municípios de Dias D'Ávila, Mata de São João, Amargosa e Jequié:

[as folhas são coletadas] no mato, na área de Simões Filho, mesmo. Lá, também em Dias D'Ávila, em Camaçari, às vezes a gente vai longe buscar folhas. [...]

Tem muitos lugares que já não se encontra mais folhas, tem muito desmatamento, tá feio, viu? Tá tendo muito desmatamento, o que tem mais é empresas, tão acabando com tudo... prá fazer empresa... (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Eu sou de Dias D'Ávila. Tiro as folhas lá mesmo. (Tia Elzira, mateira de Dias D'Ávila, entrevista, 2014).

Há uma preocupação com a sustentabilidade do mato, do qual se espera a persistência das folhas a longo prazo. Assim, é recorrente a justificativa de coletas com o menor impacto possível, dando-se tempo à regeneração das plantas. Estas preocupações de cunho ambiental requerem intermitência nas coletas, obedecendo a uma espécie de rodízio das áreas, o que torna necessária uma diversidade de áreas passíveis de fornecimento das folhas buscadas para executar o manejo da coleta.

Porque é assim, olhe: a gente tira a folha aqui nesse lugar, mas a gente não tira muito, tira a quantidade que precisa prá uma entrega, não sai pelando a planta, né? Aí, nesse lugar a gente fica três, até seis meses sem tirar, vai tirando em outro lugar e passado esse tempo, a gente volta prá esse primeiro lugar. A gente vai dando um descanso nas plantas, né? Prá elas se recompor, né? Senão se acaba tudo de vez, né? (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

### 3.2.1.3 *Extratativismo e vínculo religioso*

Ao abordarem o uso que os compradores fazem das folhas, as mateiras reiteram o duplo caráter da sua utilização, referindo-se tanto ao uso medicinal quanto ao uso religioso, ritual.

Muitos fazem chá, outros fazem limpeza de corpo... usa como remédio e usa também como proteção [...] o pessoal dos terreiros vem comprar, muitos deles vêm. No caso, essas folhas são prá uso religioso, não é? (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Pra que servem? Prá remédio, prá fazer um chá, prá preparar um banho, fazer uma limpeza de corpo, fazer um sacudimento, entendeu? Às vezes, um descarrego... O povo usa prá um monte de coisa, mas é mais prá remédio, prá combater muitas doenças, câncer, diabete, pressão alta, gripe, resfriado, tosse, prá prósta... E tem também muitas pessoas que usa prá proteção, né? (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

Em muitas falas sobre o uso das folhas, percebe-se uma indistinção entre os âmbitos mágico-religioso e medicinal, havendo uma imbricação dos dois, um interferindo no outro, ambos atuando no campo da “proteção” da pessoa.

As folhas são muito poderosa, compreende? Tem muito axé! É remédio da natureza mesmo, é muito bom. Tem muito efeito bom prá saúde. (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

É certa, sem dúvida, a presença intensa do povo de santo, da comunidade das religiões afrobrasileiras, dentre os fregueses mais assíduos no Mercado da Pedra, em busca das folhas.

[as pessoas dos terreiros de candomblé] vem, vem muito e eles compram aqui muitas folhas. Que é prá fazer um banho, um descarrego, um sacudimento, como lhe falei. As plantas são muito poderosa prá eles, né? (Dalva, mateira de Simões Filho, entrevista, 2014).

No entanto, não há uniformidade quanto à vinculação das coletoras/vendedoras com as religiões afrobrasileiras. Enquanto algumas afirmam não ter nenhum vínculo com as religiões afrobrasileiras, outras afirmam seu pertencimento a elas.

Não, eu não tenho essa religião [candomblé]... mas sei que quem é dela tem essa ligação com as folhas. [...] Eu não tenho, alguns têm, outros não. No caso, Dalva tem, eu não tenho. Tem pessoas que têm outra religião, mas trabalha com as folhas, é independente, é de onde tira o sustento. (Helena, mateira de Mapele, entrevista, 2014).

Há, ainda, aquelas que, num primeiro momento, negam fazer parte das comunidades religiosas do povo-de-santo mas que depois, quando aumentou a margem de confiança no pesquisador, afirmaram tais vínculos.

Não. Tenho ligação nenhuma não com as religiões afrobrasileiras. [...] Olha, vou lhe dizer uma coisa: falei que não tinha ligação com religião, mas eu tenho sim. Eu frequento uma casa, tenho santo. (Dalva, entrevista, 2014).

Mas o fato de não ter vinculação pessoal com as religiões afrobrasileiras não significa uma falta de conhecimento ou um afastamento dos “preceitos” a elas relacionados. Esta questão pode ser percebida quando se toma como exemplo a questão da “propriedade” das terras em que as coletas extrativistas são feitas. Neste caso, sobrepõem-se duas percepções: a primeira, coletivista, afirma que o mato “não é de ninguém, é de todo mundo”; e a segunda

revela uma visão encantada do mato, cuja propriedade é atribuída a seres invisíveis (*orixás*, *voduns* e *inquices* aparecem como os “donos do mato”).

Esta percepção coletivista da terra se revela quando afirmam que os lugares de mato em que coletam folhas são vistos como terra sem dono, cujo uso pode ser comum a todos<sup>69</sup>: “A gente tira no mato mesmo, não em propriedades, é na beira das estradas... no mato, entendeu?” (Helena, mateira, entrevista, 2014). Aqui, novamente, se evidencia a proximidade da situação destes mateiros – todos afrodescendentes – com as sociedades negro-africanas caracterizadas e analisadas por Leite (1995-96), quando discute seus valores civilizatórios, sobretudo relacionados à natureza agrária dos grupos e à posse coletiva da terra:

A terra, principal recurso natural dessas sociedades agrárias, é considerada ela mesma como uma divindade e sua fertilidade é tomada como doação preexistente. Dotada dessa energia vital que a sacraliza, a terra não pode ser apropriada pelo homem, que, entretanto, está potencialmente habilitado a ocupá-la segundo as normas ancestrais. Para tanto, é necessário organizar e sacralizar essa relação, o que é conseguido através de pactos selados entre o homem e a terra, daí nascendo os deveres e direitos de ocupação, sendo o principal deles a inapropriabilidade do solo e sua transmissão, nesse estado, às gerações que se sucedem. (LEITE, 1995-96, p. 112).

Neste caso, para os mateiros, que percebem as terras/os matos como bem comum, não é preciso fazer nenhuma reverência aos donos (formais) das terras nas quais coletam as folhas: não se pede licença, não se pagam tributos, pois elas são de todos (e de ninguém, ao mesmo tempo).

No entanto, quando a percepção do tema se dá pelo ponto de vista encantado, é evidente o deslocamento do sentido de propriedade, saindo-se da esfera concreta (os donos cartoriais da terra, a quem possa pertencer legalmente as áreas) para o plano mágico-simbólico: os “donos” do mato são, aqui, as entidades espirituais, aos quais se deve reverência e respeito, se pede licença para entrar e para retirar as folhas<sup>70</sup>.

O mato tem seus donos, os orixás (...).

Aí vou lhe contar: então, quando vou pro mato, antes de entrar eu peço licença a Ossanha, que é o orixá das plantas, da natureza, né? Eu faço um agrado, boto uma abóbora, boto um fumo de corda, um mel, às vezes boto

<sup>69</sup> Tal percepção coletivista da terra evoca, de maneira clara, a situação assinalada por Marx nos *Grundrisse* (1971, p. 443): “[...] Na forma asiática (pelo menos na predominante) não há propriedade, só posse por parte do indivíduo; a comunidade [é] propriamente o proprietário efetivo, em consequência, propriedade só como propriedade coletiva do solo”.

<sup>70</sup> Evoca-se, aqui, a partir da etnologia indígena, as categorias de “dono” ou “mestre” referentes a entidades espirituais, sintetizadas por Fausto (2008, p. 329): “[...] categoria indígena – usualmente traduzida por 'dono' ou 'mestre' – que, na Amazônia, transcende em muito a simples expressão de uma relação de propriedade ou domínio. A categoria e seus recíprocos designam um modo generalizado de relação, que é constituinte da socialidade amazônica e caracteriza interações entre humanos, entre não-humanos, entre humanos e não-humanos e entre pessoas e coisas. Entendo tratar-se de uma categoria-chave para a compreensão da sociologia e das cosmologias indígenas [...]”

umas moedas, peço permissão ao dono do mato, tenho meus preceitos. (Dalva, entrevista, 2014).

É evidente, aqui, a necessidade de retribuição do mateiro para com o “dono” da terra, isto é, o ser mítico e religioso a quem se acredita pertencer o mato. Considerando-se a formulação de Mauss (2003) sobre a troca de dádivas, tal necessidade pode ser compreendida como um reconhecimento ao princípio da obrigação em se retribuir os dons recebidos: “o mais importante, entre esses mecanismos espirituais, é evidentemente o que obriga a retribuir o presente recebido” (MAUSS, 2003, p. 193). Mauss (2003), ao analisar o sistema de trocas de dádivas entre os esquimós do Alasca e entre os Toradja das ilhas Celebres, faz observações importantes à distinção entre “o presente dado aos homens e o presente dado aos deuses” (p. 203), sobretudo no que se refere às dádivas da natureza, situação que se aproxima da realidade dos mateiros extrativistas da Pedra. Ressalta, no texto em questão, que este tema desempenha papel importante na economia e na moral dos grupos por ele examinados, já que se percebe que “um dos primeiros grupos de seres com os quais os homens tiveram que estabelecer contato [...] eram os espíritos dos mortos e dos deuses” (p. 206).

[...] acredita-se que é dos deuses que se deve comprar, e que os deuses sabem dar o preço das coisas. [...] Kruyt nos diz “que o proprietário deve ‘comprar’ dos espíritos o direito de realizar certos atos em ‘sua’ propriedade – na realidade da ‘deles’”. Antes de cortar “sua” madeira, antes mesmo de limpar “sua” terra, de plantar o poste de “sua” casa, é preciso pagar aos deuses. (MAUSS, 2003, p. 206).

No caso dos mateiros, antes de qualquer coisa, é preciso retribuir, aos deuses, donos do mato, as folhas que dele serão tomadas: a dádiva é o contra-dom que se apresenta previamente. A folha como dádiva dos deuses é suscitada na fala da mateira Dona Adélia:

Para mim, a folha é um presente, que é dado por Deus para ser aproveitado. É com a folha que eu tiro do mato que eu sustento a minha família. Por isso é que a folha é mesmo um presente que é dado prá gente. (Dona Adélia, mateira, entrevista, 2014).

Nestas referências, é evidente a compreensão das folhas como dádivas dos deuses, sobretudo dos donos do mato, isto é, dos orixás que estão associados com o mundo das plantas, das matas, aos quais se deve retribuir e pedir licença. É, sobretudo, ao orixá Ossãim (referido por Dalva como Ossanha) a quem mais se deve licença, já que “no candomblé não se tira ‘uma só folha’ de uma árvore sem autorização, sob pena de o transgressor incorrer na ira de Ossãim” (MARTINS e MARINHO, 2002, p. 21).

Há, desta forma, uma forte associação dos mateiros da Pedra com as religiões afrobrasileiras. Há também mateiras que se converteram às religiões evangélicas, mas que expressam um conhecimento da sacralidade das folhas associada à natureza, e mesmo que

afirmem não agir de acordo com tais princípios, reconhecem a sua existência, respeitando-os, como afirma Helena:

Eu, no caso, não sou do candomblé, não peço licença aos orixás para entrar no mato, mas ela [Dalva], como é do candomblé, ela pede. Ela pede, porque ela dá santo. Muitos deles, o pessoal do candomblé, antigamente, iam eles mesmos tirar dentro do mato, mas devido os acontecimentos na pista, eles prefere comprar... Tem os riscos também, né, daí eles prefere comprar aqui. A gente trabalha com isso, pode não ser do candomblé, mas sabe dessas coisas. (Helena, entrevista, 2014).

O respeito ao “dono” invisível do mato, da natureza, das folhas alcança outros âmbitos e motivações, além da necessidade de se trocar dádivas ou de se pedir licença: é preciso zelar pela natureza, o que revela outro tipo de ética, não mais religiosa, mas a que visa à continuidade do recurso natural usado. Os mateiros expressam, desta forma, uma preocupação com a manutenção/renovação do mato, para que continue a dar a folha no futuro, mencionam a necessidade de cuidado ao tirar os galhos, as partes das plantas, não tirar mais do que o necessário. Se o mato é protegido por divindades, também o deve ser pelas pessoas, no plano material, senão acabará.

Então, tem gente que antes de tirar as folhas pede licença, essas coisas, né? Mas eu, não. Só que eu só tiro pouco, cuido das plantas que tiro, não destruo nada, que é prá não deixar os matos se acabar, entendeu? (Helena, entrevista, 2014).

### 3.2.2 Horticultores

Os horticultores são pequenos agricultores que cultivam determinadas espécies vegetais denominadas folhas “finas” ou “cheirosas”, cujo uso ritual e terapêutico é disseminado, a exemplo do macacá, manjeriço, folha-da-costa, alecrim, losna, alevante-miúdo, poejo, alfavaca-de-cobra etc. Os horticultores podem ser classificados segundo o porte da sua produção, a saber: os horticultores de pequena escala, representados pelos cultivadores de pequenas hortas domésticas, geralmente instaladas nos quintais de suas casas ou em áreas de baixios, nos fundos de vales<sup>71</sup>; e os horticultores de escala mediana, que, sendo proprietários de áreas maiores, conseguem obter uma produção contínua e significativa de plantas com as quais abastecem, direta e regularmente, os comerciantes do mercado.

<sup>71</sup> Os fundos de vale, ocupados tradicionalmente por muitas hortas que utilizavam a rede de drenagem natural, no final dos anos 1960 foram atingidos pela moderna expansão do sistema viário e pela descontrolada ocupação urbana, o que provocou a degradação da qualidade ambiental da vida sotropolitana. “A abertura das avenidas de vale foi o golpe de misericórdia dado às antigas áreas de que se serviam os candomblés, no perímetro urbano [...]”. (BRAGA, 2000, p. 175).



As folhas “finas” ou “cheirosas” compreendem aquelas espécies de plantas cultivadas em hortas e quintais que apresentam um aspecto mais frágil e delicado, cujo cultivo exige um grande domínio das técnicas de enfrentamento das variações climáticas (luminosidade, temperatura, umidade etc.) e o constante manejo e trato dos cultivos. Algumas espécies de folhas “cheirosas” são usadas como condimento alimentar e muitas têm largo uso na preparação de banhos terapêuticos perfumados, os banhos de *amaci*, destinados a propiciar a limpeza corporal e espiritual do indivíduo, evidenciando o princípio holístico da inseparabilidade das duas esferas da existência dos seres, que fundamenta a cosmogonia do candomblé.

Os produtores de folhas “cheirosas” são pequenos agricultores, na verdade, pequenos horticultores que cultivam certas espécies de plantas rituais e medicinais em leiras de quintais domésticos e hortas particulares. Abastecem o mercado de Salvador com a sua produção, à qual se acrescenta a produção de horticultores de pequeno, médio e grande portes<sup>72</sup>, que fornecem produtos hortifrutigranjeiros para o mercado de abastecimento alimentar de Salvador e região do entorno.

Na Pedra, os vendedores (produtores) de folhas “frias/cheirosas”, cultivadas em hortas, estão em número menor em relação aos coletores/produtores de folha “grossa”. Destacam-se, sobretudo, Seu Alemão, produtor do Alto do Cabrito (Salvador), e Dona Morena, atualmente a maior produtora deste tipo de folha, com sua horticultura no município de Conceição do Jacuípe. De certa maneira, as situações de um e de outro se opõem, já que a produtividade do primeiro parece estar em declínio enquanto a da segunda se destaca e é a referência na Feira quando se fala em folha “fria”. São diferentes modelos de produção que se revelam à análise: o de Seu Alemão numa escala menor, de produção mais artesanal (apenas ele trabalha, atualmente, na horta), e o de Dona Morena com uma perspectiva mais empresarial, contando com o trabalho de cerca de 15 pessoas e um sistema mais articulado de produção e de distribuição das folhas “cheirosas” no mercado.

Por uma série de impossibilidades, sobretudo a contínua recusa e atitude evasiva do produtor, não foi possível visitar a horta de Seu Alemão no Alto do Cabrito durante a pesquisa de campo. Foram elementos impeditivos para uma ida no lugar: a imprecisão da localização da horta, já que esta informação seria básica para conseguir chegar lá, e, principalmente, a grande violência que assola a localidade, o que impediu a circulação livre pela região em busca da horta. Uma visita, nestas condições, só seria possível através de

---

<sup>72</sup> São os fornecedores de temperos (coentro, cebolinha, salsa, salsão, hortelã, alecrim, manjeriço, alfavaca, erva-doce, menta) e outras hortaliças e legumes para feirantes e consumidores da feira.

combinação prévia com Seu Alemão, que, apesar de sempre muito gentil, não a viabilizou. Os dados foram levantados, portanto, por entrevistas concedidas por ele, sempre realizadas na Pedra, na Feira de São Joaquim.

No entanto, no que se refere a Dona Morena, a atitude receptiva foi muito diferente, já que, desde os primeiros contatos na Pedra, houve o convite para visitar e conhecer suas plantações, sua horta em Conceição do Jacuípe, distante 90 km de Salvador, onde resultamos indo várias vezes, para conhecer os processos e a situação da plantação das folhas “cheirosas”, folhas de horta, folhas “frias”.

Desde a primeira visita para conhecer a plantação de Dona Morena, buscávamos levantar dados para responder indagações que, inicialmente, motivaram o projeto de pesquisa, tais como: quem são os produtores? onde se localizam as áreas de produção? como comercializam a produção? que mão-de-obra utilizam nas atividades (do cultivo à coleta, do transporte para o mercado às transações comerciais)? que relação mantêm com as religiões afrobrasileiras? como adquirem os conhecimentos etnobotânico e técnico que envolvem a coleta e o cultivo das plantas?

De início, antes da pesquisa de campo, era até levantada a suposição de que os produtores das folhas rituais cultivadas em hortas pudessem ser os mesmos agricultores de outras hortaliças que abastecem o mercado soteropolitano. As fontes bibliográficas não diziam nada sobre o assunto, o que tornava necessário ir a campo para produzir dados primários próprios para a pesquisa, a começar pela identificação dos fornecedores, a partir do produto comercializado na Feira de São Joaquim. Assim foi feito e pela pesquisa na Pedra ficou evidente que se tratava de produtores de folhas distintos de outros horticultores, já que estes eram especializados neste tipo de folha (ritual, medicinal, as chamadas folhas “cheirosas”) e não se dedicavam a outros produtos de horticultura. Se, durante a pesquisa na Pedra, logo ficou clara a especialização da produção destas folhas, logo também foi possível perceber que eram poucos, na atualidade, os produtores deste tipo de horta, nas duas categorias já mencionadas: a de produção em pequena escala, com plantações mínimas no sítio urbano de Salvador, tipificados aqui na figura de Seu Alemão do Alto do Cabrito (reconhecido como o principal), e a de escala maior, que vem a ser a de Dona Morena, a mais expressiva (em volume) produtora e comerciante deste tipo de folha na contemporaneidade da Pedra, sendo a que domina o mercado.

### 3.2.2.1 O Horticultor Seu Alemão do Alto do Cabrito (Salvador)

A despeito da forte presença das mulheres, alguns homens também atuam na Pedra, vendendo suas folhas, mantendo entre si relações de proximidade, como pode ser visto no dia-a-dia do lugar, quando, em alguns momentos, sempre conversam, reservada e animadamente, numa roda masculina que se forma momentaneamente e logo e se desfaz, na dinâmica natural da atividade. São, no geral, adultos mais velhos, em sua expressiva maioria, negros.

Há, entretanto, alguns homens brancos avermelhados (que estão sempre de chapéu) expondo folhas “cheirosas” à sua frente: são, portanto, horticultores. Paulino, um senhor negro, grisalho e sorridente, proprietário de barracas na região da Avenida Vasco da Gama e que adquire folhas na Pedra para revender, refere-se aos “homens vermelhos de chapéu” como “os cultivadores de hortas no Alto do Cabrito”, afirmando serem eles os “antigos dominantes deste ramo”. Já foram, de fato, os maiores produtores de folhas de horta e perderam, paulatinamente, esta condição, havendo uma considerável diminuição das suas hortas e da sua produção.

Figura 14 – Mapa de Localização do Alto do Cabrito em Salvador



Fonte: Google Maps, 2015

Um deles, aqui chamado Seu Alemão<sup>73</sup>, é um horticultor e vendedor de folhas que atua neste ramo há cerca de 60 anos. Explica, em entrevista concedida ao pesquisador, que iniciou sua plantação em 1954 – ele e mais dois irmãos, cada um com seu “pedaço de terra” lá, no Alto do Cabrito, que era, então, “um lugar sem nada”, bem diferente de como é hoje: “agora é tudo cheio de casa”. O Alto do Cabrito é um bairro localizado no começo dos Subúrbios

<sup>73</sup> Entrevista concedida por Seu Alemão na própria Pedra em setembro de 2015.

Ferrovários de Salvador, fronteira com os bairros de Pirajá, Marechal Rondon e Lobato, cujo acesso se dá ou pela Avenida Suburbana (Av. Afrânio Peixoto) ou pela BR 324. Localiza-se em área de grande violência urbana, com recorrentes assassinatos e descarte de corpos, como pode ser verificado em pesquisa nos jornais locais.

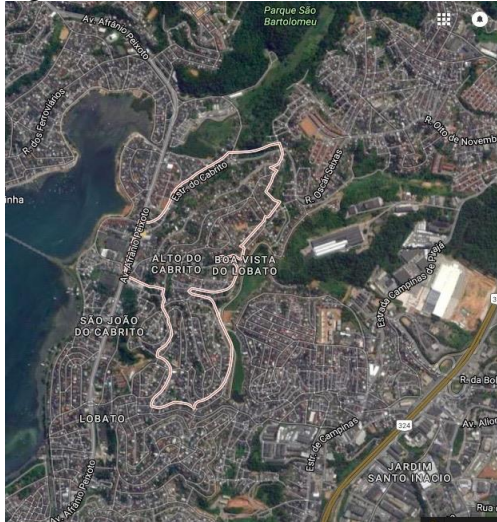
A ocupação desta localidade é antiga, sendo, no século XIX, palco de batalhas da luta pela Independência da Bahia. Até a primeira metade do século XX, este sítio urbano manteve características bem rurais, com grande cobertura vegetal e pouco povoamento. A partir de 1950 há um processo de adensamento populacional, ocasião em que Seu Alemão se instala no local, juntamente com seus dois irmãos, comprando terrenos para montar suas hortas. A ocupação da área no período se relacionava de fato à horticultura, com grande parte de sua população dedicando-se à plantação para abastecer a Feira de São Joaquim, mercado este que, na economia do período, exercia função ainda mais destacada na economia e na distribuição e comercialização de gêneros alimentícios em Salvador e região.

Ainda na década de 1950, novas atividades econômicas alcançaram este sítio urbano, no esteio do processo de modernização da economia. A instalação de uma fábrica de beneficiamento de mamona, por exemplo, foi modificando, gradualmente, o perfil local e gerando alterações ambientais significativas, como a construção do Dique do Cabrito, a partir do represamento de parte do rio Camurujipe, com o objetivo de abastecer a fábrica.

Nos anos 1960, novas indústrias foram instaladas, algumas nas proximidades, nos bairros de Pirajá e Paripe, atraindo populações procedentes de outras regiões do Estado. Também foram instaladas granjas rurais de produção em larga escala, a exemplo das Granjas Rurais Presidente Vargas, que passou assim a nomear também o topônimo, já que a região ficou sendo chamada, então, de Getúlio Vargas. A ocupação destes locais se intensificou muito a partir de então, e novas alterações se produziram no espaço, com o aparecimento de loteamentos populares e a chegada de fluxos de trabalhadores vindos do interior, atraídos pelas novas indústrias e pela instalação das granjas rurais.

O depoimento de Seu Alemão testemunha este processo. Tendo instalado por lá suas hortas nos anos 1950, ele vai relatando a transformação do espaço, dizendo que as hortas do Alto do Cabrito foram, aos poucos, sendo substituídas por casas e outras construções. Com o passar do tempo, as hortas foram ficando “tão imprensadas, entre uma construção e outra, que ficaram ilhadas em meio aos prédios” (Seu Alemão, entrevista, 2015). De fato, quando se contempla uma imagem aérea atual da região (Figura 15), evidencia-se a grande urbanização da área, que se tornou densamente ocupada, com pouquíssimas manchas verdes.

Figura 15 – Alto do Cabrito (Salvador)



Fonte: Google Maps

O bairro tornou-se populoso (característica comum dos demais bairros de seu entorno), apresentando, em 2010, segundo o IBGE, 1.134 domicílios ocupados em construções favelizadas (aglomerados subnormais) numa média de 3,3 moradores em cada, com uma renda muito baixa (apenas 26% das famílias pesquisadas têm renda familiar mensal superior a três salários mínimos). Com sérios problemas decorrentes de uma urbanização caótica e desigual, o Alto do Cabrito (bem como Lobato, seu vizinho imediato) enfrenta também situação de extrema violência, sendo esta associação a mais recorrente quando se pesquisa o bairro na imprensa, conforme já afirmado antes.

Durante a entrevista, Seu Alemão falou de seu longo tempo na feira, das décadas em que traz suas folhas “frias” para vender, dizendo que, quando começou, a feira acontecia nos trilhos do trem, tendo seu local mudado várias vezes ao longo do tempo e ele sempre acompanhando-a. Ressalta que mesmo o lugar da venda das folhas (a Pedra) também foi modificado várias vezes dentro da própria feira: “já foi na frente [da feira], já foi no fundo, a gente – que é vendedor de folhas – já vendeu em mais de dez lugares aqui na feira”. Esta “mobilidade interna” pode ser associada ao caráter transitório da atividade, que ocorre apenas em alguns dias da semana (segunda, quarta e sexta-feira), não dura o dia todo – apenas os primeiros horários da manhã –, e que, praticamente, não dispõe de nenhum suporte infra-estrutural: a Pedra não têm barracas, nem balcões, sequer mesas ou bancos, as pessoas ficam em pé e a mercadoria ao chão. Ele explica que tanto vende suas folhas no varejo, para os compradores que aparecem na feira, como também faz entrega em maior quantidade (por encomenda), para os barraqueiros. Costuma produzir, em sua horta, macacá, água-de-alevante, manjeriço, alfazema, trançagem, quitoco, tapete-de-oxalá, mastruz, palma-da-rainha e folha-da-costa, completando a enumeração com um lacônico “tem mais outras

também”. Quando se refere às plantações mais antigas, faz referência a hortas que produziam tanto hortaliças mais comuns, como os temperos verdes, quanto também as folhas “cheirosas”, fazendo menção clara à vinculação destas folhas ao povo do candomblé:

Antes, aqui se plantava muito e vendia tudo. Plantava tempero também – coentro, salsa, cebolinha, alecrim, essas plantas de cozinha, era outra coisa. Se plantava muita folha prá remédio e folha prá banho também, que o povo do candomblé comprava muito na nossa mão. Porque eu só mexo com folha de horta, essas daqui, macaça, manjericão, folha da costa, alevante, palma da rainha, mastruz, alfazema, poejo, essas planta. Folha de fazer banho cheiroso, coisa de preceito do candomblé. (Seu Alemão, entrevista, 2015).

A horta de Seu Alemão tem quinze canteiros, atualmente. Uma parte foi vendida por ele, há um tempo atrás, para um loteamento (onde “encheram a área de casa”) e o que restou é uma área produtiva pequena, se comparada ao que já foi nas décadas de 1950 a 1970. Conforme diz, “vendi umas partes, deixei um pedaço pequeno para a horta, só o tanto mesmo que serve para eu não ficar parado, sem trabalhar”. Lida sozinho com a plantação, tem dois filhos, mas nenhum jamais se interessou pela atividade horticultora, trabalhando, ambos, com outras coisas (“antena de celular”, segundo ele).

Na comparação do tempo atual com o período em que começou a vender na feira, Seu Alemão é enfático: “naquele tempo era melhor!”. Diz, com certo grau de nostalgia, que antigamente havia mais de vinte donos de roça que plantavam dessas folhas, mas que nenhuma dessas hortas permaneceu:

As roças daqui da Bahia [se refere à cidade de Salvador como a Bahia], tudo se acabou [...]. Nos tempos de antigamente, nos anos de sessenta, ainda tinha muita horta por aí, lá no Cabrito, no Lobato, em Brotas, no Cabula tinha muita roça, no Pernambués, aquelas baixada tudo tinha horta, mas acabou tudo que é roça, virou casa por tudo quanto é lado, não tem mais roça, acabou. Aqui, agora, você roda a Bahia toda [Salvador] e só vai achar alguma roça lá bem prá dentro de Pernambués, perdida, alguma roça bem prá lá... mas acabou tudo! (Seu Alemão, entrevista, 2016).

Na fala dele, há uma constante referência ao crescimento voraz da cidade, que foi ocupando as áreas do entorno e as baixadas – áreas de estabelecimento das hortas –, sendo as plantações substituídas pelas avenidas de vale, construções, casas, pelos loteamentos.

Na comparação do antes com a atualidade, outro ponto enfatizado por Seu Alemão é a contínua diminuição da venda das folhas, cuja razão se associa também, segundo ele, ao aumento das religiões evangélicas, pois, quando as pessoas a estas “se convertem” param de comprar as folhas e ainda ficam falando mal de quem compra:

A vendagem aqui caiu demais, antes todo mundo trazia e vendia 200, 300 molhos e vendia tudo. Eu mesmo trazia 200, 300 molhos, vendia tudo. Hoje trago 50 e não vendo, fica até tarde aí, sem vender. A vendagem de folha aqui caiu foi mais de mil por cento. O pessoal agora virou crente, não compra mais não. E olha que o baiano usa, é supersticioso, usa para banho, e

também ainda tem muita casa de candomblé, mas muita gente virou crente, por isso caiu a vendagem. (Seu Alemão, entrevista, 2015).

Esta distinção entre o mercado antes (quando se vendia muito mais) e agora (quando ocorre uma diminuição acentuada na venda das folhas) é reiterada e Seu Alemão evoca uma fala memorialística – “no meu tempo, no tempo de outros aqui” – que remete a uma época em que tudo “era melhor”.

Quem antes plantava roça aqui na Bahia [Salvador] ganhava muito dinheiro, mas agora, se você plantar uma roça aqui na Bahia, morre de fome. Ninguém quer mais vender aqui na feira. Tem muita gente que planta para entregar já nos mercados, já certo. Agora ninguém quer comprar mais em rua, nem em feira não. Logo quando eu cheguei para aqui, a gente saía com um carro de mão cheio de verdura, no sábado ou no domingo, andava de São Caetano até a Capelinha e quando chegava aqui no Curtume [referência à feira do Curtume, na Calçada] já tinha vendido tudo, não tinha mais um pé. Num instantinho vendia, num instante. Naquele tempo era bom demais. Quando é hoje, se for fazer isso você não vende nem um molhe. O povo só quer comprar tudo no mercado, no cartão. E você entra num supermercado, tem de tudo ali dentro. Ninguém quer mais comprar verdura assim, no meio da rua, na banca ou no carrinho, agora todo mundo prefere ir no supermercado. (Seu Alemão, entrevista, 2015).

De fato, se historicamente as feiras livres cumpriram importantes papéis na economia e na vida urbana como um todo, foi a partir dos anos 1970 que começaram a surgir os mercados de auto-serviço, com apoio governamental e no esteio das mudanças de um contexto urbano organizado a partir da valorização do automóvel na cidade. De acordo com Mascarenhas e Dolzani (2008), em estudo sobre a trajetória das feiras no Rio de Janeiro (realidade semelhante à de Salvador), foi desde então que começaram a se formar grandes cadeias de estabelecimentos que modificaram o setor de distribuição de alimentos. Neste novo arranjo o modelo das tradicionais feiras livres perdeu espaço, sendo as feiras, crescentemente, consideradas como precárias e arcaicas, enquanto os supermercados expandiram e passaram a dominar a economia urbana de alimentos, condizente com a vida corrida e a busca de conforto modernos. Segundo os autores, os supermercados foram ficando “cada vez maiores, mais sortidos, mais seguros, higiênicos e confortáveis, modalidade que cai como uma luva no apressado tempo do indivíduo de nossa época” (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p.83). No entanto, segundo os autores, as feiras permanecem nos contextos urbanos, mantendo-se como uma opção de consumo popular, porque a reprodução social da cidade necessita de espaços em que os excluídos desta ordem dominante de consumo possam realizar sua sobrevivência material cotidiana, estabelecendo espaços de sociabilidade distintos da que vai se tornando hegemônica em modelo de consumo:

[...] a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana. Requer também

espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo. Por isso as feiras resistem na paisagem urbana contemporânea: a grosso modo, pode-se dizer que por um lado há os que precisam sobreviver materialmente, por outro aqueles que, resolvida a questão material, zelam pela sobrevivência sociocultural. (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p.83).

Tomando por base a entrevista de Seu Alemão e conversas com as pessoas da Pedra durante a pesquisa de campo, percebe-se ter havido uma diminuição gradual tanto nas atividades produtivas relacionadas ao plantio das folhas nas hortas quanto no próprio movimento no mercado das folhas, com as pessoas passando a comprar menos ao longo dos anos. Os motivos alegados são, no que diz respeito à diminuição das hortas, sobretudo o crescimento urbano (as casas e os prédios ocupando áreas que eram de plantio) e a baixa remuneração da atividade, sob a alegação de que, no caso das hortas, muitas vezes tornou-se melhor vender as áreas para loteamento e construções, na medida em que as áreas originariamente mais verdes foram alcançadas pelo crescimento urbano de Salvador e Região Metropolitana e valorizadas pelo mercado imobiliário.

No que se refere à alegada queda das vendas das folhas ao longo do tempo, são atribuídos, recorrentemente, dois fatores: (1) a mudança nos hábitos de consumo, com uma preferência gradual pela compra em mercados/supermercados, em que se encontra a facilidade de comprar “sem dinheiro” (com cartão de crédito ou de débito) e (2) o crescimento das religiões evangélicas na cidade de Salvador.

De fato, por um lado, há mesmo um aumento contínuo das vendas em mercados e supermercados em Salvador. Considerando-se, por exemplo, informações de 2014<sup>74</sup> veiculadas no jornal *Tribuna da Bahia* e prestadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios da Cidade de Salvador (Sindalimentos), houve um aumento de cerca de 30% no número de mercados de bairro, estando registrados neste sindicato cerca de 600 mercados dessa categoria, mas estimando-se um número muito maior, calculando-se mais de 2.000 estabelecimentos deste tipo em funcionamento na cidade de Salvador e região metropolitana. Os motivos alegados para o aquecimento deste setor e a multiplicação dos mercados locais dizem respeito ao crescimento da população – e o inevitável crescimento urbano (novos bairros, ocupação de novas áreas) –, à comodidade em se comprar mantimentos próximo de casa e ao fato de que a maior parte destes mercadinhos se concentra em bairros populosos e de renda mais baixa (sobretudo Liberdade, Cajazeiras, Cabula, Brotas

---

<sup>74</sup> Confrontar matéria veiculada na página da *Tribuna da Bahia* em setembro de 2014, disponível em <<http://www.tribunadabahia.com.br/2014/07/29/mercadinhos-de-bairro-resistem-as-grandes-redes-de-supermercados>>. Acesso em 05/dezembro/2015.



e Pernambués), localidades em que as grandes redes varejistas não têm presença marcante, ou sequer existem. E as mudanças nas formas de comprar vão atingindo as atividades mais tradicionais, como bem explica Seu Alemão:

Esse negócio de cartão acabou com nós, hoje é tudo no cartão, ninguém compra com dinheiro, não compra como antigamente.(...) Hoje tá mais difícil, porque o povo não quer comprar com dinheiro, só no cartão e isso acabou com a gente. E as roça tudo se acabou, é casa por tudo que é canto que você vai, não tem mais aquelas horta, acabou tudo. E é supermercado prá tudo que é lado, vendendo com cartão. Mas eu ainda planto numa roça que me restou. (Seu Alemão, entrevista, 2016).

Observa-se que também o setor dos supermercados (grande comércio varejista) experimenta crescimento, com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) prevendo um crescimento real de vendas entre 1% e 1,2% em 2016 e projetando aumento de 1,5% em 2017 (em comparação com o ano anterior)<sup>75</sup>. Mas, sem dúvida, há uma capilaridade maior do pequeno comércio varejista, que está mais próximo das moradias, o que evita o deslocamento das pessoas no trânsito e oferece facilidades como a venda por cartão (crédito/débito), conforme aponta Seu Alemão. A diferença de preço dos mercados para a feira de São Joaquim parece ser compensada pela facilidade de não se precisar enfrentar o deslocamento nem o trânsito, sobretudo considerando-se que a maior parte das pessoas residentes nestes bairros populares depende de transporte público.

Por outro lado, também parece procedente a alegação de que há uma diminuição da venda das folhas devido ao crescimento das igrejas evangélicas em Salvador. Isto porque: (1) segundo os dados do IBGE, houve um aumento no número de pessoas que se declararam evangélicas, passando de 13,29% no ano 2000 para 19,59% em 2010 e (2) há uma recorrência de discursos de intolerância religiosa de agentes destas religiões (pastores, fiéis etc.) contra religiões afro-brasileiras e são, sobretudo, estas que utilizam, cotidianamente, as folhas em suas práticas.

Mas são, contudo, os impactos negativos do crescimento urbano o fator preponderante nos depoimentos de Seu Alemão quando analisa a trajetória – e o declínio – de sua atividade como horticultor de folhas “frias”. O fato da cidade ter “imprensado a área das hortas” é tratado com um bom grau de lamentação e nostalgia. É uma cidade mnemônica que se revela na fala de Seu Alemão, remetendo a um tempo melhor que passou.

E as roça tudo se acabou, agora é só as casa por tudo que é canto que você vai, não tem mais aquelas horta, só tem casa. Mas eu ainda planto num roça que me restou, Cícero também planta no quintal dele, tem D. Morena em

<sup>75</sup> Cf. <<http://www.tribunadabahia.com.br/2016/11/08/setor-de-supermercados-continua-crescendo-mesmo-com-recessao>>. Acesso em 14/janeiro/2017.

Amélia Rodrigues<sup>76</sup>, mas não é a mesma quantidade de antes quando tinha muita roça. Também os antigos morreram, aí foi se acabando as hortas daqui. Os modernos não querem saber mais de trabalhar na roça, plantar horta... Meus filhos também trabalham com outras coisas, não querem trabalhar com roça. Aí tudo se acaba, não é? (Seu Alemão, entrevista, 2016).

De resto, os impactos negativos do crescimento urbano desordenado são aspectos destacados por todos que estão relacionados às atividades produtivas ligadas às folhas. São (mesmo) um tema abordado com recorrência tanto pelos horticultores – como é o caso de Seu Alemão –, quanto pelos mateiros, que constantemente reclamam da perda de áreas verdes, relatando que precisam ir cada vez mais longe à procura de alguma área de mato em que possam encontrar as folhas.

Seu Alemão acentua este aspecto de adensamento da ocupação urbana tanto quando fala da trajetória no Alto do Cabrito, onde está sua horta, como também quando tece análises sobre outros locais, ao comentar, por exemplo, a situação da região do município de Conceição do Jacuípe, onde se localiza a horta de Dona Morena, atualmente a maior produtora de folhas frias da Pedra. Ele diz que esteve na região há muito tempo atrás, quando ali existiam muitas outras hortas, e que se impressionou quando voltou e viu que muitas dessas plantações haviam sido substituídas por casas, restando poucas, mais “escondidas”, como é o caso da plantação de Morena.

### 3.2.2.2 A horta de folhas de Dona Morena em Conceição do Jacuípe

Sendo, atualmente, a maior produtora/fornecedora das folhas “cheirosas” (folhas “frias”, de horta) da Pedra, Dona Morena é uma mulher alegre, comunicativa, que centraliza as atenções quando se trata da comercialização deste tipo de folha. Desde o início da pesquisa, o contato com ela foi extremamente fácil, aberto e acessível. Ao explicar que atua no ramo praticamente durante toda a sua vida, Dona Morena foi logo falando, longamente, sobre sua plantação, relatando que tem 9 tarefas de tamanho<sup>77</sup>, localizadas em Conceição do Jacuípe (município situado a 90 km de Salvador), com disponibilidade de água limpa para irrigação, bombeada de uma represa feita por ela mesma na parte mais baixa do terreno do sítio. Fala também do conhecimento de plantio e comércio que acumulou ao longo da vida, bem como

<sup>76</sup> A rigor, a horta de Dona Morena se localiza no município de Conceição do Jacuípe, mas, pela proximidade deste com o município de Amélia Rodrigues (mais antigo), é recorrente se referir ao nome deste em lugar daquele.

<sup>77</sup> Tarefa é uma medida agrária constituída desde o período da cana de açúcar, com tamanho variável: no Ceará equivale a 3.630 m<sup>2</sup>, em Alagoas e em Sergipe a 3.052 m<sup>2</sup> e, na Bahia, a 4.356 m<sup>2</sup>. Assim, as 9 tarefas de D. Morena correspondem a cerca de 4 hectares (39.204 m<sup>2</sup>).

do manejo necessário para manter as atividades produtivas, de maneira que os ganhos suplantem as perdas: “o senhor sabe, em todo negócio tem as percas e as glórias!” (Dona Morena, entrevista, 2014).

As informações levantadas sobre o processo de plantio e comercialização das folhas cultivadas (folhas “frias”/ “cheirosas”) são aqui apresentadas em três partes: dados levantados a partir das visitas de campo à Horta de Dona Morena; dados levantados a partir das entrevistas com Dona Morena e com Seu Aniceto (companheiro e sócio dela); e quadro das plantas (folhas) produzidas e comercializadas por Dona Morena.

Figura 16 – Horticultura de D. Morena, Oitizeiro, Conceição do Jacuípe



Fonte: Google Maps, janeiro/2013

Na primeira visita de campo à plantação de Dona Morena, logo descobrimos que as indicações fornecidas por ela para a localização da área eram genéricas e pouco situáveis para quem ainda não estivera no lugar: “seguindo pela BR-324, depois da cidade de Amélia Rodrigues [a 80 km de Salvador], entrando à direita após o Café da Manhã, onde tem uma lona amarela, lá é minha propriedade”. Parecia, assim, bastante fácil chegar à plantação de Dona Morena, mas na prática não o foi. Foi necessária quase a manhã inteira procurando – entrando em vias locais que davam em sítios e pequenas hortas, que não eram a dela, seguindo orientações que se mostravam equivocadas, que nos fizeram até chegar na BR 101 –, para que finalmente conseguíssemos uma indicação mais precisa, após termos quase desistido e parado num boteco, onde, após conversarmos um pouco, explicando nossa busca, Dona Morena foi, finalmente, identificada como “a mulher que vende roupa” e que “tem uma

plantação de folhas no Oitizeiro”. (Descobrimos que estávamos fazendo a pergunta errada, ao perguntarmos onde morava Dona Morena que planta folhas e vende na Feira de São Joaquim, visto que Dona Morena não mora na propriedade onde cultiva as folhas). A dica do lugar conhecido por Oitizeiro foi chave para a localização da plantação de Dona Morena.

São a partir desta informa o   que foi possível tomar o rumo certo do lugar, observando, no caminho para o Oitizeiro, a existência de muitas chácaras e sítios com grandes planta es de hortaliças, todas irrigadas, o que parecia indicar as boas condi es da terra local para este tipo de cultivo.

Na chegada, apesar da combina o prévia da visita, Dona Morena não se encontrava, estava em Salvador, e fomos, então, recebidos por um desconfiado funcionário, que mostrou rapidamente a planta o, após confirmar a autoriza o dela pelo celular. A justificativa para a ausência, Dona Morena deu por telefone, em meio a risadas: não havia acreditado que fôssemos de fato.

Fotografia 36 – Sistema de irriga o da horticultura de D. Morena



Fonte: Arquivo do autor, 2015

Mais estreito na frente e mais largo ao fundo, o terreno da horta avança, plano, para depois descambar para um vale fértil, onde há uma água represada e, certamente, córrego ou riacho. Inteiramente subdividido em canteiros transversais, depois de uns cento e cinquenta metros a partir da testada, o terreno alarga-se, possibilitando a duplica o dos canteiros, todos eles irrigados por aspersão, cuja estrutura cobre toda a extensão cultivável do sítio.

Em ambos os lados do acesso central, sucedem-se os canteiros onde são cultivadas as folhas: manjeriço-miúdo, alevante, folha-da-costa e losna<sup>78</sup> são as mais facilmente identificáveis, estando todas na categoria das folhas “cheirosas”, ficando claro que não há

<sup>78</sup>*Ocimum basilicum, Menthas picata, Kalanchoe pinnata e Artemisia absinthium.*

outro tipo de hortaliça na plantação. Embora Dona Morena houvesse dito que empregava quinze pessoas na produção, neste dia (talvez por ser um sábado) apenas três trabalhadores, além do gerente, cuidavam de alternar os aspersores do sistema de irrigação, sob o sol escaldante do início da tarde. Cercada de mangueiras e jaqueiras frondosas, há uma casa na propriedade, onde devem guardar insumos e ferramentas utilizados na horticultura. Três cachorros, um deles só com três pernas, latiam, estranhando a nossa presença.

Fotografia 37 – Irrigação por aspersão na horticultura de Dona Morena



Fonte: Arquivo do autor, 2015

Ao longo do caminho, em direção ao fundo da propriedade, podiam ser vistos montes de esterco de gado e de torta de mamona depositados ao ar livre, usados como fertilizantes. Apesar da maior parte dos canteiros se encontrar inteiramente tomados pelas verdes e viçosas folhas, alguns tinham sido plantados recentemente e outros acabavam de ser preparados para a semeadura e o plantio. O aspecto do sítio era o de uma produção contínua, em escala.

Lá na Pedra, Dona Morena falara da fragilidade das folhas que cultivava, necessitando cuidados especiais e muita dedicação, nunca podendo faltar água, o que foi reafirmado pelo gerente no local: as folhas são sensíveis às chuvas de trovoadas e às tempestades, e há muitas perdas no verão por causa disso. Algumas espécies, como o manjeriço-miúdo, quando é chegada a época de floração, precisam ser arrancadas e substituídas por novas mudas. A conversa, ainda que rápida, comprova que o gerente domina os conhecimentos sobre os processos produtivos. Nesta primeira visita, sob o sol escaldante, o trabalho de alternar a irrigação dos canteiros não foi interrompido no período em que lá estávamos. Quase em frente à casa, uma lona velha e descorada, que um dia tivera a cor amarela, estava estendida no meio do caminho, cobrindo um monte de esterco (seria a tal lona amarela, que se avistava da rodovia, como falara Dona Morena ao indicar o caminho?).

Foi apenas a partir dessas visitas à plantação de Dona Morena – e depois de longo contato com ela na Feira de São Joaquim – que viemos a conhecer Seu Aniceto, companheiro e sócio dela nos negócios. Na Feira, nunca o havíamos encontrado, sequer ouvido referências a ele. Apesar de Seu Aniceto ser casado com Dona Morena há mais de 18 anos e dividir com ela todo o trabalho desde o início do casamento, é sobretudo a figura dela que se destaca publicamente, por exercer a função central na hora da venda, sendo ela quem atua na Pedra, na Feira de São Joaquim. Quando, em particular, perguntamos-lhe o por quê dele nunca estar presente no mercado da Pedra, ela, surpreendentemente, afirmou que preferia que ele ficasse no caminhão descansando, cochilando um pouco enquanto ela vendia na feira (já que é ele quem dirige o caminhão, acordando sempre muito cedo), sobretudo para evitar que as mulheres o assediassem. Em seguida ri muito, afirmando que a mulherada não é fácil.

Nos contatos com eles na plantação, ficou visível que na produção e na horta Seu Aniceto divide com Morena todas as responsabilidades, numa posição bem definida de empreendedor. A partir de então, foi ele, a pedido dela, quem gravou entrevistas e explicou os detalhes do trabalho, falando também, detalhadamente, sobre a trajetória deles no ramo, o trabalho na plantação, a produção, a distribuição e a comercialização das mercadorias. É a partir destas visitas que vimos, pela primeira vez, o pequeno caminhão-baú, de propriedade do casal, que é usado para transportar as folhas “cheirosas” que produzem para Salvador, três vezes por semana, o que lhes dá maior autonomia e agilidade na distribuição da sua produção.

Em outra visita num dia de semana (que não sábado), pudemos encontrar um número maior de funcionários, que estavam, à hora em que chegamos (por volta das 13:00h), sentados sob a varanda da única casa existente no sítio (onde guardam insumos, ferramentas e outros equipamentos de trabalho), descansando protegidos do calor insuportável que fazia àquela hora. Além do gerente Afonso, estavam na horta, neste dia, dois homens e quatro mulheres, todos residentes nas imediações. A despeito do grande calor, mesmo as mulheres vestiam calças compridas sob as saias e blusas de mangas compridas, além de chapéus de abas largas, precavendo-se das agruras do sol durante o tempo na plantação.

Quando, em conversa com eles, abordamos a questão da divisão do trabalho por gênero, ficamos sabendo que a maior parte das atividades que desenvolvem (como adubar, semear, desbastar, colher, amarrar os molhos das folhas que serão levadas à feira e acondicionar a produção para o transporte) são tarefas comuns a ambos os sexos. Excetuam-se, como atribuições exclusivamente masculinas, as eventuais operações com tratores alugados para fazer a aração, preparando o solo para a semeadura e o manejo do sistema de

irrigação. E, como atribuições predominantemente femininas, estão o trato das leiras, com a retirada do mato que cresce frequentemente, a colheita e a separação das folhas.

Apesar da dureza do trabalho agrícola, todas as vezes em que estivemos na horta percebemos o ambiente bem descontraído, com brincadeiras e gozações entre os presentes, reiterando-se o caráter sexualizado da maioria das falas (o que já podia ser observado também no ambiente do mercado da Pedra, em São Joaquim como já ressaltado). O tempo inteiro os trabalhadores riem e ficam provocando aqueles que estão concentrados no trabalho, havendo uma propensão a pilhérias e zombarias, falas de duplo sentido, sexualizadas, permeadas de palavrões e expressões chulas. O que chama a atenção é o *fair play* com que lidam com isso, de forma que sempre estão revidando, sem ofensas ou ressentimentos, as brincadeiras de que foram alvo, anteriormente. Nos dias em que estivemos visitando a plantação, fomos convidados a almoçar por lá, sendo servido, a todos, um feijão com carne, cozido num fogão à lenha construído nos fundos da casa.

O turno de trabalho é de seis horas corridas, mas eventualmente alguns estendem a jornada. Há uma rotina nos processos de colheita das folhas, que ficam dispostas em grandes montes protegidos do calor por tecidos umedecidos, arrumados à sombra das mangueiras e jaqueiras que circundam a casa ou mesmo da varanda da casa, onde também ficam vários reservatórios de água e pilhas de caixas plásticas<sup>79</sup> nas quais a produção da horta é transportada, por meio do caminhão, para a feira.

Fotografia 38 – Confeção dos molhos de folhas “cheirosas”



Fonte: Arquivo do autor, 2015

<sup>79</sup> Essas caixas plásticas vazadas e coloridas são feitas de PP (polipropileno), PE (polietileno) e PEAD (polietileno de alta densidade) reciclados e virgens, tendo sido desenvolvidas com menor quantidade de matéria prima, sem perder sua resistência.

O trabalho posterior à colheita consiste na confecção dos molhos de folhas, que vão sendo separadas manualmente e amarradas com barbante plástico (Fotografia 38). Os funcionários ficam sentados em banquinhos baixos retirando os galhos que eventualmente estejam misturados, organizando as plantas por espécie e, por fim, amarrando os molhos e acondicionando-os em caixas plásticas bastante utilizadas nesta atividade e conhecidas como caixas de hortifruti ou caixas agrícolas.

Depois de compor os molhos de todas as folhas cheirosas coletadas, a fase seguinte é o acondicionamento dos pedidos dos fregueses habituais (as encomendas, ou entregas, como denominam), tarefa que conta com a participação decisiva de Dona Morena, de posse da caderneta com as anotações feitas em dias anteriores, com os nomes dos fregueses, o tipo de folha e a quantidade encomendada. Os molhos das folhas de encomenda são embalados em sacos de rafia, nas quantidades e espécies controladas e nomeadas por Dona Morena, e compõem, assim, os pedidos dos fregueses, cujos nomes ou iniciais encontram-se inscritos nos recipientes em que serão transportados, facilitando o serviço de distribuição na feira.

A preocupação com a água é uma constante, o que resulta na realização de contínuos serviços que visam melhorar a captação de água da represa do córrego que passa no fundo do vale, a que chamam de baixada. Numa das visitas, haviam contratado um trator para cavar e limpar o entorno da aguada, serviço que precisa ser feito periodicamente, como esclarece Seu Aniceto. A represa fica depois de uma descida abrupta e escorregadia e é de tamanho considerável, com um bom nível de água e uma enorme bomba semi-submersa em sua borda, por meio da qual são lançados os volumes hídricos necessários à molhação diária da plantação pelo sistema de irrigação com aspersores, que fica numa altitude de cerca de 15 metros acima e a uns 300 metros de distância.

Fotografia 39 – Represa e bomba para irrigação da horticultura de D. Morena



Fonte: Arquivo do autor, 2015



No sítio são produzidos ainda cocos e pimenta, numa escala menor, mais para o consumo próprio, mas que também são levados à venda na feira. Ressalta-se o perfil comerciante de Dona Morena, que está constantemente oferecendo alguma coisa para ser vendida, já que negocia outros produtos além das folhas.

Poucas áreas não são cultiváveis, sobretudo na descida para a represa, na parte íngreme do terreno. Ali se encontram algumas plantas rasteiras e arbóreas, que no mercado da Pedra são classificadas como folhas “grossas”, que não são cultivadas e sim nativas. Eventualmente algumas delas também são colhidas e levadas ao Mercado da Pedra.

Pelas entrevistas realizadas com Dona Morena (em 2014 e 2015) e com Seu Aniceto (em 2015), ficamos sabendo que ela iniciou suas atividades neste ramo no início dos anos 1990, em Salvador, quando, ainda garota, trabalhou com uma senhora que tinha pequenas plantações em vales e nas áreas mais baixas do sítio urbano, como era bastante comum haver em Salvador no período. À época em que começou a trabalhar nessas plantações, a então menina Morena foi aprendendo o serviço na lida, tanto no que se refere a limpar o mato, fazer as leiras e plantar as mudas, quanto no que diz respeito à rega correta das espécies, à colheita e à arrumação das plantas para a comercialização, e, ainda, ao transporte das folhas e temperos para a Feira bem como à realização das entregas e encomendas, com acompanhamento de pagamentos e cobranças.

Vale notar que o relevo da cidade de Salvador, com morros e grotões, definiu a ocupação das cumeeiras para construções e moradia, enquanto as partes mais baixas, em que havia também maior disponibilidade de água (córregos e pequenas nascentes), para plantações e hortas. Tal arranjo histórico foi paulatinamente sendo impactado pelo crescimento urbano e mesmo pela abertura de grandes avenidas de vale e de outros equipamentos urbanos. As narrativas sobre a trajetória de Dona Morena testemunham este processo, já que essas plantações em que ela começou a trabalhar foram sendo impactadas pela poluição e por esgotos das áreas mais altas, que tanto desciam a céu aberto quanto também poluíam as águas subterrâneas, contaminando os poços e cisternas. Nas palavras de Seu Aniceto:

Ela já trabalha nisso desde uns 10 anos de idade. Com uns 13 anos, ela trabalhava com uma senhora numas plantações nas baixadas de Salvador, mas depois começou muito esgoto a descer, aí chegou a um ponto que não deu mais, pois se você molhar [a horta] com uma água daquela ali, já viu, né? Mas não tinha como evitar de molhar numa água velha e suja daquela, porque por mais que eles cavavam cisterna afastada do córrego principal [...], que estava contaminado porque os bairros jogavam os esgotos, por mais que eles cavavam cisternas e molhavam [as hortas] com a água da cisterna, no inverno [...] as águas da baixada subiam, porque o pessoal jogava muito lixo e tal, e não tinha mais valeta nas áreas baixas, acabava entupindo as passagens onde crescia mato, e a água subia até certa altura e contaminava as

cisternas... aí chegou num ponto de não dar mais prá trabalhar lá, por causa das condições. Aí, o que aconteceu? Na roça de lá, a tendência foi acabar... (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

A visão crítica sobre a qualidade desse tipo de horta em Salvador é expressa claramente por Seu Aniceto, que enumera uma série de problemas enfrentados por aqueles que têm suas hortas e plantações. Pondera, por exemplo, sobre a dificuldade em se garantir a qualidade da plantação – e das folhas e hortaliças nelas produzidas – com tanta contaminação de lixo e esgoto, associando, em seu discurso, tais fatores tanto às mazelas do crescimento desordenado quanto à poluição dele resultante. À poluição do solo e da água, da qual decorre a contaminação das plantas produzidas, ele também associa outro aspecto de grande relevância no que concerne à produção de hortaliças e vegetais, i. e., o uso desmesurado e sem controle de agrotóxicos (problema presente não apenas em hortas urbanas).

Lá em Salvador ainda tem umas roças, uns locais em que se produz. Mas eu vou dizer uma coisa: eles pegam o que produz, alface, esse tipo de coisa, prá levar prá feira, mas é um negócio que está contaminado, não tem como você dizer que não está... Próximo àquele pinicão [lagoa de decantação de dejetos de esgoto], ali em Sete de Abril mesmo, perto da pista principal... como é que chama? Ah, chama via regional, que vai sair de Pau da Lima, ali por baixo, até Águas Claras... toda aquela via ali tem um pinicão [...] onde faz o tratamento do esgoto, né? Ali, quando é de noite, dá um tanto de mosquito, assim... em cima... tanto que forma o que parece uma cortina, uma manta... assim, em cima daquela água suja, poluída. Quando anoitece, eles sobem prá área da plantação, ficam tudo nas folhas do alface, de fora a fora, não tem como evitar a contaminação, aí o que fazem? Eles [os horticultores] usam muito agrotóxico prá combater aquilo ali. E nessas horas eles só veem o dinheiro, só veem a procura da mercadoria,...tira [a produção das hortas, contaminada de agrotóxico] e manda prá feiras... Quem tá comprando, consumindo, não tá sabendo a procedência, as condições de higiene, nem nada, não é? (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

Voltando a falar sobre a trajetória de Dona Morena, Seu Aniceto conta que, após se conhecerem e se casarem, montaram uma plantação própria em Salvador, mas logo começaram a perceber que não tinham como produzir com qualidade nas condições que tinham lá, passando, assim, à decisão de irem instalar sua horta mais no interior.

[Eu] falava assim prá ela: olha, nessa região aqui não tá dando mais prá produzir esse tipo de coisa, são coisas prá remédio e não pode ser produzido nessa situação aí, olhe as condições, tá descendo esgoto aí dessas casas... indo tudo prá esse rio, prá esse riacho aí, prá essa água aqui... E mesmo abrindo cisterna nessa distância, ela infiltra no solo, a água não tá boa, tá contaminada, não dá prá trabalhar dessa forma, v'ambora procurar um lugar melhor e coisa e tal... daí a gente resultou saindo e vindo prá cá [Conceição do Jacuípe, na borda do Recôncavo] (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

A partir de então, por volta do ano de 2000, eles mudaram a sua plantação para Conceição do Jacuípe, ainda que permaneçam residindo em Salvador, indo e vindo quase diariamente, já que a distância não é tão grande. Conforme afirmam, trouxeram para a região

uma experiência acumulada de produção e plantio de hortas de folhas “cheirosas” e resultaram influenciando outras pessoas do local, que também passaram a produzir tais folhas.

A gente veio prá cá, prá esse lado daqui, e conseguiu incentivar umas pessoas a plantar coisas que a gente planta, as pessoas que aqui já plantavam, né? agora plantam também manjerição, água-de-alevante... porque eu mostrei estes outros tipos de planta... eu consegui as mudas, ensinei o jeito de plantar, de adubar e tudo. Fui orientando, o pessoal aí foi plantando e tal, ajeitando isso aí (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

Este incentivo da incorporação das folhas “cheirosas” às plantas cultivadas pelos vizinhos parece ter sido movido por dois interesses básicos. Primeiramente, eles compram e vendem esta produção regional, pois recebem a produção da vizinhança para levar e comercializar na Feira de São Joaquim. Assim, além de produtores e vendedores de folhas “cheirosas”, eles também atuam como atravessadores, comprando e escoando a produção de seus vizinhos (ainda que esta seja pequena frente ao grande volume de folhas “cheirosas” produzidas por eles, e mesmo que estas compras sejam eventuais, não corriqueiras). Em segundo lugar, eles conseguem, com tal produção associada, suprir melhor o mercado (sobretudo as encomendas) e responder à demanda da freguesia por determinada planta que não estão dispostos para vender, sobretudo no verão, quando o plantio é mais difícil. Como explica Seu Aniceto:

A gente planta tudo isso aqui, mas o negócio é que quando chega a época de verão, essas qualidades [diversidade] de folha diminuem mais, aí a gente pega fora... Por exemplo, agora tá difícil [colher] quebra-pedra, tá pouco, no verão assim, prá achar é difícil. Aí os freguês pede e deixa encomendado: “– prá mim um molho”, “– prá mim outro molho”... Daí Morena pega fora desses tipos que a gente não está tendo, na mão de outras pessoas, porque a gente precisa entregar. O freguês que está lá esperando quer ter, não quer saber, pediu, encomendou, tem que ter. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

A visão empresarial parece embasar a lógica com que lidam com seus negócios, deixando bastante clara a importância que atribuem à clientela, que têm sido mantida, ao longo do tempo, através de cuidados com a regularidade na entrega e a presença deles – e de suas folhas – na Feira. Como diz Seu Aniceto, é a responsabilidade em estar sempre lá e em entregar as folhas certas no dia certo que mantém a freguesia. Os principais fregueses deles são os comerciantes de folha que compram para revender. Eles têm exata noção da dependência que estes vendedores têm dos produtos que levam da horta, já que são a base da atividade produtiva dos revendedores da capital. Como explica Seu Aniceto:

A responsabilidade tá acima de tudo [...] a gente não queima um dia de feira. Até se eu estiver doente eu vou. Tenho que dar um jeito de fazer a mercadoria chegar na feira, o freguês está lá esperando, contando com isso aí prá poder trabalhar, prá continuar a vida dele lá, tem as contas dele prá pagar, como a gente tem as nossas... [...] Então, tem que ir, a entrega tem que ser certa... A freguesia de lá que trabalha com a gente chega e fala: “rapaz, se

a gente não tivesse vocês, ou se vocês saíssem desse ramo, a tendência da gente aqui era mudar de ramo ou fechar, porque, sem uma pessoa responsável prá garantir essas folhas prá gente o ano inteiro, não dá”. Então a gente tem que garantir a entrega das folhas lá, tem que ter responsabilidade. (Seu Aniceto, entrevista, 2015.)

Ainda falando sobre a produção dos vizinhos dos quais eventualmente recebem para revender, Seu Aniceto destaca o fato de estarem sempre atentos à qualidade destes plantios, para que não destoem do padrão dos produtos da horta deles, afirmada como orgânica, pois recusam o uso de produtos químicos, adubando apenas com torta de mamona, esterco de gado ou de galinha. Como vendem tudo junto, precisam garantir que os produtos dos outros estejam no mesmo padrão, pois não querem misturar às suas aquelas plantas que foram produzidas com insumos químicos ou com agrotóxico.

Dona Morena enfatiza sempre a necessidade de estarem presentes acompanhando todas as etapas do trabalho, sem folgas, atentos aos processos envolvidos na produção, desde o plantio e a colheita até as entregas e as cobranças. Um trabalho, como diz, organizado, mas cansativo e contínuo.

Porque a gente trabalha exato, é um trabalho em que não existe um dia de folga. Não. É todos os dias, porque eu tô aqui hoje, já rodei tudo aí, amanhã tenho que tá em Salvador prá fazer as entregas, cobrar o que vendeu e anotar os novos pedidos do que eles vão querer para o próximo dia, a próxima feira. São três dias por semana que a gente entrega, é três vezes na semana que é tirada mercadoria aqui. Sempre, na véspera, assim tira hoje, prá amanhã de madrugada estar lá, aí a gente vai dormir lá pelas umas doze horas da noite, quando é duas e meia da manhã tem que tá acordado já prá descer prá feira. Aí quando sai da feira já é o sono querendo pegar, quando dá, você tira um cochilozinho até umas nove, dez horas quando chega em casa umas oito da manhã. Tira um cochilo, vai fazer o que tem de fazer rápido, prá ir prá feira novamente, a gente tem que tá lá uma hora da tarde, chega lá, prá cobrar e anotar os novos pedidos. É isso aí, trabalhar organizado, porque se você pegar aqui e tirar demais, que é que vai acontecer? Vai faltar prá outro dia ou então vai chegar lá, vai jogar fora (Dona Morena, entrevista, 2015).

Ela enfatiza, assim, também a importância do conhecimento da dinâmica do mercado, sabendo a quantia certa de cada tipo de folha que deve colher, que deve levar, de maneira a evitar prejuízos com perdas, se levar em excesso, ou com a falta daquele determinado tipo de folha. Se a experiência acumulada é sempre valorizada na fala, também o é a autonomia que conseguiram alcançar, livrando-se de atravessadores e funcionando como atravessadores para outrem.

A questão da autonomia que têm, levando diretamente seus produtos ao mercado em Salvador (não dependendo de atravessadores), é, aliás, afirmada mesmo como fundamental à própria continuidade do negócio. E apenas desta maneira conseguem se manter no mercado, caso contrário já teriam parado com este trabalho.

Da maneira como a gente tá trabalhando, dá. Agora, se for prá você plantar aqui e depender de atravessador, pode dizer que acaba tudo! Se você não tiver como escoar diretamente ao consumidor final, se você for entregar prá atravessador, você não tem condição nenhuma de manter uma produção dessa [...]. A gente não tem essa figura do atravessador. Temos esse caminhão e, se não fosse isso, se não fosse ter como botar a mercadoria daqui prá levar prá lá pra a feira, isso tudo aqui já tinha se acabado [...]. Se você não tiver cabeça para fazer escoar o que você plantar, você não vai longe não. Você vai plantar aqui, daí sua mercadoria tá numa boa qualidade, da procura, e chega um cara comprando, dizendo que vai levar e volta tal dia para pagar... mas depois volta falando que a vendagem foi fraca, ou então que não deu prá vender ao preço que ele esperava obter na plantação, no preço que ele levou prá vender, daí o cara chega prá o horticultor e dá um dinheiro que não compensa nem sequer o adubo que gastou ali. O produtor gastou energia, gastou os dias dele, trabalhando e tudo, pagou até outra pessoas prá ajudar, fazer e tal, e no fim ele não tira nem o dinheiro que gastou com o adubo que colocou ali. Ainda tem o gasto com o pessoal da região que vem, assim, prá catar os matos no meio das plantas, aí ele não tira sequer o dinheiro do adubo, quanto mais o dinheiro dessas pessoas, do gasto que ele teve ali. Ele vai se sustentar como? A gente vai vender o nosso lá, diretamente, para evitar isso. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

No geral, destacam como principais problemas e dificuldades que enfrentam: a) a escassez crescente de água; b) a falta de apoio do poder público; c) as dificuldades com a mão-de-obra (às vezes falta dinheiro para pagar os trabalhadores, às vezes faltam trabalhadores compromissados para dar conta do trabalho a ser feito) e d) a falta de controle de qualidade dos insumos orgânicos que usam.

Sobre o problema da água e o clima na região, afirmam que está havendo uma piora gradual, ficando bem ruim nos últimos cinco anos, esquentado demais e chovido pouco, ressaltando sempre a dificuldade em manter a disponibilidade de água, o nível da reserva no patamar da necessidade da horta. Dona Morena enfatiza a quantidade diária usada para molhar bem as plantas: “são 150 litros de manhã e 150 litros de tarde!”, diz. Esclarecem que para a rega, a molhação, é fundamental ter conhecimento sobre cada planta, pois algumas precisam de mais água, outras de bem menos. Manter a represa construída na baixada com água é uma tarefa constante, que exige trabalho e gasto de dinheiro, já que muitas vezes precisam contratar trator para cavar o solo e reter mais água.

As cisternas [da região] todas secaram, o lençol [freático] tá seco, um meio de resolver essa situação aqui nessa região ainda é construir pequenas barragens nessas baixadas, incentivar o povo a preservar essas baixadas. Porque tendo essa água aí embaixo, dá. Essa água que a gente fez aí [a represa] alimenta isso aqui [a horticultura]. Ela mantém a estabilidade desse lençol. Agora, se não fizer essa retenção aí, que é a água da chuva do inverno, o que é que vai acontecer? Secou lá, a cisterna imediatamente desce. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

Em 2009, eles se defrontaram com sérios problemas relacionados à falta de água, devido à baixa de nível da represa, que quase secou. Perderam a produção. Mantiveram apenas uma pequena área com as mudas. Abriram buracos manualmente, contrataram tratores para escavar e aumentar o fluxo de água na reserva, mas o problema só minimizou quando voltou a chover. No entanto, em 2012 e 2013, a seca voltou, levando-os a realizar uma intervenção mais profunda na represa, uma obra em que despenderam muito dinheiro, como explica Aniceto:

Em 2012 e 2013 aconteceu tudo novamente, eu tive que pagar 800 paus prá máquina vir e mais 800 prá levar de volta (...) mais a diária de 2.000 reais e 400 litros de óleo... por dia, prá máquina trabalhar. (...) eu disse a ele: (...) “vamos cavar, afundar aqui, porque pelo menos se daqui prá baixo a gente conseguir uma minação, por enquanto vai ter água prá molhar uma plantação; e quando vier a chuva, completa o restante”. Aí, cavou, afundou, jogou terra prá lá, fez uma contenção cá e deixou o leito do rio, porque a água que viesse enchia e o resto sangrava prá outras pessoas que quisessem aí prá baixo. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

A visão empresarial é expressa em relação a várias questões, como quando relatam as tentativas de associação com os horticultores da vizinhança ou quando abordam questões financeiras, sejam relacionadas a um fundo de reserva sejam quando vinculam a produtividade à busca de financiamento.

A gente chamou umas pessoas prá investir com a gente, porque já que essa água servia prá todos nós, juntava e fazia um negócio maior, mas o pessoal disse que não tinha dinheiro, não tinha... Porque a gente tem que trabalhar, mas não podemos gastar nosso dinheiro todo, tem que ter uma reserva, você tem que pensar no amanhã, hoje tá bom, mas e amanhã? Por isso a gente conseguiu um recursozinho prá fazer esse serviço aí, porque você tem que ter a garantia prá fazer um empréstimo. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

Por fim, Seu Aniceto observa que pensam em mudar a plantação para um local mais no interior, já que está sendo tudo urbanizado nas proximidades, o que piora o clima. Neste ponto, critica claramente a ausência de políticas públicas de fomento à atividade do pequeno produtor, reportando que não há qualquer apoio do Estado (seja no âmbito municipal ou no estadual) à atividade produtiva no local. Se houvesse um financiamento subsidiado, explica, poderiam adquirir um trator para o processo de revirar e adubar a terra, nos intervalos dos plantios. Sem terem como comprar, a alternativa é alugarem (caro) o trator de alguém, quando precisam.

A gente aqui é muito carente nessa área aí, da assistência. Não tem, diz que vem e tal, mas não tem assistência. A gente aqui não tem ajuda de prefeito, de Estado, de nada [...] Prá aqui não vem nada, recurso nenhum. Às vezes vem alguém, fala de projeto, que seria prá o pequeno produtor [se quisesse comprar um trator, irrigar, construir um tanque] [...] Aí tomam seus dados, tem uma reunião, prá tomar seus dados pra tomar o empréstimo e tal, aí diz, vai tomar cinco mil, é dez mil, até cem mil! Só que eu não conheço ninguém

daqui – dos que chegaram a ir nessas reunião e lá se inscreveram tudo direitinho – que conseguiu esse dinheiro! Ninguém! Vai tendo palestra, reunião, mas quando vem o benefício, vai praqueles coligados da prefeitura lá, que tá dentro, envolvido lá. Passa a mão no dinheiro, recebe como se fosse prá distribuir prá população aqui, eles metem a mão no dinheiro todo e a gente fica sem esse recurso [...], aqui ninguém vê nada. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

Apesar de reiteradas vezes Dona Morena reclamar, sobretudo na Pedra, da dificuldade com mão-de-obra para o trabalho na horta (inclusive atribuindo a dificuldade à existência da Bolsa-Família), parecem evitar, nas entrevistas, maiores esclarecimentos sobre a formalização (ou não) de seus funcionários. Explicam sobre os turnos, afirmando que os trabalhadores são, em sua maioria, moradores na redondeza e que aqueles que residem mais distantes, eles os transportam às residências ao final do trabalho. Possivelmente os funcionários se encontram em diferentes graus de (in)formalidade trabalhista. As relações parecem ser de proximidade, quase afetivas.

É tudo gente daqui da redondeza, moram por aqui próximo. Essas que tão aqui falaram que queriam trabalhar o dia todo, ficaram aí, trabalharam de manhã, tão descansando, enquanto outras tão ali trabalhando, fazendo os molhos prá levar amanhã prá feira, né? Mais tarde eu vou levar elas em casa, que essas são de mais longe, do povoado de Bessa [povoado à margem da BR-324]. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

A dificuldade em manter a qualidade dos insumos utilizados por eles é outro tema reiterado nas conversas. Os adubos – orgânicos – são da região, que possui muitos criadores de aves e fazendas de gado. Para a compra dos esterco, usam um atravessador, já que precisam adquirir quantidades menores, por não terem onde armazenar grandes quantidades. Não têm galpão de armazenamento, guardam o que compram em alguns cantos do sítio, cobrindo com uma lona, já que não pode ser molhado senão perde. Compram uma média de um caminhão de adubo por mês. Compreendem que não podem usar adubo químico, por causa do tipo de folha que vendem: “umas para remédios, outras para banho, seja o que for, mas não pode comprometer a saúde deles, não é?” (diz Aniceto). O tipo de adubação, esclarecem, não é o mesmo para cada espécie de planta, para alguns usam esterco de gado ou de galinha e, para outros, torta de mamona. Mas às vezes o fornecedor entrega esterco de galinha contaminado com produtos tóxicos, do que decorre a morte da plantação, o que torna necessário um controle contínuo da qualidade do adubo comprado, muitas vezes impróprio para o consumo, causando prejuízos.

Então, esse adubo que chega, a depender da situação, a gente nem pode usar, senão pode até queimar tudo. A gente quando coloca na leira, vai outro, molha, dá uma olhada, fica em observação durante uns três, quatro dias e se ela não amarelar a folha, o adubo tá bom, agora... se amarelar, não use em lugar nenhum, pode jogar fora o adubo, como já aconteceu aqui, que se

perdeu o que adubou. Você paga, né? Mas joga fora, não tem como devolver mais. (Seu Aniceto, entrevista, 2015).

Por fim, quando questionados sobre a condição geral de sobrevivência do negócio, Seu Aniceto e Dona Mariana são enfáticos ao apontar alguns fatores como fundamentais ao sucesso do empreendimento das folhas “cheirosas”, todos eles já comentados anteriormente, i.e., a venda direta das folhas no mercado, sem atravessadores; o controle contínuo sobre a produção, com a presença dos donos na plantação e em todas as outras esferas; a regularidade e o conhecimento dos processos produtivos e dos ciclos de produção; e a responsabilidade no cumprimento das entregas aos fregueses e regularidade na disponibilização de seus produtos no mercado.

Fotografia 40 – Folhas produzidas na horticultura de D. Morena



Fonte: Arquivo do autor, 2015

Apesar do levantamento das folhas não se constituir como objetivo desta pesquisa, a partir dos dados colhidos pareceu-nos interessante enumerar as plantas produzidas e comercializadas por Dona Morena (Apêndice C), tomando como base os seus depoimentos orais e dos seus funcionários. Foram acrescentados também outros detalhamentos, visando ilustrar os usos, utilizando-se como base a literatura de referência.

Assim, considerando-se apenas os depoimentos orais (sem proceder a qualquer levantamento botânico de identificação, pois tal não se aplica a esta pesquisa), foi elaborado o quadro a seguir, que apresenta um rol das plantas (folhas) produzidas na horta de Conceição do Jacuípe e comercializadas na Feira de São Joaquim, na Pedra. Observa-se que, em alguns casos, ficou impossível realizar correspondência da planta nomeada com uma identificação científica, possivelmente por se tratar de nomes locais, que não constam nos levantamentos realizados.

Portanto, no Apêndice C, a partir do nome das plantas (conforme relatado na horticultura de Dona Morena), estão elencados o nome científico, além de outras



nomenclaturas associadas (nomes populares e nomes usados no candomblé) e os usos medicinais ou rituais conhecidos, quando referenciados pela literatura consultada na pesquisa.

### 3.2.3 Raizeiros

Além da natureza das mercadorias que comercializam – cascas, frutos, sementes e raízes de plantas e árvores tradicionalmente consumidas como remédios fitoterápicos<sup>80</sup> – o que diferencia os raizeiros/erveiros das demais categorias de agentes sociais do Mercado da Pedra, é o fato de comercializarem uma série de produtos naturais que adquirem de outros fornecedores<sup>81</sup>. Esta característica da atividade do raizeiro, i.e., de revender mercadorias produzidas por outros indivíduos, situa-o na condição de comerciante do varejo, propriamente dito (Fotografia 41). O raizeiro, ao contrário do mateiro ou do horticultor da Pedra, não produz a mercadoria que vende, a adquire de outros comerciantes atacadistas ou, numa prática muito comum no comércio varejista, adquire sozinho, numa espécie de consignação, toda ou grande parte da produção do sujeito que a coleta na natureza.

Fotografia 41– Produtos dispostos para a venda, no chão, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

Esta última prática é o que caracteriza propriamente a condição de atravessador, de comerciante açambarcador que se interpõe entre o produtor direto e o consumidor final. O

<sup>80</sup> Cascas de árvores como anjico (*Anadenanthera colubrina*), pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*), sementes de imburana (*Commiphora leptophloeos*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), sucupira (*Pterodone marginatus*), pixuri (*Licaria puchury-major*), estão entre os produtos mais encontrados nos tabuleiros e bancas dos raizeiros.

<sup>81</sup> Dentre outros itens, bonecos de pano, utilizados para feitiços, folhas de bananeira, cortadas e sapecadas, utilizadas para preparação de açaçá e outras oferendas alimentícias, conchas, moluscos e animais marinhos desidratados (cavalo marinho, estrela do mar etc.).

produtor original é, geralmente, um pequeno agricultor rural, que tem na atividade extrativista uma fonte complementar de renda que é adicionada àquela obtida com a comercialização local de sua pequena produção agrícola.

No Mercado da Pedra, os raizeiros se distribuem pelos três grupos de vendedores, misturando-se com os outros fornecedores, mateiros e horticultores. A categoria dos raizeiros é composta por uma maioria de homens, havendo apenas uma mulher (ver Tabela 3 na p. 59), procedente de Amargosa, município localizado na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, de onde traz os produtos que vende: cascas, raízes e sementes. Além destes, outros produtos bastante procurados na Pedra são os bonecos de pano, conhecidos como “bonecos para feitiço” (Fotografia 42). Os bonecos, vendidos também pelo raizeiro Zelito, são confeccionados por uma comunidade de artesãos do município de Simão Dias, no estado de Sergipe. Zelito expõe os bonecos machos e fêmeas em sacos de rafia ou plástico, separados pelas cores, branca, preta e vermelha, que são procurados com muita frequência pela clientela composta por pessoas dos terreiros.

Fotografia 42 – Bonecos-de-pano para feitiço, Mercado da Pedra



Fonte: Acervo do autor, 2015

Zelito, um verdadeiro vendedor-ambulante, já teve banca de ervas e raízes na rua, já vendeu tempero verde na feira e, atualmente, frequenta o Mercado da Pedra, onde comercializa cascas, sementes, raízes e, sobretudo, os bonecos para feitiço. Em época recente, ele foi procurado por um freguês de São Paulo que desejava fazer-lhe uma encomenda de 200 casais de bonecos de pano de cada cor, o que totalizaria 1.200 bonecos. Embora demonstrasse satisfação com o fato da encomenda significar uma venda vultuosa, Zelito se confessou em dúvida e preocupado com a capacidade produtiva de seus fornecedores em Simão Dias:

[...] Moço, fico na dúvida... acho que vou ter que ir lá em Sergipe, ver se eles [os fornecedores] têm condição de atender essa encomenda. É muito boneco e fico pensando se o comércio de lá vai ter tanto pano prá fazer esses boneco... E o pior é que o freguês de São Paulo fica me pressionando prá fechar logo a encomenda, eles querem saber quando vai ficar tudo pronto. (Zelito, raizeiro, entrevista, 2015).

As cascas de árvores, de forte coloração avermelhada, são expostas agrupadas em pequenos feixes amarrados com pindoba e empilhadas de forma caprichosa sobre o saco de ráfia que cobre o calçamento de pedras (Fotografia 42), enquanto as folhas dos mateiros são dispostas diretamente na pedra. Os frutos e as sementes também são dispostos sobre engradados plásticos, enquanto os molhos de raízes se amontoam sobre sacos plásticos. A brisa que sopra do mar da Baía de Todos os Santos realça e espalha o forte e agradável cheiro das folhas, umedecidas pelo sereno do amanhecer.

### 3.2.4 Nota: expansão urbana e degradação ambiental em Salvador

Sendo um dos mais antigos núcleos urbanos do Brasil, Salvador desempenhou função defensiva no início do período colonial, tornando-se uma estratégica fortificação de defesa do território conquistado, com edificações nas colinas dos trechos mais altos do continente, na larga Baía de Todos os Santos. Às margens do mar da baía, num local de água e terras férteis em abundância, fundou-se assim a Cidade da Bahia, em decorrência do processo de desbordamento da cultura europeia e do crescimento da economia mercantil dos séculos XVI e XVII. Nos arredores da cidade, a população indígena (numerosa à época da fundação) foi paulatinamente sofrendo a ação colonizadora (aldeamentos religiosos, guerra ao gentio) e drasticamente reduzida ainda no primeiro século<sup>82</sup>.

Desde a implantação da economia açucareira, com a decorrente intensificação da mão-de-obra escrava, a forte presença negra se efetiva, tornando-se marca étnica distintiva na formação da população local. Nos arrabaldes da cidade se localizam os engenhos, e, ao longo do tempo, a produção de víveres e hortaliças vai se estabelecendo nas cercanias, onde reside também a população mais pobre.

Durante os quatro séculos de duração do ciclo agrícola-mercantil, uma boa parte da população regional morava fora da cidade, localizando-se nos engenhos e demais áreas de produção. Até o século XVIII, os demais núcleos urbanos da região compreendiam pequenos entrepostos para escoamento dos produtos agrícolas, vilas e arraiais constituídos em locais de

---

<sup>82</sup> “Os índios foram concentrados em algumas aldeias em torno da cidade, mas seu número foi reduzido drasticamente: Anchieta, em 1583, informou que, em 20 anos, das 40.000 almas reunidas pela ordem na Bahia, restavam apenas 3.500 índios”. (VASCONCELOS, 2006, p.22)

concentração dos engenhos, localizados, em sua maioria, na costa e próximos aos rios navegáveis que se lançam à Baía de Todos os Santos. [...] Comunicavam-se com Salvador basicamente através de transporte flúvio-marítimo, além dos precários caminhos de boiada pelas cumeadas, no interior da região. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 82).

Nos séculos seguintes, a vida urbana e os processos de produção dependeram do trabalho escravo, que respondia a todo um conjunto das necessidades dos habitantes da cidade - desde o transporte de pessoas e mercadorias ao abastecimento de água e de alimentos -, assegurando em tudo o funcionamento do lugar<sup>83</sup>. A cidade se estabelece, assim, na configuração brasileira da sociedade do açúcar, com suas formas escravocratas de controle e dominação - e também de resistência e de luta. Nas áreas rurais, os escravos habitavam as senzalas, e, nas áreas urbanas, os escravos domésticos moravam junto aos senhores, enquanto outros, os de ganho<sup>84</sup>, costumavam residir em separado, em quartos de casas e edificações no centro da cidade, que foi se tornando mais populosa. Em contiguidades mais distantes, organizaram-se também as comunidades agro-bélicas dos quilombos, em resistência ao sistema escravista<sup>85</sup>. A presença negra é marcante e definidora no sítio urbano e em suas cercanias.

Frente à falta de alimentos, foi incentivada a produção agrícola nos arredores da cidade, com o controle do poder público sobre o uso da terra, tanto no que se refere aos plantios quanto à exploração dos recursos naturais (AZEVEDO, 1969).

Se o crescimento demográfico foi relativamente constante em Salvador até o século XIX, a partir de então houve um expressivo aumento populacional, passando de 60 mil habitantes em 1800 para mais de 200 mil no final do século<sup>86</sup>. Isto se deu sobretudo devido à intensificação do comércio, ao crescimento das exportações e à mudança nas atividades econômicas, com as primeiras manufaturas e fábricas sendo implantadas. No entanto, como afirma Kátia Mattoso (1978) no livro “Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX”, Salvador se mantinha como um mercado de abastecimento irregular, dependendo em muito das feiras e mercados locais para distribuir os gêneros alimentícios produzidos em roças do entorno da cidade ou em culturas de quintal.

---

<sup>83</sup> GOMES (1990, p. 9), afirma que “a vida na cidade era fundamentalmente tributária da presença do escravo, que assegurava o transporte de pessoas e mercadorias, o abastecimento de água, o escoamento de dejetos, o abastecimento alimentar, a limpeza urbana, a iluminação e o próprio funcionamento interno das habitações”.

<sup>84</sup> Para Gomes (1990, p.10), a “autonomia” do escravo urbano, desconhecida do escravo rural, “lhe permitirá, inclusive, viver fora da vista e, conseqüentemente, do controle imediato de seu senhor”.

<sup>85</sup> De acordo com Vasconcelos (2006, p.22), “quilombos já teriam sido detectados em 1575 na orla atlântica e outro foi destruído no Rio Vermelho em 1632”.

<sup>86</sup> A população de Salvador, pelo censo de 1872, constava de 129.000 habitantes, sendo que 68,9% eram negros e mestiços e 12% eram escravos (VASCONCELOS, 2006).

[...] era um mercado de abastecimento irregular e deficiente que a população de Salvador enfrentava no dia-a-dia de sua existência. (...) Todavia, apesar do caráter ainda semi-rural que a cidade apresentava, apesar da existência de múltiplas roças que ficavam-lhe nas proximidades, poucos eram os soteropolitanos que se dedicavam à cultura de gêneros alimentícios, afora as culturas ditas de quintais que os abasteciam com frutas e hortaliças. Por isso mesmo sua existência e sobrevivência dependia das feiras e dos mercados locais e a estes procuravam se adaptar, segundo as oscilações da conjuntura do momento que com frequência lhes era desfavorável. (MATTOSO, 1978, p. 260).

Em decorrência do sistema de produção, vai se perpetuando a concentração de riqueza e renda nas mãos das famílias mais abastadas, enquanto a maior parte da população (negra e mestiça) permanece em condição de grande pobreza. A presença negra acentuada, seja de escravos ou de libertos, permanece como um marco distintivo do lugar, bem como a acentuada pobreza de sua moradia, temas recorrentes nos relatos e registros de viajantes e cronistas.

As cabanas dos pobres são feitas de estacas verticais com galhos de árvore trançados [...] cobertos e revestidos seja com folhas de coqueiros, seja com barro. Os tetos são cobertos de palha [Maria Graham (1821)]. Os barracões dos pretos são dos mais primitivos [...] são feitos de canas de bambus entrelaçados com lianas flexíveis [...] o teto é coberto com folhas de palmeiras[...]; o assoalho é a própria terra batida [Wetherell (1955)]. (apud VASCONCELOS, 2006, p.24 e 25).

Ao longo do século XIX, a cidade passou por alterações urbanas significativas. Processos de modernização, medidas higienistas e um primeiro ciclo industrial marcam a cidade no final deste século, que permaneceu, contudo, na espacialização de cunho social e étnico, com os mais pobres (negros e mestiços) residindo em pardieiros no centro da cidade ou ocupando as áreas periféricas, nas quais alguns desenvolviam atividades em pequenas roças e plantações, escoando suas produções em feiras e pelas ruas da cidade, em bancas de venda ou com carrinhos de mão.

Para os mais pobres, não absorvidos na dinâmica da cidade, restava-lhes, como opção, edificar casebres nos arrabaldes, com características ainda rurais, subdividindo roças, ampliando núcleos de pescadores e densificando a ocupação de antigos quilombos, pressionando assim os espaços urbanos e periurbanos existentes, que ainda não estavam valorizados em termos fundiários. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 94).

O crescimento populacional do período - e no início do século XX - gerou um grande adensamento nas áreas do centro da cidade e também novos processos de expansão do sítio urbano, com a criação de bairros residenciais destinados à população mais rica (com jardins e palacetes) se localizando nas áreas aprazíveis e com o surgimento de outros bairros pobres, nos arredores imediatos. Um processo contínuo de adensamento das áreas periféricas ocorre a partir de então (VASCONCELOS, 2006), com a proliferação de padrões residenciais

precários, como casebres ou pequenas choupanas de taipa cobertas de palha, sendo comum a utilização de áreas próximas para plantações e hortas. A separação socioeconômica no espaço urbano de Salvador ganha, crescentemente, contornos cada vez mais nítidos.

Fluxos migratórios da primeira metade do século XX, em que chegam grandes contingentes de população mais pobre – vindos também do campo e do interior do Estado – geram novos processos de ocupação da periferia e em 1940 a população urbana chega a 290.443 habitantes, período em que ocorrem as primeiras invasões, isto é, “movimentos de ocupação coletiva de população pobre, ocorridos à revelia dos proprietários da área” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.95). Para disciplinar o uso e a ocupação do solo, novas medidas são adotadas pelo poder público<sup>87</sup>, condizentes com o ideário moderno, e processos de planejamento passam a estabelecer diretrizes e regulamentos para os locais destinados às habitações populares. Assim, são propostos zoneamentos funcionais mais definidos, inclusive com um novo tipo de produção habitacional, surgindo então os loteamentos de moradia, destinados às classes mais pobres e à emergente classe média, com empreendimentos imobiliários em vários locais da cidade, inclusive naqueles onde anteriormente haviam pequenas hortas e plantações, acelerando-se, assim, o processo de parcelamento do solo.

Mas é sobretudo partir da segunda metade do século XX<sup>88</sup> que acontecem processos de planejamento urbano mais efetivos e a cidade de Salvador passa a ser modernizada na perspectiva de grande centro urbano, com a proposição de avenidas de vale e sistemas mais amplos de circulação e a definição de novas áreas de expansão. Tais processos não enfrentam, contudo, questões centrais de moradia da população pobre, havendo, ao contrário, a configuração de novas zonas de valorização do solo, com o surgimento do moderno mercado imobiliário, o que veio a estabelecer novos processos de segregação da pobreza no espaço urbano (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Entre 1940 e 1950, houve um forte fluxo de crescimento da população de Salvador, o que ampliou o problema habitacional e ocasionou graves desequilíbrios no ordenamento do espaço urbano, acontecendo movimentos de ocupação coletiva de terrenos públicos e privados, por grande parte da população pobre. Mas é, contudo, a partir da década de 1970 que o crescimento urbano alcança uma dimensão de metrópole, e a cidade de Salvador tem

---

<sup>87</sup> Como, p.ex., o Código de Posturas do Município (Lei 1146, de 19-06-1926), editado em 1926, que estabelecia um zoneamento para a cidade, com 4 zonas diferentes, cada qual com permissões e restrições de uso específicas.

<sup>88</sup> A implantação do Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade de Salvador/ EPUCS, em 1943, é o grande marco definidor destes processos.

sua população elevada a mais de 1 milhão de habitantes, número que foi dobrado na década seguinte, chegando aos 2 milhões ao final dos anos 1980.

O crescimento desordenado gerou contínuos processos de consumo dos bens naturais, causando várias externalidades negativas sobre as áreas verdes do município e do entorno, impactando negativamente os recursos naturais e os ricos ecossistemas da região (parcelas restantes de Mata Atlântica, lagoas e dunas, restingas e manguezais). Há uma constante pressão sobre a área metropolitana de Salvador, decorrente do crescimento urbano e da concentração populacional crescente, o que desfigura continuamente este sítio, que vai perdendo paulatinamente seus recursos naturais, fazendo acabarem-se as dunas, as cachoeiras, os mananciais e as áreas verdes, sobretudo os remanescentes da Mata Atlântica. Houve uma desestruturação do sítio urbano, sem a ação eficiente do poder público, e o processo de ocupação do solo tem se dado sob a égide do capital e dos interesses privados.

Em Salvador, no final do século XX e início do XXI, o crescimento urbano e populacional, desvinculado de qualquer política habitacional e de implantação de infraestrutura equânime, fez-se acompanhar por contínuos processos de invasões urbanas por camadas populares, que ocuparam espaço, inicialmente, em áreas próximas ao centro urbanizado e, depois, em locais mais distantes, onde originalmente se encontravam dunas, lagoas, nascentes e manchas florestais remanescentes da Mata Atlântica, num processo de anexação gradual dos arredores da cidade e degradação dos recursos naturais que neles existiam.

Desta forma, o crescimento urbano de Salvador foi caracterizado pelo uso predatório dos recursos ambientais, bem como pela geração de desigualdades sociais, com o crescimento da pobreza e da miséria. Assim, a perda de áreas verdes, de matas, de nascentes e de cobertura vegetal foi crescente nas áreas do entorno da cidade e este processo permanece na atualidade, impactando negativamente as atividades relacionadas à produção das folhas, sejam as cultivadas, sejam as coletadas/extraídas, um tema recorrente na fala dos produtores de folha, que precisam ir cada vez mais longe para encontrarem manchas florestais remanescentes e áreas cultiváveis em que possam continuar a produção das folhas que precisam levar ao Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim.

### 3.3 O domínio da circulação (troca)

*O processo de troca realiza a circulação social das coisas, ao transferir as mercadorias daqueles para quem são não-valores-de-uso, para aquele perante quem são valores-de-uso. [...] Ao chegar ao destino em que serve de valor-de-uso, a mercadoria saiu da esfera da troca para entrar na esfera do consumo.*

Karl Marx, *O Capital*

A partir da chegada das folhas ao Mercado da Pedra se iniciam as transações de compra e venda que deflagram o processo de circulação dessas mercadorias. Do ponto de vista dos produtores-fornecedores – os mateiros e os horticultores –, sua atividade mercantil começa com a venda das folhas e termina quando, com o dinheiro da venda, compram outras mercadorias de que necessitam. Para Marx (2013, p. 223) esta é “a forma imediata da circulação de mercadoria”, sintetizada no esquema “(M – D – M), conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (Diagrama 5).

Diagrama 5 – Circulação simples da mercadoria



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Assim, o produtor vende a mercadoria folha, realizando sua troca por dinheiro, tornando-se, a partir de então, comprador de outras mercadorias para satisfazer necessidades, retirando-as da circulação. No primeiro momento dessa circulação, ou seja no momento da venda (M – D), aparece a figura do comprador que, ao adquirir a mercadoria para (re)vendê-la a outrem, a retira da circulação simples para lançá-la na outra forma, a circulação desenvolvida ou circulação do dinheiro como capital (Diagrama 6).

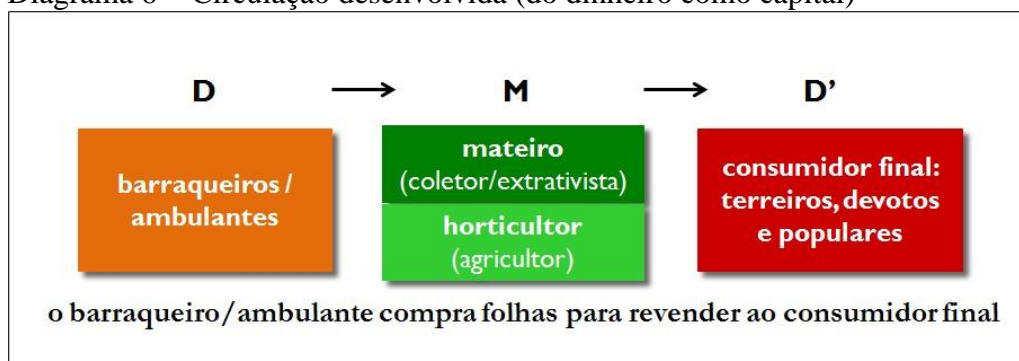
A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira, o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria. (MARX, 2013, p.225).

No contexto do mercado das folhas em Salvador, este comprador é a peça chave na circulação da mercadoria, a partir do Mercado da Pedra, pelo fato de atuar como o elemento



que possibilita, por sua atividade de comerciante, a articulação da Pedra com outros circuitos de troca, representados pelas redes de comércio retalhista distribuídas por toda a cidade, em mercados, feiras e bancas de rua. Em momentos posteriores, ao serem adquiridas, compradas, como valores de uso, essas mercadorias saem da circulação para adentrarem a esfera do consumo, alcançando assim o seu destino de utilidade<sup>89</sup>.

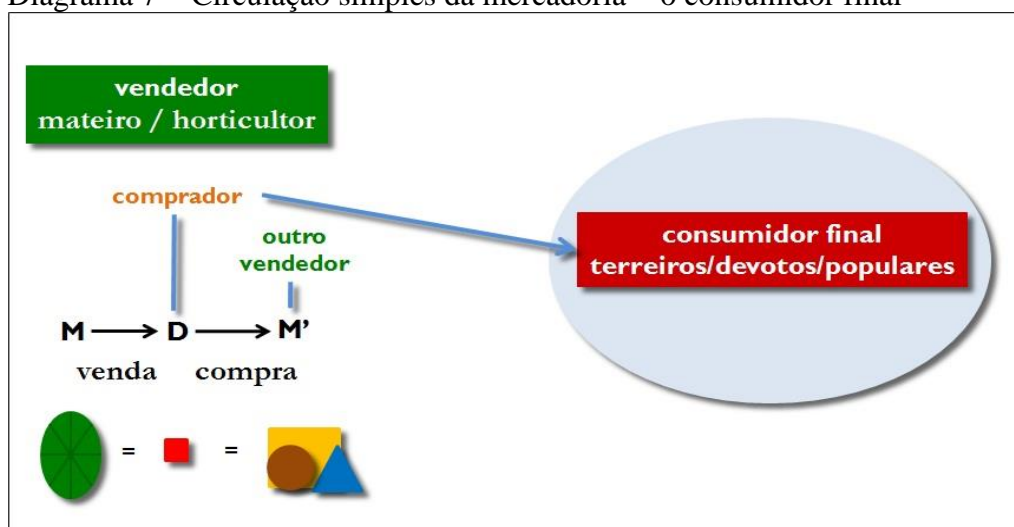
Diagrama 6 – Circulação desenvolvida (do dinheiro como capital)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Ainda analisando-se a primeira forma do circuito de trocas (M – D – M), em seu primeiro movimento (M – D, a venda), observa-se que esse comprador a quem o produtor vende suas folhas, pode representar duas categorias distintas de agentes. Primeiro, pode ser um consumidor final da mercadoria (Diagrama 7), para quem esta possui valor de uso, e aí, de fato, nesse primeiro momento, se encerra a circulação do produto e o valor de uso tem sua realização efetiva – a folha é consumida como erva sagrada, mágico-religiosa e/ou como remédio fitoterápico natural e este consumo ocorre fora da praça do mercado.

Diagrama 7 – Circulação simples da mercadoria – o consumidor final

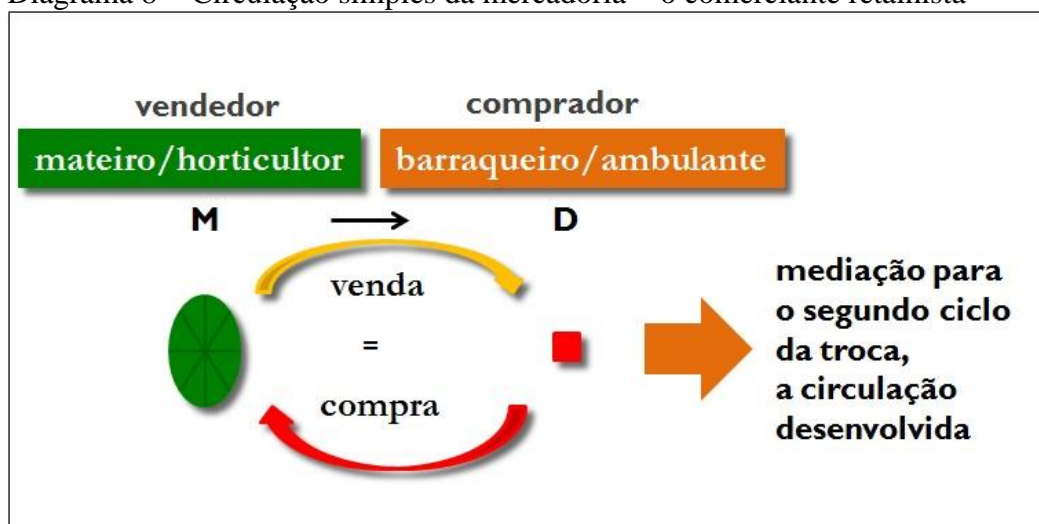


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

<sup>89</sup> “Na primeira metade de sua circulação, a mercadoria troca de lugar com o dinheiro. Com isso, sua forma de uso sai da circulação e entra no consumo.” (MARX, 2013, pp. 188-189).

O outro caso é quando o comprador é um comerciante, para quem a mercadoria possui valor de troca, sendo por ele fracionada antes de revendê-la em outros mercados. Aqui este agente faz a mediação entre as duas formas de circulação, sendo, neste caso, o representante da circulação desenvolvida, constituindo-se como o capitalista que compra mercadoria para (re)vender ( $D - M - D'$ )<sup>90</sup>, realizando nesse circuito a obtenção do mais valor da mercadoria.

Diagrama 8 – Circulação simples da mercadoria – o comerciante retalhista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A esfera da circulação simples envolve os agentes sociais produtores da mercadoria folha – os mateiros e os horticultores – na condição de vendedores e na condição de compradores, os consumidores, representados majoritariamente pelos comerciantes e, secundariamente, pelo povo-de-santo e pessoas comuns.

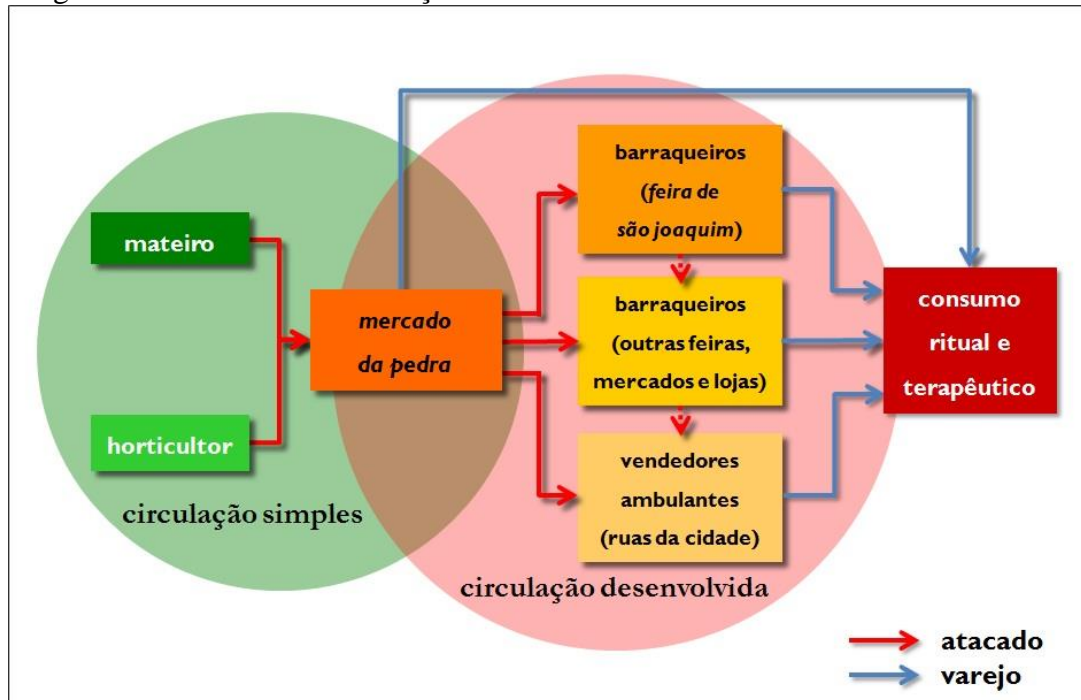
Vê-se aqui a demonstração empírica da metamorfose da mercadoria quando se encontram os “três *personae dramatis*” referidos por Marx (2013, p. 185) envolvidos no processo de circulação que ocorre durante a negociação no Mercado da Pedra: os possuidores de mercadoria (folhas), os mateiros e horticultores que se confrontam, enquanto vendedores, com os possuidores de dinheiro, os comerciantes/barraqueiros, na condição de compradores. Resulta daí a primeira metamorfose da mercadoria: a folha transforma-se em dinheiro. No segundo ciclo do processo da troca que se inicia, o mateiro/horticultor, que era um vendedor no primeiro ciclo, agora, enquanto possuidor de dinheiro, torna-se um comprador de mercadorias de um terceiro vendedor, possuidor de outras mercadorias de que ele necessita, fazendo ocorrer a segunda metamorfose da mercadoria, isto é, a transformação do dinheiro em outras mercadorias. Venda e compra se alternam durante o processo de troca:

<sup>90</sup> “A forma completa desse processo é, portanto,  $D - M - D'$ , onde  $D' = D + \Delta D$ , isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento ou excedente sobre o valor original, chamo de mais valor (*surplus value*).” (MARX, 2013, p. 227), [grifo do autor].

Como ponto de chegada da primeira mutação da mercadoria, o dinheiro é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da segunda mutação. Assim, o vendedor do primeiro ato torna-se comprador no segundo, onde um terceiro possuidor de mercadorias confronta-se com ele como vendedor.

Os dois movimentos inversos da metamorfose da mercadoria formam um ciclo: forma-mercadoria, despojamento da forma-mercadoria, retorno à forma-mercadoria. (MARX, 2013, p. 185).

Diagrama 9 – Esferas de circulação de mercadorias no Mercado de Folhas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Do ponto de vista da circulação dessas mercadorias, ainda usando as categorias de Marx, observa-se a coexistência e a justaposição de duas esferas que se interpenetram nessa configuração do mercado de folhas de Salvador: a forma simples de circulação e a circulação desenvolvida ou circulação do dinheiro como capital. Ou seja, em sua forma simples de circulação, o mercado de folhas de Salvador contém aspectos de um mercado tradicional, evidenciados pelo padrão de negociação realizado na Pedra, que se caracteriza pela troca mercantil, ou troca monetarizada, envolvendo os agentes primários da troca, os próprios produtores (mateiros e horticultores) como vendedores e os compradores (comerciantes, devotos e populares, consumidores). Em um ambiente de intensa sociabilidade e de interações ancoradas em relações de parentesco, afinidade, amizade e vizinhança, a Pedra acaba por revelar a imersão daquela atividade econômica, que é a base da sobrevivência daqueles homens e muitas mulheres, no universo da vida social, cultural e espiritual desses agentes do mercado. Seria um exemplo empírico do *embeddedness* (“enraizamento” social da economia), segundo a formulação substantiva de Polanyi? O ambiente alegre e festivo da feira, a demanda das folhas orientada pelas práticas rituais das religiões de matriz africana e pelos

modos diversificados de consumo encontram aqui um forte elo de ligação e aproximação com os mercados tradicionais africanos, descritos por Verger; Bastide (1992). Este clima comunitário e amistoso do Mercado da Pedra, observável nas relações de cooperação e reciprocidade praticadas principalmente entre os produtores-fornecedores, e, especificamente, entre os mateiros, por outro lado, nos faz questionar o caráter de competitividade e concorrência que normalmente está associado ao comportamento (racional e maximizador) dos agentes do mercado. Weber (1999, p. 420), embora se refira à “comunidade de mercado”, enfatiza o seu caráter de estranhamento “já na raiz, a toda confraternização”.

Identifica-se aí no Mercado da Pedra a forma imediata da circulação das mercadorias, uma das “duas formas distintas de ciclos” apresentadas pelo processo de circulação, segundo Marx (2008, p. 119), que corresponde ao primeiro circuito da metamorfose da mercadoria, representado pelo esquema clássico  $M - D - M$ , mas, simultaneamente, pode-se verificar a mediação do comerciante dono de barraca ou estabelecimento do comércio retalhista que dá início ao segundo ciclo do processo de circulação, a circulação desenvolvida ou a circulação do dinheiro como capital. Arcaico e moderno aí coexistem e determinam a singularidade do Mercado da Pedra. Tudo começa lá na Pedra, provavelmente numa herança de antigos e extintos mercados soteropolitanos, anteriores e contemporâneos da formação do *candomblé jeje-nago*, e se dissemina por todo o circuito de feiras, mercados e bancas da cidade.

A configuração do mercado de folhas em Salvador tem, portanto, como característica fundamental a justaposição de duas esferas de circulação de mercadorias: a circulação simples de mercadorias (ou forma simples de circulação), representada, sobretudo, pelo Mercado da Pedra, e a circulação desenvolvida (ou circulação do dinheiro como capital) que, iniciando-se na mesma Pedra, se estende pelas barracas de produtos religiosos afrobrasileiros da própria Feira de São Joaquim, e abrange o circuito de feiras, mercados e bancas de rua da cidade (ver Apêndice A – Mapeamento de feiras, mercados e pontos de venda de folhas em Salvador). Fazendo coexistir mecanismos simples e mais tradicionais com estruturas mais complexas, imersas na lógica do modo de produção capitalista contemporâneo, nessa conformação do mercado se destaca a figura do comerciante estabelecido, o grande comprador, que extrai mais valor nas transações que efetua, explorando o comércio tradicional de folhas e ervas que são fundamentais às práticas rituais coletivas públicas e domésticas, de caráter mágico-religioso e medicinal de amplas camadas da população.

Na forma simples de circulação, na condição de vendedor, o mateiro/horticultor vende sua mercadoria folha (M), trocando-a pelo dinheiro (D) do comprador (consumidor inicial). Agora na condição de comprador, com o dinheiro obtido na troca, o mateiro/horticultor

adquire outras mercadorias (M) de que necessita como valor de uso, de outros vendedores, terceiros agentes desse circuito. Nesta forma de circulação, o dinheiro faz a mediação para a troca de mercadorias (M – D – M).

Por outro lado, o comprador que comparece no primeiro momento da circulação simples como o possuidor do dinheiro (D) é o mesmo agente social que articula a outra esfera da circulação, a circulação desenvolvida ou a circulação do dinheiro como capital: este comprador, geralmente proprietário de barraca ou loja em outras feiras e mercados da cidade (ou mesmo vendedor-ambulante nas ruas), é quem comercializa a folha no varejo, para os consumidores finais, sejam eles devotos ou populares. Nesta forma, em que o dinheiro circula como capital, a mercadoria é que faz a mediação (D – M – D’): uma quantia de dinheiro é adiantada para comprar e vender mercadoria, com o objetivo de, ao fim do circuito, obter mais dinheiro (D’), mais valor:

[...] comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro, parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial. [...]

De fato, portanto, D – M – D’ é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação. (MARX, 1996, p. 262).

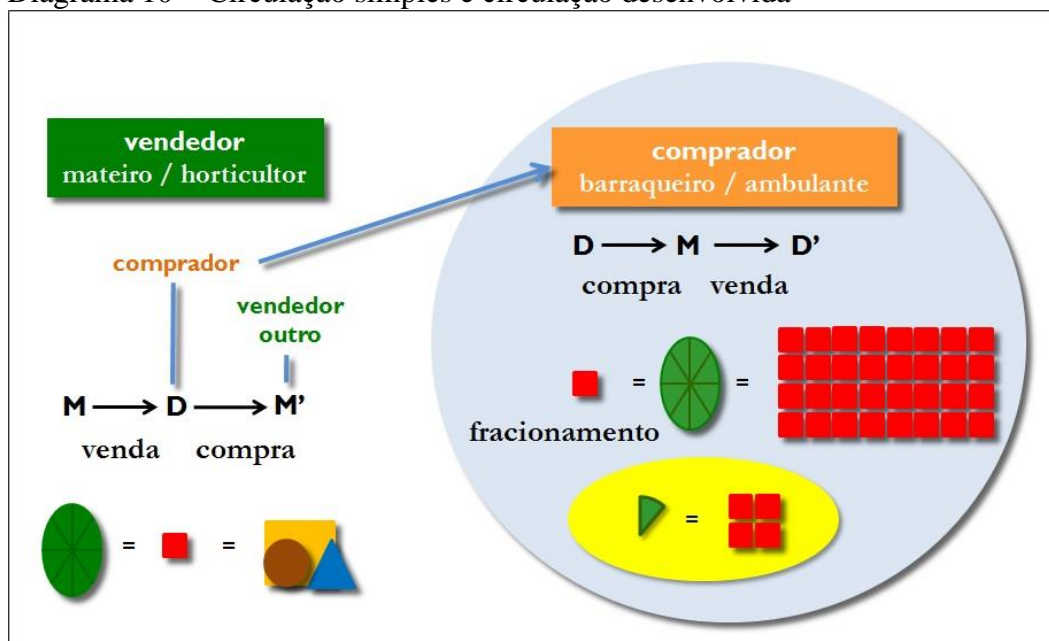
Aqui, no contexto da pesquisa realizada, sobressaía-se a performance “capitalista” de Gigante, o grande e ávido comprador que, durante as madrugadas, separava e adquiria grandes quantidades de folhas, num misto de voracidade monopolista e generosidade paternal que nos fazia lembrar as figuras agonísticas dos *big men* das cerimônias ameríndias do *potlatch*.

### 3.3.1 A circulação desenvolvida e o mais valor

É na esfera da circulação desenvolvida, propriamente capitalista, do mercado das folhas em Salvador, que o comerciante obtém mais valor da mercadoria adquirida ao submetê-la ao fracionamento das quantidades para vendê-la em novos formatos a um preço muito acima daquele que foi pago. No Mercado da Pedra, os molhos de folhas apresentam alguma variação na sua composição quanto ao número de ramos reunidos em cada feixe: há determinadas espécies de plantas cujos molhos contêm uma maior quantidade de ramos quando comparadas a outras espécies. Assim, o fracionamento praticado pelo comerciante chega a produzir até oito molhos menores a partir de um molho original adquirido. Nesse caso, avulta o mais valor obtido pela transação de revenda das folhas. É, portanto, no âmbito do comércio retalhista, em que as unidades comercializáveis do Mercado da Pedra sofrem

sucessivos fracionamentos, que o comerciante encontra ocasião propícia para a extração do mais valor.

Diagrama 10 – Circulação simples e circulação desenvolvida



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

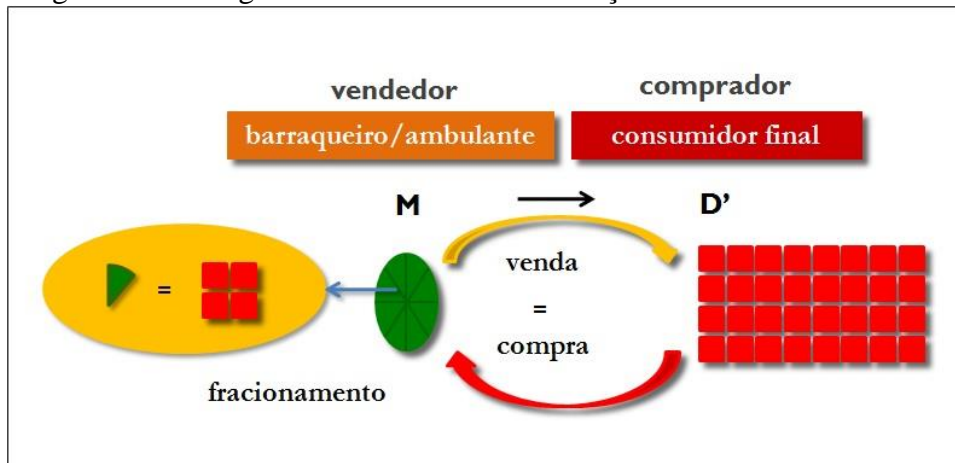
Evidencia-se, desta forma, o circuito  $D - M - D'$ , que caracteriza a transação capitalista dos comerciantes-proprietários de barraca, os grandes compradores do Mercado da Pedra. Comprando nas mãos do produtor ao preço de R\$ 0,50 o molho da folha “grossa”, por exemplo, eles o fracionam, em seguida, subdividindo o molho original em até oito molhos menores, antes de revendê-los ao consumidor final, cobrando-lhe o preço de R\$ 2,00 em média, pelo que extrai, nessa operação, o mais valor da ordem de três vezes o preço que adiantou no ato da compra. Estes compradores utilizam o termo “desdobrar” para descrever o fracionamento do material adquirido, antes que seja posto à (re)venda, como aparece na fala do barraqueiro Paulino:

[...] tem folha que a gente compra, por exemplo, por dez reais o molho, você não pode deixar o molho de 10 reais prá vender de 2 [reais], por exemplo, como a arruda. Então você tem que desdobrar... E nesse molho que você compra, por exemplo, a 10 reais lá [na Pedra], você, no mínimo, tem que fazer de sete a oito molhos prá você ganhar, prá fazer pelo menos 16 [reais]. Faz parte do negócio. Você compra um molho de folha-da-costa, custa 4, 5 reais. Então você tem que desdobrar prá fazer pelo menos quatro [molhos], prá que você ganhe 3 ou 4 reais de lucro em cima, pelo menos 100%, porque se você não ganhar 100% encima disso aqui, você vai ter prejuízo. Porque isso aqui... você compra 200 molhos, quando você consegue vender 100, você consegue vender muito. (Paulino, barraqueiro da Vasco da Gama, entrevista, 2014).

Às vezes, o desdobramento praticado se restringe apenas a uma das categorias de folhas, como foi verificado entre os comerciantes do Mercado das Sete Portas, onde o

barraqueiro Rogério, por exemplo, vende cada molho de folha “grossa” a R\$ 2,00, mantendo a composição original do molho – portanto, sem fracionar o que adquiriu a R\$ 0,50 (“ou pagando R\$ 1,00 prás folhas especiais”, como fala). No entanto, os molhos de folha “cheirosa” que são adquiridos a R\$ 5,00 ou R\$ 6,00 são fracionados em até dez novos molhos (bem menores), que são vendidos a R\$ 6,00 cada um. Ao final, cada molho comprado por R\$ 6,00 vai resultar na obtenção de R\$ 60,00, já que foi desdobrado em dez novos molhos.

Diagrama 11 – Segundo movimento da circulação desenvolvida – mais valor



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Mesmo que os desdobramentos sofram pequenas variações em cada praça de mercado ou em cada ponto de venda, esta é uma prática comum e bastante disseminada, caracterizando, assim, a atividade do comércio retalhista em geral. O que sobressai, nos casos de desdobramento observados, tanto no âmbito do comércio retalhista na própria Feira de São Joaquim, quanto em outras feiras e mercados da cidade, além de lojas e bancas de rua, é a elevada taxa de lucro obtido pelos comerciantes, quando se considera os valores pagos pelas folhas compradas diretamente de seus produtores, no Mercado da Pedra.

#### 4. A MERCADORIA FOLHA E SUAS FORMAS

Pretende-se, aqui, fazer uma análise das transformações pelas quais passa a folha, desde o estado ou condição de coisa natural, espécie vegetal nativa ou cultivada em determinados locais, seguindo a sua circulação pelo mercado no estado de mercadoria com valor de troca, até os locais em que é consumida como *ewé*, ou seja, em que se realiza como valor de uso na esfera do consumo ritual e/ou medicinal, no âmbito do candomblé, em que é considerada como erva sagrada que integra diversos procedimentos litúrgicos. Trata-se de compreender a metamorfose da folha que, ao longo da sua circulação como mercadoria, vai assumindo distintas formas até sair da circulação para se efetivar como utilidade e ser, literalmente, consumida.

Acompanhemos, pois, o processo de suas transformações: no momento inicial, na esfera da produção, em que é apropriada na natureza pelo mateiro/extrativista (como folha “grossa”) ou é cultivada pelo horticultor<sup>91</sup> (como folha “cheirosa”), a folha é objeto de trabalho para ambos os agentes. Por um lado, ela é submetida a um processo de produção, mediante o extrativismo, ao ser coletada segundo certas demandas da esfera do consumo, de tal ou qual maneira e em tais quantidades pelo mateiro, para entrar, como matéria prima (primeira forma), na composição de um produto – molho de folhas (segunda forma) – que possui valor de uso para outros indivíduos<sup>92</sup> e será levada ao mercado na forma de mercadoria, portanto, como valor de troca. Procedimento similar recebe a folha cultivada, que requer, nesse caso específico, um manejo técnico diferenciado (a horticultura), implicando uma complexidade em seu processo de produção, distinto do extrativismo, mas que percorre o mesmo caminho das folhas “grossas”: a folha “cheirosa” é colhida também de acordo com determinações (espécies, quantidades etc.) da demanda oriunda do consumo, e, sob a forma de matéria-prima, irá compor o molho comercializável no mercado, para onde é levada como mercadoria, ou seja, como valor de troca. Assim, como assinala Marx (2008, p. 51), “cada mercadoria se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca.”

---

<sup>91</sup> Verifica-se aqui a situação descrita por Marx (2013, p. 259) de “um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como *a semente na agricultura*” [grifo nosso]. Mesmo no caso do horticultor que literalmente produz o seu produto, (não sendo, portanto, um coletor, um extrativista), a sua produção é “o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante trabalho humano”.

<sup>92</sup> “Para produzir mercadoria, ele [o homem] tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso *social*. [...] Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.” (MARX, 2013, p. 119), [grifo nosso].



No caso do extrativismo praticado pelo mateiro, a folha é um “objeto de trabalho [que] é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc.” (MARX, 2013, p. 259). Mas mesmo aqui, a folha é matéria prima porque, ao ser coletada, passou pelo processo de identificação por parte do mateiro: dentre diversas espécies naturais encontradas no mato, foi reconhecida como uma das que possuem valor de uso para outrem, que atende a demandas de ordem mágico-religiosa e/ou terapêutica emanadas da esfera da religiosidade afrobrasileira. Por outro lado, a folha já foi anteriormente identificada como portadora de princípios ativos que possibilitaram seu uso fitoterápico tradicional e comunitário. Verifica-se, pois, a situação descrita por Marx (2013, p. 259) de “um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura”. Mesmo no caso do horticultor que literalmente produz o seu produto, (não sendo, portanto, um coletor, um extrativista), a sua produção é “o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante trabalho humano”.

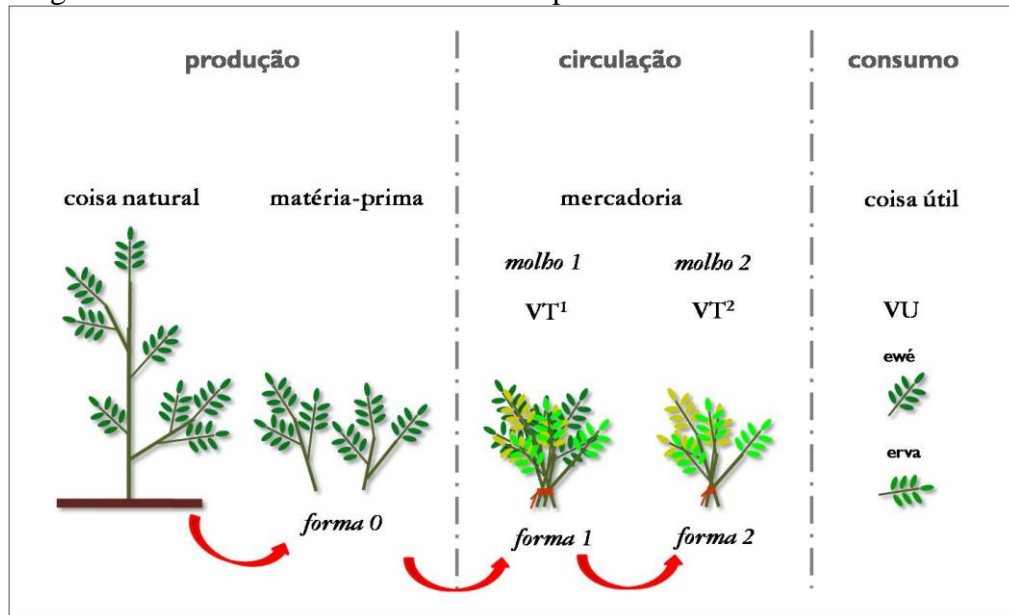
O elemento vegetal é compreendido em sentidos distintos no contexto das religiões afrobrasileiras, principalmente no candomblé, em que os vegetais assumem várias formas, a depender do contexto e do uso a que se destinam. Assim, considerados em seu estado e contexto de ocorrência original (*in situ*), como coisa natural, como elemento constituinte da natureza, assumem, segundo a liturgia religiosa do candomblé *jeje-nagô*, a condição de (i) “mato”, isto é, o domínio de existência das coisas naturais, espontâneas, não cultivadas, das espécies vegetais selvagens e nativas, que, juntamente com outros elementos (minerais, águas) e forças da natureza, é objeto de sacralização, de veneração, de oferendas e de outras práticas rituais<sup>93</sup>. Quando determinadas espécies de plantas são extraídas do “mato” ou especialmente cultivadas em hortas e quintais para serem utilizadas nas práticas rituais e terapêuticas, segundo prescrições religiosas que consideram suas características litúrgicas e potencial mágico, estas espécies vegetais assumem a condição de (ii) folhas, sendo geralmente usadas em vários procedimentos: sacudimentos, banhos de purificação, limpeza e proteção, lavagem de contas, ritos iniciáticos, assentamentos de divindades e outros ritos compreendidos no chamado “fundamento”. Outras espécies de plantas, também extraídas do “mato” ou especialmente cultivadas, quando utilizadas medicinalmente sob a forma de chás, mezinhas, infusões, emplastos etc., assumem a condição de (iii) ervas (medicinais, fitoterápicas, curativas) com ampla disseminação também entre as camadas pobres da sociedade brasileira. Entretanto, pode-se observar sutis transformações que ocorrem na forma

---

<sup>93</sup> Para Prandi (2005), esse papel primordial da natureza indômita e selvagem é uma herança de culturas agrícolas africanas, notadamente dos povos iorubá.

dessas folhas, ao se acompanhar os vários momentos da sua circulação, desde a produção até o consumo final.

Diagrama 12 – Metamorfoses da folha: da planta a *ewé*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

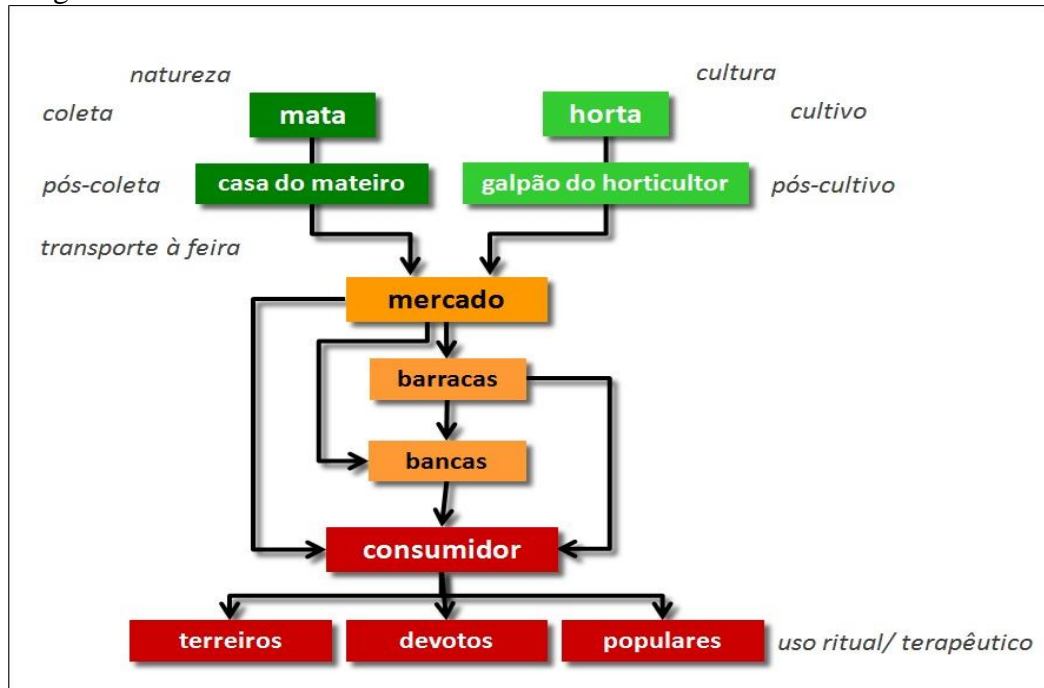
Dessa maneira, a metamorfose da folha, em seu percurso de coisa natural à coisa útil, (como mostra o Diagrama 12), resulta em três formas dessa mercadoria, que denominaremos, aqui, de forma 0, forma 1 e forma 2. Consideramos, na verdade, cinco diferentes estados da folha: *i*) coisa natural, sua forma de ocorrência na natureza, condição em que sua apropriação pelo mateiro dá início ao processo de produção, constituindo-se como *ii*) matéria-prima (correspondendo à forma 0), em que os galhos e ramos extraídos de determinadas plantas vivas, são objeto de trabalho humano (o mateiro separa as espécies coletadas e as reagrupa como molho de folhas) e entram no estado de *iii*) mercadoria, ao ser levada ao mercado, como molho 1 (forma 1) como valor de troca inicial (VT<sub>1</sub>), podendo, pela circulação, ainda no estado de *iv*) mercadoria, ser “desdobrada” em molho 2, correspondendo à forma 2, com outro valor de troca (VT<sub>2</sub>) e, finalmente, *v*) coisa útil, em que é submetida a procedimentos prescritos e ritualizados, fora da circulação, realizando-se na esfera do consumo, como *ewé*.

O termo folhas refere-se, portanto, ao rol<sup>94</sup> de determinadas plantas nativas, e/ou exóticas, e cultivadas que são largamente utilizadas para fins rituais, mágico-religiosos, e/ou para fins medicinais por consumidores em que se incluem, além dos comerciantes, o povo-de-

<sup>94</sup> A relação das plantas nativas (e/ou exóticas) e cultivadas utilizadas ritual e medicinalmente em Salvador e que são comercializadas na Feira de São Joaquim alcança a casa das centenas, representando algo em torno de 300 espécies. Alguns estudos sobre a comercialização dessas plantas contêm listagens dos itens transacionados no mercado (ALMEIDA, 2003; ALMEIDA e PRATA, 1990 e SERRA, 2002, por exemplo).

santo, os devotos do candomblé e de outras religiões afrobrasileiras e segmentos expressivos da população em geral. Evidentemente, o uso ritual destas plantas é orientado pela prescrição religiosa emanada dos zeladores e responsáveis pelas práticas rituais das religiões afrobrasileiras e fundamenta-se nos princípios norteadores de suas liturgias e etnobotânicas.

Diagrama 13– A vida social das folhas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Originárias de distintos locais e processos de produção, as folhas articulam as dimensões da natureza e da cultura, entrando no estado de mercadoria, cuja circulação ocorre no âmbito das trocas e sociabilidades do mercado, até abandoná-lo para se realizarem como coisas úteis na esfera do consumo religioso e terapêutico.

No Mercado da Pedra, o montante de mercadorias comercializadas consiste em uma grande quantidade de folhas “grossas” quando comparada com a quantidade de folhas “cheirosas”. Há, por conseguinte, um maior número de produtores de folhas “grossas”, os mateiros, categoria de agentes sociais da produção com ampla hegemonia do gênero feminino: de cada dez produtores-mateiros, nove são mulheres. A própria constituição etária desses agentes revela o engajamento de gerações de mulheres na atividade. É comum encontrar-se, lado a lado ou nas proximidades de uma mateira jovem, como temos visto, outras mateiras aparentadas, como mães, avós, tias, filhas, primas, sobrinhas e netas. Muitas vezes as próprias crianças levam as folhas ao Mercado da Pedra, fazendo elas próprias a comercialização, praticando os ensinamentos aprendidos com as mães, atraindo a freguesia com apelos irresistíveis e declamando as propriedades e usos das plantas medicinais e rituais.

#### 4.1 A coisa natural (a folha da planta nativa)

O ponto de partida é a natureza, onde crescem, espontaneamente, determinadas plantas nativas não cultivadas, das quais os mateiros extraem galhos e ramos. Em seu materialismo, Marx opera com um conceito de natureza que é anterior ao trabalho:

O simples *material natural* (*Naturmaterial*), porquanto não há nele nenhum trabalho humano objetivado, porquanto é simples matéria e existe independentemente do trabalho humano, não tem *valor* algum, uma vez que valor é unicamente trabalho objetivado. (MARX *apud* DUSSEL, 2012, p. 172). [grifos do autor].

Portanto, aqui, a natureza (material natural), objeto de trabalho pelo homem, transforma-se, após o mesmo, em folha. Os galhos e ramos extraídos de determinadas plantas nativas são reunidos e compostos em feixes padronizados de folhas (os molhos) que os mateiros levam ao Mercado da Pedra, para serem comercializados como mercadorias específicas, as folhas, porque elas têm um valor de troca: elas são demandadas por indivíduos para quem possuem valor de uso. Aqui, revela-se o duplo caráter da mercadoria, simultaneamente, valor de troca e valor de uso<sup>95</sup>. Adquiridos por comerciantes, desdobrados em molhos menores e vendidos ao consumidor final, as folhas conservam a sua substância nessas formas pouco transformadas (galhos - ramos - feixes - molhos)<sup>96</sup>, que não lhes altera a composição físico-química. Quando é adquirida pelo consumidor, deixa de ser valor de troca e sai da esfera da circulação para se realizar como valor de uso, como objeto de procedimentos litúrgicos e rituais para “avivamento” de suas qualidades mágicas e medicinais, assumindo, então, a forma de *ewé*, erva sagrada. Ao ser manipulada pelo sacerdote, conhecedor dos procedimentos necessários para que produza os efeitos desejados, a coisa natural, a folha, é objeto do trabalho vivo do(da) *babalorixá/yalorixá*, que mediante enunciações, cânticos e manipulações, lhe restitui o *axé*, a força vital nela contida, suas potencialidades curativas, efetivando sua forma mais útil, mais apropriada e efetiva para o consumo.

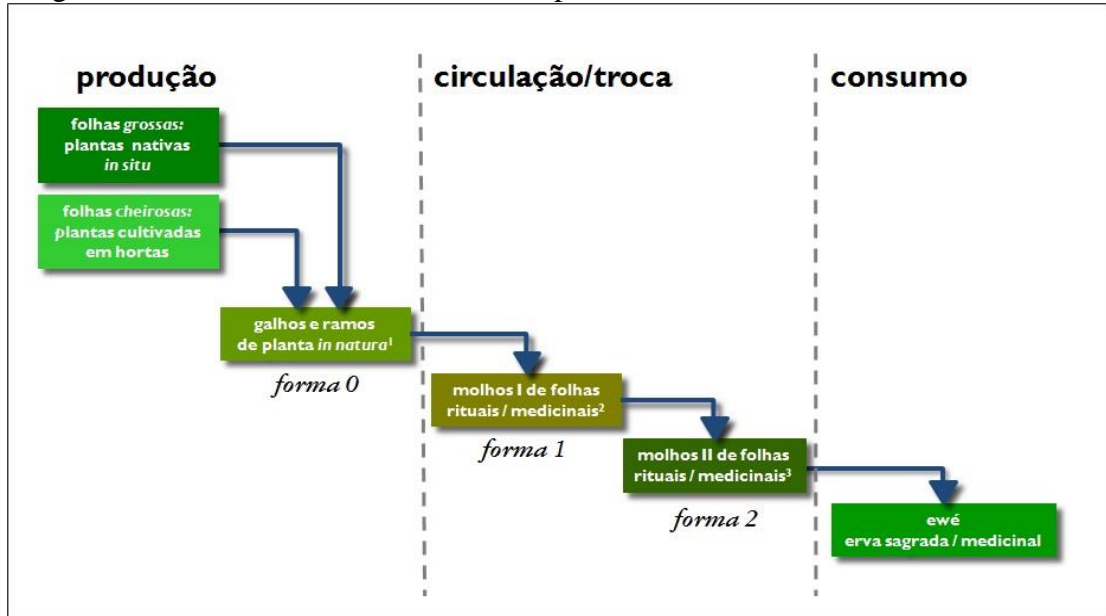
A planta que é levada ao mercado não sofre, de fato, uma alteração substantiva em sua forma de coisa natural: a substância material natural é a mesma e se manterá assim até o fim do circuito, quando desemboca na esfera do consumo. O que pode ocorrer é a redução de suas

<sup>95</sup> Para Marx (2013, p. 124), “elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. [...] só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor.”

<sup>96</sup> Embora ocorram variações de acordo com a categoria da planta considerada (“grossa” ou “cheirosa”, “quente” ou “fria”), geralmente os molhos são compostos por quantidades convencionadas de galhos ou ramos. De qualquer maneira, deve-se ressaltar que os molhos originalmente vendidos pelos mateiros são objeto de fracionamento pelos compradores/comerciantes que, dessa forma, e com acréscimo no valor unitário de revenda, obtêm lucro neste negócio.

potencialidades mágico-religiosas e medicinais decorrente da própria oscilação de seus princípios ativos, ao longo do tempo<sup>97</sup> e de sua condição de matéria orgânica, portanto perecível – preferencialmente, as plantas devem ser utilizadas frescas e viçosas, havendo uma grande resistência quanto ao uso de folhas secas ou desidratadas.

Diagrama 14 – Metamorfoses da folha: de planta *in situ* a *ewé*

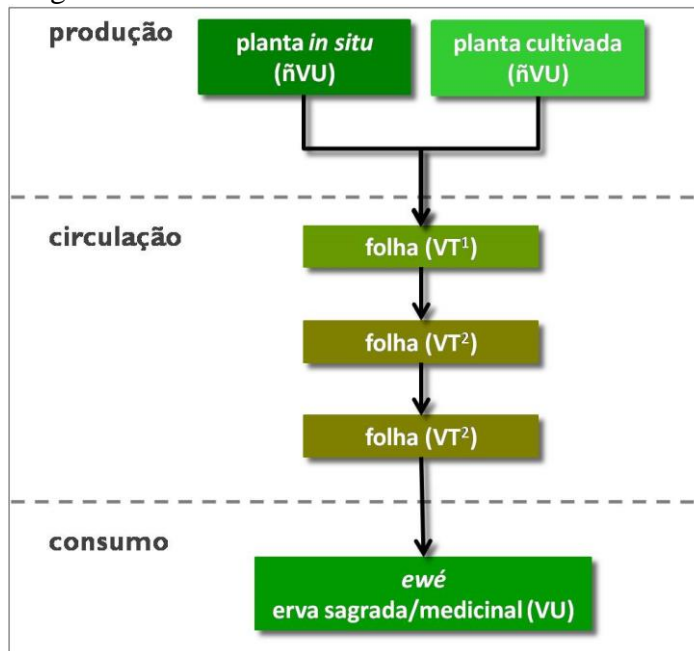


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A metamorfose fundamental por que passa essa mercadoria folha é a sua transformação ao final, realizando-se como valor de uso ao sair da circulação, quando deixa de ser molho de folha (inicialmente coisa natural apropriada, não valor de uso para o mateiro, valor de troca enquanto mercadoria em seu circuito de comercialização, e, finalmente, valor de uso para o consumidor) para se realizar enquanto *ewé*, erva sagrada, no âmbito privado (doméstico) ou comunitário (religioso) em que o seu uso é orientado por procedimentos convencionais e tradicionais, de acordo com sua finalidade. No espaço reservado dos terreiros, as folhas, extraídas da natureza ou cultivadas em hortas, têm diversos usos: maceradas em água para a lavagem e sacralização de objetos rituais; para a purificação da cabeça (*ori*) e do corpo de sacerdotes e devotos em etapas de iniciação e outros rituais; para a cura de doenças e malefícios e etc. Contudo, a folha enquanto erva sagrada (*ewé*) é a aquela que sofre o efeito transformador do trabalho vivo do(a) *babalorixá/ialorixá* que profere rezas, cânticos e encantamentos (*ofô*) que, ao invocarem a intervenção da divindade (Ossaim), propiciam a liberação do *axé* que se encontra nelas contido (VERGER, 1981).

<sup>97</sup> O princípio ativo de determinadas plantas varia de acordo com as estações do ano, as fases lunares, o tempo, a luminosidade etc. Uma mesma planta pode ser utilizada para finalidades distintas, a depender do horário da coleta, sendo por isso atribuída a uma ou outra divindade, por exemplo.

Diagrama 15 – Metamorfoses da mercadoria folha: a questão do valor



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Se considerarmos a atividade do produtor-horticultor, que é um agricultor no sentido estrito, de fato, a folha é fruto do trabalho sobre uma matéria (a terra), para o que são utilizados instrumentos de cultivo. Do ponto de vista do mateiro, a folha é fruto do trabalho extrativista, da coleta de material da natureza, utilizando instrumentos de extração. A folha enquanto coisa natural tem uma forma, que é a da sua substância natural. Esta forma, parte componente da forma planta, é que é apropriada pelo mateiro que detém um conhecimento “técnico” da sua utilidade como folha, valor de uso para terceiros, como remédio fitoterápico e/ou coisa mágico-religiosa, portadora de *axé*. Mas, tanto para o mateiro que a extrai na natureza quanto para o horticultor que a cultiva em sua horta, a folha é um não valor de uso (ñVU), que, na condição de valor de troca (VT<sup>1</sup>, VT<sup>2</sup>) é conduzida ao mercado como mercadoria para a troca mercantil, até sair da circulação, adentrando a esfera do consumo como valor de uso (VU).

#### 4.2 A coisa como matéria-prima (a folha/erva medicinal)

Com a folha extraída da planta nativa ou cultivada em horta os produtores (mateiros e horticultores) fazem o molho para ser levado ao mercado e vendido, produzindo-se, assim, a “matéria-prima” do trabalho – mágico-religioso (*kosi ewé kosi orixá*) e terapêutico<sup>98</sup> – de que

<sup>98</sup> No âmbito mágico-religioso, os *ofô* (enunciações) e os cânticos proferidos auxiliam na ação de “avivamento” das qualidades e potencialidades da planta em seus usos litúrgicos e rituais. No âmbito terapêutico, utilizam-se vários procedimentos, tais como maceração, infusão, decocção etc., para que se obtenham os efeitos curativos desejados.

será objeto, na sequência. Assim, vê-se que a forma molho de folhas é uma forma exterior à coisa natural, à planta nativa/cultivada – o molho não existe na planta – mas que contém trabalho humano, que foi adicionado à coisa natural, com fim de uso posterior.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p. 120).

Como afirma Dussel (2012, p. 175) “na ‘materialidade’ da ‘matéria-prima’ há, agora, *ser humano*” [grifos do autor]. A folha natural, parte componente da planta, foi ‘transformada’ em algo mais útil: a folha (para uso mágico/religioso e/ou medicinal). Quando o mateiro se apropria da natureza, extraíndo galhos e ramos de plantas nativas, fabrica a matéria prima do trabalho, ela mesmo já fruto de um trabalho. Porque tem trabalho humano objetivado – o mateiro ou o horticultor compõe molhos com os galhos e ramos extraídos ou cultivados –, porque foi reconhecida, identificada, domesticada e cultivada como valor de uso (ritual/medicinal) a folha tem valor, e sendo portadora de valor de troca, é levada ao mercado.

### 4.3 A coisa como objeto-produto (a folha ewé)

Ao final do circuito, quando, portanto, a mercadoria adentra a esfera do consumo, saindo da circulação (troca), a folha se realiza como valor de uso, sendo literalmente consumida no uso, abandonando sua forma de mercadoria, logo, seu valor de troca. Esta última metamorfose, que ocorre fora do mercado, faz com que a folha seja objeto de trabalho vivo, agora na esfera mágico-religiosa/medicinal, para satisfazer, assim, necessidades humanas de qualquer espécie – como diria Marx (1996, p. 165), independente da “natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia”<sup>99</sup>. Ao proferir enunciações (*ofó*) e cânticos que enaltecem e conclamam a eficácia das propriedades da folha, manipulando-a, delicadamente, o/a *babalorixá/ialorixá*, mediante seu trabalho vivo, opera a metamorfose final da coisa natural, a folha de determinada planta que assume, então, a forma de *ewé*, erva sagrada, cujo uso ritual e terapêutico constitui um dos maiores segredos do candomblé (como e para que usar).

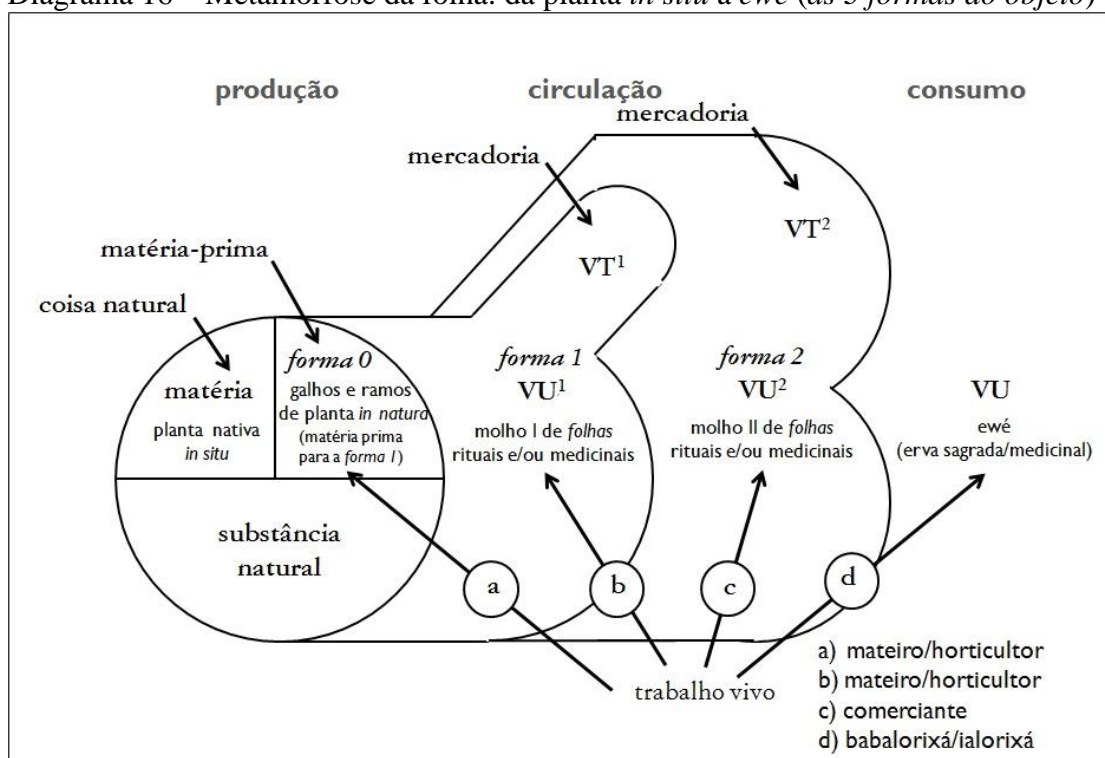
---

<sup>99</sup> Marx (1996, p. 165), em nota de rodapé, faz referência ao desejo, mediante uma citação de BARBON, Nicholas. *A Discourse on Coining the New Money Lighter. In Answer to Mr. Locke's Considerations etc.* Londres, 1696. p. 2-3: “Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo. (...) a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito.”

De fato, o que interessava a Marx, nessa discussão da metamorfose da mercadoria, era a etapa em que a matéria-prima, com a mediação do instrumento, torna-se produto-objeto. Em nosso caso, não é a planta, mas a erva sagrada/medicinal (*ewé*):

Posto que o trabalho vivo modifica o material mediante a sua realização nele – uma modificação que está determinada pela finalidade do trabalho e pela sua atividade finalista (uma modificação que não é como o impor de uma forma ao objeto inerte, forma exterior à substância, simples aparência fugaz de sua existência) –, o material receberá assim uma forma determinada, transformação da substância que se submete à finalidade do trabalho. (MARX *apud* DUSSEL, 2012, p. 175).

Diagrama 16 – Metamorfose da folha: da planta *in situ* a *ewé* (as 3 formas do objeto)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no Esquema 17 de DUSSEL (2012, p. 176).

O Diagrama 15 foi adaptado do Esquema 17 de DUSSEL (2012, p. 176) com a finalidade de auxiliar na compreensão do processo de metamorfose da mercadoria folha, a partir da sua circulação, conforme observado empiricamente durante o trabalho de campo realizado na Feira de São Joaquim e em outros contextos. Nesse sentido, o Diagrama 15 acompanha a circulação da folha e suas metamorfoses, desde o momento da produção, resultante dos trabalhos de extrativismo e/ou de horticultura, passando pela situação de mercado, em que, como mercadoria, assume formas distintas ( $F^0$ ,  $F^1$  e  $F^2$ ) enquanto valor de troca, até o momento em que sai do mercado, da circulação, para adentrar a esfera do consumo, realizando-se como valor de uso. Neste processo de circulação, antes de ser levada ao mercado por seu valor de troca para o produtor/vendedor porque possui valor de uso para o consumidor/comprador, a coisa retirada da natureza é não valor de uso para seu produtor, é a



matéria-prima (galhos e ramos de plantas) que é objeto do trabalho vivo de mateiros e horticultores, transformando-se em folha para consumo ritual/medicinal, sob a forma de molhos, feixes de galhos e ramos coletados/cultivados de determinadas plantas. Uma vez no mercado, a folha é uma mercadoria que integra dois circuitos distintos (a circulação simples e a circulação desenvolvida, como já detalhado anteriormente) nos quais assume formas diferenciadas (Forma 1 e Forma 2), correspondendo a cada uma delas determinados valores de uso ( $VU^1$  e  $VU^2$ ) e valores de troca ( $VT^1$  e  $VT^2$ ). Na primeira metamorfose que ocorre quando a coisa natural (galhos e ramos de plantas), apropriada na natureza, é objeto de trabalho vivo do mateiro/horticultor que a “produz” sob a forma de molhos de folhas “grossas” ou “cheirosas”, o “produto” é levado ao mercado na condição de mercadoria, ou seja, de coisa portadora de valor de troca porque tem valor de uso para terceiros. E estes terceiros incluem o comerciante e o consumidor final. Para o comerciante que compra a mercadoria do produtor/vendedor, esta mercadoria é valor de troca (será fracionada e revendida – mais cara – para o consumidor final, para quem se realiza como valor de uso), mas também é valor de uso para ele, comprador, no sentido de que é um meio para a troca. A utilidade de satisfazer a necessidades físicas ou imaginadas – “do estômago ou da imaginação”, segundo Marx (2013, p. 113) – diz respeito às propriedades de coisa natural para seu consumidor final, no caso, o indivíduo que a utiliza ritual e/ou medicinalmente.

#### **4.4 Trocas, dádivas, mercadorias**

As sociedades humanas precedentes às nossas, ao contrário do que afirma o paradigma da economia clássica e contemporânea, não eram alheias ao mercado, de resto um fenômeno humano recorrente, mas desenvolviam, sim, outros regimes de troca e de contrato, inteiramente distintos, em que dar, receber e retribuir constituía o fundamento das transações humanas. Antecipando a argumentação de Karl Polanyi, Mauss, no *Ensaio sobre a dádiva* (1925), já afirmava o aspecto “enraizado” das relações econômicas na sociabilidade dos indivíduos da comunidade:

Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão

um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. (MAUSS, 2003, pp. 190-191).

Quando a folha sai da esfera da circulação, realizando-se como valor de uso (para usar os termos de Marx), e é consumida na reclusão devota do ritual do candomblé – ou na privacidade doméstica do uso terapêutico –, ela assume a forma de oferenda, uma dádiva que realiza o “valor de vínculo”<sup>100</sup> do devoto com a comunidade religiosa e as divindades, os orixás. A mercadoria, que o era há pouco, no momento em que foi adquirida no mercado, transformou-se agora em oferenda/dádiva, mediada pelas encantações (*ofô*) proferidas e pela manipulação de avivamento de suas propriedades, trabalho vivo conduzido pelo(a) *babalorixá/ialorixá*, num evento revestido de todo o simbolismo do rito litúrgico que acompanha a oferenda votiva que é depositada no assentamento ou *peji*<sup>101</sup> da respectiva divindade ou orixá.

No sistema da dádiva, a coisa dada leva algo do ser do doador que a faz retornar: no candomblé, ao fazer uma oferenda, o devoto se submete ao preceito ritual em que as folhas envolvidas estão relacionadas às divindades da sua cabeça (*ori*) e em algum momento nelas se transmitem seu hálito, seu *axé*, compondo a dádiva que será ofertada num ato devocional e ritualizado, ao mesmo tempo voluntário e obrigatório – dada porque devida – e que será retribuída pela divindade, o *axé* que retorna cada vez que é alimentado.

Para Elbein dos Santos (1976), o *axé*, o conteúdo mais precioso do terreiro, é o fundamento de toda a atividade religiosa, contido nos elementos utilizados nos atos litúrgicos e nos procedimentos rituais. Assim, o *axé* é cultivado e alimentado ao longo do percurso ritual dos indivíduos e da comunidade de culto, ou seja, a cada vez em que, individual ou coletivamente, são feitas oferendas e obrigações às divindades, o *axé* é transmitido, fixado ou revitalizado:

É a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir. Sem *axé*, a existência estaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização. É o princípio que torna possível o processo vital. Como toda força, o *axé* é transmissível: é conduzido por meios materiais e simbólicos e acumulável. É uma força que só pode ser adquirida pela introjeção ou por contato. Pode ser transmitida a objetos ou a seres humanos.

<sup>100</sup> “Os economistas clássicos e Marx, seguindo Aristóteles, afirmam que os bens possuem um valor de uso e um valor de troca. A definição restrita da dádiva permite mostrar que os bens e serviços valem também, e às vezes de maneira preponderante, em função da sua capacidade de criar e reproduzir relações sociais, laços, vínculos sociais. Não possuem, portanto, apenas um valor de uso e um valor de troca, mas também um *valor de vínculo*. Na dádiva, assim caracterizada, o fato fundamental é que o vínculo é mais importante que o bem em si.” (LEITE, 2009, p. 52).

<sup>101</sup> Assentamento ou *peji* é o altar da divindade (orixás, voduns, inquices) onde ficam depositados os símbolos, emblemas, objetos sagrados, recipientes de comidas votivas, quartinhas com água e outros utensílios.

[...] O *axé* é contido numa grande variedade de elementos representativos do reino animal, vegetal e mineral quer sejam da água (doce e salgada) quer da terra, da floresta, do “mato” ou do espaço “urbano”. O *axé* é contido nas substâncias essenciais de cada um dos seres, animados ou não, simples ou complexos, que compõem o mundo. (ELBEIN DOS SANTOS, 1976, pp. 39-40)

No candomblé, determinados vegetais, sejam as folhas e/ou as raízes, os frutos e as sementes, são elementos portadores de *axé*, sendo utilizados de várias maneiras, segundo preceitos e ritos litúrgicos apropriados a cada finalidade, circunstância e divindade e ainda sujeitos às pequenas variações de ordem litúrgica, conforme as “nações” do culto, mas revestidos de segredos e interdições. Assim, as oferendas, os sacrifícios, os rituais de iniciação e de consagração implicam sempre a utilização das folhas/ervas como meio de transmissão, fixação e revitalização do *axé*.

Dada sua importância na prática ritual e a sua significação, [...] *Òsányìm* [é o] *orixá* patrono da vegetação, das folhas e de seus preparados.

As folhas, nascidas das árvores, e as plantas constituem uma emanção direta do poder sobrenatural da terra fertilizada pela chuva e, como esse poder, a ação das folhas pode ser múltipla e utilizada para diversos fins. Cada folha possui virtudes que lhes são próprias e, misturadas a outras, formam preparações medicinais ou mágicas, de grande importância nos cultos, onde nada pode ser feito sem o uso das folhas. (ELBEIN DOS SANTOS, 1976, p. 91).

Estas características do *axé* o aproximam de várias noções de poder mágico, de força mística e sobrenatural presentes nas coisas, na natureza e nos seres, que integram práticas rituais e cerimoniais de muitas sociedades tradicionais, tal como assinalado por Mauss (2003):

A famosa noção de *manitu*, entre os Algonquinos, em particular os Ojibwa, corresponde suficientemente, no fundo, ao nosso *mana* melanésio. A palavra *manitu* designa ao mesmo tempo, (...), não um espírito, mas toda espécie de seres, de forças e qualidades mágicas e religiosas. (...) “as plantas têm *manitu*”; (MAUSS, 2003, pp. 148-149).

É lícito, portanto, concluirmos que em toda parte existiu uma noção que envolve a do poder mágico. É a noção de uma eficácia pura, que no entanto é uma substância material e localizável, ao mesmo tempo que espiritual, que age à distância e no entanto por conexão direta, quando não por contato, móvel e movente sem mover-se, impessoal e assumindo formas pessoais, divisível e contínua. (MAUSS, 2003, p. 151).

Enquanto o mercado compreende mecanismos propiciadores de um padrão de relações de caráter impessoal, tal como assinalado por Weber (1999), ao confrontar em eventos efêmeros sujeitos sociais que se comportam como agentes neutros, a dádiva conserva elementos das relações anteriores que não se eliminam ao encerrar-se a transação dessas trocas. Se o mercado conserva do passado apenas o preço, a dádiva estabelece um vínculo social entre os sujeitos, expresso na tríade “dar, receber, retribuir”, num misto complexo de

liberdade e obrigação. Na dádiva, as coisas em circulação adquirem um valor simbólico e estabelecem um vínculo social entre os agentes, para além do valor de uso e do valor de troca característicos da forma mercadoria no circuito das trocas mercantis. Na situação de mercado, o indivíduo busca desfazer-se da dívida que contrai na compra da mercadoria com o imediato pagamento equivalente ao recebido, enquanto no sistema da dádiva procura alimentar a dívida simbólica, criando o vínculo social.

Ao considerarmos o uso ritual das folhas – a esfera do consumo que está fora, portanto, do circuito da economia – no âmbito privado dos processos ritualizados do candomblé, por exemplo, a coisa folha assumirá um valor de vínculo diferenciado, a depender do circuito de atuação, de operação e de trânsito: sob a forma sagrada de *ewé*, a folha circunscreve-se à esfera da dádiva, na medida em que a coisa (*ewé*) circula como oferenda que, por um ato voluntário do devoto ou iniciado, é presenteada às divindades, consistindo este próprio ato devocional numa “obrigação” (preceito religioso) cuja realização a comunidade religiosa espera que seja praticada pelo devoto/iniciado. Por outro lado, a dádiva, aqui representada pela oferenda que o devoto faz no *peji* do orixá, apesar de sua aparência livre e gratuita, implica, necessariamente, a expectativa de retribuição da coisa ofertada, para que se estabeleça o vínculo entre os sujeitos, neste caso, o devoto e a divindade, o orixá. Revela-se, então, de forma inequívoca, o caráter aparentemente desinteressado da dádiva, que, na realidade, propicia “uma espécie de implícita imposição ao contra-dom” (LEITE, 2009, p.42), manifestando-se, assim, o princípio de reciprocidade, pressuposto por Polanyi (2000), que faz emergir interesses dos sujeitos (do devoto-ofertante, pela graça obtida, e da divindade-orixá, pela fidelidade do praticante), ao produzir, de maneira indireta, vínculos sociais.

A dádiva, ou o dom é indissociavelmente livre e obrigado, interessado e desinteressado. Obrigado porque não se doa qualquer coisa a qualquer pessoa, em qualquer momento e de qualquer modo e porque os momentos e formas de dom, de doação são, em realidade, instituídos socialmente, como bem nota o holismo. Mas, inversamente, se se trata apenas de simples ritual e pura mecânica, expressão obrigatória de sentimentos obrigados de generosidade, então nada mais seria realmente realizado, porque o dom, mesmo se socialmente imposto, assume e adquire sentido somente em certo clima de espontaneidade. (MAUSS, 2003, p. 261).

A oferenda no candomblé, conforme a descrição acima, pode ser considerada como uma manifestação da dádiva da graça, em um processo intenso de vivência do extraordinário, quando o princípio de reciprocidade estabelece laços sociais ou vínculos entre ofertante e divindade, numa relação de troca inteiramente distinta da relação efêmera da troca mercantil, porque se trata de uma troca simbólica. O devoto, ao fazer sua oferenda, de maneira aparentemente livre, voluntária e desinteressada, estabelece um vínculo com a divindade,

sobretudo de caráter simbólico, de tal forma que a retribuição posterior da oferenda feita assume a forma de e representa uma graça concedida pela divindade. Pode ser aplicada aqui, a observação de Mauss sobre o contínuo entrelaçamento dos aspectos utilitário e simbólico, do interesse e do desinteresse que caracteriza a dádiva.

Na dádiva a manutenção da dívida entre os agentes é a condição de reprodução do sistema de trocas, ou seja, o ato de “retribuir” (o contra-dom) o dom recebido é cercado de incerteza, e, assim, habita uma zona de risco no que diz respeito à sua concretização, afastando-se da relação de equivalência entre coisas que define a transação no mercado, onde os agentes buscam liquidar a dívida contraída no ato de compra e venda, à sombra da relação contratual característica da troca mercantil. Mediada pelo dinheiro que paga o equivalente da mercadoria recebida, tal relação contratual encerra a dívida neste ato, esquivando-se, portanto, do surgimento de possíveis vínculos interpessoais. Uma vez que na dádiva a retribuição não é simétrica, nem imediata, sua efetivação posterior acaba por suscitar, e alimentar, o caráter simbólico da dívida. Entre o “receber” e o “retribuir”, estende-se um tempo de dívida simbólica do agente receptor da dádiva. Esse é o tempo de maturação do vínculo social entre os agentes. No exemplo da oferenda do candomblé, esta precisa consumir-se no *peji* da divindade antes que o contra-dom se efetive sob a forma de graça concedida pelo orixá, alimentando o sistema de trocas simbólicas ao estabelecer uma nova dívida que fará tudo recomeçar novamente. O vínculo social assume formas ritualizadas de culto de oferendas, de dons e contra-dons.

Ao contrário da dádiva, o mercado se orienta pela contratualidade efêmera e implícita das relações de compra e venda: o comprador paga no ato a mercadoria que recebe para liquidar a dívida de compra, impedindo, assim, o surgimento de qualquer vínculo interpessoal com o vendedor. Mas, quando as mateiras da Pedra, que são vendedoras, na Feira de São Joaquim compram entre si, isto é, quando adquirem de outras mateiras as mercadorias (folhas) de que precisam para completar um pedido de seus fregueses (compradores/barraqueiros), acabam estabelecendo um estreito vínculo interpessoal com as colegas de atividade, com quem criam laços de interdependência, amizade e solidariedade e junto a quem, igualmente, ao final das transações do mercado naquela jornada, irão quitar a dívida contraída. Vale observar que, mesmo nessa situação de mercado há outras determinações, que não apenas o ganho monetário, envolvendo as trocas. A lealdade e a solidariedade entre os supostos “concorrentes” ou “competidores” da definição (neo)clássica do *homo oeconomicus* são a manifestação mais evidente da existência de relações comunitárias, de vínculos simbólicos, com a formação de redes sociais, de caráter espontâneo, que caracterizam o sistema da dádiva.

As mateiras sabem que o mercado (afinal tudo que é levado por outrem, lhes é pago depois, ao preço do mercado, e numa próxima ocasião a situação pode ser invertida, com o devedor passando a credor) estabelece um regime diferente da “forma necessária da troca” (MAUSS, 2003, p.188). Observa-se, assim, a emergência de um padrão de relação comunitária no contexto do mercado que contradiz as afirmações de Weber (1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A origem e a essência de nossa riqueza estão contidas na radiação, que despende energia - riqueza - sem retorno. O sol dá sem receber.*

Georges Bataille

O objetivo que nos empenhamos por alcançar ao longo da investigação que fundamentou esta tese foi compreender a configuração do mercado das folhas em Salvador, com seus mecanismos, processos e dinâmicas singulares, concebendo-o como estruturas sociais que envolvem os sistemas de produção, circulação (e consumo) de bens simultaneamente econômicos e simbólicos (de uso mágico-religioso e medicinal) e as interações sociais dos seus agentes. Examinamos a configuração de um mercado em que a cultura e as formas da tradição religiosa afrobrasileiras partilham significados, identidades, práticas cotidianas e normas localmente enraizadas, socialmente construídas por grupos sociais que, não se constituindo como uma comunidade *strictu sensu*, o são em situação de convivência e forte interação social, em decorrência das alternativas de reprodução social de que se valem, indo ao mercado.

Considerando sua configuração geral, o mercado de plantas rituais em Salvador apresenta-se constituído por duas esferas interdependentes e complementares de circulação de mercadorias, cujas respectivas estruturas possuem graus diferenciados de complexidade. Em síntese, pode-se afirmar que coexistem, lado a lado, uma esfera de “circulação simples de mercadoria”, representada, sobretudo, pelas transações de compra e venda que se realizam no transcorrer da madrugada no Mercado da Pedra, quando os próprios produtores (mateiros e horticultores) vendem folhas “grossas” e “frias” em grandes quantidades a compradores costumeiros (feirantes, ambulantes e consumidores avulsos), e uma esfera de “circulação desenvolvida”, representada por uma rede de comércio retalhista que envolve comerciantes da própria Feira de São Joaquim e de outras feiras e mercados da cidade, além de comerciantes de lojas e vendedores ambulantes dispersos pela cidade.

A “circulação simples de mercadoria” é a forma simples de circulação, a forma imediata da circulação, conforme a concepção clássica de Marx, representada pelo esquema (M – D – M), mercadoria *a* – dinheiro – mercadoria *b*, ou vender para comprar. Assim, aplicado ao mercado de folhas na Pedra, em São Joaquim, o esquema da circulação simples põe em confronto o mateiro/horticultor e o comerciante/barraqueiro como possuidores das mercadorias folha e dinheiro, respectivamente, nas posições de vendedor e comprador. O

mateiro/horticultor leva a mercadoria folha ao mercado para ser vendida, preferencialmente, ao comerciante/barraqueiro<sup>102</sup>, para quem ela possui um valor de troca, ou, diretamente, ao consumidor final, para quem a folha possui valor de uso, e este, ao comprá-la para seu consumo, retira-a da circulação.

Do ponto de vista dos produtores-fornecedores que abastecem, três vezes por semana, o Mercado da Pedra com plantas rituais/medicinais, sua atividade se encerra com a venda da mercadoria trazida para seus contumazes compradores que a retiram dessa circulação simples. A jornada do Mercado da Pedra, na efêmera duração de 3 ou 4 horas, põe em circulação quantidades consideráveis de itens vegetais, cujo processo de apropriação social na natureza, segundo determinações de consumo mágico-religioso e terapêutico, emanadas, notadamente, da esfera das religiões afrobrasileiras, conduz tais itens ao estado de mercadoria<sup>103</sup>, fazendo entrecruzar-se os âmbitos da economia e da cultura.

Por outro lado, quando o comprador é o comerciante estabelecido em feiras, mercados, lojas e bancas da cidade, que fraciona a porção adquirida e revende a mercadoria, extraindo-lhe mais valor, encontramos o agente social que faz a mediação entre as duas formas de circulação (simples e desenvolvida), sendo, neste caso, o principal representante da circulação do dinheiro como capital, constituindo-se como o “capitalista” que antecipa o dinheiro para produzir mais dinheiro, numa clara demonstração empírica do outro clássico esquema de Marx (D – M – D’), dinheiro – mercadoria – mais dinheiro, ou comprar para vender.

Quanto à questão do lucro nas vendas (pelo comerciante retalhista), percebe-se que resulta tanto da diferença entre o preço de compra e o de (re)venda, quanto da medida (porção) do produto na compra e na revenda (ao revender a folha, o retalhista fraciona o molho adquirido em até oito pequenos molhos, vendendo a unidade a um preço três vezes superior ao do molho comprado, produzindo, ao final, um ganho superlativo). Dessa forma, ao explorar as oportunidades de um mercado tradicional, esses comerciantes de grandes quantidades contribuem, com suas práticas “capitalistas”, para a persistência daquele mercado “africano” (apesar da evidente situação de dependência), e, por conseguinte, asseguram o atendimento das determinações da demanda da tradição religiosa afrobrasileira na contemporaneidade.

---

<sup>102</sup> O barraqueiro e/ou ambulante, por sua vez, após desdobrar o molho adquirido em outras porções, menores, as venderá por um preço várias vezes superior ao que pagou, caracterizando, assim, a esfera da circulação desenvolvida, de que falamos.

<sup>103</sup> No estado de mercadoria, o valor de uso e valor de troca coexistem dialeticamente na folha, que no Mercado da Pedra é, simultaneamente, bem econômico e simbólico significativo para os agentes sociais envolvidos em sua produção, circulação e consumo.



Obviamente, o conjunto de agentes sociais do Mercado da Pedra tem uma composição fluutuante: alguns deles têm uma frequência instável, vêm por certos períodos, desaparecem por outros e, muitas vezes, não retornam. Contudo, aquela “comunidade de mercado”, constituída por grupos de indivíduos conhecidos e habituais – produtores-vendedores, consumidores-compradores de grandes e pequenas quantidades de folhas – cria uma estrutura social. De fato, como mencionado em vários momentos desta tese, os agentes sociais do Mercado da Pedra se envolvem, a cada jornada, em relações sociais baseadas na confiança mútua, na cooperação, na amizade e na dependência<sup>104</sup>, mais duradouras que o efêmero contrato implícito do ato de compra/venda. A reciprocidade e a solidariedade que se evidenciam, por exemplo, nas práticas cotidianas do “empréstimo”<sup>105</sup> de folhas entre as mateiras do Mercado da Pedra, são alguns dos laços sociais tradicionais<sup>106</sup> que, opondo-se à impessoalidade, à competição e à concorrência características do mercado capitalista, segundo a análise weberiana clássica, aproximam-no do contexto dos mercados africanos.

Verger e Bastide (1992, p. 123) falam da “coexistência de comunidades tradicionais com uma economia do tipo capitalista” a propósito de sociedades latino-americanas, estudadas por pesquisadores norte-americanos<sup>107</sup>, e de sociedades da África ocidental, pesquisadas por eles próprios<sup>108</sup>. Os estudos destacaram a coexistência num mesmo indivíduo, de duas condutas distintas, e, aparentemente, contraditórias: uma baseada no lucro e a outra, no respeito às tradições ancestrais. Os autores assinalam ainda duas categorias de comércio encontradas nos mercados nagôs do Baixo-Benin: um comércio tradicional que ocorre nas feiras, para onde são levadas as mercadorias pelos produtores da região que, ao vendê-las, obtêm o rendimento que lhes permite comprar outras mercadorias da região, a serem comercializadas em outras feiras; e um comércio, introduzido recentemente por árabes e

<sup>104</sup> Como o demonstrava, num misto de generosidade e interesse, a performance mercantil de Gigante, o *big man* do Mercado da Pedra.

<sup>105</sup> Quando as mateiras compram entre si, mediante os empréstimos que visam a atender um pedido ou uma encomenda do comerciante-comprador, estreitam o “vínculo social” com as companheiras. Como falava Helena, mateira de Mapele, “eu compro das colegas, eu ajudo elas, elas me ajuda, é assim...” (Entrevista, 2015).

<sup>106</sup> A hegemonia feminina, a importância das relações de parentesco, o etnoconhecimento das plantas e sua transmissão intergeracional pela tradição oral são alguns dos aspectos convergentes com as matrizes sociais africanas desses grupos sociais.

<sup>107</sup> Dentre estes pesquisadores, destacam-se Robert Redfield (1941), que realizou pesquisas na península de Yucatan desde meados dos anos 1930, Sanford Mosk (1954), Sol Tax (1964) e Charles Nagley, que concentraram seus estudos em comunidades tradicionais da América Central, sobretudo na Guatemala.

<sup>108</sup> No verão de 1958, Pierre Verger e Roger Bastide realizaram um estudo sobre as feiras nagôs do baixo Benin, tendo publicado, em 1959, o artigo original *Contribution à l'étude sociologique des Marchés Nagôs du Bas-Dahomey*, nos Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée (Paris), no número 95, de novembro de 1959.

européus, com mercadorias adquiridas diretamente dos produtores que são vendidas em lojas. De alguma forma, também podemos reconhecer aqui, grosso modo, as duas formas clássicas de circulação de mercadorias, a “forma simples de circulação” e a “forma desenvolvida”, conforme a análise de Marx, que já identificamos no mercado de folhas em Salvador.

O “comportamento do tipo capitalista”, de busca incessante pelo lucro, referido por Verger e Bastide, coexiste, pois, em determinadas situações, com o comportamento tradicional e comunitário dos mercados do Baixo Benim que, por sua vez, contribuem para a consolidação daquele. A convivência relacional e complementar de estruturas tradicionais e modernas tem, portanto, no Mercado da Pedra, na Feira de São Joaquim, sua expressão singular nas transações envolvendo as folhas de uso ritual e/ou medicinal.

Isso quer significar que, não obstante a hegemonia do modo de produção capitalista contemporâneo, pode-se pensar no mercado como muitos mercados paralelos, no sentido de que estão sempre em mutação e que é possível a coexistência de estruturas diferenciadas de modos de reprodução social das condições materiais de existência. Neste sentido, deve-se questionar a capacidade da ciência econômica (e apenas dela, em sua suposta autossuficiência metodológica e epistemológica) de produzir a análise do que ocorre no mercado (como já afirmara Polanyi). A diversidade de relações sociais mediante as quais os agentes põem o mercado em funcionamento conclama o aporte de contribuições teóricas oriundas de outros campos de conhecimento como a Sociologia e a Antropologia, que possam apreender os sentidos e as subjetividades aí presentes e, sistematicamente, ignoradas pela racionalidade maximizadora do frio interesse econômico.

Afirma-se, assim, nesta tese, a pertinência do olhar antropológico interessado sobre a forma como as relações singulares de troca são socialmente construídas pelos agentes e sobre os significados culturais que se revelam nas coisas em estado de mercadoria como as folhas que circulam pelo Mercado da Pedra. Observa-se – e este é o argumento central desta tese – que o *axé* está contido nas folhas em circulação mercantil, ainda que em seu estado latente, de potência a ser “avivada” por manipulações e encantações (*ofô*) do/da *babalorixá/ialorixá*. Estes aguardam-nas no recôndito dos *pejis*, quando elas abandonam o mercado e se efetivam como *ewé*. Mauss (2003, p. 295), atualizando as noções do *hau* maori e do *mana* polinésio, assinala que “as coisas vendidas têm ainda uma alma, são ainda seguidas pelo antigo proprietário e o seguem”. Pode-se pensar que as folhas, como coisas que existem na natureza e pertencem a *Ossaim*, o seu guardião e conhecedor dos seus segredos, têm seu “dono” mítico e primevo a lhes seguir em sua circulação social pelo mercado, compelindo a que, no

momento da oferenda pelo devoto/sacerdote no *peji* do orixá, sejam a ele devolvidas<sup>109</sup>, reincorporando-se ao seu domínio, alimentando, assim, o ciclo universal das dádivas-trocas, dar, receber, retribuir.

---

<sup>109</sup> A oferenda (folha) precisa consumir-se no *peji* da divindade antes que o contra-dom se efetive.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, 2, pp. 35-64. nov. 2004.
- \_\_\_\_\_. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 65-97, jun. 2009.
- ALBUQUERQUE, U. P. de. *Folhas Sagradas*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Plantas medicinais e mágicas comercializadas nos mercados públicos de Recife-Pernambuco. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 25, pp. 7-15. 1997b.
- \_\_\_\_\_. *O Dono do Segredo: o uso de plantas nos cultos afro-brasileiros*. Recife: UPEEA/UFRPE, 2007.
- \_\_\_\_\_. Plantas medicinais e mágicas comercializadas nos mercados públicos de Recife - Pernambuco. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 25, pp. 7-15. 1997b.
- \_\_\_\_\_. Referências para o estudo da etnobotânica dos descendentes culturais do africano no Brasil. *Acta Farmacéutica Bonaerense*, 18: 299-306, 1999.
- ALBUQUERQUE, U. P. et al. Medicinal and magic plants from a public market in northeastern Brazil. *Journal of Ethnopharmacology*, 110: 76-91, 2007.
- ALMEIDA, M. Z. *Plantas Mediciniais*. 2 ed. Salvador: Editora da UFBA, 2003.
- ALMEIDA, M. Z. de; PRATA, E. M. *Levantamento da flora medicinal comercializada na Cidade do Salvador, Bahia*. Salvador: Laboratório de Produtos Naturais da Escola de Farmácia da UFBA, 1990. Mimeo.
- AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios da cidade do Salvador*. 13 ed. São Paulo: Martins, 1967.
- APPADURAI, A. *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- ARJONA, F. B. S.; MONTEZUMA, R. de C. M.; SILVA, I. M. Aspectos etnobotânicos e biogeografia de espécies medicinais e/ou rituais comercializadas no Mercado de Madureira, RJ. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 41-50, Outubro, 2007.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade de Salvador*. 3 ed. Salvador: Itapuã, 1969.
- AZEVEDO, S. K. S.; SILVA, I. M. Plantas medicinais e de uso religioso comercializadas em mercados e feiras livres no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, Feira de Santana, v. 20, n. 1, p. 185-194. 2006.
- BAKHTIN, M. M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1987.

BARBOSA DE ALMEIDA, M. W. Marxismo e Antropologia. In: BOITO JR. A.; TOLEDO, C. N. de. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã/FAPESP/CEMARX, 2003, pp. 75-85.

BARROS, J. F. P. de. *O Segredo das Folhas: sistema de classificação de vegetais no candomblé jêje-nagô do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 1993.

BARROS, J. F. P. de; NAPOLEÃO, E. *Ewé Òrìsà - Uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de Candomblé Jêje-Nagô*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

BASTIDE, R. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, P. Diálogo sobre a Poesia Oral na Cabília: entrevista de Mouloud Mammeri a Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 26, pp. 61-81, junho 2006.

\_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *Las Estructuras Sociales de la Economía*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 4º do art. 225 da Constituição Brasileira, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica [...]. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 maio, 2015.

BRAUDEL, F. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAGA, J. *Oritamaejí: o antropólogo na encruzilhada*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2000.

BRANDÃO, M. de A. (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

CAMARGO, M. T. L. *Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros*. São Paulo: ALMED, 1988.

\_\_\_\_\_. As plantas na medicina popular e nos rituais afro-brasileiros. *Investigações folclóricas*, vol. 13, Buenos Aires, Argentina, 1998a. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/herbarium/plantas.html>>. Acesso em: 02.09.2009.

\_\_\_\_\_. *Plantas medicinais e de rituais afro-brasileiros II*. Estudo Etnofarmacobotânico. São Paulo: Ícone, 1998b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Unesp; Paralelo 15, 1998.

- CARNEIRO, E. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Religiões Negras, Negros Bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- CARYBÉ. *As Sete Portas da Bahia*. 48 ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COASE, R. H. The Nature of the Firm. *Economica*, New Series, Vol. 4, No. 16. (Nov., 1937), pp. 386-405. Disponível em <<http://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>>. Acesso em 30/09/2016.
- CONDER. *Dados Cadastrais da Feira de São Joaquim - 2010. Relatório Técnico*. CONDER, 2010.
- COSTA E SILVA, A. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, Maio/Agosto, 1994.
- DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Ed. Hucitec; NUPAUB – USP, 2000.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- DUSSEL, E. *A Produção Teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ELBEIN DOS SANTOS, J. *Os Nagô e a Morte: padê, axexê e o culto egun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- ERMAKOFF, G. *O Negro na Fotografia Brasileira do Século XIX*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004.
- FAUSTO, C. Donos demais: Maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, 14(2): 329-366, 2008.
- FEIRANTES ocupam boxes em São Joaquim. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27. jun.2016.
- FELICIANO, J.; CASAL, A. Y. *Antropologia Económica, velhos e novos campos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2006.
- FERNANDES, F. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- FERREIRA, B. da S.; COSTA, R.; NUNEZ, C. V. Algumas dimensões do mercado da biodiversidade em Manaus AM. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 5, n.1, mar.2011, pp. 103-111.
- FISH, S. Como reconhecer um poema ao vê-lo. *Palavra*. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Letras / Semestral, número 1, 1993

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. A Sociologia dos Mercados. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. 2012.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mocambos*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GARCIA-PAPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Seropédica - RJ, ano 11, n. 20, p. 5-44, abr. 2003.

GIL, G.; CAPINAN, J. C. Água de Meninos. In: GIL, Gilberto. *Louvação*. Rio de Janeiro: Philips, 1967. Disco sonoro 33 1/3 rpm, 12 polegadas. Lado B, Faixa 5.

GILBERT, B.; FERREIRA, J. L. P. e ALVES, L. F. *Monografias de Plantas Mediciniais Brasileiras e Aclimatadas*. Curitiba: ABIFITO, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Farmanguinhos, 2005.

GODBOUT, J. T. Introdução à Dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, nº 38, São Paulo, outubro, 1998.

GODELIER, M. *Economía, Fetichismo y Religión en las Sociedades Primitivas*. Madrid: SigloVeintiuno, 1974.

\_\_\_\_\_. *Horizontes da Antropologia*. Lisboa: Edições 70, sd.

\_\_\_\_\_. *Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades*. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Marco Aurélio A. de F. Escravismo e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de salvador no século XIX. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador, v.3, n.4/5, 1990, p. 9-19.

GORDILHO SOUZA, A. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, BA, SEI, v.9, n.4, p. 53-73, março 2000.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. *O Capital - Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996. v. I, Livro Primeiro (O Processo de Produção do Capital), Tomo 1.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. *RAE - eletrônica* - v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007. Disponível em <[www.rae.com.br/eletronica](http://www.rae.com.br/eletronica)>. Acesso em 12/07/2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-95, maio, 1999.

- HERSKOVITS, M. The negro in Bahia, Brazil: a problem in method. *American Sociological Review*, 8: 394-402, 1943.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p.25-44, jan./jun. 2012.
- JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J.; DESLAURIES, J-P.; GROULX, L-H.; et al. *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 254-294.
- LANDES, R. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEFF, E. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEITE, F. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, n 18-19 (1): 103-118, 1995/1996. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74962/78528>>. Acesso em 14/09/2016.
- LEITE, K. C. Apontamentos e perspectivas teóricas derivadas do pensamento de Marcel Mauss e sua relevância para a análise sociológica das formas alternativas de economia. *Campos* 10(2): 41-58, 2009.
- LIMA, V. da C. *A Família-de-Santo nos Candomblés Jeje-Nagô da Bahia: um estudo de relações intragrupais*. Salvador: Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFBA, 1977.
- LORENZI, H. e MATOS, F. J. de A. *Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas cultivadas*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.
- MACÊDO, M. H. G. de. Mangaba. In: CONAB. *Proposta de preços mínimos Safra 2013-2014 - produtos da sociobiodiversidade*. v. 3. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2013.
- MACHADO, V. Tradição oral e vida africana e afro-brasileira. In: SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (orgs.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- MAIA, V. Água de Meninos. In: HEBEISEN, K. (org.). *Coleção Recôncavo*. Ilustrações de Carybé. Salvador: Turista, 1951.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MAIOLI-AZEVEDO, V.; FONSECA-KRUEL, V. S. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul. *Acta Botanica Brasilica*, Feira de Santana, v. 21, n. 2, p. 263-275, 2007.



MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MAQUET, J. *La experiencia estética*. Madrid: Celeste, 1999.

MARTINS, C.; MARINHO, R. *Iroco: o orixá da árvore e a árvore orixá*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MARTINS, P. H. Dádiva, Solidariedade e Vínculo Social: reflexões sobre a atualidade da Escola Francesa de Sociologia. XXVII Encontro da ANPOCS, Caxambu, outubro/2003. Disponível em < <http://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt23-17/4309-pmartins-dadiva/file> >. Acesso em 1 de julho de 2015.

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Espanha: Siglo XXI Editores, 1971.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. vol. I.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. vol. II.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. vol. I. Tomo 1.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. vol. I. Tomo 2.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1968]. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. vol. I.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole, pp.72-87. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4710/3971?journal=atelie?journal=atelie>> Acesso em 12/março/2016.

MATOS, F. J. de A. *Farmácias Vivas: Sistema de Utilização de Plantas Mediciniais Projetado para pequenas Comunidades*. 4 ed. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

MATTOSO, K. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEUNIER, R. Formas da Circulação. In: POUILLON, F. (dir.). *A Antropologia Econômica: correntes e problemas*. Lisboa: Edições 70, 1978. p. 203-252.

MOLINA, J. L.; VALENZUELA, H. *Invitación a la Antropología Económica*. Barcelona: Bellaterra, 2007.

MOSK, S. A. Indigenous Economy in Latin America. *Inter-American Economic Affairs*, VIII (1954), p. 3-26 (Washington, D. C.).

NINA RODRIGUES, R. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

\_\_\_\_\_. *Os Africanos no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1988.

NORA, F. D.; ZANINI, M. C. A feira como um espaço de sociabilidade. *Revista Retratos de Assentamentos*, v.18, n.1, 2015. Disponível em <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/185/169>>. Acesso em 13/03/2016.

OLIVEIRA, O. *Turismo, Cultura e Meio Ambiente: Estudo de Caso da Lagoa do Abaeté – Itapuã (Salvador/Ba)*. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília. 2009. Dissertação de Mestrado. Disponível em <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4199/1/2009\\_OrlandoJoseRibeirodeOliveira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4199/1/2009_OrlandoJoseRibeirodeOliveira.pdf)>. Acesso em 26 de agosto de 2016.

OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, O. *Na Trilha do Caboclo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

PACHECO, L. Estratégias de Obtenção de Plantas de Uso Litúrgico em Terreiros de Candomblé de Salvador. In: SERRA, O. et al (orgs.). *O Mundo das Folhas*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: UFBA, 2002a.p. 195-208.

\_\_\_\_\_. No Princípio, o Mercado. In: SERRA, O. et al (orgs.). *O Mundo das Folhas*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: UFBA, 2002b. p. 211-221.

PARÉS, L. N. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PEIRANO, M. G. S. Onde está a Antropologia? *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 67-102, 1997.

PIERSON, D. *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Nacional, 1971.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Subsistência do Homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POUILLON, F. (dir.). *A Antropologia Económica: correntes e problemas*. Lisboa: Edições 70, 1978.

POUPART, J.; DESLAURIES, J-P.; GROULX, L-H.; et al. *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n. 52, setembro/dezembro, 2004.

\_\_\_\_\_. O jogo dos fragmentos africanos. *Revista USP*, São Paulo, n. 18, pp. 80-91, 1993.

\_\_\_\_\_. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRESTIPINO, G. *El Pensamiento filosófico de Engels: naturaleza y sociedad en la perspectiva teórica marxista*. Mexico: SigloVeintiuno, 1977.

QUERINO, M. *Costumes Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, nº 57, fevereiro 2005. pp. 127-208. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a08v2057.pdf>>. Acesso em 15/03/2011.

RAMOS, A. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. 3ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Negro Brasileiro: Etnologia religiosa*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1940. v. 1.

REDFIELD, R. *The Folk Culture of Yucatan*. University of Chicago Press: Chicago, 1941.

REFORMA se arrasta e causa problemas para os feirantes em São Joaquim. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 24.mai.2014.

REIS, B. P. W. O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 18, nº 52, junho 2003. pp. 55-79. Disponível em <[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0102-69092003000200004&pid=S0102-69092003000200004&pdf\\_path=rbcso/v18n52/18066.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0102-69092003000200004&pid=S0102-69092003000200004&pdf_path=rbcso/v18n52/18066.pdf)>. Acesso em 26/04/2014.

REQUALIFICAÇÃO da Feira de São Joaquim deve ser concluída depois da Copa 2014. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 31.jan.2013.

REZENDE, E. A.; RIBEIRO, M. T. F. Conhecimento tradicional, plantas medicinais e propriedade intelectual: biopirataria ou bioprospecção? *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, v. 7, n. 3, pp. 37-44, 2005.

RIBEIRO DOS SANTOS, C. H. Consumindo o candomblé: estudos sobre a comunicação dos objetos dessacralizados e trocas sígnicas na pós-modernidade. *E-Compós Revista da*

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto 2006. Disponível em <[www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos)>. Acesso em 23/10/2012.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 23, nº 66 fevereiro/2008. pp. 131-138.

SAMPAIO, C. N. *50 Anos de Urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SANTILLI, J. Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: o Novo Regime Jurídico de Proteção. *Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, n. 9, p. 21-73, 2015. Disponível em <<https://www.mpdft.mp.br/revistas/index.php/revistas/article/viewFile/186/221>> Acesso em 12 novembro de 2016.

SANTOS, M. *O Centro da Cidade do Salvador: estudo de Geografia Urbana*. Salvador: Progresso, 1958.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SATO, L. *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*. n. 19, Edição Especial 1:, 95-102, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea13.pdf>. Acesso em 13/12/2015.

SCHIMDT, A. *El Concepto de Naturaleza en Marx*. 2 ed. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982.

SERRA, O. et al (orgs.). *O Mundo das Folhas*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: UFBA, 2002.

SERRA, O. A Etnobotânica do Candomblé Nagô da Bahia: cosmologia e estrutura básica do arranjo taxionômico. In: CAROSO, C. e BACELAR, J. (orgs.). *Faces da Tradição Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

\_\_\_\_\_. O mundo das folhas: notas. Salvador, 2008. Disponível em <[www.ordep Serra.wordpress.com](http://www.ordep Serra.wordpress.com)>. Acesso em 15 de setembro de 2010.

SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, pp. 46-63, jan./jun. 2007.

SILVEIRA, R. da. *O Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*. Salvador: Maianga, 2006.

SOUZA, M. N. C. *A Teia da Feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia*. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

- SOUZA, R. M.; COSTA, J. J. Gênero e espaço na apropriação fitogeográfica de *Hancornia Speciosa* Gomes em Sergipe, Brasil. *Revista Geográfica Acadêmica*, Boa Vista, v. 5, n. 2, pp. 5-16, dez 2011.
- SOUZA, R. M.; SILVA, R. de C. M. Territorialidade e apropriação social da natureza pelos saberes e usos de plantas medicinais em Juazeiro-BA. *Revista VITAS*, Niterói, n. 3, jun. 2012.
- STEINER, P. *A Sociologia Econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.
- \_\_\_\_\_. Mercado, transação e laços sociais: a abordagem da sociologia econômica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 20, núm. 42, pp. 111-120, jun. 2012.
- SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 16, nº 2, novembro 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a01.pdf>>. Acesso em 05/04/2011.
- \_\_\_\_\_. *Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica*. Rio de Janeiro: Beca/UFRJ, 2003.
- TAUSSIG, M. T. *O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul*. São Paulo: UNESP, 2010.
- TAVARES, O. *Bahia: imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [198-?].
- TAX, S. Penny Capitalism: A Guatemalan Indian Economy. *Technology and Culture*. v. 5, nº 2 (Spring, 1964), pp. 274-276.
- TEIXEIRA, A. Marx e a Economia Política: a crítica como conceito. *Econômica*, Niterói, v. II, n. 4, pp. 85-109, dezembro 2000.
- TERRAY, E. *O marxismo diante das sociedades primitivas*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- TOLEDO, V. M. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. *Relaciones* 136, Mexico, outono 2013, pp. 41-71.
- \_\_\_\_\_. La racionalidad ecológica de la producción campesina. Disponível em <<http://www.clades.cl/revistas/5/rev5art3.htm>>. Acesso em 12/10/2014.
- \_\_\_\_\_. Metabolismos rurales: hacia una teoría económico-ecológica de la apropiación de la naturaleza. In: *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*. vol. 7: 1:26, 2008. Disponível em <[http://www.redibec.org/IVO/rev7\\_01.pdf](http://www.redibec.org/IVO/rev7_01.pdf)>. Acesso em 09/10/2014.
- TOLEDO, V. M.; MOLINA, M. G. El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. Disponível em <<https://transecos.files.wordpress.com/2014/04/metabolismo-social-las-relaciones-entre-sociedad-y-naturaleza.pdf>>. Acesso em 09/10/2014.
- VASCONCELOS, P. de A. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. *GeoUSP Espaço e Tempo*. São Paulo, n.20, p. 19-30, 2006.
- VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. *Rev. Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 39, p. 41-68, Porto Alegre,

Jan/jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n39/v19n39a03.pdf>. Acesso em 13/12/2015.

VERGER, P. Cartas de um brasileiro estabelecido no século XIX na Costa dos Escravos. *Anhembi*, São Paulo, ano II, v. 6, n. 7, p. 212-253, 1952.

\_\_\_\_\_. *Orixás: deuses iorubás na África e no novo mundo*. Salvador: Corrupio, 1981.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o Culto dos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos e na Antiga Costa dos escravos na África*. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Etnografia religiosa iorubá e proibidade científica*. *Revista Religião e Sociedade*. São Paulo, n. 8, pp. 3-10, 1982.

VERGER, P.; BASTIDE, R. Contribuição ao estudo dos mercados nagô do Baixo Benin. In: VERGER, P. *Artigos*. São Paulo: Corrupio, 1992. p. 122-159.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia no Século XVII*. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.

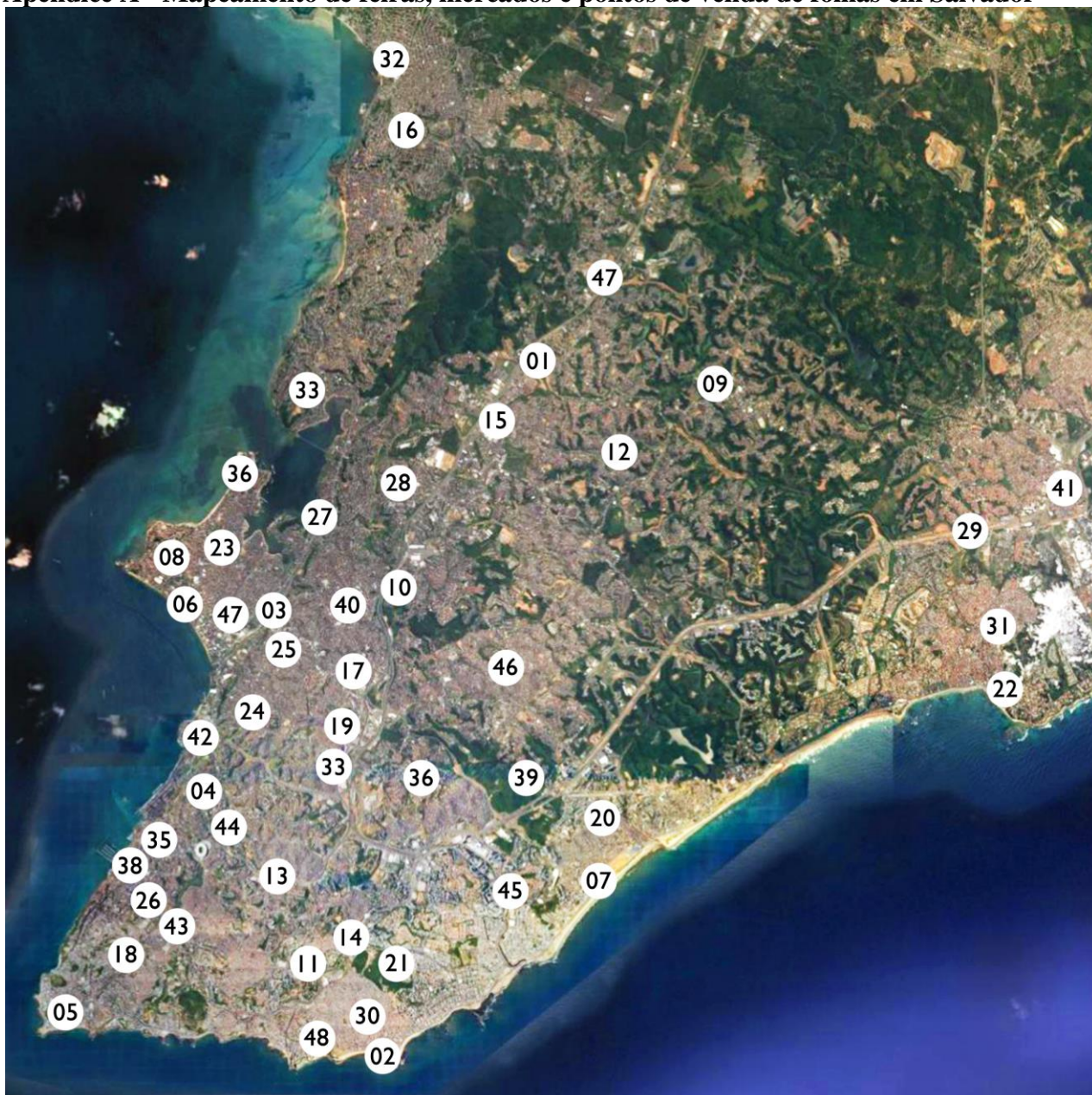
WANDERLEY, F. Avanços e Desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 17, 1, pp. 15-38. jan./jun. 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 1.

ZELIZER, V. Dualidades perigosas. *Mana*, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p. 237-256, abril, 2009.

### Apêndice A - Mapeamento de feiras, mercados e pontos de venda de folhas em Salvador



#### Legenda

01 - Águas Claras	18 - Garcia	34 - Plataforma
02 - Amaralina	19 - IAPI	35 - Relógio de São Pedro
03 - Baixa do Fiscal	20 - Imbuí	36 - Resgate (Cabula)
04 - Barbalho	21 - Itaigara	37 - Ribeira
05 - Barra	22 - Itapuã	38 - Rosário (Av. Sete)
06 - Boa Viagem	23 - Jardim Cruzeiro	39 - Saboeiro
07 - Boca do Rio	24 - Japão (Largo do)/Liberdade	40 - São Caetano
08 - Bonfim	25 - Largo do Tanque	41 - São Cristóvão
09 - Cajazeiras X	26 - Largo Dois de Julho	42 - São Joaquim
10 - Calabetão	27 - Lobato	43 - São Raimundo
11 - Candeal	28 - Marechal Rondon	44 - Sete Portas
12 - Castelo Branco	29 - Mussurunga	45 - STIEP
13 - Cosme de Farias	30 - Nordeste de Amaralina	46 - Tancredo Neves
14 - Cruz da Redenção	31 - Nova Brasília	47 - Uruguai
15 - Dom Avelar	32 - Paripe	48 - Vale das Pedrinhas
16 - Fazenda Coutos	33 - Pau Miúdo	49 - Valéria
17 - Fazenda Grande do Retiro		

### Apêndice B- Relação das espécies de plantas comercializadas no Mercado da Pedra

Nº	Nome popular	Nome científico (Espécie, Gênero, Família)
001	Abacate	<i>Persea gratissima</i> Gaertn. Lauraceae
002	Abre-caminho	<i>Baccharis salzmännii</i> DC. Asteraceae
003	Acocí	<i>Tilesia baccata</i> (L.) Pruski Asteraceae
004	Água-de-alevante-graúdo	<i>Alpinia zerumbet</i> (Pers.) Burt & Smith. Zingiberaceae
005	Água-de-alevante-miúdo	<i>Mentha gentilis</i> L. Lamiaceae
006	Akokô	<i>Newbouldia laevis</i> Seem. Bignoniaceae
007	Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L. Lamiaceae
008	Alfavaca-de-galinha	<i>Ocimum gratissimum</i> L. Lamiaceae
009	Alfavaca-de-cobra	<i>Peperomia pellucida</i> Kunth. Piperaceae
010	Alfazema branca	<i>Vitex agnus-castus</i> L. Verbenaceae
011	Algodão	<i>Gossypium barbadense</i> L. Malvaceae
012	Alumã	<i>Vernonia condensata</i> Baker Asteraceae
013	Amescla	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Mart. Burseraceae
014	Anador	<i>Justicia</i> sp. Acanthaceae
015	Araçá	<i>Psidium guajava</i> Raddi Myrtaceae
016	Aroeira (vermelha)	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi Anacardiaceae
017	Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L. Rutaceae
018	Assa peixe	<i>Vernonia brasiliensis</i> (L.) Druce Asteraceae
019	Babosa	<i>Aloe vera</i> Mill Liliaceae
020	Balaio-de-velho	<i>Centratherum punctatum</i> Cass. Asteraceae
021	Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Mimosaceae
022	Barbatimão	<i>Pithecellobium filamentosum</i> Benth. Mimosaceae
023	Barril	
024	Batata de praia	<i>Ipomoea fistulosa</i> Mart. Convolvulaceae
025	Bela emília	<i>Plumbago scandens</i> L. Plumbaginaceae
026	Bem-me-quer	<i>Wedelia trilobata</i> L. Asteraceae
027	Bete	<i>Piper aduncum</i> L. Piperaceae
028	Bete branco	<i>Piper amalago</i> Linn. var. <i>medium</i> (Jacq.) Piperaceae
029	Birreiro	<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer Meliaceae
030	Bredo, bredo-de-porco, caruru	<i>Amaranthus viridis</i> L. Amaranthaceae
031	Buchinha, buchinha do norte	<i>Luffa operculata</i> Cogn. Cucurbitaceae
032	Cabeça-de-frade	<i>Melocactus salvadorensis</i> Werd. Cactaceae
033	Café	<i>Coffea arabica</i> L. Rubiaceae
034	Caiçara, jurubeba-verdadeira	<i>Solanum paniculatum</i> L. Solanaceae
035	Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> L. Anacardiaceae
036	Camará, cambará	<i>Lantana camara</i> L. Verbenaceae
037	Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume Lauraceae
038	Cansanção	<i>Cnidioscolus urens</i> (L.) Arthur Euphorbiaceae
039	Capeba	<i>Pothomorphe umbellata</i> Miq. Piperaceae
040	Capianga, lacre vermelho	<i>Vismia guianensis</i> (Aubl.) Choisy Clusiaceae
041	Capim-santo, capim limão	<i>Cymbopogon citratus</i> Stapf. Poaceae
042	Caramboleira	<i>Averrhoa carambola</i> L. Oxalidaceae
043	Carqueja	<i>Borreria verticillata</i> (L.) G. Mey. Rubiaceae
044	Catuaba	<i>Anemopaegma mirandum</i> DC. Bignoniaceae
045	Coarana, dama-da-noite, coarana branca	<i>Cestrum laevigatum</i> L. Solanaceae
046	Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L. Boraginaceae
047	Cordão-de-frade	<i>Leonotis nepetaefolia</i> Benth. Lamiaceae
048	Corredeira preta	<i>Borreria</i> sp. Rubiaceae
049	Cravo-de-defunto	<i>Tagetes erecta</i> L. Asteraceae
050	Crista de galo	<i>Heliotropium indicum</i> L. Boraginaceae
051	Curindiba, candiua, grandiuva,	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume Ulmaceae
052	Dandá, junça, tiririca, capim-dandá	<i>Cyperus rotundus</i> L. Cyperaceae



053	Embaúba, Imbaúba	<i>Cecropia</i> sp. Cecropiaceae Urticaceae
054	Erva capitão, acariçoba, pára-sol	<i>Hydrocotyle bonariensis</i> Lam. Umbeliferae Apiaceae
055	Erva cidreira	<i>Lippia alba</i> N. E. Br. Verbenaceae
056	Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i> L. Apiaceae
056	Erva-de-botão	<i>Eclipta prostrata</i> L. Asteraceae ( <i>Eclipta alba</i> )
057	Erva-de-passarinho	<i>Phthirusa abdita</i> S. Moore. Loranthaceae
058	Espada de São Jorge	<i>Sansevieria zeylanica</i> Willd. Dracaenaceae (Asparagaceae) <i>Sansevieria trifasciata</i> Liliaceae
059	Espada-de-iansã	<i>Rhoeo discolor</i> (L'Heritier) Hance Commelinaceae
060	Espinho cheiroso, mamica-de-porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam. Rutaceae
061	Eucalipto	<i>Eucalyptus</i> sp. Myrtaceae
062	Fedegoso (Fabaceae)	<i>Senna australis</i> (Vell.) Irwin & Barneby Caesalpiniaceae
063	Folha-da-costa, saião	<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Camb. Crassulaceae
064	Folha-de-fogo	<i>Clidemia hirta</i> Don. Melastomataceae
065	Folha-da-fortuna	<i>Bryophyllum pinnatum</i> (Lam.) Oken. Crassulaceae
066	Folha-do-velho	<i>Baccharis trinervis</i> (Lam.) Pers. Asteraceae
067	Fumo	<i>Nicotiana tabacum</i> L. Solaneceae
068	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L. Rubiaceae
069	Gereboão / gervão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (L.C. Rich) Vahl. Verbenaceae
070	Girassol	<i>Helianthus annuus</i> L. Asteraceae
071	Graveto-do-cão, aveloz	<i>Euphorbia tirucalli</i> L. Euphorbiaceae
072	Graviola	<i>Annona</i> sp. Annonaceae
073	Guiné	<i>Petiveria alliacea</i> L. Phytolacaceae
074	Hortelã grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (lour.) Spreng Lamiaceae
075	Jatobá	<i>Hymenaea courbail</i> L. Caesalpiniaceae Fabaceae
076	Juazeiro	<i>Zizyphus joazeiro</i> Mart. Rhamnaceae
077	Juiz-de-paz, espinho de cigano	<i>Acanthospermum hispidum</i> DC. Asteraceae
078	Laranjeira	<i>Citrus</i> sp. Rutaceae
079	Língua-de-vaca, caruru, beldroega grande	<i>Talinum patens</i> Willd. Portulacaceae Talinaceae
080	Macaçá	<i>Aeolanthus suaveolens</i> Mart. Lamiaceae
081	Malva-branca	<i>Sida cordifolia</i> L. Malvaceae
082	Mamona	<i>Ricinus communis</i> Muell. Arg. Euphorbiaceae
083	Manjericão	<i>Ocimum basilicum</i> L. Lamiaceae
084	Mangueira	<i>Mangifera indica</i> L. Anacardiaceae
085	Maracujá branco	<i>Passiflora edulis</i> Sims. Passifloraceae
086	Maracujá roxo	<i>Passiflora alata</i> Dryander Passifloraceae
087	Mariana, trapapoeraba, olho-de-santa-luzia	<i>Commelina obliqua</i> Vahl. Commelinaceae
088	Maria-preta	<i>Cordia corymbosa</i> (L.) Don. Boraginaceae <i>Cordia verbenacea</i> Boraginaceae <i>Solanum americanum</i> Solanaceae
089	Mastruço, mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> Linn. Chenopodiaceae
090	Melão-de-são-caetano	<i>Momordica charantia</i> L. Cucurbitaceae
091	Melissa, malícia, erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L. Verbenaceae Lamiaceae
092	Mentrasito, erva-de-são-joão	<i>Ageratum conyzoides</i> L. Asteraceae
093	Murici	<i>Byrsonima sericea</i> D.C. Malpighiaceae
094	Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i> St. Hill. Sterculiaceae
095	Obí, orobô	<i>Cola acuminata</i> (P. Beauv.) Schott & Endl. Sterculiaceae
096	Olho-de-pombo, ervilha do rosário	<i>Abrus precatorius</i> L. Fabaceae
097	Orepepê, jambu	<i>Spilanthes acmella</i> L. Asteraceae ( <i>Acmella oleracea</i> )
098	Orepepê, oripépe	<i>Spilanthes</i> sp. Asteraceae
099	Pata de vaca	<i>Bauhinia longifolia</i> (Bong.) Steud. Fabaceae
100	Pata de vaca	<i>Bauhinia monandra</i> Kuntz. Fabaceae
101	Pata de vaca	<i>Bauhinia forficata</i> Link. Fabaceae

102	Orepepê falso	<i>Unxia</i> sp. Asteraceae
103	Palma	<i>Opuntia</i> sp. Cactaceae
104	Parasita, baunilha	<i>Vanilla palmarum</i> Lindl. Orchidaceae
105	Patchouli / patichuli	<i>Pogostemum patchouli</i> Trist. Lamiaceae
106	Pau d'arco roxo, ipê-roxo	<i>Tabebuia</i> sp. Bignoniaceae
107	Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam. Caesalpinaceae Fabaceae
108	Peão-branco	<i>Jatropha curcas</i> Linn. Euphorbiaceae
109	Peão-roxo	<i>Jatropha molissima</i> (Pohl.) Baill. Euphorbiaceae
110	Penicilina	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze Amaranthaceae
111	Peregun, dracena vermelha	<i>Cordyline terminalis</i> Kunth. Agavaceae Ruscaceae
112	Picão, picão-preto	<i>Bidens pilosa</i> L. Asteraceae
113	Pimenteira / pimenta	<i>Capsicum chinense</i> Jacq. Solanaceae
114	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L. Myrtaceae
115	Poejo	<i>Mentha pulegium</i> L. Lamiaceae
116	Prá-tudo, marupá	<i>Simarouba amara</i> Aubl. Simaroubaceae
117	Purga de campo, ipecacuanha branca	<i>Hybanthus calceolaria</i> (L.) Schultze Violaceae
118	Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L. Euphorbiaceae
119	Quiô-iô, alfavaca-de-galinha, manj.grande	<i>Ocimum campechianum</i> L. Lamiaceae
120	Romã	<i>Punica granatum</i> L. Punicaceae
121	Sabugeiro	<i>Sambucus australis</i> Cham. Caprifoliaceae Adoxaceae
122	Sanguelavô, cana-de-macaco	<i>Costus spicatus</i> S.W. Costaceae Zingiberaceae
123	São-gonçálinho	<i>Casearia sylvestris</i> Sw. Flacourtiaceae
123	Tanchagem, transagem	<i>Plantago major</i> L. Plantaginaceae
124	Tapete-de-oxalá, boldo-brasileiro	<i>Plectranthus barbatus</i> Andr. Lamiaceae
125	Tira-teima	<i>Polyscias guilfoylei</i> Bailey. Araliaceae
126	Tiririca-de-babado, carqueja	<i>Baccharis trimera</i> (Less) D.C. Asteraceae
127	Tomba-tudo-de-baixada	<i>Portulaca elatior</i> Mart. Portulacaceae
128	Tomba-tudo-de-lajedo, bredo, onze-horas	<i>Portulaca halimoides</i> L. Portulacaceae
129	Vassoura-de-nossa-senhora, vassourinha-doce	<i>Scoparia dulcis</i> L. Scrophulariaceae
130	Vassoura-de-mufina, douradinha	<i>Waltheria indica</i> L. Sterculiaceae
131	Vassoura-de-relógio, relógio-vassoura	<i>Sida acuta</i> Burm. Malvaceae
132	Velame, velaminho, velame do campo	<i>Croton campestris</i> St. Hil. Euphorbiaceae
133	Vence-demanda	<i>Vernonia arborescens</i> (L.) Swartz Asteraceae Acanthaceae
134	Vintém, acariçoba, erva-de-capitão	<i>Hydrocotyle umbellata</i> L. Apiaceae

**Apêndice C- Relação das espécies de plantas denominadas folhas “frias/cheirosas” produzidas na horta de Dona Morena**

<b>Nome usado</b>	<b>Detalhamento (nome científico e uso medicinal ou ritual descrito)</b>
Água-de-alevante	<i>Mentha gentilis</i> L. Lamiaceae. Uso: Sinusite, pressão alta, dor de cabeça e pós-parto. <b>Nome no candomblé:</b> EréTuntún. <b>Orixá:</b> Oxum
Alfavaca-de-cobra / Erva-de-jaboti	<i>Peperomia pellucida</i> (L.) Kunth. Piperaceae (Origem: Brasil) - Usada como hipotensora, diurética, emoliente, antipruriginosa, vulnerária, usada contra tosse, dor de garganta, arteriosclerose das coronárias, gengivite e afecções bucais. <b>Nomes populares:</b> erva-jaboti; comida-de-jaboti; maria-mole; ximbuí; alfavaca-de-cobra. <b>Nome no candomblé:</b> Efínfín
Alfavaca	<i>Ocimum gratissima</i> L. Lamiaceae (Origem: Índia) - Usada como diurética, estomáquica, anti-séptica e contra doenças respiratórias. <b>Nomes populares:</b> alfavaca; alfavaca-do-campo; remédio-de-vaqueiro; alfavaca-cheirosa. <b>Nome no candomblé:</b> efínfín. <b>Orixás:</b> Xangô, Omulu e Exu. <b>Uso ritual:</b> em trabalhos contra azar e para chamar dinheiro.
Alfazema	<i>Hyptis carpinifolia</i> Benth. (Origem: Brasil) - Usada como antifebrífuga (banho). <b>Nomes populares:</b> alfazema-do-brasil; rosmarinho. <b>Nome no candomblé:</b> àrùsò. <b>Orixá:</b> Oxum. <b>Uso ritual:</b> oferendas, banhos e defumação.
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão (Origem: Brasil) - Usada em banhos de assento após o parto, e contra afecções cutâneas, problemas do aparelho urinário e das vias respiratórias. Tem efeito antiinflamatório, antiulcerogênico, cicatrizante. Contra hemorróidas, ferimentos na pele, gastrites, úlceras gástricas, cervicites, vaginites, gengivites, infecções de garganta e outras afecções. <b>Nomes populares:</b> arendiúva; aroeira; aroeira-da-serra; aroeira-do-campo; aroeira-do-sertão; aroeira-preta; caracuramira; urundeúva. (ou?) <i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi Anacardiaceae.
Arrozinho	<i>Polygala paniculata</i> L. (Origem: Brasil) - Usada como antiblenorrágica, vomitiva e diurética. Em uso local para machucados, reumatismos, dores na articulação e picada de cobra. <b>Nomes populares:</b> barba-de-são-joão; barba-de-são-pedro; bromil; arrozinho; alecrim-de-santa-catarina; alcaçuz-de-santa-catarina; vassourinha. <b>Nome no candomblé:</b> sení. <b>Orixá:</b> Ossaim. <b>Uso ritual:</b> em banhos purificadores e em trabalhos.
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L. (Origem: Europa) - Usada em rituais religiosos e mágicos. Muito usado por rezadeiras contra quebranto e mau olhado. Considerada estimulante, carminativa, antiespasmódica, antihelmíntica, emenagoga, contra dores no ouvido, varizes, flebite, problemas oftálmicos (uso externo). <b>Nomes populares:</b> arruda; arruda-fedorenta; ruta-de-cheiro-forte. <b>Nome no candomblé:</b> atopà; kun. <b>Orixá:</b> Exu. <b>Uso ritual:</b> popularmente contra mau-olhado (rezas e benzeduras), usada como protetora e como amuleto, e em banhos e sacudimentos.
Artemísia	<i>Artemisia absinthium</i> L. (Origem: Europa, África e Ásia) - Usada em aperitivos considerados diuréticos, emenagogo; abortivos e anti-helmínicos. Usado para perda de apetite, distúrbios da digestão, do fígado e da vesícula biliar. <b>Nomes populares:</b> losna; losna-maior; losma; absinto; acinto; acintro; alenjo; artemísia; grande-absinto; erva-santa; alvina; flor-de-diana; gotas-amargas; erva-dos-vermes; erva-dos-velhos; sintro; alvina; erva-de-santa-margarida; erva-do-fel. (ou?) <i>Artemisia annua</i> L. (Origem: Ásia, China) - Usada há séculos pelas medicinas chinesa e indiana contra febre e lupus. Usada como antimalárica. Pesquisas recentes indicam também atividades anti-schistosoma, antimicrobiana, antitumoral, antiinflamatória e cardio-circulatória. <b>Nomes populares:</b> losna-verde; artemísia; artemísia-chinesa; artemísia-doce. (ou?) <i>Artemisia vulgaris</i> L. (Origem: Ásia) - Usada como analgésica, antiespasmódica e anticonvulsivante, para astenia, epilepsia, dores reumáticas, febres, anemias e contra verminose. Em uso externo usada contra escaras, feridas, piolhos e lêndias. <b>Nomes populares:</b> artemísia; flor-de-são-joão; anador; erva-de-são-joão; losna-brava; absinto-

	selvagem.
Assa-peixe-branco	<i>Vernonia polyanthes</i> Less. (Origem: Brasil) - Usada como diurética, balsâmica, anti-reumática, contra bronquites e tosses. Uso externo para problemas da pele e dores musculares. <b>Nomes populares:</b> assa-peixe; chamarrita; cambará-açu. <b>Orixá:</b> Oxum. <b>Uso ritual:</b> em rituais de iniciação, banhos purificatórios e sacralização de objetos rituais.
Caiçara	<i>Solanum erianthum</i> D. Don., <i>S. granuloso-leprosum</i> Dun. e <i>S. mauritanum</i> Scop. - Usadas como calmante e diurética. <b>Nomes populares:</b> caiçara; couvetinga; capoeira-branca; fumeira e fumo-bravo; jurubeba-verdadeira. <b>Nome no candomblé:</b> ode àkòsùn. <b>Orixá:</b> Oxossi. <b>Uso ritual:</b> em rituais de iniciação, no àgbo e em banhos purificatórios e de sacudimento.
Carqueja	<i>Spermacoce verticillata</i> L. (Origem: América) - Usada contra diarreia, hemorróidas, erisipela, queimadura. <b>Nomes populares:</b> vassourinha; vassourinha-de-botão; carqueja; erva-botão; erva-de-lagarto; poaia; poaia-rosário; poaia-preta. <b>Nome no candomblé:</b> kànerì. <b>Orixá:</b> Oxossi. <b>Uso ritual:</b> no preparo do àgbo e em banhos para filhos de Oxossi.
Cecê	<i>Cleome aculeata</i> L. Usada como febrífugo, para tratamento das infecções intestinais, estomacais e como antipruriginoso. Partes utilizadas: raiz e folha. Tipo de uso: banho, chá/lavagem.
Chapéu-de-couro	<i>Echinodorus grandiflorus</i> (Cham. & Schech.). (Origem: América) - Usada como diurética e contra inflamações de garganta e problemas respiratórios. <b>Nomes populares:</b> chapéu-de-couro; chá-mineiro; erva-do-brejo; congonha-do-brejo; aguapé. <b>Nome no candomblé:</b> séséré. <b>Orixá:</b> Oxalá. <b>Uso ritual:</b> em banhos purificatórios. (ou?) <i>Echinodorus macrophyllus</i> (Kunth.) Mitch. (Origem: Brasil) - Considerada anti-reumática, diurética, tônica e depurativa. Contra problemas no fígado e rins, arteriosclerose, amidalites, faringites e doenças de pele. <b>Nomes populares:</b> chapéu-de-couro; chá-de-pobre; chá-de-mineiro; congonha-do-brejo; erva-do-brejo; erva-do-pântano.
Coarana	<i>Cestrum laevigatum</i> Sch. (Origem: América) - Usada para lavar feridas, micoses e inflamações cutâneas. E como sedativa, antipirética, sudorífica, antiespasmódica, diurética, anti-reumática e estimulante do fígado. <b>Nome popular:</b> coarana. <b>Nome no candomblé:</b> ikèrègbè. <b>Orixás:</b> Exu e Obaluaiê. <b>Uso ritual:</b> em sacudimentos.
Confrei	<i>Synphytum officinale</i> L. (Origem: Ásia) - Usada como hemostática, anti-inflamatória e cicatrizante. E contra úlceras, feridas e cortes, fraturas e afecções ósseas (uso externo). <b>Nomes populares:</b> confrei; consólida-maior; língua-de-vaca; orelhas-de-asnos; leite-vegetal-da-rússia; erva-do-cardeal; erva-encanadeira-de-osso.
Cordão-de-são-francisco	<i>Leonotis nepetaefolia</i> (L.) R. Br (Origem: África e Índia) - Considerada antiespasmódica, anti-hemorragia uterina, diurética, vulnerária, estomáquica, péquica, peitoral, tônica, sudorífica, anti-reumática, contra asma, bronquite, tosse, dores reumáticas, inflamação urinária, reumatismo, nelvragias, artrites, úlceras, icterícia e para eliminar ácido úrico. <b>Nomes populares:</b> cordão-de-frade; cordão-de-são-francisco; catinga-de-mulata; pau-de-praga; rubim; tolonga; corimdiba. <b>Nome no candomblé:</b> moborò. <b>Orixás:</b> Obaluaiê e Oxossi. <b>Uso ritual:</b> em àgbo, em banhos purificatórios e no preparo de pós. (ou?) <i>Leonurus sibiricus</i> L. (Origem: Ásia) - Usada pela medicina popular em todo o mundo. Considerada diurética, amarga, estimulante da circulação, reguladora da menstruação e anti-hipertensiva. Usada contra dispepsia, gastralgia, malária, bronquite, tosse e sangramento pós-parto. <b>Nomes populares:</b> rubim; macaé; erva-das-lavadeiras; erva-dos-zangões; João-magro; marroio; quinino-dos-pobres; mané-magro; pau-prá-tudo; levantina; cordão-de-são-francisco; chá-de-frade; erva-de-santo-filho; amor-deixado; pasto-de-abelha; ana-da-costa; estrela. (ou?) <i>Leucas martinicensis</i> (Jacq.) R. Br. (Origem: América Central) - Usada pela medicina popular nordestina como sudorífica, calmante, anti-inflamatória, carminativa, tônica, antinevrálgica, antiespasmódica e contra doenças renais, gota e artrite. <b>Nomes populares:</b> cordão-de-frade; cordão-de-são-francisco; pau-de-praga; catinga-de-mulata.
Cravo-de-defunto	<i>Tagetes minuta</i> L. (Origem: América do Sul) - Usada como aromática, excitante e diurética, para tratamento de reumatismo, má-digestão, verminoses, bronquites, tosses,

	resfriados e catarros. Em compressas, contra reumatismo, gota, nevralgias, dores lombares e inflamações articulares. <b>Nomes populares:</b> cravo-de-defunto; coari; rabo-de-foguete; cravo-do-mato; voadeira; erva-fedorenta.
Crista-de-galo	<i>Heliotropium indicum</i> L. (Encontrada no Brasil) - Usada como diurética e peitoral, contra úlceras, feridas, picadas de insetos, aftas, estomatites, ulcerações na garganta e faringe (uso externo). <b>Nomes populares:</b> aguaraciunha; macelinha; erva-de-são-fiacre; aguaraá; escorpião; cravo-de-urubu; tureroque; turiri; crista-de-galo; borragem-brava; borragem; jacuacanga; borracha-brava; fedegoso; grinalda-de-boneca. <b>Nome no candomblé:</b> ewéogbeàkùko. <b>Orixá:</b> Xangô. <b>Uso ritual:</b> ritual de iniciação, àgbo, banhos e na culinária.
Erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i> L. (Origem: Ásia) - Usada há séculos como estimulante das funções digestivas e da lactação, para tratar gases, cólicas e dor de cabeça. Em chá, contra resfriados, tosse, bronquite, febre, perda de apetite e inflamações da boca e garganta. <b>Nomes populares:</b> anis; erva-doce; pimpinela-branca. <b>Nome no candomblé:</b> isé. <b>Orixá:</b> Oxum. <b>Uso ritual:</b> em defumadores, banhos, rezas e benzeduras.
Espinho-cheiroso	? <i>Zanthoxylum caribaeum</i> Lam.
Fedegoso	<i>Cassia fistula</i> L. (Origem: Índia) - Usada como laxante, purgativa, adstringente e tônica, contra dores reumáticas e picada de cobra. <b>Nomes populares:</b> cássia-imperial; canafístula; chuva-de-ouro; tapira-coiana; fedegoso; fístula-amarela. <b>Nome no candomblé:</b> fitíba. <b>Orixá:</b> Oxossi. <b>Uso ritual:</b> em rituais de iniciação, banhos purificatórios e sacudimentos. (ou?) <i>Cassia fistula</i> L. (Origem: Índia) - Usada contra afecções e formação de cálculo renal, impinges (uso externo). <b>Nomes populares:</b> canfístula; tapira-coiana; chuva-de-ouro; fedegoso; fístula-amarela. <b>Nome no candomblé:</b> fitíba. <b>Orixá:</b> Oxossi. <b>Uso ritual:</b> em rituais de iniciação, banhos purificatórios e sacudimentos. (ou?) <i>Senna australis</i> (Vell.) Irwin & Barneby Caesalpiniaceae
Folha-da-costa	<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Camb. (Origem: Brasil) - Usada em doenças pulmonares e topicamente contra dores, inchaços, para maturar abscessos e como cicatrizante. <b>Nomes populares:</b> folha-da-costa; saião; folha-grossa; paratudo; erva-grossa. <b>Nome no candomblé:</b> òdúndún. <b>Orixá:</b> Oxalá. <b>Uso ritual:</b> em ritos de iniciação, àgbo, banhos, oferendas e para lavagem de búzios divinatórios.
Girame	?
Guiné	<i>Petiveria alliacea</i> L. (Origem: Amazônia) - Usada como antiespasmódica, diurética, sudorífica, emenagoga, analgésica, anestésica, abortiva, contra artrite, reumatismo, malária, memória fraca, afecções da boca e dor de cabeça. <b>Nomes populares:</b> guiné; erva-de-guiné; cagambá; embiaiendo; tipi; pipi; amansa-senhor; macura-caá; erva-de-alho; gambá; gerataca; gorana-timbó; gorarema; iratacaca; macura; ocoembro; paracoca; pau-de-guiné; raiz-de-congonha; raiz-de-gambá; raiz-de-pipi; raiz-do-congo; mucuracaá. <b>Nome no candomblé:</b> ewéojúúsájú. <b>Orixás:</b> Orumilá, Oxossi, Ogum e Exu. <b>Uso ritual:</b> em banhos, sacudimentos, composição de defumadores e lavagem de objetos rituais.
Hortelã-miúdo	<i>Mentha arvensis</i> L. (Origem provável: Oriente) - Usada como antidiarréica, antivomitiva, descongestionante, antigripal, contra dor de cabeça e coceira na pele. <b>Nomes populares:</b> hortelã-do-brasil; hortelã-japonesa; vique; hortelã; menta; hortelã-pimenta; hortelã-das-cozinhas; menta-inglesa.
Juiz-de-paz	<i>Acanthospermum australe</i> (Loefl.) Kuntze (Origem: América tropical) - Usada contra anemia, erisipela, problemas urinários, tosse, dores, afecções febris, bronquite, dispepsia e diarreia. Em banho, contra dores lombares, renais ou musculares, úlceras, feridas e micoses. <b>Nomes populares:</b> amor-de-negro; mata-pasto; picão-da-praia; maroto; carrapichinho.
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i> L. (Origem: Brasil) - Usada como condimento (picles) e aditivo de aguardente, e contra anemia, problemas hepáticos e digestivos, hepatite, gastrite, febres, hidropisia e tumores uterinos, ressaca alcoólica, inflamação do baço e vesícula preguiçosa. Uso externo como cicatrizante e contra úlceras, pruridos e contusões. <b>Nomes populares:</b> jurubeba; caapeba; joa-tica; jubeba; jurubebinha; jurubena; juuna. <b>Nome no candomblé:</b> kisikisi; igbáigún; igbáàjà. <b>Orixás:</b> Oxossi e Ossaim. <b>Uso ritual:</b> em

	composição do ãgbo e banhos purificatórios de iniciados.
Losna	<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC. (Origem: Brasil) - Usada contra problemas gástricos, epilepsia, cólicas de origem nervosa, diarreias, espasmos, disenterias e como antiinflamatória, analgésica e digestiva. Em uso externo, contra reumatismo, nevralgias, cólicasdores articulares e musculares. <b>Nomes populares:</b> macela; camomila-nacional; losna-do-mato; macela-amarela; paina.
Macaçá/macassá	<i>Hyptis mollissima</i> Benth. - Usada contra febres infantis. <b>Nomes populares:</b> catinga-de-mulata. <b>Nome no candomblé:</b> makasa. <b>Orixás:</b> Oxalá, Oxum e Iemanjá. <b>Uso ritual:</b> em ãgbo, banhos purificatórios e lavagem de búzios divinatórios.
Malva	<i>Malva sylvestris</i> L. (Origem: Europa) - Usada desde a Antiguidade contra indisposição, queimadura, picada de insetos, inflamações, bronquite, tosse, asma, enfizema pulmonar, coqueluche, colite, constipação, afecções da pele, contusões, furúnculos, abscessos, inflamações da boca e garganta. <b>Nomes populares:</b> malva; malva-alta; malva-de-botica; malva-grande; malva-rosa; malva-selvagem; malva-silvestre; malva-verde; rosa-chinesa; rosa-marinho.
Manjeriço-graúdo / manjeriço-da-italia	<i>Ocimum basilicum</i> L. (Origem: Ásia e África) - Usada contra espasmos, gases, cólicas, febre, infecções bacterianas, parasitas intestinais, tosse, gripe, resfriado e bronquite, problemas de boca e garganta, diarreias, afecções urinárias e respiratórias, amigdalites, faringites, gengivites, estomatites e aftas. Usada como estimulante, digestiva, antiespasmódica, gástrica, galactógena, béquica e anti-reumática. <b>Nomes populares:</b> alfavaca; alfavaca-cheirosa; alfavaca-do-mato; alfavacão; basilico; basilicão; erva-real; manjeriço; manjeriço-de-molho; manjeriço-doce; manjeriço-grande; quioio; remédio-de-vaqueiro. <b>Nome no candomblé:</b> efínrin. <b>Orixás:</b> Iemanjá e Oxum. <b>Uso ritual:</b> composição de mistura para banhos.
Manjeriço-miúdo	<i>Ocimum minimum</i> L. (Origem: Ásia) - Usada contra gases, cólicas, diarreias, afecções urinárias e respiratórias, amigdalites, faringites, gengivites, estomatites e aftas. <b>Nomes populares:</b> manjeriço-de-folha-miúda; manjeriço; manjeriço-comum. <b>Nome no candomblé:</b> efínrinkékéré. <b>Orixás:</b> Oxalá, Iemanjá e Oxum. <b>Uso ritual:</b> banhos rituais iniciáticos, banhos de purificação e como proteção contra feitiço, inveja e mau-olhado.
Manjeriço-roxo	<i>Ocimum basilicum purpureum</i> Hort. (Origem: Ásia) - Usada contra gases, cólicas, diarreias, afecções urinárias e respiratórias, amigdalites, faringites, gengivites, estomatites e aftas. <b>Nome popular:</b> manjeriço-roxo. <b>Nome no candomblé:</b> efínrin pupa. <b>Orixás:</b> Oxalá (novo) e Xangô Airá. <b>Uso ritual:</b> banhos de purificação.
Maria-preta	<i>Senna alata</i> (L.) Roxb. (Origem: Brasil) - Usada contra infestação de bactérias e fungos, impingens, pano branco, herpes, sarna, afecções na pele. Como purgativa, emenagoga e antifebril. <b>Nomes populares:</b> manjeroba-do-pará; manjeroba-grande; maria-preta; mata-pasto; dartrial; candelabro.
Melissia / melissa / cidreira	<i>Hyptis suaveolens</i> (L.) Poit. (Origem: América) - Usada contra cólicas, problemas digestivos, gota, gripe, febre, dores e problemas respiratórios. <b>Nomes populares:</b> alfavacão; alfazema-de-caboclo; alfazema-brava; alfavaca-de-caboclo; cheirosa; salva-limão; bamburral; betônica-brava; mentrasto-graçú; melissa-de-pison; cheirosa; pataquera; betônica-branca; catônia; celine; erva-cidreira; salva-limão.
Menta / vick	<i>Mentha arvensis</i> L. (Origem provável: Oriente) - Usada como antidiarréica, antivomitiva, descongestionante, antigripal, contra dor de cabeça e coceira na pele. <b>Nomes populares:</b> hortelã-do-brasil; hortelã-japonesa; vique; hortelã; menta; hortelã-pimenta; hortelã-das-cozinhas; menta-inglesa. (ou?) <i>Mentha pulegium</i> L. (Origem: Europa, Ásia e Arábia) - Usada contra distúrbios digestivos, amenorréia, gota, bronquite, asma, coqueluche, leucorréia, dismenorréia, resfriados e para aumentar a micção. Aroma considerado anticatarral, tônico e estimulante. Considerada anti-hipertensiva, cardiotônica, carminativa, estimulante hepato-biliar e emenagoga. Uso externo para afecções de pele. <b>Nomes populares:</b> poejo; poejinho; erva-de-são-lourenço; hortelã-miúda; menta-miúda; menta-selvagem; vique. <b>Orixás:</b> Oxum e Ibeiji. <b>Uso ritual:</b> em sacudimentos e banhos de purificação.
Mirra	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) March. (Origem: Brasil) - Usada como defumador místico. Considerada hemostática, cicatrizante e antiinflamatória, para tratar úlceras e

	inflamações. Tribos amazônicas usam a resina como descongestionante nasal. <b>Nomes populares:</b> almécega; almíscar; árvore-do-incenso; breu-branco; jauaricica; cicantaa-ihua; elmi; erva-feiticeira; guapoy-ici; icaraiba; mescla; mirra; pau-de-breu; tacaamaca; tei.
Nogueira	<i>Datura metel</i> L. (Origem: Ásia e África) - Usada em banho contra reumatismo (planta tóxica). <b>Nomes populares:</b> trombeta-roxa; datura; manto-de-cristo; metel; trombeteira; trombeta-cheirosa; cartucho-roxo; zabumba-roxa; saia-roxa; nogueira-de-metel; anágua-de-viúva. <b>Nome no candomblé:</b> èsófeleje. <b>Orixás:</b> Ossaim, Oíá e Exu. <b>Uso ritual:</b> em banhos, trabalhos com Exu.
Orepepé, oripepé	<i>Eugenia cumini</i> (L.) Druce (Origem: Índia e Malásia) - Considerada hipoglicemiante (uso do pé). <b>Nomes populares:</b> ameixa-do-pará; jambolão; jamelão; jambu. (ou?) <i>Spilanthes acmella</i> L. Asteraceae ( <i>Acmellaoleracea</i> )
Palma-de-rainha	<i>Cycas circinalis</i> (?) (ou) <i>Opuntia</i> sp. Cactaceae (?)
Picão	<i>Galinsoga parviflora</i> Cav. (Origem: América do Sul) - Usada contra doenças bronco-pulmonares, considerada anti-escorbútica e digestiva. <b>Nomes populares:</b> picão-branco; fazendeiro; botão-de-ouro.
Poejo	<i>Mentha pulegium</i> L. (Origem: Europa, Ásia e Arábia) - Usada contra desordens digestivas, amenorréia, gota, bronquite, asma, coqueluche, leucorréia, dismenorréia, resfriados e para aumentar a micção. Aroma considerado anticatarral, tônico e estimulante. Considerada anti-hipertensiva, cardiotônica, carminativa, estimulante hepatobiliar e emenagoga. Uso externo para afecções de pele. <b>Nomes populares:</b> poejo; poejinho; erva-de-são-lourenço; hortelã-miúda; menta-miúda; menta-selvagem; vique. <b>Orixás:</b> Oxum e Ibeji. <b>Uso ritual:</b> em sacudimentos e banhos de purificação.
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L., <i>P. amarus</i> Schum., <i>P. tenellus</i> Roxb., <i>P. urinaria</i> L. (Origem: América) - Usadas há mais de mil anos na Índia contra hepatite. Usadas contra problemas renais, reumatismo gotoso, taxa elevada de ácido úrico. E como hipoglicêmica, anti-viral, antiinflamatória, antibacteriana, antimutagênica, anticarcinogênica, cardiocirculatória e analgésica, com atividade contra protozoários. <b>Nomes populares:</b> quebra-pedra; erva-pombinha; filanto; arrancapedras; fura-parede; conami. <b>Nome no candomblé:</b> ewébojutôna. <b>Orixás:</b> Ossaim e Oxumaré. <b>Uso ritual:</b> rituais de iniciação, àgbo e banhos purificatórios ou de descarrego.
Quitoco	(?) <i>Pluchea sagittalis</i> (Lam.) Cabrera (Origem: América) - Usada como peitoral, carminativa e estomacal e para problemas digestivos e gástricos, flatulências, dispepsias nervosas, gases, inflamação no útero, rins e bexiga, reumatismo, resfriados e bronquites. <b>Nomes populares:</b> lucera; erva-lucera; luceroquitoco; tabacarana; madrecravo. <b>Orixá:</b> Obaluaiê. <b>Uso ritual:</b> em banhos de descarrego do pescoço para baixo.
Saião	<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Camb. (Origem: Brasil) - Usada em doenças pulmonares e topicamente contra dores, inchaços, para maturar abscessos e como cicatrizante. <b>Nomes populares:</b> folha-da-costa; saião; folha-grossa; paratudo; erva-grossa. <b>Nome no candomblé:</b> òdúndún. <b>Orixá:</b> Oxalá. <b>Uso ritual:</b> em ritos de iniciação, àgbo, banhos, oferendas e para lavagem de búzios divinatórios.
Suspiro-branco	<i>Gomphrena desertorum</i> Mart.- Calmante, usada no tratamento das cardiopatias e afecções respiratórias. Parte utilizada: flor.
Tabaco	<i>Nicotiana tabacum</i> L. (Origem: América tropical) - Considerada narcótica, diaforética, sedativa, emética e vermífuga. <b>Nomes populares:</b> tabaco; fumo; pé-de-fumo; nicociana; erva-santa; erva-da-rainha; panacéia; erva-sagrada; erva-de-santa-cruz. <b>Nome no candomblé:</b> etába; asá. <b>Orixá:</b> Oxalá. <b>Uso ritual:</b> rituais de iniciação e oferendas.
Tançagem	<i>Plantago major</i> L. e <i>P. lanceolata</i> L. (Origem: Eurásia) - Usada desde a Idade Média. Considerada diurética, anti-diarréica, antibacteriana, antitumoral, expectorante, hemostática, cicatrizante, laxante, depurativa e desintoxicante. Contra bronquite, feridas, eczemas, herpes, ictiose, psoríase, úlceras pépticas, amidalite, faringite, gengivite, estomatite, traqueíte, problemas menstruais, conjuntivite, acne e espinhas, queimadura e picada de insetos. <b>Nomes populares:</b> tançagem; tanchagem; plantagem; língua-de-vaca. <b>Nome no candomblé:</b> ewéòpá. <b>Orixá:</b> Obaluaiê. <b>Uso ritual:</b> em banhos purificatórios e àgbo.
Tapete-de-oxalá	<i>Coleus barbatus</i> Benth. (Origem: Mediterrâneo) - Usada contra males do fígado, rins e

	estômago. <b>Nomes populares:</b> boldo; falso-boldo; boldo-do-reino; alumã; malva-amarga; malva-santa; tapete-de-oxalá. <b>Nome no candomblé:</b> ewébàbá; ewúrobàbá. <b>Orixá:</b> Oxalá. <b>Uso ritual:</b> em banhos de purificação.
Vassourinha	<i>Lepidum sativum</i> L. (Origem: Europa e Ásia) - Usada contra doenças no peito, bronquite, sinusite, moléstias dos rins e estômago e como vermífida e desintoxicante. <b>Nomes populares:</b> mastruz; mentruz; vassourinha; mentrusto, mastruço. <b>Nome no candomblé:</b> ewéisinisini. <b>Orixás:</b> Exu e Egun. <b>Uso ritual:</b> sacudimentos, banhos de descarrego.
Velame	<i>Cronton pedicellatus</i> Kunth. Uso: hipotensor, tratamento de tonturas e impinges. Parte usada: folha. Método de uso: chá e cataplasma. (ou?) <i>Solanum cernuum</i> Vell. (Origem: Brasil) - Usada como diurética, hemostática, sudorífica e depurativa. Folhas em infusão usadas como desobstruente do fígado e contra gonorréia, doenças de pele e úlceras cutâneas. <b>Nomes populares:</b> panacéia; braço-de-preguiça; bolsa-de-pastor; velame-do-mato; capoeira-branca; barba-de-são-pedro; erva-carneira.
Vintém	<i>Drymaria cordata</i> (L.) (Origem: América tropical) - <b>Nomes populares:</b> erva-vintém; vintém; esperguta-rasteira; folha-de-vintém; cordão-de-sapo; mastruço-do-brejo; jaboticaá. Nome no candomblé: ilerín; okówó. <b>Orixás:</b> Oxalá, Oxum e Ossaim. <b>Uso ritual:</b> em àgbo e banhos de purificação. <i>Hydrocotyle umbellata</i> L. Apiaceae
Vrido(sic)	[que parece alfavaca-de-cobra] ?

FONTES: Barros e Napoleão (2003); Gilbert *et al* (2005); Lorenzi e Matos (2002), Matos (2002), Oliveira e Oliveira (2007) e Serra (2002).



**Apêndice D- Distribuição dos Fornecedores por Grupos no Mercado da Pedra Feira de São Joaquim, 2012-2015**

Nº	Grupos		
	G 1 - Lateral Esquerda	G 2 - Lateral Direita	G 3 - Central
01	Antonieta, mateira Simões Filho	Antonio, raizeiro Salvador	Adélia, mateira Simões Filho
02	Dalva, mateira Simões Filho	Branca, mateira Itinga LdeF	Ademar, mateiro Mapele Simões Filho
03	Humberto, raizeiro Salvador	Carmem, mateira Simões Filho	Alemão, horticultor Cabrito Salvador
04	Nelci, mateira Nova Brasília Salvador	Clara, mateira Simões Filho	Alice, mateira Simões Filho
05		Cleonice, mateira Jauá Camaçari	Áurea, mateira Simões Filho
06		Helena, mateira Simões Filho	Bia, mateira Simões Filho
07		Manoel, raizeiro Salvador	Célia, mateira Simões Filho
08		Meire, mateira Simões Filho	Cecília, mateira Jequié
09		Miralva, mateira Dias D'Ávila	Cícero, horticultor Cabrito Salvador
10		Mirinha, mateira Itinga L de Freitas	Creuza, mateira Simões Filho
11		Palmira, mateira Simões Filho	Catita, raizeiro Salvador
12		Tatiana, mateira Itinga LdeF	Daiane, mateira Simões Filho
13		Tia Adelaide, mateira Simões Filho	Didi, raizeiro Salvador
14		Tia Elzira, mateira Dias D'Ávila	Dozinha, mateira Simões Filho
15		Vivaldo, raizeiro Salvador	Eduardo, mateiro Salvador
16		Zelita, mateira Jauá Camaçari	Hélia, mateira Salvador
17			Honório, raizeiro Salvador
18			Isabela, mateira Simões Filho
19			Isaura, mateira Simões Filho
20			João, horticultor Cabrito Salvador
21			Joel, horticultor Cabrito Salvador
22			Jove, mateira Itinga, Lauro de Freitas
23			Jovin,a mateira Dias D'Ávila
24			Júlia, mateira Simões Filho
25			Luzia, mateira Palestina Salvador
26			Madalena, Arembepe Camaçari
27			Mara, mateira Simões Filho
28			Maria do Carmo, mateira Simões Filho
29			Morena, horticultora Conc. do Jacuípe
30			Marina, mateira S. Filho
31			Marta, mateira Salvador
32			Martinha, mateira Simões Filho
33			Mateus, mateiro Simões Filho
34			Neuza, mateira Simões Filho
35			Nezinho, mateiro Itinga L. de Freitas
36			Patrícia, mateira Mapele Simões Filho
37			Petrina, mateira Simões Filho
38			Rosalina, mateira Simões Filho
39			Ronaldo, mateiro Simões Filho
40			Roberto, mateiro Simões Filho
41			Roque, mateiro Abrantes Camaçari
42			Rose, mateira Mapele Simões Filho
43			Roxa, mateira Mapele Simões Filho
44			Tia Beata, mateira Salvador
45			Tia Olga, raizeira Amargosa
46			Tomé, raizeiro Salvador
47			Senhorinha, mateira Simões Filho
48			Zazá, mateira Simões Filho
49			Zelito, raizeiro Cidade Nova Salvador

Fonte: Levantamento de Campo, 2012-2015.